



v.2, n.31, ano 24, jul./dez. 2023

Dossiê
REFLEXÕES INTERSECCIONAIS
E VIOLÊNCIAS

CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais

Curso de Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral da Coordenação do Curso de Ciências Sociais, v. 2, n. 31, jul./dez. 2023

ISSN 1517-6916 (online)

CONSELHO EDITORIAL

Adriano de Léon, UFPB, Brasil

Antonádia Monteiro Borges, UNB, Brasil

Edmundo Pereira, Museu Nacional/UFRJ, Brasil

Frédéric Vandenberghe, IFCS/UFRJ, Brasil

Karina Biondi, UEMA, Brasil

Lisabete Coradini, UFRN, Brasil

Maristela Oliveira de Andrade, UFPB, Brasil

Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

Sônia Weidner Maluf, UFPB, Brasil

Stênio José Paulino Soares, UFBA, Brasil

Tássia Rabelo de Pinho, UFPB, Brasil

Vagner Gonçalves da Silva, USP, Brasil

EDITORIA

Giovanni Boaes (UFMA/UFPB), Adailton Aragão (UFPB/UFMT), Mohana Morais (UFPB) e
Deise Santos do Nascimento (UFCA)

ASSISTENTES EDITORIAIS

Geziane Oliveira, UFPB, Brasil

Lais Campos Casado, UFPB, Brasil

COMISSÃO EDITORIAL

Aina Azevedo Guimarães, UFPB, Brasil

Gustavo Ferreira da Costa Lima, UFPB, Brasil

Luciana Aliaga, UFPB, Brasil

Pedro Francisco Guedes do Nascimento, UFPB, Brasil

Thiago Panica Pontes, UFPB, Brasil

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Giovanni Boaes

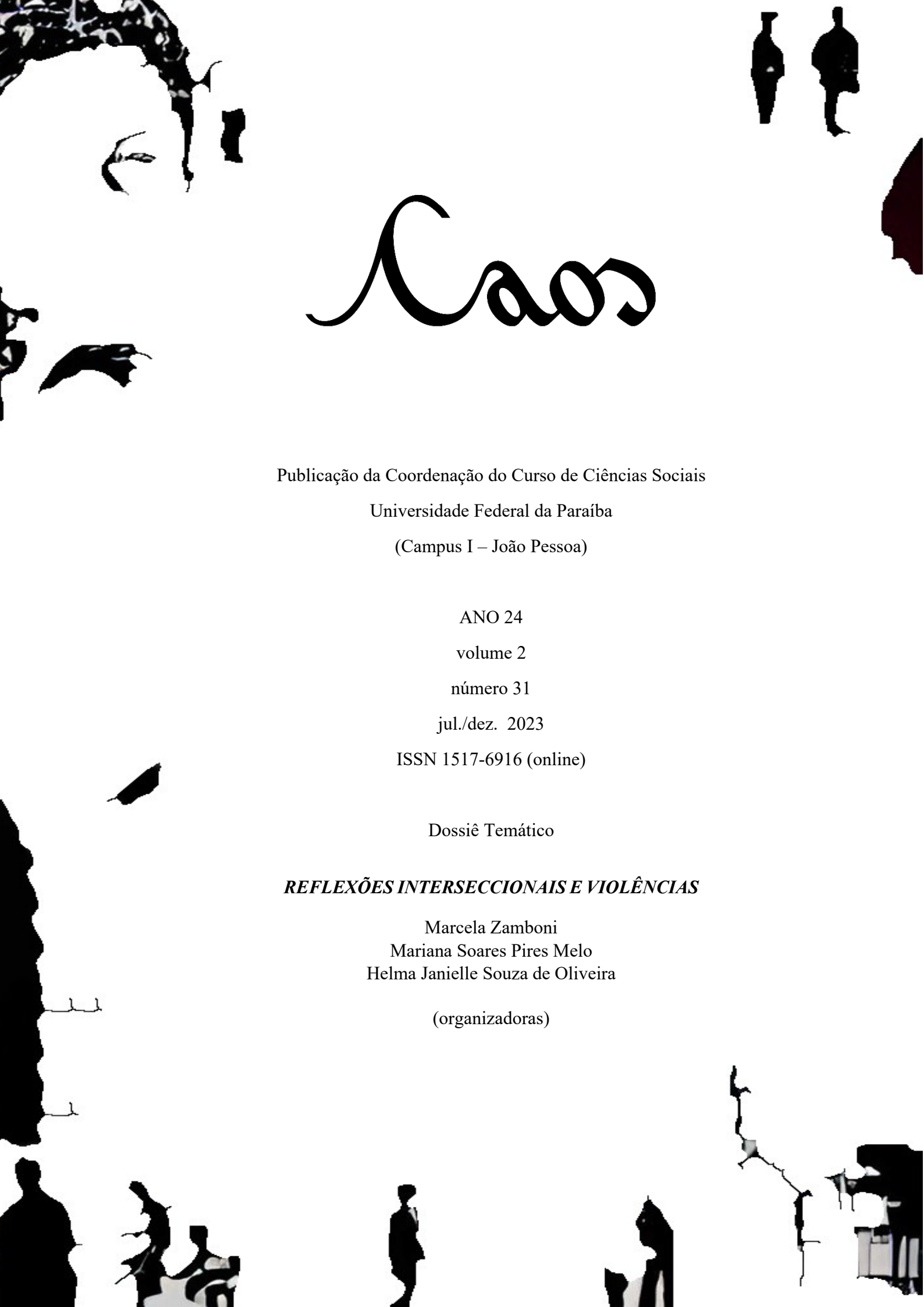
Revisão de inglês: Terry Mulhall

CAPA

Jonas de Sene Pinto

Imagem: gerada por inteligência artificial: Dream AI (<https://dream.ai/>)

Universidade Federal da Paraíba. Coordenação do Curso de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Bloco V, Campus I — Cidade Universitária. CEP: 58.051-900. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Telefone: (83) 3216-7092. E-mail: revistacaos99@gmail.com.



Caos

Publicação da Coordenação do Curso de Ciências Sociais
Universidade Federal da Paraíba
(Campus I – João Pessoa)

ANO 24

volume 2

número 31

jul./dez. 2023

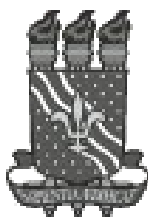
ISSN 1517-6916 (online)

Dossiê Temático

REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E VIOLÊNCIAS

Marcela Zamboni
Mariana Soares Pires Melo
Helma Janielle Souza de Oliveira

(organizadoras)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Valdiney Veloso Gouveia

Vice-reitora: Liana Filgueira Albuquerque

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Vice-diretor: Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Gustavo Ferreira da Costa Lima

Vice-coordenador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento



PKP | INDEX



Indexação e Registros

C111 CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. – v. 2, n. 31 (jul./dez. 2023). – João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Semestral

Publicação online: www.periodicos.ufpb.br/index.php/caos

ISSN: 1517- 6916

1. Antropologia. 2. Ciência Política. 3. Sociologia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- 6 EDITORIAL
Adailton Aragão, Mohana Morais Cavalcante e Geziane Oliveira

**DOSSIÊ REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E VIOLÊNCIAS/
*INTERSECTIONAL REFLECTIONS AND VIOLENCE***

- 11 REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E VIOLÊNCIAS: apresentação do dossiê /
INTERSECTIONAL REFLECTIONS AND VIOLENCE: presentation of the dossier
Marcela Zamboni, Mariana Soares Pires Melo e Helma Janielle Souza de Oliveira
- 20 CONSUMO DE CANNABIS, CONTROLES SOCIAIS E SEUS EFEITOS / *CANNABIS
CONSUMPTION, SOCIAL CONTROLS AND THEIR EFFECTS*
Ricardo Bandeira de Melo
- 45 EXPERIÊNCIAS DE SUJEIÇÃO CRIMINAL DE JOVENS EGRESSOS DA
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO
(FUNASE/PE): um olhar interseccional / *EXPERIENCES OF CRIMINAL SUBJECTION OF
YOUNG EX INTERNEES OF THE SOCIO-EDUCATIVE ATTENDANCE FOUNDATION OF
PERNAMBUCO (FUNASE/PE): an intersectional perspective*
Elaine dos Santos Dias da Silva
- 70 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA SOCIÓLOGA INVESTIGANDO CRIMES
DE FEMINICÍDIO / *REPORTS OF THE EXPERIENCE OF A SOCIOLOGIST
INVESTIGATING CRIMES OF FEMINICIDE*
Helma Janielle Souza de Oliveira
- 95 OLHARES INTERSECCIONAIS SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS DE
FEMINICÍDIO NA AMAZÔNIA ACREANA / *INTERSECTIONAL VIEWS ON JUDICIAL
PROCEEDINGS OF FEMINICIDE IN THE ACREAN AMAZON*
Emylli T. do Nascimento, Leonísia M. Fernandes e Muana Moura de Oliveira
- 127 ÓDIO, CRIME DE ÓDIO E HOMICÍDIO DE PESSOAS LGBTQIA+ SEGUNDO
OPERADORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NA PARAÍBA / *HATE, HATE
CRIMES, AND HOMICIDE OF LGBTQIA+ PEOPLE ACCORDING TO OPERATORS OF THE
CRIMINAL JUSTICE SYSTEM IN PARAÍBA*
Mariana Soares Pires Melo

ENTREVISTA DO DOSSIÊ / *DOSSIER INTERVIEW*

- 145 AS DIFERENÇAS SOCIO-IDENTITÁRIAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: o papel de práticas antidiscriminatórias como estratégia interseccional de proteção dos direitos das comunidades LGBTQIA+ no Brasil / *SOCIO-IDENTITY DIFFERENCES IN THE DEMOCRATIC RULE OF LAW: the role of anti-discrimination practices as an intersectional strategy to protect the rights of LGBTQIA+ communities in Brazil*
Antonella Bruna Machado Torres Galindo e Fábio Alexandre Silva Bezerra

ARTIGOS / ARTICLES

- 161 O PROJETO POLÍTICO DO CAPITALISMO FINANCEIRO E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO: contribuições de Luciano Gallino / *THE POLITICAL PROJECT OF FINANCIAL CAPITALISM AND THE FLEXIBILITY OF WORK: contributions of Luciano Gallino*
Letícia Negrão Chamma e Vinícius Azevedo
- 179 JEAN DE LÉRY ÀS AVESAS: antropofagia tupinambá e a produção de conhecimento contra-colonial / *JEAN DE LÉRY INSIDE OUT: Tupinambá anthropophagy and the production of contra-colonial knowledge*
Rubens Arley de Almeida Junior e Luís Antônio Francisco de Souza
- 206 “SUA FORMA DE FAZER PESQUISA É DIFERENTE”: um cientista social no hospital pesquisando morte / *“YOUR WAY OF DOING RESEARCH IS DIFFERENT”*: a social scientist at the hospital researching death
Weverson Bezerra Silva
- 230 NARRATIVAS NA METODOLOGIA DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA / *NARRATIVES IN SOCIOLOGY RESEARCH METHODOLOGY*
Elias Festa Paludo
- 248 ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA À LUZ DO PENSAMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E POLÍTICO BRASILEIRO / *ESSAY ON THE BOURGEOIS REVOLUTION IN THE LIGHT OF BRAZILIAN SOCIAL, ECONOMIC AND POLITICAL THINKING*
Marlon Kauã Silva Cardoso, Leonardo Figueiredo de Souza e Fernanda Lemos
- 272 O COTIDIANO NA “FRONTEIRA ENTRE A VIDA E A MORTE”: narrativas dos coveiros do Cemitério do Gavião em São Luís/MA / *EVERYDAY LIFE AT THE “BOUNDARY BETWEEN LIFE AND DEATH”*: gravediggers narratives in Gavião Cemetery São Luís/MA
Anderson Boás Viana e Ariele DuCarmo Santos
- 294 MULHERES NA TATUAGEM: uma revisão integrativa sobre a representação e experiências / *WOMEN IN TATTOOING: an integrative review on representation and experiences*
Fernanda C. Ruffino Rauber, Fernanda de A. Zanola e Mônica C. Alves Cappelle

- 316 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DO MODELO RSU URSULA: uma abordagem centrada na avaliação participativa / *SOCIAL RESPONSIBILITY IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF THE URSULA RSU MODEL: an approach centered on participatory evaluation*
Analouise Santos de Melo e Rosineide Pereira Mubarack Garcia

ENTREVISTA / INTERVIEW

- 338 MUDANDO DE ROTA NO TRAJETO E SEGUINDO CAMINHOS NAS FRONTEIRAS DA ANTROPOLOGIA: entrevista com Maristela Andrade / *CHANGING COURSE ON THE JOURNEY AND FOLLOWING PATHWAYS ON THE FRONTIERS OF ANTHROPOLOGY: interview with Maristela Andrade*
Maristela Oliveira de Andrade e Geziane do Nascimento Oliveira

Caras leitoras, caros leitores.

Apresentamos mais um número da CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, veículo da Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Este número é composto por um dossiê — contendo sete textos —, oito artigos livres e uma entrevista. Neste último número do ano de 2023, reunimos artigos que tratam de diferentes temáticas: interseccionalidades, violência, feminicídio, sociologia do conhecimento, pensamento social, relatos de experiência na pesquisa sociológica/antropológica e direitos LGBTQIAPN+. Os artigos passaram por criterioso processo de curadoria, submetidos à avaliação dos pares e revisão editorial. Os 16 textos aqui apresentados aos nossos leitores trazem contribuições ao debate científico social, solidificados por pesquisas teóricas e empíricas, robustas em análises dos dados.

O contexto em que nasce esta edição, segundo semestre de 2023, ficou marcado por guerras, violências e lutas das mais diversas naturezas. Referimo-nos à *contínua guerra fria* no norte europeu e, no Oriente Médio, à guerra geopolítica e *religiosa* entre Israel e a Palestina e seus aliados. Quanto às violências e lutas diversas, referimo-nos aos altos índices de violências contra as mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, população negra (pretos e pardos), população indígena, população albina (invisível aos olhos do Estado), entre outros grupos minoritários e, por último, referimo-nos às lutas constantes pela democracia, cidadania, meio ambiente, respeito, igualdade e equidade, hoje dinamizadas. Assim começa este editorial, de forma interseccional e dialogando com os marcadores sociais da diferença, problematizando as ações e as *políticas de intolerância* que acabam gerando opressões e atingindo os indivíduos de formas diferentes.

A Revista Caos, na edição anterior, trouxe as discussões sobre *teoria crítica*, mais especificamente, destacando os impactos do autoritarismo na contemporaneidade. Seguindo esse fluxo, nesta edição, n. 31, apresenta o dossiê *Reflexões interseccionais e violências*, organizado por Marcela Zamboni, Mariana Melo e Helma Oliveira. As professoras e pesquisadoras têm como proposta fazer o/a leitor/a pensar nas múltiplas formas de violências, sobretudo, as sociais e institucionais. Grande parte das pesquisas que originaram os artigos do dossiê é oriunda do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV), da Universidade Federal da Paraíba. O dossiê congrega temas relevantes, necessários e *urgentes*. A opressão opera de várias formas, sentidos e intensidades. Diríamos que o número 31 retoma a série de publicações da Caos sobre os marcadores sociais da diferença, que outrora vinha nessa perspectiva, mas que, por necessidade e oportunidades, cedeu espaço a outros debates.



Apresentamos artigos que versam sobre reflexões que se entrecruzam e nos possibilitam pensar e levantar questões sobre os debates interseccionais que são marcados por violências e invisibilidade, além de outros debates pertinentes ao momento e à constituição atual das ciências sociais. Dessa forma, compondo o dossiê *Reflexões interseccionais e violências*, temos textos que abordam as violências contra mulheres, destacando-se os casos de feminicídios, como no estudo de Leonísia Moura, Emilly Tavares e Muana Moura: *Olhares interseccionais sobre processos judiciais de feminicídio na Amazônia Acreana*; e no relato de experiência de Helma Oliveira: *Relatos de experiência de uma socióloga investigando crimes de feminicídio*.

Acompanhamos também discussões sobre sistemas de justiça nos textos: *Experiências de sujeição criminal de jovens egressos da fundação de atendimento socioeducativo de Pernambuco (FUNASE/PE): um olhar interseccional*, de Elãine dos Santos Dias. Continuando nessa temática, destaca-se o artigo de Mariana Soares Pires Melo intitulado *Ódio, crime de ódio e homicídio de pessoas LGBTQIA+ segundo operadores do sistema de justiça criminal na Paraíba*. Quanto aos direitos das pessoas LGBTQIA+, o dossiê é enriquecido com a entrevista que Antonella Bruna Machado Torres Galindo, professora trans da Universidade Federal de Pernambuco, concedeu a Fábio Alexandre Silva Bezerra: *As diferenças socio-identitárias no estado democrático de direito: o papel de práticas antidiscriminatórias como estratégia interseccional de proteção dos direitos das comunidades LGBTQIA+ no Brasil*.

A seção de artigos livres se inicia com o texto: *O projeto político do capitalismo financeiro e a flexibilização do trabalho: contribuições de Luciano Gallino*, de Leticia Negrão Chamma e Vinícius Azevedo. Nele, os autores procuram introduzir as ideias e as contribuições do sociólogo italiano Luciano Gallino (1927-2015), para a compreensão do *finanzcapitalismo* — capitalismo financeiro —, bem como o contexto de emergência, a caracterização e atuação nas últimas décadas dessa nova etapa do capitalismo globalizado.

O segundo artigo livre, *Jean de Léry às avessas: antropofagia tupinambá e a produção de conhecimento contra-colonial*, escrito por Rubens Arley de Almeida Júnior e Luís Antônio Francisco de Souza, realiza uma leitura crítica sobre a obra: *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, problematizando e questionando as relações coloniais, sobretudo, em duas vertentes: a descrição objetificante da visão colonial e a representação (moderna e colonial) dos/das tupinambás. Os autores circulam entre a produção do conhecimento no século XVI, a forma antropofágica do pensamento científico e o *giro decolonial*.

O terceiro artigo: *“Sua forma de fazer pesquisa é diferente”*: *um cientista social no hospital pesquisando morte*, escrito por Weverson Bezerra Silva, descreve um pouco dos



desafios encontrados pelo autor durante a pesquisa que resultou na sua dissertação de mestrado. Coloca em cena a sua trajetória enquanto pesquisador e o estranhamento dos *outros* ao verem um antropólogo usando crachá e camisa branca de botões, circulando pelos corredores e salas do hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, Paraíba. O autor também explora as dimensões éticas de sua pesquisa, especialmente no âmbito da saúde. Essa consideração se intensifica quando o enfoque se volta diretamente para o sofrimento humano, abordando temas sensíveis que demandam cuidado diferenciado. Ele tem como uma das propostas, (re)pensar o percurso metodológico do cientista social ao fazer etnografia hospitalar.

O quarto artigo, *Narrativas na metodologia de pesquisa em sociologia*, escrito por Elias Festa Paludo, propõe uma visão e reflexão epistemológica/metodológica sobre as pesquisas nas ciências sociais, a partir do emprego das narrativas, conceituando e amplificando o debate sobre as escolhas metodológicas e técnicas feitas pela/o pesquisadora/or. O autor nos leva a (re)pensar a investigação científica e a *não neutralidade* da percepção e interpretação das narrativas na construção do pensamento e conhecimento científico.

O artigo seguinte, *Ensaio sobre a revolução burguesa à luz do pensamento social, econômico e político brasileiro*, de Marlon Kauã Silva Cardoso, Leonardo Figueiredo de Souza e Fernanda Lemos, é um estudo bibliográfico sobre a revolução burguesa ou as revoluções burguesas. Os autores têm como objetivo analisar a(s) revolução(ões) burguesa(s) à luz do pensamento sociológico, dividindo a reflexão em duas partes: primeiramente, avaliando o movimento ocorrido na Europa; em seguida, voltam-se para a realidade brasileira. Por ser um artigo de revisão de literatura, o seu apoio está nas obras de teóricos que se debruçaram sobre os estudos voltados para aspectos sociais, econômicos e políticos brasileiros nas décadas de 1950 e 1960.

O sexto artigo, *O cotidiano na “fronteira entre a vida e a morte”: narrativas dos coveiros do Cemitério do Gavião em São Luís/MA*, de Anderson Boás e Ariele DuCarmo Santos, apresenta um pouco do universo do Cemitério do Galvão, localizado na capital do estado do Maranhão, focando-se no fazer cotidiano dos coveiros e nas suas narrativas. Por meio da observação e de entrevistas com esses sujeitos, os autores os apresentam como agentes da construção simbólica de si, ou seja, “guardiões das memórias” frente ao estigma que cerca a profissão, tal como é concebido pelos próprios coveiros. A pesquisa nos convida, não só com palavras, mas também com imagens, a refletir sobre esses espaços (cemitérios) e sobre os profissionais que trabalham na *fronteira entre a vida e a morte*.

O sétimo artigo, *Trabalho com a tatuagem: uma revisão integrativa*, escrito por Fernanda Cavalheiro Ruffino Rauber, Fernanda de Aguiar Zanola e Mônica Carvalho Alves Cappelle, tem como proposta explorar o papel das mulheres tatuadoras no *campo da tatuagem*, onde a desigualdade de gênero é acentuada e as mulheres tatuadoras sofrem estigmatização, tanto por parte dos colegas tatuadores (homens) quanto por parte da clientela. As autoras ressaltam, ainda, que a literatura revisada sistematicamente indica que o campo investigado está passando por mudanças e transformações culturais. Essas mudanças têm o potencial de influenciar as experiências e representações das mulheres tatuadoras.

O oitavo artigo, *A responsabilidade social nas instituições de ensino superior na perspectiva do modelo RSU URSULA: uma abordagem centrada na avaliação participativa*, escrito por Ana Louise Melo e Rosineide Garcia, proporciona um debate sobre o papel das instituições de ensino superior no tocante ao desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para e com a sociedade, tomando como exemplo a experiência da União de Responsabilidade Social Universitária Latino-americana (URSULA), modelo de referência para a avaliação participativa e cidadania.

Por fim, a edição 31 é enriquecida com a entrevista concedida pela professora Maristela Andrade a Geziane Oliveira. A entrevistada é professora titular aposentada do quadro da Universidade Federal da Paraíba, onde esteve lotada no Departamento de Ciências Sociais. Durante quase duas horas a professora falou sobre sua trajetória de vida, à qual se vincula a carreira docente e outras atividades acadêmicas. A entrevista intitulada: *Mudando de rota no trajeto e seguindo caminhos nas fronteiras da antropologia: entrevista com Maristela Andrade*, apresenta-se como uma honrosa homenagem à professora, antropóloga, autora de várias obras, pesquisadora e influenciadora de várias gerações de cientistas sociais. É também uma oportunidade para que os leitores conheçam ou reencontrem as contribuições que a entrevistada nos legou ao longo de sua atuação, cuja aposentadoria não a inviabilizou.

Após a apresentação do conteúdo no número 31, para finalizar este editorial, queremos expressar nossa gratidão a todos que contribuíram, tanto direta quanto indiretamente, para a elaboração deste volume: aos autores, às autoras, às avaliadoras e avaliadores (cujos nomes não serão explicitados para preservar o anonimato), assim como às editoras, aos editores e às assistentes editoriais. Queremos estender agradecimentos especiais a um colaborador incansável: o professor Terry Mulhall, responsável pela revisão do inglês.

Aos leitores, desejamos uma experiência agradável e enriquecedora durante a leitura.

OS/AS EDITORES/AS.





DOSSIÊ
| REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E VIOLÊNCIAS |

REFLEXÕES INTERSECCIONAIS E VIOLÊNCIAS: apresentação do dossiê
INTERSECTIONAL REFLECTIONS AND VIOLENCE: presentation of the dossier

Marcela Zamboni *

Mariana Soares Pires Melo **

Helma Janielle Souza de Oliveira ***

Resumo

Este dossiê é, em grande parte, fruto da reflexão e de debates promovidos no âmbito do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV), da Universidade Federal da Paraíba, acerca das diversas camadas de violências observadas pelos(as) pesquisadores(as) em trabalhos de campo, especialmente as relações e as interações entre aqueles ditos “desviantes” sociais. Aqui temos por objetivo adentrar na reflexão mais ampla destas experiências de violências, incorporando o debate necessário da interseccionalidade no campo sociológico, dando início a tensionamentos e construções observados entre gênero, sexualidade, classe, raça, território etc. Apresentamos assim análises das violências que partem das experiências, tomando-as como processos sociais complexos.

Palavras-chave: estudos sociológicos; interseccionalidade; violências; experiências.

Abstract

This work is a result of reflections and debates advanced within the scope of the Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV), at the Federal University of Paraíba, about different layers of violence observed by researchers in their fieldwork; especially the relations and interactions among those labeled as social “deviants.” Our goal is to access a broader reflection on experiences of violence, integrating the necessary debate about intersectionality in the sociological field; observing the tensions and constructions between gender, sexuality, class, race, territory etc. Thus we present analyses of violence that consider experiences, taking them as complex social processes.

Keywords: sociological studies; intersectionality; violence; experiences.

O dossiê *Reflexões interseccionais e violências* reúne escritos que discutem diversos contextos de violências sociais e institucionais e acabam por desvelar as imbricações de marcadores sociais da diferença que configuram opressões. Estas análises são em grande parte frutos de pesquisas realizadas por integrantes do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV), da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da

* Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: marcelazamboni@gmail.com.

** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: melo.mariana@gmail.com.

*** Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: helmissima@gmail.com.



professora e pesquisadora Marcela Zamboni: Ricardo Bandeira de Melo (mestre); Elãine dos Santos Dias da Silva (mestra e doutoranda); Helma Janielle Souza de Oliveira (doutora) e Mariana Soares Pires Melo (doutora).

Também contamos com a valorosa contribuição de Leonísia Moura Fernandes, professora de Direito da Universidade Federal do Acre (UFAC); Emylli Tavares do Nascimento, professora de Direito da Universidade Federal do Acre (UFAC) e Muana Moura de Oliveira, graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Acre (UFAC), sendo a segunda autora também integrante do GRAV e ex-orientanda (PIBIC), da professora Marcela Zamboni.

Além dessas, destacamos a entrevista realizada com Antonella Galindo, professora, pesquisadora e jurista do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizada por Fábio Bezerra, professor e pesquisador do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística, ambos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O professor Fábio realizou estágio Pós-Doutoral com a professora Marcela e vem contribuindo com o grupo através de publicações conjuntas e participação em bancas.

Desde 2015 o GRAV vem concentrando seus estudos sociológicos na compreensão de temas como violência, gênero e práticas de justiça. O grupo percorre o campo institucional do sistema de justiça criminal, como os tribunais do júri, em especial, e avança por corredores policiais, instituições socioeducacionais e prisionais, para adentrar e contribuir com os debates sobre feminicídio, homofobia e transfobia, sexualidade, consumo de drogas e práticas generificadas de comercialização de drogas.

As formas de tratar o tema da violência e seus formatos nas ciências sociais têm sido diversas. Desde a percepção sobre os desviantes, marcados em seus estigmas (GOFFMAN, 2012) e processos incriminadores (MISSE, 2010), ao controle estatal dispensado a grupos e corpos, de modo a torná-los dóceis, dominados, obedientes aos regramentos sociais (FOUCAULT, 2009). O uso da diferença como elemento que promove o controle de certos sujeitos remete à precariedade (BUTLER, 2006, 2015) com a qual certas vidas se constituem socialmente como vidas não-passíveis de luto.

Por esse ângulo, os marcadores sociais da diferença constituem a representação de recortes variados das relações humanas, das (des)igualdades e das formas precárias da



existência. Ainda que consideremos uma perspectiva que tenha como ponto de partida o gênero, a raça, a classe, o território ou outros, notamos que um elemento em si não dita todas as complexidades das experiências de determinado indivíduo, fazendo-se necessário compreender como ocorrem as interações entre diferentes marcadores nos sentidos de vida de grupo e de indivíduo.

No crescente de debates sobre interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2020; LORDE, 2019; HOOKS, 2019; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2011, entre outras), as pesquisadoras e pesquisadores do GRAV refinam seus olhares analíticos a fim de perceber as conexões existentes entre os marcadores sociais da diferença. Assim, as pesquisas avançaram nas verificações das interseccionalidades apresentadas no campo, especialmente recortes de gênero, sexualidade, condição econômica, classe e raça (ZAMBONI; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA; ZAMBONI; TAVARES; LEITE, 2020; MELO, 2020; OLIVEIRA; MELO; ZAMBONI, 2023, entre outros¹), mas também o fator etário/geracional (juventudes) e instrução escolar, como as leitoras e os leitores poderão observar neste dossiê, especialmente nos trabalhos de Elãine dos Santos Dias da Silva e Ricardo Bandeira de Melo.

Esse percurso investigativo apresenta certas similitudes com as próprias reflexões que geraram o conceito de interseccionalidade, no sentido de que a opção por tecer investigações e apontar desigualdades sociais a partir de violências fundadas na desigualdade de gênero, aos poucos foi revelando às pesquisadoras e aos pesquisadores outras intersecções que constituem os matizes dessas violências.

A persistência de violências baseadas no gênero e na raça, decorrentes de relações de poder exercidas por homens frente a mulheres e de pessoas brancas em face de pessoas negras, e nutridas nos processos colonizadores nas Américas, ensejaram o surgimento e fortalecimento de movimentos sociais de mulheres negras que busca(ram), a partir de seus ativismos feministas, denunciar e conscientizar a sociedade quanto às experiências de opressões sofridas. Até então, nem as denúncias de desigualdades e opressões de gênero (resultantes do machismo), pautadas por mulheres brancas, alcançaram as particularidades das experiências de mulheres negras, nem as lutas contra os reflexos da escravidão, a discriminação racial e o genocídio negro traduziam as especificidades das

¹ Outras produções do GRAV podem ser encontradas em Zamboni e Oliveira (2015, 2016); Zamboni e Faria (2018).



violências sofridas pelas negras mulheres (DAVIS, 2016; COLLINS, 2015). Ou seja, as óticas exclusivas sobre gênero ou raça, sem considerar as influências dos atributos de raça nos debates de gênero, e vice-versa, torna(va)m invisíveis diversas violências e alargam os estados de vulnerabilidade social e de precariedade das vidas em questão.

Essa intersecção de gênero e raça pode ser tomada como uma *ilustração* para que se entenda que os marcadores sociais não são um somatório de vulnerabilidades que tornam umas mulheres mais sofridas que outras, por exemplo — não convém gerar hierarquias de opressão (LORDE, 2019) — e sim reconhecer que existem diferenças de experiências de vida que precisam ser respeitadas dentro dos movimentos sociais e por parte da sociedade e do Estado. Ainda, a intersecção entre gênero e raça não se basta: classe, território, geração etc. precisam ser considerados nas interações e relações sociais em análise. Collins e Bilge definem interseccionalidade da seguinte maneira:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências (COLLINS; BILGE, 2020, p. 17).

Ainda, para as autoras, o método interseccional deve considerar: 1) A *desigualdade social* fruto de discriminações e que repercute em diferentes níveis de oportunidade; 2) As *relações de poder* que geram vulnerabilidades; 3) O *contexto social* que nos permite compreender as conjunturas; 4) A *relacionalidade* a ser considerada como elemento ligado à solidariedade e coalizão, de forma a expressar o *ser social*; 5) A *complexidade*, haja vista irmos além de apenas um marcador como gênero ou classe, mas tratarmos de uma análise que lide com aspectos múltiplos da experiência; e 6) A busca de *justiça social* que fortalece nosso senso crítico e luta por reconhecimento e garantias de direitos (COLLINS; BILGE, 2020).

Assim, a interseccionalidade passa a ser observada enquanto *vertente teórica* e como *recurso metodológico*. Como *vertente teórica* promove um debate fundamental acerca das relações de poder e desigualdades no mundo social. O faz na medida em que contextualiza experiências complexas, e traz ao cenário marcadores sociais que



tradicionalmente foram — e por vezes ainda têm sido — avaliados de forma isolada. Pode-se assim, reconhecer processos discriminatórios e opressões simultâneas (cf. KYRILLOS, 2020; BENÍTEZ; MATTOS, 2019). Como *recurso metodológico*, temos a interseccionalidade como orientadora de olhares investigativos, promovendo a necessidade da percepção de um conjunto “multi-implicado” de afetações e experiências: “A interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 35).

Os artigos que compõem este dossiê sobre *Reflexões interseccionais e violências*, como dito, são fruto dos debates e trocas promovidos em grande medida no âmbito do GRAV nos últimos anos, os quais resultam em trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) e outras publicações acadêmicas. Assim, este dossiê busca também acomodar textos fruto de reflexões teórico-metodológicas que abrangem as complexidades entre diferentes marcadores sociais da diferença que produzem desigualdades, estruturam instituições, moldam relações de poder e fomentam um olhar mais detido nos processos de experienciar violência e privilégio. Com isso, fica posto que os recortes de classe, raça, gênero, sexualidade, geração, entre outros, são fundamentais para o entendimento tanto da teoria social na atualidade quanto das suas lentes metodológicas (COLLINS; BILGE, 2020).

Ricardo Bandeira de Melo busca analisar os efeitos do controle do consumo de *cannabis* em São Lourenço da Mata, Pernambuco. Sua pesquisa, *Consumo de cannabis: controles sociais e seus efeitos*, toma como base entrevistas com dois grupos de usuários da *cannabis* distintos, conforme o recorte educacional, de raça e de classe social. A partir das interlocuções com os grupos sujeitos usuários, o pesquisador apresenta-nos como os entrevistados demonstram suas táticas, usos dos espaços, percepção sobre suas agências enquanto consumidores de *cannabis* e o estigma social causado pelo uso. Com isso, somos apresentados às reflexões sociológicas a respeito de temas como violência policial, controle, rotulação, consumo e criminalização.

No artigo *Experiências de sujeição criminal de jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco (FUNASE/PE): um olhar interseccional*, Elãine dos Santos Dias da Silva propõe um olhar interseccional sobre a experiência de sujeição criminal (MISSE, 2010) vivenciada por jovens egressos da Fundação de



Atendimento Socioeducativo (FUNASE). A pesquisadora apresenta entrevistas em profundidade realizadas com jovens egressos do sistema socioeducativo e extrai das narrativas dos entrevistados como as categorias de raça, classe social, gênero e juventudes podem desempenhar um papel na incriminação, criminalização e aprofundamento das vulnerabilidades desse grupo social formado por homens jovens, pobres e negros. A análise feita pela pesquisadora revela a complexidade que interrelaciona identidades e opressões, que, por decorrência, molda as experiências de sujeição criminal e estigmatização desses indivíduos, que vivenciam dificuldades de reintegração social, dificuldades de acessos a direitos e a oportunidades de bem viver.

Com os *Relatos de experiência de uma socióloga investigando crimes de feminicídio*, Helma Janielle Souza de Oliveira reflete acerca de alguns desafios de sua pesquisa empírica vivenciados ao investigar as percepções dos agentes de justiça sobre o crime de feminicídio julgados nos tribunais do júri de João Pessoa, Paraíba, entre 2015 e 2019. A pesquisa contou com etnografia das sessões de júri e entrevistas com profissionais do direito e juízes leigos. A autora relata como se deu o acesso ao campo e aos interlocutores, e descreve um julgamento de feminicídio que *supostamente* ocorreu para ocultar prática de abuso sexual contra a filha da vítima (enteada do réu). Com isso, buscou dar destaque às vivências do ofício de socióloga ao lidar com *situações* que perpassam as complexidades das experiências atravessadas por gênero, geração, classe e território, trazendo assim um ponto de vista na esteira do que suscitam as epistemologias feministas e interseccionais.

No artigo *Olhares interseccionais sobre processos judiciais de feminicídio na Amazônia acreana*, Emylli Tavares do Nascimento, Leonísia Moura Fernandes e Muana Moura de Oliveira lidam com questões jurídicas e sociológicas, a partir das lentes da interseccionalidade, ao investigarem as minúcias de dois casos com morte de mulheres no estado do Acre. Em suas análises, as pesquisadoras demonstram como gênero, território, processos históricos, classe, raça, cor, violência, público e privado fazem parte da composição dos contextos nos quais o Sistema de Justiça promove a definição do que é ou não feminicídio.

Mariana Soares Pires Melo destaca o *ódio* como característica mobilizada por operadores do Sistema de Justiça Criminal (SJC) para explicar crimes de homicídio contra



peças fora da matriz heteronormativa de gênero. O seu texto, *Ódio, crime de ódio e homicídio de pessoas LGBTQIA+ segundo operadores do Sistema de Justiça Criminal na Paraíba*, baseia-se nos dados de entrevistas realizadas com operadores do SJC, profissionais atuantes em delegacia especializada e em tribunais do júri, entre 2017 e 2018. Com os achados de pesquisa, a pesquisadora demonstra que o ódio é uma categoria que ajuda na caracterização da motivação para a morte, emoção que os entrevistados facilmente aproximam com a falta de racionalidade ou momento de descontrole/loucura, e constantemente se entrelaça/confunde com a compreensão de *crime de ódio*. Esses contornos possibilitam que a autora nos faça refletir sobre o papel estrutural da violência baseada no gênero e na sexualidade diante das noções apresentadas sobre ódio e homofobia em espaços de justiça criminal, e que se conectam com marcadores diversos.

Por último, em *As diferenças socio-identitárias no Estado Democrático de Direito*, Fábio Bezerra nos apresenta com a entrevista realizada com a professora, pesquisadora e jurista Antonella Galindo. Ao longo do diálogo, apreendemos as percepções da entrevistada acerca da *homotransfobia*, dos direitos humanos, da possibilidade de igualdade e inclusão, do diálogo e das interseccionalidades que servem como lente para um entendimento mais amplo sobre gênero, sexualidade, racismo e experiências individuais ou sociais. Tudo isso a partir de uma voz que traduz a trajetória profícua nas lutas políticas e jurídicas narradas e vividas por Antonella Galindo, primeira professora trans da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A entrevista concedida nos possibilita refletir sobre os caminhos percorridos até aqui em termos de conquista e luta por reconhecimento, além de nos fazer traçar percursos futuros.

Referências

BENÍTEZ, María Elvira Díaz; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; MAGALHÃES, Bruno; CALDAS, Mariana; MATOS, Francisco (org.). **Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 67-94. vol. II. *E-book*. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=680&sid=3>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



- BUTLER, Judith. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Biotempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTEC, 2012.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, [online], n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/KMSTZ>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/#>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 246-256.
- MELO, Mariana Soares Pires. **Corpo, violência e Estado**: percepções de operadores do sistema de justiça criminal acerca do homicídio de pessoas lgbtqi+. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Helma J. S. de; ZAMBONI, Marcela, TAVARES, Emylli; LEITE, Diego B. C. A (re)produção de uma sentença: narrativas uníssonas sobre feminicídio em tribunais do júri. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 122, p. 31-52, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.10593>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Helma Janielle Souza de. **O crime de feminicídio e a percepção dos agentes da Justiça**: uma análise sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- OLIVEIRA, Helma Janielle Souza de; MELO, Mariana Soares Pires; ZAMBONI, Marcela. A (in)visibilidade das questões étnico-raciais no âmbito dos tribunais do júri. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 47, 2023, Campinas. **Anais** [...]. Campinas, SP: Unicamp, 2023. p. 1-20. Disponível em: <https://encurtador.com.br/czEKY>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ZAMBONI, Marcela; FARIA, Jairo Rocha. Contágio social em tribunais do júri. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 195-218, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.265>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma Janielle Souza de. Dos que fazem justiça: a percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugal. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 14, n. 42, p. 43-55, 2015. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/Marcela&HelmaArt.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma Janielle Souza de. **Homicídio afetivo conjugal sob a lente dos operadores jurídicos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2016.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma J. S. de; NASCIMENTO, Emylli Tavares do. Intersecções de gênero, sexualidade e classe em tribunais do júri: valores morais em disputa. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 190-214, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.446>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Recebido em: 27/10/2023.

Aceito em: 30/10/2023.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

CONSUMO DE CANNABIS, CONTROLES SOCIAIS E SEUS EFEITOS

CANNABIS CONSUMPTION, SOCIAL CONTROLS AND THEIR EFFECTS

Ricardo Bandeira de Melo *

Resumo

Esta pesquisa foi realizada em São Lourenço da Mata entre 2018 e 2019. A partir de entrevistas semiestruturadas com consumidores recreativos de cannabis, apresentando um estudo comparado, baseado em diversificação interna, entre usuários das camadas populares. Durante a análise dos dados (análise temática), foi percebido que a escolaridade era a variável que gerava nas respostas uma grande distinção. Desse modo, as entrevistas foram divididas em dois conjuntos, sendo o A, formado por estudantes do ensino superior ou graduados, e o B, constituído por pessoas com no máximo o ensino médio completo. Foram analisados os perfis dos consumidores, os perfis de consumo e os controles sociais sobre a prática, exercidos pelos núcleos familiares, a vizinhança, as pessoas em geral e aqueles desempenhados pelo Estado. Entre os consumidores do *conjunto B*, pôde ser percebida maior intensidade no consumo, menor controle parental, menor preocupação com a vizinhança e baixa ou nenhuma estratégia em relação à polícia. Já no *conjunto A*, a prática se mostrou mais cautelosa. Quanto à atuação violenta da polícia, os mais vulneráveis se mostraram alvos preferenciais.

Palavras-chave: consumo de maconha; desigualdades sociais; interseccionalidade; violência policial.

Abstract

This study was conducted in São Lourenço da Mata, between the years of 2018 and 2019. It is based on semi-structured interviews with recreational cannabis consumers and aims to present a comparative study, based on internal diversification, among low income users. Throughout the data analysis (thematic analysis), it was perceived that the variable “schooling” was the one that generated a great distinction among the respondents. Thus, the interviews were organized into two sets: Set A, consisting of interviews with university students or graduates; and Set B, consisting of interviews with people who had completed at most upper secondary education. The consumers' profiles were analyzed, as well as the consumption profiles and social regulation of the activity by families, neighbours, individuals in general and the State. Among the consumers in Set B, it was noted a higher intensity of consumption, less parental control, less concern towards the neighbours and low or no strategies in regards to the police. As for Set A, on the other hand, the practice was shown to be more cautious. Regarding police violence the most vulnerable individuals were the preferred targets.

Keywords: marijuana consumption; social inequalities; intersectionality; police violence.

* Mestre em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco. E-mail: ricardobandeira_cs@hotmail.com.



Introdução

A presente pesquisa analisa os descompassos existentes nas formas de controles sociais sobre uma prática específica — o consumo de maconha —, exercidas sobre consumidores com diferentes perfis; indo desde aquelas praticadas pela família, passando pela vizinhança e pessoas em geral, até o nível de controle exercido pelas instituições do Estado. Os relatos dos meus interlocutores permitiram captar grande variedade nesses componentes.

Entre outros elementos, estão presentes a frequência de uso, os locais nos quais a substância é utilizada e o nível de exposição implicado neles. A nomenclatura adotada: locais abertos ou fechados; cobertos ou descobertos (e as possíveis combinações), é uma adaptação de um estudo sobre as atividades de tráfico, realizado por Jean Daudelin e José Luiz Ratton (2017). Nessa pesquisa, realizada entre 2015 e 2016, foi dada atenção especial ao mercado de *crack* e aos mercados de drogas de classe média no Recife. Os autores mostraram que os mercados de drogas podem ser *abertos* (aqueles nos quais estranhos podem interagir) ou *fechados* (aqueles em que apenas pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras participam). Esses mercados abertos ou fechados ocorrem em diferentes níveis. Além disso, eles podem ser *descobertos* (que envolvem trocas físicas públicas e visíveis) ou *cobertos* (que possuem trocas em locais privados ou em ambientes virtuais). As atividades podem ser cobertas ou descobertas também em diferentes níveis. Em vez de nos referirmos, na presente pesquisa, a trocas comerciais, faremos referência ao consumo. Os demais elementos permanecem inalterados.

A pesquisa foi desenvolvida em São Lourenço da Mata, cidade situada na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco; conta, de acordo com o Censo de 2022, com 111,243 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). Apesar de sua proximidade com a capital, a cidade não possui prédios luxuosos ou casas exuberantes em nenhum de seus bairros. Em vez disso, ao visualizá-la, podemos perceber claramente a sua simplicidade. Apesar da falta de homogeneidade, em linhas gerais, o município pertence à periferia urbana. Esse elemento, sem dúvidas, impacta nos mecanismos de segurança: não encontraremos em grande extensão regiões monitoradas por câmeras, seguranças privadas e aportes do Estado.



Por seu caráter comparativo, a pesquisa permite elucidar com maior clareza questões de natureza estrutural, como a seletividade repressiva e sua manifestação relacionada às diferentes formas de desigualdade social. Além disso, possibilita compreender de que maneira os consumidores são tipificados, rotulados e estigmatizados de acordo com seus perfis.

Metodologia

Embora reconheça que, contextualmente, diferentes nomes são atribuídos a essa planta, dependendo dos usos sociais e dos significados associados, utilizo, sobretudo por não se tratar de um estudo sobre os significados, de maneira intercambiável os termos *maconha* e *cannabis*. Em outras situações de análise, pode vir a ser importante realizar a devida distinção, já que a planta em questão pode ser chamada de formas específicas dentro de contextos religiosos, recreativos, legais e medicinais. A equivalência entre as expressões para determinados casos não é novidade no debate, também pode ser encontrada, por exemplo, em Marcílio Dantas Brandão (2014). Dito isso, passemos então aos informantes.

Os entrevistados são jovens das camadas populares. Não havia entre eles grandes distinções raciais nem de renda, embora houvesse em termos de tipo de ocupação. A grande diferença estava no nível de escolaridade. Ao comparar os resultados das entrevistas, dividindo por nível de escolaridade, um abismo surgia. De um lado, estudantes universitários e egressos do ensino superior. Do outro, jovens com no máximo o ensino médio completo. A diferença gritante — no perfil de consumo e na reação social — poderá ser acompanhada ao longo do artigo.

Com isso, é importante destacar que não estou indicando que a categoria *raça* seja menos relevante para a compreensão do assunto. Aqui, isto sim, busco diferenciar o peso circunstancial de cada uma delas: a classe, por meio dos estilos de vida e formas particulares de consumo dos quais derivam, torna indivíduos e grupos mais ou menos expostos — de maneira literal — aos controles sociais. Já a *raça*, enquanto elemento estanque em nossas vidas pessoais, incidirá de maneira mais restrita no tipo particular de reação à prática. É fundamental também mencionar que a proibição do consumo dessa substância está historicamente relacionada com o problema do racismo em nosso país,



pois, como apontaram Eduard MacRae e Júlio Simões (2000), longe de ser um hábito recente, a utilização social das propriedades psicotrópicas da *cannabis sativa*, acredita-se, foi introduzida no Brasil por africanos escravizados no processo de colonização. Mas foi apenas no século XX que a maconha se tornou uma questão pública. O avanço do uso por estratos populares em centros urbanos, que ultrapassou os padrões tradicionais das antigas rodas de fumo típicas do Nordeste, chamou a atenção das autoridades médicas e policiais brasileiras, que por meio de seus laudos, fizeram tomar corpo a associação entre *preto, pobre, maconheiro, bandido*. Além disso, os estudos apontavam aqueles que a consumiam simultaneamente como *doentes e marginais* e, com o crescente número de opositores, o consumo passou, em 1934, a ser penalizado em lei.

Apesar da aparente regularidade da amostra deste estudo, várias camadas de desigualdade puderam ser observadas. Este trabalho assume, tendo recebido influências da teoria interseccional, o patriarcado, o racismo e o capitalismo como sistemas articulados de dominação, opressão e exploração, e não como elementos singulares que podem se somar. Desse modo, aqui são tratadas de maneira conjunta e contextual, o gênero, a raça e a classe.

Embora o cruzamento das diferentes formas de desigualdade já existisse, foi a partir da obra de Kimberlé Crenshaw (1989), jurista americana, que tivemos um marco significativo. Ao não tratar a raça e o gênero como categorias separadas de experiência e análise, Crenshaw partiu em busca de uma categorização sintética, de baixo para cima, tratando de maneira interseccional as desigualdades, como no caso das mulheres negras. Isso nos conduz imediatamente a pensar no feminismo negro e em uma visão sistêmica da dominação.

Como apontou Bruna Cristina Jaquetto Pereira (2021), na qualidade de herdeira das teorias feminista e racial crítica, a interseccionalidade traz para um mesmo plano elementos teóricos e políticos. Aqui teremos esses diferentes eixos de dominação pensados conjuntamente, tratados em termos situacionais concretos. Mulheres negras; jovens semianalfabetos; rapazes brancos etc. Cada um, à sua maneira, diante das contingências da vida.

A noção operada aqui de amostra é a da escolha bem definida de uma parcela de uma população (usuários de maconha que residem em São Lourenço da Mata), dada a



impossibilidade de abranger a totalidade dos indivíduos incluídos nesses critérios. Álvaro P. Pires (2014) definiu essa estrutura de pesquisa como fechada ou convencional.

Deve ser destacado que a seleção das variáveis que serviram de apoio à construção analítica dos dois conjuntos não ocorreu a priori; ela se deu durante a coleta de dados e os primeiros procedimentos de análise, quando pôde ser verificada a construção de um padrão.

O critério de definição do número de entrevistados — que resultou em vinte entrevistas, cada conjunto possuindo dez — obedeceu ao princípio de saturação empírica, designando a compreensão, com base nas últimas entrevistas e observações, de que os dados não trazem informações satisfatoriamente novas para justificar uma ampliação na coleta; embora lembrando que a saturação não quer dizer o esgotamento empírico em sua totalidade, o que é impossível (PIRES, 2014).

Por uma questão de rigor, a saturação empírica não deve ser tomada como um senso de pesquisa, em que, por meio da experiência ou faro de quem analisa os dados, é sentido quando deve parar. É necessário, para saber se as informações estão ou não esgotadas sobre o tema de pesquisa, analisar as entrevistas uma a uma. Nisso entramos no procedimento de análise das entrevistas: a análise de conteúdo, ou mais precisamente neste caso, a análise categorial.

A técnica deve, de acordo com Laurence Bardin (1977), obedecer a alguns critérios para a obtenção de resultados seguros: o material coletado deve ser homogêneo; deve esgotar a totalidade do texto; deve ser exaustiva; objetiva, o que quer dizer que, independentemente dos codificadores adotados, deve-se chegar aos mesmos resultados e, por fim, deve haver boa adaptação ao conteúdo e aos objetivos.

O método de análise categorial consiste na classificação em *gavetas* através da manifestação de temas (assumindo aqui a presença e não a frequência). É um método que permite introduzir uma ordem na desordem aparente (BARDIN, 1977).

Seguindo esses procedimentos, foi atingido o número de vinte entrevistas, realizadas entre 2018 e 2019, do tipo semiestruturadas, realizadas presencialmente. Os entrevistados foram acessados por meio de indicações. A variável utilizada *a posteriori* para dividir as entrevistas, por ter apresentado força interativa com os resultados, foi o nível de escolaridade.



Avaliação situacional do consumo¹

Embora Howard S. Becker (2008), autor que trouxe contribuições muito importantes para o estudo do desvio, tenha se referido a variações na aplicação de normas a ações idênticas praticadas por indivíduos com classes e raças distintas, seu trabalho não apresenta uma ponte clara entre a interação social e o nível estrutural. Caminho semelhante pode ser localizado na obra de Gilberto Velho (1998). No entanto, ainda sobre esse antropólogo, cabe destaque à sua importante contribuição sobre as categorias de acusação, entre elas a de *drogado*. Ele buscou nos mostrar como a acusação desliza do ato praticado para atingir quem o praticou, assumindo um espectro moral mais amplo: o drogado pode ser considerado “doente”, “improdutivo para o trabalho”, “contrário aos valores da família” e, de maneira ambígua, “manipulado” ou “subversivo”, dentro de contextos específicos (VELHO, 1981).

Com o objetivo de superar esse limite entre os níveis interacionais e estruturais, Michel Misse (2010) buscou elucidar como certos *tipos sociais* “demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor ou pelo estilo de vida” (MISSE, 2010, p. 18), em contextos sócio-históricos determinados, são, para além de seus atos, postos em um processo de “criminação”, dada a forma como são construídos e representados.

A punição desliza do crime para quem o praticou, partindo de justificativas como a sua irrecuperabilidade potencial, desvio de caráter ou, de forma resumida: “sua subjetividade essencialmente criminosa” (MISSE, 2010, p. 19).

No caso da *sujeição criminal*, para esse autor, não se trata de uma simples violação de uma norma estabelecida, e com isso a aplicação de um rótulo, e sim de uma significação moral que condensa determinados agentes e suas práticas por meio de processos de rotulação, estigmatização e tipificação em classificações sociais relativamente estáveis e legítimas (MISSE, 2010).

Nem toda incriminação resulta em sujeição criminal. A aplicação bem-sucedida de uma norma estabelecida em lei não é, por si só, capaz de produzir como resultado um carisma negativo em um indivíduo e, mesmo que o fosse, não o faria identificar-se com

¹ Os nomes utilizados aqui para se referir aos participantes da pesquisa são fictícios, com a finalidade de preservar as suas identidades.



esse status social negativo que lhe foi atribuído. O mesmo se aplica à reincidência. Pode haver reincidência sem que haja sujeição, assim como pode haver sujeição sem que haja reincidência judicialmente registrada (MISSE, 2010).

Há uma estratificação social do *bandido/não bandido* como polos extremos da *sujeição criminal*. Ela acompanha, em primeiro lugar, as representações sociais do ilícito, do ilegal e do criminal e, em segundo lugar, ela acompanha as linhas da *estratificação social mais abrangente* (MISSE, 2010).

No limite da *sujeição criminal*, a autorrepresentação e a representação social encontram-se alinhadas, criando um quadro de justificativas e autojustificativas que caminham na direção da *índole perversa*. Podendo chegar, em pontos extremos, “a assumir publicamente sua identidade como ‘mau’ ou se tornar inteiramente indiferente ao *status* negativo que continuam a lhe atribuir” (MISSE, 2010, p. 29).

Essa assimetria na aplicação de rótulos, na atuação policial, na relação com familiares e vizinhos poderá ser percebida com facilidade nos dados que seguem.

Entre os entrevistados do *conjunto A*, apenas três deles, Douglas, Pedro e Wagner, consomem maconha com o conhecimento dos pais. A única pessoa da família de Júlia que tem conhecimento de seu hábito é uma prima; de Eduardo, a irmã. João não possui nenhum parente consanguíneo que tenha conhecimento de seu consumo, apenas a sua esposa. Já na linha colateral, percebemos maior abertura: dos dez entrevistados, cinco consomem com o conhecimento dos irmãos, e três com o conhecimento dos primos. Podemos notar, desse modo, que há uma preocupação em manter a prática em segredo pela maioria dos entrevistados, sobretudo no parentesco em linha direta.

Esse dado é relevante, pois informa a autonomia em relação ao núcleo familiar. Dos dez entrevistados, seis moram com os pais. Nove possuem trabalho remunerado. O dado prevalente de atividade remunerada no conjunto os conecta a diferentes teias sociais, o que pode colaborar ou atrapalhar na prática. No entanto, facilita o acesso em um ponto: dispõem de dinheiro para aquisição da substância sem recorrer aos pais. Todavia, por seis deles ainda estarem sob a tutela dos familiares, havendo discordância sobre o hábito, ele terá que ser mantido em segredo.

Essas combinações de variáveis produziram a seguinte tipologia²: *consumo secreto*: Antônio, Daniel, Eduardo, Everton, João, Júlia e Sol. *Consumo estigmatizado*: Douglas e Wagner. Por fim, o *consumo livre*: Pedro. As declarações abaixo irão ajudar a compreender esse quadro:

Consumo secreto:

Eu penso principalmente nos meus pais. Porque quando eu comecei a beber, era difícil lá em casa, sabe? De eu chegar em casa e minha mãe ficar: “deixa eu vê se você bebeu”. Eu sair e ela dizer: “não quero que você beba, não” e tal. Depois eles acabaram se acostumando. E assim, eh, o preconceito é muito maior com relação à maconha. Se eu já enfrentei uma dificuldade só porque eu bebia; uma coisa que todo mundo faz abertamente, imagine com a maconha... Eu realmente, tipo, prefiro manter isso em segredo a sete chaves. (informação verbal)³

Consumo estigmatizado:

Pô, foi um momento bem chato, na verdade. Eu era adolescente e, enfim, dependia dos pais, e querendo ou não, eu tinha que seguir certas regras na casa deles. Mas depois que eu fiquei de maior e comecei a trabalhar, assim, poder comprar as minhas próprias coisas, tipo, diminuiu bastante essa intolerância. Hoje é bem mais de boas. [...] Acaba gerando um certo problema com os pais, né? Os pais não aceitam, não gostam e tal. (informação verbal)⁴

Consumo livre:

Minha esposa sabe; minha mãe; meu irmão. Essas pessoas mais próximas de mim, assim, sabem que eu uso. Até mesmo porque eu trabalho; eu não deixo de viver minha vida; eu não sou irresponsável. (informação verbal)⁵

João, assim como Pedro, é casado, possui trabalho remunerado e não mora mais com os pais. No entanto, em seu caso, o principal controle é o do ambiente de trabalho. Motivo pelo qual o seu consumo é secreto. Sobre não revelar aos pais, ele declarou:

² Aqui será considerado o sigilo apenas em relação aos pais (por representarem um controle forte se comparados aos irmãos ou primos dos consumidores).

³ Trecho de entrevista concedida por Júlia em São Lourenço da Mata, 2019. Mulher branca, 26 anos de idade.

⁴ Trecho de entrevista concedida por Douglas em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 25 anos de idade.

⁵ Trecho de entrevista concedida por Pedro em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 30 anos de idade.



Hoje em dia, se de repente a minha família souber, eu não tenho a minha independência? Moro com a minha esposa e tal, então, se as pessoas soubessem, tal... Tanto é que não é algo tão escondido. (informação verbal)⁶

Como motivo principal para manter a prática em segredo, João apontou:

[...] Por conta ainda do preconceito. Eu não sei como é que as pessoas vão me ver. A gente tem um trabalho... Por exemplo, eu trabalho com crianças, né? Trabalho numa escola; dou aula pra crianças. E aí, por exemplo, se a mãe de uma criança daquela sabe; professores... Porque trabalho numa comunidade... A maconha na comunidade lá é assim, tá ligada ao tráfico, tá ligada a mais violência; tá ligada a pessoas que são presas. Então, se uma mãe, por exemplo, o público daquela escola disser: “Eita, esse professor fuma maconha”, parece que, eh, muda a visão que as pessoas tem, né? Aí prefiro manter em segredo pra maioria das pessoas. (informação verbal)⁷

Como mencionado anteriormente, Douglas e Wagner têm sua prática reprovada pelos pais. Antônio, Daniel, Eduardo, Everton, João, Júlia e Sol não se sentem estigmatizados, dado o caráter secreto de suas práticas desviantes. Pedro, por fim, afirmou não se sentir estigmatizado, embora sua família tenha conhecimento. Também como visto anteriormente, a aceitação da família se deve — pelo menos em parte — por ele *ser responsável e trabalhar*.

Entre os entrevistados do *conjunto B*, sete deles consomem com o conhecimento de seus núcleos familiares e outros parentes: Coringa, Ernesto, Fábio, Flávia, Igor, Marcelo e Maria. Já Ulisses, Humberto e Jonas consomem de forma secreta em relação aos pais; embora outros familiares, como irmãos, primos ou tios tenham conhecimento.

O consumo se mostrou mais frequente entre os entrevistados do *conjunto B* do que no *conjunto A*, possivelmente por, entre outros motivos, os controles sociais terem se mostrado mais frouxos entre os mais vulneráveis. No entanto, é importante destacar que, embora possuam menor alcance, os controles familiares ainda existem. Apesar de terem deixado, em sua maioria, de morar com os pais, os consumidores relataram a persistência de tentativas por parte de seus genitores de coagir a prática. Mais adiante retomaremos esses elementos.

⁶ Trecho de entrevista concedida por João em São Lourenço da Mata, 2018. Homem preto, 33 anos de idade.

⁷ Idem.



Nesse conjunto de entrevistados, apenas três vivem com os pais: Ulisses, Jonas e Igor. E apenas o último não possui atividade remunerada. Cabe destacar que tratar dos controles sociais como sendo mais frouxos nesse conjunto — iniciaram a prática mais cedo, por exemplo —, não implica em crítica velada: a ideia de que a culpa é dos pais por seus filhos cometerem essa prática classificada judicialmente como crime. Sobre o controle parental, é importante frisar que ele não se resume a atos de vontade, também entrando na equação as condições reais, como a disponibilidade de tempo para exercer controle. Como último elemento, merece ser pontuado que, mesmo quando esse controle é forte, o consumo pode ser retardado ou pode seguir em segredo, mas não há garantia de sua não ocorrência.

Dessas variáveis, a seguinte tipologia foi produzida: *consumo secreto*: Humberto, Marcelo e Ulisses. *Consumo estigmatizado*: Coringa, Fábio, Flávia, Igor, Jonas e Maria. Por fim, o *consumo livre*: Ernesto.

Consumo secreto:

São duas pessoas evangélicas, muito primitivas. Defendem muito, né, aquela coisa de... Mas também creio que por uma parte eles não têm entendimento do uso disso, sabe? São pessoas que são fechadas para se abrir em relação a isso daí. Se eu fosse falar em relação a isso, eles provavelmente seriam dispostos a não querer entender a minha situação. Então, por isso, eu prefiro respeitar; prefiro ser sigiloso, na minha, tranquilo. Prefiro evitar comentários, entendeu? É mais por uma parte de respeito meu por eles, mesmo. (informação verbal)⁸

Consumo estigmatizado:

Tem sim, todos os meus familiares sabem que eu uso. Todos eles sabem e assim, tem as críticas, né? Familiar não vai querer isso pra você, mas todos eles sabem que eu uso e também...Têm as suas críticas, né? Mas, por aqui, tudo bem. (informação verbal)⁹

Consumo livre:

Todo mundo! Todos eles! Dois irmãos: uma irmã e um irmão; meus pais, meus primos, meus tios, minha avó... Todo mundo. [...] Meus pais nunca me, nunca

⁸ Trecho de entrevista concedida por Ulisses em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 27 anos de idade.

⁹ Trecho de entrevista concedida por Flávia em São Lourenço da Mata, 2019. Mulher preta, 28 anos de idade.



me embaçaram na minha pra eu não fumar... Falavam pra eu não fumar em casa, somente, aí desde então eu venho fumando... (informação verbal)¹⁰

Há, como pôde ser visto em algumas das falas, desaprovação por parte dos pais ou suposição dela. Fábio, além disso, foi preso por tráfico, o que lhe rendeu, em suas palavras, “uma ficha meio suja”. Igor, Jonas, Maria e Coringa apresentaram em suas falas a presença de estigma imposto de forma pública. Ulisses e Humberto não se sentem estigmatizados, pois escolhem os contextos e sujeitos que, ao saberem, não lhes imporia *status* negativos, como nos ambientes de trabalho. Marcelo afirmou já ter se sentido estigmatizado, mas por ter mudado de endereço — e buscado ser discreto nele — e ter adotado novo visual. Afirmou, porém, não sentir mais essa rotulação negativa. Ernesto, por fim, afirmou que, embora todos os seus familiares e vizinhos saibam de sua prática desviante, isso nunca acarretou um tratamento diferenciado.

Como no *conjunto A*, também no *conjunto B* se mostraram relevantes na definição da necessidade/não necessidade de manter em sigilo para os familiares dois elementos: se possuem trabalho remunerado e se vivem com os pais. As duas variáveis (emprego e moradia) aparecem de forma nítida nessa fala de Humberto:

Minha mãe suspeita, meu tio é policial, tomara que ele nunca saiba, porque ele é meio pesado, meio ignorante... Entendesse? Então, tomara que ele nunca saiba. E se ele souber, eu tô vivendo minha vida. Hoje eu não tenho mais quatorze, quinze, dezesseis anos, hoje eu tenho os meus dois filhos, tenho minha esposa, tenho minha casa; tô montando meu negócio, então hoje eu ando com minhas próprias pernas. Então, se ele souber e vier bater na minha porta e me estressar, eu vou dizer: “cara, não se estresse comigo, não”. (informação verbal)¹¹

Mais adiante, temos, primeiro para o *conjunto A* e na sequência o *B*, os posicionamentos dos entrevistados sobre a necessidade/não necessidade de manter em segredo a prática para a vizinhança e as pessoas em geral; seguidas das suas motivações.

Sim, para evitar estigma ou consequências negativas:

Totalmente. Justamente como eu disse, né? Você é julgado se você é ou não é usuário. Eles não vão olhar pra mim, por mais que eu seja, o trabalhador; o cara que sai pra trabalhar; o cara que volta do trabalho. Eles vão ficar... Se

¹⁰ Trecho de entrevista concedida por Ernesto em São Lourenço da Mata, 2018. Homem preto, 28 anos de idade.

¹¹ Trecho de entrevista concedida por Humberto em São Lourenço da Mata, 2018. Homem branco, 31 anos de idade.

alguém souber, vai ficar dizendo: “oh o maconheiro, oh o maconheiro, oh o maconheiro; usuário!”. Então, eu evito. (informação verbal)¹²

Sim, para evitar danos ao trabalho por conta do preconceito:

O problema hoje é que, sei lá, eu mesmo, por eu ter *dreads* e tal, muita gente já me julga e tal. E eu tento passar pras pessoas que eu não uso, mas eu tenho que passar isso por conta do meu trabalho, eu trabalho com o público, porque quero receber do público de diversas mentes, e nem todo mundo aceita... (informação verbal)¹³

Sim, para evitar que chegue ao conhecimento dos pais:

Eh, eu acho que, se tivesse preconceito, o que eu ia me preocupar mesmo é com a minha família, só. Com as pessoas, não. Não chegando no ouvido de minha família, pra mim estaria tranquilo. (informação verbal)¹⁴

Vemos, então, que há uma preocupação manifestada por todos em evitar danos relacionados à maneira como as pessoas poderiam reagir ao consumo, levando o conjunto entrevistado a manter em segredo sua prática; seja por danos ao trabalho, medo do estigma ou para evitar que os pais tomem conhecimento. Já quanto ao *conjunto B*, temos:

Sim, para evitar estigma ou consequências negativas:

Eu, eu tento seguir ali de boa, sem estresse, porque não é bem-visto. Tem muita gente ainda que não, não, não vai de acordo, acha que é um bicho de sete cabeças e tal, isso, aquilo outro, tudinho. Principalmente os conservadores, né? (informação verbal)¹⁵

Sim, para não incomodar os vizinhos:

É, acho sim, porque assim, por uma parte eu respeito, né? Porque tem muita gente que não gosta, não curte, se incomoda com o cheiro. (informação verbal)¹⁶

¹² Trecho de entrevista concedida por Pedro em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 30 anos de idade.

¹³ Trecho de entrevista concedida por Wagner em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 22 anos de idade.

¹⁴ Trecho de entrevista concedida por Julia em São Lourenço da Mata, 2019. Mulher branca, 26 anos de idade.

¹⁵ Trecho de entrevista concedida por Humberto em São Lourenço da Mata, 2018. Homem branco, 31 anos de idade.

¹⁶ Trecho de entrevista concedida por Flávia em São Lourenço da Mata, 2019. Mulher preta, 28 anos de idade.



Depende do posicionamento singular de cada vizinho sobre o assunto:

Depende do ponto de vista de cada um vizinho, o que ele pensa, né, véi!? Porque tem gente que não vai de acordo com a situação, mas também tem gente que é tranquilo, que não tá nem aí, como eu já muita das vezes já conversei, já fumei com vizinhos. (informação verbal)¹⁷

Acha importante manter a discrição, embora os vizinhos tenham conhecimento:

Sabe, mai a gente num fuma na frente delas... (informação verbal)¹⁸

Não (para deixar tudo claro entre os vizinhos e evitar boatos):

É melhor que todo mundo saiba, pelo menos a turma já tá ligada, já; já tá ciente... O cara fuma o bagulho e tá tranquilo... Do que ficar escondendo e rolar umas merda lá, depois a turma saber lá que o cara tá fumando maconha, aí já quer associar a outras coisas, tá ligado? (informação verbal)¹⁹

Não, por não se importar:

Tanto faz, porque assim, eu não ligo pro que o povo saiba ou não. Porque tipo, eu não peço a ninguém, né? Não saio pedindo a ninguém pra fumar, eu mesmo dou meu jeito, faço meus corre, de um jeito ou de outro e fumo. Aí eu não ligo pro que o povo vão dizer, ou vão pensar... ligo não. (informação verbal)²⁰

Não, por se sentir estigmatizada independente do consumo:

Rapaz, eu em si, não mantenho segredo, até porque aonde eu moro, o povo fala muito,entendeu? Mesmo que eu não faça, se eu tiver perto de alguém que faça eu vou tá ligeiramente fazendo, entendeu? (informação verbal)²¹

A preocupação em manter em segredo para os vizinhos e as pessoas em geral se mostrou mais fraca no *conjunto B*. Ernesto, Igor, Maria, Coringa e Jonas não mantêm em

¹⁷ Trecho de entrevista concedida por Ulisses em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 27 anos de idade

¹⁸ Trecho de entrevista concedida por Jonas em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 24 anos de idade.

¹⁹ Trecho de entrevista concedida por Ernesto em São Lourenço da Mata, 2018. Homem preto, 28 anos de idade.

²⁰ Trecho de entrevista concedida por Coringa em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 22 anos de idade.

²¹ Trecho de entrevista concedida por Maria em São Lourenço da Mata, 2019. Mulher preta, 24 anos de idade.

segredo, embora esse último tenha afirmado preferir evitar consumir na presença de sua vizinhança. Ulisses oculta apenas para uma parcela dos vizinhos, levando em conta os posicionamentos individuais sobre o assunto. Flávia e Fábio, embora mantenham em segredo, não mencionaram eventuais danos, apenas que é preferível ser discreto, além de que a prática pode incomodar. Apenas Humberto e Marcelo manifestaram, de forma espontânea, o medo de serem estigmatizados ou de sofrerem alguma consequência indesejada. De forma bastante simplificada, apenas quatro acham necessário manter a prática em segredo. Seis o fazem apenas parcialmente ou consomem de forma completamente aberta.

Passaremos agora a verificar quais as estratégias adotadas para evitar a polícia, como elas variam entre os grupos e quais os efeitos disso. Inicialmente, para o *conjunto A*, temos o seguinte quadro:

Local fechado e coberto (ex.: em casa; casa de amigos/as; casa de praia):

Sim. Geralmente eu consumo, eh, na casa de amigos, né? Em ambientes fechados. Justamente pra não ficar exposto na rua e não ter nenhum contratempo. Algumas vezes, em algumas festas. Mas não é frequente que eu consumo; e, geralmente, quando eu consumo, é em lugares fechados. (informação verbal)²²

Locais abertos e cobertos (ex.: bares, festas e shows, faculdades):

Pô, tento fumar em casa, já pra não ficar à mercê desses caras, e lá na faculdade também é de boa porque não tem polícia, só os seguranças, aí é tranquilo. (informação verbal)²³

Evitar andar portando a substância:

Eu não ando com drogas, né?! Quando a polícia vem, eu tô de boa. Quase não tem nada. Já aconteceu de eu vim de ônibus com a quantidade de uns cinco “g” [gramas] na bolsa, mas tava muito bem guardado. E quando eu venho de ônibus, que eu trago alguma maconha, eu tenho algumas técnicas pra ludibriar, caso a polícia me pare. Mas eu nunca fui parado pela polícia, entendeu? (informação verbal)²⁴

²² Trecho de entrevista concedida por Eduardo em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 26 anos de idade.

²³ Trecho de entrevista concedida por Douglas em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 25 anos de idade.

²⁴ Trecho de entrevista concedida por Antônio em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 26 anos de idade.



Evitar ambientes abertos e descobertos “escancarados”:

Só, eh, procurar um local que não seja tão escancarado. [...] A gente sempre teve essa preocupação de tá num determinado local, mas que fosse visível, né? Se viesse uma polícia, se viesse... [...] Se tem uma parte assim, numa rua, sempre fica num local onde a gente possa visualizar se vai chegar alguém, se não vai. Nunca é no espaço mais público, assim. Nunca vai ser tão tranquilo quanto se estivesse em uma casa de praia. (informação verbal)²⁵

Evitar fumar acompanhado de muita gente:

Eh, então, pra evitar a polícia, eu evito fumar em lugares públicos. Ou tá com muita gente. Como eu disse pra você, eu fumo com pessoas, e quando eu tô com essas pessoas, que são pessoas mais próximas, a gente fuma ou na minha casa, ou na casa deles. (informação verbal)²⁶

Entre os entrevistados, apenas três fumam maconha com o conhecimento dos pais, e apenas dois com o consentimento. Todos evitam que a vizinhança e as pessoas em geral saibam. Há, para cada respondente, um conjunto de estratégias para evitar a polícia: para oito deles, a escolha dos locais; para um, evitar aglomerações; outros três, por fim, não andar portando a substância. A escolha dos locais se mostrou prevalente. E a tentativa de evitar a polícia, unânime. Em relação ao *conjunto B*:

Não faz nada para evitar a polícia:

Não. Porque tipo, eles perguntaram se eu fumava, eu disse que sim. É, o negócio é a pessoa falar a verdade. Se tiver fumado, a pessoa diz que sim, que eles percebe, eles num é otário. E se tiver com alguma coisa, a pessoa diz que sim. Só o negócio não é mentir pra eles. (informação verbal)²⁷

Consumir em locais fechados e cobertos (ex.: em casa ou na casa de amigos) e evitar ambientes de consumo e venda de drogas:

Evito muito tá em meio de antro, em boca de fumo principalmente pra não demorar a pega uma ideinha, não tá demorando, moscando na situação, pra não

²⁵ Trecho de entrevista concedida por João em São Lourenço da Mata, 2018. Homem preto, 33 anos de idade.

²⁶ Trecho de entrevista concedida por Pedro em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 30 anos de idade.

²⁷ Trecho de entrevista concedida por Coringa em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 22 anos de idade.

acabar se prejudicando, né? Que já justamente, eu já me prejudiquei, eu não quero mais não, isso pra mim mais não. (informação verbal)²⁸

Quando sai portando droga, prepara o cigarro, para não ser confundido com traficante:

Sim. Cara, eu assim, né... Eu não costumo tá andando com maconha, sabe? Quando eu ando, eu já faço o meu cigarrinho de maconha, o meu baseado, e deixo pronto e saio só com aquela quantidade, sabe? Porque, se eu sou parado, né, eu posso conversar com o cara, o policial, e explicar minha situação, que eu sou usuário, mas que eu não tô traficando, né?! Que eu não tô incentivando outras pessoas a fumar, que eu tô usando de forma medicinal mesmo, assim, né? (informação verbal)²⁹

Apenas entre os entrevistados do *conjunto B* esteve presente a postura de não fazer nada para evitar a polícia, encontrada em Ernesto, Coringa, Igor e Maria. Para eles, desde que sejam apresentados indícios de que você é apenas usuário, e sendo adotada postura cooperativa com os policiais, não há riscos. A fala de Marcelo percorreu o mesmo caminho. Embora tenha informado buscar evitar a polícia, seu mecanismo não envolve impedir o contato, mas sim apresentar sinais de que não está traficando: sair com apenas um cigarro, já feito, e com argumentos na ponta da língua para não ser taxado de traficante. Como veremos um pouco adiante, isso não impediu que ele fosse alvo de violência policial. Para os demais respondentes do *conjunto B*, a escolha dos locais se apresenta de forma semelhante ao *conjunto A*, como o mecanismo encontrado para não correrem riscos. No entanto, enquanto esses últimos apresentaram vários ambientes nos quais se sentiam seguros, os mais vulneráveis mostraram-se limitados ao uso doméstico e evitavam a permanência prolongada em locais de venda de drogas.

Entre os dez entrevistados do *conjunto A*, apenas três foram abordados pela polícia. Deles, dois sofreram algum tipo de abuso: Wagner e Douglas. Nessas três abordagens, perceberemos formas bastante distintas de atuação da polícia.

Recolheu a droga e liberou os usuários:

Já... eu já fui abordado. Na Boa Vista. Eu tava numa rua bem LGBT, que é a rua Metrôpole. Eu tava lá, e a polícia abordou a gente e tal, e perguntou o que

²⁸ Trecho da entrevista concedida por Fábio em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 30 anos de idade.

²⁹ Trecho da entrevista concedida por Marcelo em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 28 anos de idade.



tinha, tava eu e mais dois amigos, um era digamos um negro claro e o outro era branco, e ele abordou eu que sou negro e o outro também, tá ligado? O branco, ele tipo que “vá pra lá”, entendesse? E aí foi de boa, meio que de boa... de certa forma, eu meio que vergonha porque você tava no meio de várias pessoas, e as pessoas, querendo ou não, né... já lhe julgam só por você aparecer, por você existir, e você vê que as pessoas começam a lhe julgar. Apesar que eu não tenho problema nenhum com julgamento, quiser me julgar, pode julgar... (informação verbal)³⁰

Tentou extorquir dinheiro ou favorecimentos:

Veja só: eh, no dia desse incidente, ele chamou o pai, o cara que tava comigo vendendo a droga. Aí pediu pra eu chamar o meu pai. Aí eu disse a ele que não chamaria. Aí ele: “não, você tem que chamar o seu pai porque...”. Eu disse: “oh, eu sou de maior, então eu vou responder por mim”. Aí, enfim, painho é policial, tá ligado? Se meu pai fosse lá, ia ser uma escama pra cima de mim que eu não queria passar por essa situação. Aí eu tentei deixar o meu pai fora de todos os planos. E eu fui tentar falar a realidade do que aconteceu pra ver se eu tinha uma diminuição daquele problema. Enfim, um dos parentes do menino que tava lá em minha casa, ele tinha um conhecimento com um pessoal que trabalhava na Secretaria de Defesa do Estado, e essa pessoa poderia fazer, tipo, tirar um dos policiais que tava no dia pra outro batalhão; porque o plano A que eles ofereceram era tipo, por três mil reais. Cada policial ia ganhar mil reais e eles liberavam. Aí o cara disse que não tinha dinheiro pra essa situação, tá ligado? Enfim, aí fizeram esse acordo e iam liberar a gente se ele realmente fizesse isso. Aí, no dia, o cara fez o acordo com eles. Eles toparam; apertaram a mão, aquela resenha de sempre e a gente foi na delegacia; eles contaram uma história diferente do que aconteceu realmente, e depois liberou todo mundo. (informação verbal)³¹

Violência física:

Eu tava numa praça em Camaragibe³² e tava eu e meus amigos, né, aí eu e meu amigo tava com um pouco, mas aí ele veio perguntar, mas aí como a gente tava bem escondido, a gente achou que ele não ia achar, né? Aí quando ele perguntou o que que a gente tinha, a gente disse “nada, num sei o quê.”, “beleza”, aí começou a procurar, procurar, aí achou né? Quando ele achou, ele deu uma tapa em mim, que tava comigo, meu amigo também, que tava com ele, deu uma tapa e falou que a gente ia ser preso, que a gente ia assinar B.O. Aí a gente falou e explicou que era pouca quantidade, aí a gente, como diz aqui em Pernambuco, “pagamos de doido”, inventamos uma história e a gente se saiu... Tomou e mandou a gente embora. Acho que abordagem, umas quinze já. Agora, por eu ter *dread* e tal, os policiais vêm, e na mente deles, ficam com certeza que eu tenho algo. Então, eu já sofri abordagens que tipo, sem necessidade deles me mandarem fazer certas coisas, e eu tive que fazer, entendesse? Tipo, tirar o sapato, tipo desamarrar o cabelo pra ver se tava no cabelo, entendesse? Ele procurar em bancos assim, mesmo sem eu tá com nada, mas só pelo meu estilo e tal. Mas é porque quando a gente é abordado, os

³⁰ Trecho de entrevista concedida por Everton em São Lourenço da Mata, 2019.

³¹ Trecho de entrevista concedida por Douglas em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 25 anos de idade.

³² Cidade da Região Metropolitana do Recife. Faz fronteira com São Lourenço da Mata e a capital.



policiais querem total sinceridade. Se você chegar e falar, começar a explicar e tal, eles tratam você numa boa. Mas se você..., vamos supor, perguntar se você tem algo, você mentir, ele procurar e achar, aí é como se dizem: é pau... (informação verbal)³³

Entre os entrevistados, apenas quatro informaram realizar *uso intenso* da maconha: Douglas, Pedro, Everton e Wagner. Deles, apenas Douglas e Everton o fazem em locais abertos e descobertos, eventualmente acompanhados por grupos pequenos e grandes, com pessoas conhecidas e desconhecidas. Esses elementos ajudam a compreender sua maior vulnerabilidade em relação aos demais membros do *conjunto A*. De todo modo, merece destaque a baixa presença de violência física policial ou outros danos graves, se comparados aos encontrados no *conjunto B*. A polícia buscou, segundo o relato de Douglas, obter ganhos ilícitos se valendo de sua posição situacional desvantajosa. Everton foi reprimido e liberado. Em uma das várias abordagens policiais sofridas, Wagner foi agredido fisicamente.

O *conjunto B* apresentou, quanto às abordagens policiais, índices diametralmente opostos ao *conjunto A*. Apenas Flávia não foi abordada pela polícia. Entre os demais, todos foram abordados e, nisso, cinco deles: Fábio, Humberto, Ulisses, Jonas e Marcelo sofreram algum tipo de abuso policial. Nessas abordagens, encontramos as seguintes situações: abordagem sem violência policial; abordagem por tráfico com abuso policial; abordagem por consumo com abuso policial.

Buscando elucidar a violência policial e encontrar quais as suas relações com a nova lei de drogas (BRASIL, 2006), Marcos Veríssimo (2010), por meio de pesquisa empírica realizada entre usuários e traficantes do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, notou que, com o novo tratamento em lei dado ao consumo, além de não resultar em avanços, trouxe consequências negativas sobre a atuação policial. Com a nova lei em vigor, o número de casos levados à justiça caiu drasticamente, o que o conduziu à hipótese de que houve um desinteresse por parte da esfera jurídica a esse conjunto de delitos, por não haver penas restritivas de liberdade para ele. Desse modo, no seu entendimento, esse tipo de delito teria ficado, em termos práticos, quase que restrito à atuação policial. Nesse sentido, a lei teria influenciado a criação de mecanismos de resolução *na rua*. Esses métodos caminham entre a informalidade e a ilegalidade. De

³³ Trecho de entrevista concedida por Wagner em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 22 anos de idade.



acordo com suas observações, a maneira como os policiais agem pode ir da extorsão, principalmente entre usuários de classe média, à aplicação de castigos físicos e morais, sobretudo entre os consumidores mais pobres.

A pesquisa também identificou outras formas de violência, como o que ficou conhecido entre suas vítimas como *terror psicológico*: um variado repertório de ameaças, insultos e suplícios físicos. O objetivo é fragilizar o espírito daquele que sofre o ataque, buscando retirar dele informações ou fazê-lo assumir a autoria de algum fato (verídico ou não) (VERÍSSIMO, 2010).

Aqui, como em outros casos, são as linhas gerais da estratificação de nossa sociedade que irão orientar o tipo de atuação dos operadores de justiça, que podem ir do legal, passando pelo informal, até o ilegal. Abaixo, seguem os relatos dos entrevistados:

Abordagem sem violência:

Normal, visse? As três foi normal, perguntava se eu tinha passagem, eu respondia que não, dava meu documento, ainda ligava pra delegacia pra puxar meu nome e tal, mai nada, deu em nada. (informação verbal)³⁴

Abordagem por tráfico com violência policial:

Só quando eu fui preso mesmo, que foi um massacre do carai que eu levei. Eu levei uma pisa que, quem não quer apanhar da mãe e do pai é melhor apanhar, viu? Porque se a polícia pegar, viu? [...] Rapaz, nesse dia eu não tava nem traficando! Eu tava na quebrada, com uns... vamo dizer assim, com uns conhecido. [...] Nesse dia eu não tava nem traficando. Mas só que eu tinha o hábito safado, né, de que... nesse tempo eu gerava com uns menino aí, mas só que tem muito rato, como assim, vou dizer assim na minha linguagem pra você entender, que... ladrão, né. Vê onde você guarda seu fragrante, vai lá e lhe rateia. Eu já vi muito menino lá que gerava comigo lá, acontecer isso. Aí, pra não acontecer de eu ter prejuízo, eu sempre andava comigo... sete, cinco, oito dólar na cueca. Quando eu voltei pra pegar o telefone [em sua residência], o policial... acho que uns, uns três metros, já me abordou com uma pistola na mão me pedindo que eu deitasse no chão. Daí eu me virei tentando tirar o fragrante, mas só que eu não consegui mais tirar o fragrante. Daí me abordaram, me torturaram, botaram mais *crack* pra mim, botaram uma trinta e oito, um trinta e dois velho, tiraram foto e me disseram que se não desse com a mão de quem era aquela droga ia empurrar tudo pra mim. Aí eu disse: “isso é meu, isso é meu, é pro meu consumo... eu trabalho. — “Você veio de onde?” — Eu vim da casa da minha mulé! — Viesse da casa da tua mulé?” Mas antes me

³⁴ Trecho de entrevista concedida por Igor em São Lourenço da Mata, 2019. Homem preto, 22 anos de idade.



torturaram demais, torturaram demais mesmo, foi muita pisa, muita pisa mesmo. [...] Botou só pra fazer o terror mesmo, pra pessoa entregar. Aí eu desci... “Tá na sua casa as suas coisas?”. “Então!”. “Entra lá. Se tiver nem que seja uma dola lá vai rodar todo mundo. Tu; o que tiver, vai rodar também.”. Aí desceu pra lá. Quando desceu pra lá, eu já chamei o nome dela, né? Me enforcou: “oxe, tu tá fazendo alerta, é?”. “Vai por lá, zero dois; arrudeia aí; aborda lá pela frente lá!”. Já foi me levando. Zero um já foi me levando na frente e o zero três atrás. É assim que se chamam numa abordagem. Conversou pra lá, conversou pra cá. Ela se acovardou comigo, dizendo que não tava comigo mais. Virou a casa de cabeça pra baixo e não encontrou nada. Aí já me algemou e já me levou já pra delegacia de Camaragibe, e de lá fui transferido pra o IML fazer corpo de delito. De lá, fui pra triagem, COTEL. Passei dois anos e seis meses. Um ano no COTEL e um ano e seis mêi no Aníbal Bruno. Dois mil e... Passei 2014, 2015 e a metade de 2016. Ainda tô respondendo em liberdade. Já tive seis audiências e vou pra sétima audiência agora, e tô esperando em Jesus.³⁵ (informação verbal)³⁶

Abordagem por consumo com violência policial:

Primeiro que a gente tava fumando num lugar inadequado, né!? Totalmente errado. Tava fumando do lado do Alto da Igreja, e a gente foi pego por três policiais da ROCAM. Daí ele perguntou se a gente tava com alguma coisa. A gente tava, realmente tava com uma coisinha acochada. E a gente disse que não tava, a gente tinha jogado a coisinha antes que ele chegasse perto da gente. Daí ele perguntou: “se a gente procurar e achar vai ser pau”. “Beleza”. E eles acharam, tá ligado? Aí nisso, no que ele achou, ficou lá fazendo uma pressão psicológica. Viu que era pouca maconha, ficou perguntando de quem era... Daí cada um levou um chute. Teve um parceiro meu que levou dois. Ele colocou spray de pimenta na cara da gente e ainda fez a gente orar o Pai Nosso. [...] Tiraram onda mesmo, esculacharam. Aproveitaram que não tinha ninguém na situação por perto... Eu tava em um grupo de quatro pessoas, na outra cadeira tinha um grupo de três meninos que a gente não conhecia. Ele reuniu os sete e deu baculejo nos sete. [...] Todo mundo só colocou a mão na cabeça. Aí eles começaram a falar um bocado de coisa, pressionar, falar palavrão e tal. Chegou a furar os dois pneu da bicicleta do brother lá que falou que a maconha era dele. Ficou perguntando até um dizer quem era, de quem era a maconha. Aí o que disse era o que tava com a bicicleta. Ele foi e furou os dois pneu da bicicleta dele. (informação verbal)³⁷

Abordagem policial com extorsão:

[...] A vez que eu tava lá em Porto de Galinhas foi mais sinistro assim, né... Porque a gente tava com uma quantidade a mais assim de maconha, e aí o policial queria levar a gente pra delegacia, né... E tinha um brother nosso que faz faculdade e ia se queimar com isso, né?! Por causa do B.O, do TCO que ele ia assinar lá, e tal. E aí ele começou a entrar em desespero e pediu por tudo

³⁵ Fábio relatou ter sido preso portando duas pedras de crack e onze “big bigs” (pequena quantidade da erva embrulhada em plástico, papel alumínio etc.) de maconha; o que, de acordo com ele, era inferior a trinta gramas.

³⁶ Trecho de entrevista concedida por Fábio em Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 30 anos de idade.

³⁷ Trecho de entrevista concedida por Ulisses em São Lourenço da Mata, 2019. Homem pardo, 27 anos de idade.



assim pra o policial não levar ele e tal pra ele não ter que assinar lá TCO, e aí o policial ficou botando pressão na gente. E o que eu percebi é que esse lance de policial é o seguinte, sempre é uma equipe, né... Quatro policiais, dois são filhos da mãe assim, que vão chegar escrotando, botando o maior terror em tu, e outros dois são mais tranquilos, tá ligado? Depois que rola esse terror aí vem os outros policiais pra acalmar a situação, né... “Não, meu irmão, aconteceu isso e tal, mas a gente vai conversar e tal, tudinho...”. Eu acho que a tática da polícia já é essa, tá ligado, sempre tem que ter um cara que vai chegar botando o terror assim, tá ligado, e passando esse medo. E aí meu amigo ficou no pânico lá e véi... Os cabra pegou — sei nem se eu posso relatar isso, mas... —, os cara pegou nossa carteira, mano, e tirou todo o dinheiro de dentro e levou nossa carteira, levou nosso dinheiro, levou nossa erva e ainda levou a carteira de cigarro do brother, tá ligado? Aí tipo, eu fiquei pensando, “os cara são policial ou os cara são ladrão, véi?” Saca? Não quero nem tá julgando isso, sabe? Mas foi o que aconteceu. (informação verbal)³⁸

A maior vulnerabilidade do *conjunto B* é nítida: enquanto no *conjunto A* apenas três foram abordados pela polícia, tendo havido abusos em dois deles; nove entrevistados do *conjunto B* foram abordados, tendo cinco sofrido violações legais. Em quase todas essas situações apresentadas para esse grupo, os respondentes estavam acompanhados de outras pessoas, em locais abertos e descobertos.

Considerações finais

O *conjunto A* demonstrou maior cautela em toda a sua trajetória de consumo, optando, em sua maioria, por locais privados (sem circulação de desconhecidos e distante dos olhares estranhos). Em alguns casos, em locais com circulação de estranhos, mas fechados, como bares, shows etc. O *conjunto B* consumia, em sua maioria, quando iniciaram a prática, em locais com circulação de estranhos e visíveis a todos, como em ruas e praças (seis dos dez). Na ocasião da pesquisa, a maioria deles passou a consumir em ambientes privados, como em casa ou na casa de amigos (seis dos dez).

Sobre a necessidade/não necessidade de manter em segredo a prática, o *conjunto A* se mostrou muito mais empenhado em ocultá-la do que o *conjunto B*, seja entre familiares, vizinhança ou pessoas em geral. A respeito das estratégias para evitar a polícia, os primeiros também se mostraram muito mais empenhados do que os segundos.

³⁸ Trecho da entrevista concedida por Marcelo em São Lourenço da Mata, 2019. Homem branco, 28 anos de idade



Sobre o estigma, apenas dois entrevistados do *conjunto A* informaram sentir recair sobre eles rotulações negativas. Já no *conjunto B*, seis se sentem estigmatizados. Desse modo, prevaleceu no primeiro bloco de entrevistas o *consumo oculto*, enquanto no segundo, o *consumo estigmatizado*

Sobre as abordagens policiais, percebemos um grande abismo entre os dois blocos de entrevistas: no *conjunto A*, dos dez entrevistados, apenas três foram abordados, tendo sido observadas duas ocorrências de abusos policiais: uma obtenção de vantagens ilícitas pelos agentes, em um caso, e violência física, em outro. No *conjunto B*, dos dez entrevistados, nove foram abordados pela polícia; desses, cinco foram vítimas de algum tipo de abuso legal, como extorsão ou, na maioria dos casos, violência física e humilhações.

Em diversas situações, parte dos entrevistados apontou o racismo como elemento motivador de abordagens policiais e dos abusos sofridos. Wagner e Marcelo apontaram o visual *rasta* como fonte de preconceito e perseguição policial. Para desemaranhar esses dados, dois elementos devem ser tomados: a configuração do consumo e a configuração do racismo no Brasil, que apresenta forte afinidade com outros marcadores sociais da diferença. O racismo é inegável, mas no caso brasileiro, como apontou Oracy Nogueira (2007), está intimamente relacionado com a classe.

Dito de outro modo, foi possível perceber, por meio das características do consumo, que a classe informa as circunstâncias que facilitam ou dificultam a atuação da polícia; ou que demonstram maiores ou menores chances de obtenção de sucesso por parte dos controles parentais e de vizinhança. No caso da polícia, se andam portando a substância, se fumam em lugares com circulação de estranhos, se realizam trocas comerciais (aquisição) em ambientes sujeitos à vigilância ou realizam atividades contextualmente tidas como suspeitas, como andar em grupos em locais onde há o consumo dessa planta. A aprendizagem dessas estratégias, estando associada ao nível de escolaridade, mostra-se claramente como elemento de classe. São desenvolvimentos informados de estilos particulares de vida. O controle parental também se mostrou mais fraco entre os informantes com no máximo o ensino médio completo. Em alguns casos, deve-se ao tipo particular de compreensão sobre os usos recreativos da maconha, em outros, incapacidade de exercer o controle (muitas vezes por jornadas extensas de trabalho ou outros elementos relativos às condições objetivas de vida). A integração social entre



vizinhança e usuários se mostrou mais fraca entre os entrevistados do *conjunto B*, por eles terem, por ocasião da necessidade de ingresso precoce em atividades laborais e constituição de novos núcleos familiares, deixado a casa dos pais e se mudado para novas vizinhanças, tendo laços ainda recentes e pouco estabelecidos, o que impacta nos mecanismos de controle por parte desse grupo.

Pierre Bourdieu (2019) tratou dessas questões envolvendo a *juventude*. Para ele, a divisão entre as idades é arbitrária, sendo a fronteira entre a juventude e a velhice controversa em todas as sociedades. A representação ideológica da juventude lhe concede coisas e, em contrapartida, retira deles uma série de outras. Essa divisão é, então, uma cisão de poder. Comparando pessoas nas mesmas idades biológicas, temos uma grande diversidade na disponibilidade de tempo, mercado de trabalho e condições de existência, de modo geral. Uns são estudantes e possuem entradas com descontos para cinemas e teatros; já outros estão inseridos no mundo do trabalho, lidando com dificuldades severas. Para os primeiros, há de forma prolongada a adolescência, entendida por ele como uma forma de “irresponsabilidade provisória”: são adultos para algumas coisas, crianças para outras. O desejo, na forma infraconsciente, é ajustado ao horizonte dos possíveis objetivos: o filho da classe operária aguarda ansioso pela entrada no mundo do trabalho. No entanto, o ajuste entre possibilidades reais e desejos nem sempre estão em acordo. O exemplo dado por Bourdieu se aplica ao Brasil de nossos dias e, em particular, a essa pesquisa: bacharéis e licenciados desempregados ou com empregos não desejados; almejando aqueles possuídos pelos mais velhos, muitas vezes atingidos como ponto de chegada para eles; pretendidos como partida para os mais novos. Nesse desajuste geracional, podemos ver um mal-estar entre “jovens” e “velhos”, em que os mais novos são, por força das necessidades objetivas, empurrados para a “juventude”. E se compararmos esses estudantes ou recém-formados com os que estão no mundo do subemprego, encontramos uma vida lúdica para os primeiros, e dura demais para os segundos. O conceito é construído, manipulado: deve sempre ser pensado por meio das relações.

As faixas de idade são informativas, mas sozinhas, dizem muito pouco. Se para uns, o convívio com os pais é prolongado durante o período universitário e, muitas vezes, para além dele; para outros, rapidamente os mundos do trabalho se impõem: as atividades rotineiras de carteira assinada; os contratos informais; atividades autônomas ou bicos. Aos



primeiros, a fase dos namoros se estende longamente; já para os segundos, a formação de novos núcleos familiares ocorre com certa rapidez. A proteção e controle dos pais cessa, ou pelo menos perde densidade, restando a tarefa aos mais desprivilegiados de enfrentar as adversidades de toda sorte por suas próprias mãos: lidar com as polícias e o sistema de justiça; suas imagens frente as vizinhanças; os dilemas de suas novas famílias; a consequente redução do tempo para se encontrar com amigos. Desse modo, tomando a idade e as posições objetivas ocupadas no espaço social, percebemos que entre os mais pobres há um momento de inflexão próximo à maioridade civil.

Sobre os elementos de raça, embora analiticamente não operantes para a divisão da amostra, não se mostraram menos importantes: nos dois *conjuntos* foi possível localizar a presença do racismo, o que ajuda a revelar a gravidade do problema. Como destacado ao longo do texto, a raça está intimamente relacionada ao consumo de maconha no Brasil, assim como com a sua proibição. São questões imbricadas.

Transformações nos interesses ligados à economia, ciência — como as discussões médicas —, segurança pública e liberdades individuais são responsáveis, em larga medida, pela mobilização da atenção dada à maconha no país hoje (BRANDÃO, 2014). Positiva ou negativamente, direta ou indiretamente, as pessoas se sentem afetadas pela política de drogas em vigor. Aqui foram abordados principalmente temas ligados às liberdades individuais e à inoperância democrática na atuação das forças policiais.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 137-153.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O “problema público” da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e**



Controle Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 703-740, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7258>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115–134, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/JhdgzMLwMWj73b4Q6sYR9z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2022**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-lourenco-da-mata/panorama>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MCRAE, Edward.; SIMÕES, Júlio. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2000.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma analítica sobre a categoria “bandido”, **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 445-454, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 154-214.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERÍSSIMO, Marcos. **A nova lei de drogas e seus dilemas: apontamentos para o estudo das de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro**. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, maio./ago. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/6533>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Recebido em: 13/08/2023.

Aceito em: 20/11/2023.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n31.67626.p20-44>

**EXPERIÊNCIAS DE SUJEIÇÃO CRIMINAL DE JOVENS EGRESSOS DA
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO
(FUNASE/PE): um olhar interseccional**

***EXPERIENCES OF CRIMINAL SUBJECTION OF YOUNG EX INTERNEES OF THE
SOCIO-EDUCATIVE ATTENDANCE FOUNDATION OF PERNAMBUCO
(FUNASE/PE): an intersectional perspective***

Elaine dos Santos Dias da Silva *

Resumo

Neste artigo, é proposta uma abordagem interseccional para analisar a experiência de jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) que enfrentam a criminalização. O foco central deste estudo reside na investigação do papel que categorias como raça e classe social desempenham na criminalização e incriminação desses ex-socioeducandos da FUNASE, bem como esses fatores afetam suas vulnerabilidades. As análises das narrativas apresentadas baseiam-se em entrevistas em profundidade realizadas com jovens egressos do sistema socioeducativo de Pernambuco, fruto da minha dissertação de mestrado (SILVA, 2022). A abordagem interseccional permitiu o reconhecimento das desigualdades estruturais que moldam a incriminação desses jovens, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos, ajudando, assim, a compreender a complexidade e interconexão dos sistemas de opressão presentes na sujeição criminal. As observações realizadas demonstram como as complexas interações entre identidades e opressões influenciam a experiência de sujeição criminal, destacando questões, como estigmatização, obstáculos na reintegração social, dificuldades no acesso a oportunidades e direitos.

Palavras-chave: interseccionalidade; juventudes em conflito com a lei; sujeição criminal; sistema socioeducativo.

Abstract

This article proposes an intersectional approach to analyze the experience of young individuals who have emerged from the Fundação de Atendimento Socioeducativo (Foundation for Socioeducational Assistance) – FUNASE and their encounters with criminalization. The primary focus of this study lies in the investigation of how categories such as race and social class play a role in the criminalization and incrimination of these former socio-educational participants of FUNASE, as well as how these factors impact their vulnerabilities. The analyses of the narratives presented are based on in-depth interviews conducted — as part of my master's thesis (SILVA, 2022) — with young individuals who have left the socio-educational system in Pernambuco. Thus, the experiences of these young individuals are examined to unveil the complex ways in which identities and oppressions intersect and shape their experiences of criminal subjection, shedding light on issues such as stigmatization, challenges in social reintegration, difficulties in accessing opportunities and rights. Furthermore, the use of intersectionality helps us recognize the structural inequalities that influence the incrimination of these young individuals, contributing to the perpetuation of stereotypes and prejudices, as well as hindrances in accessing fundamental rights. It

* Mestra em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: laine.s.dias@gmail.com.



also aids in understanding the complexity and interconnection of oppression systems present in criminal subjection.

Keywords: intersectionality; youth in conflict with the law; criminal subjection; socioeducational system.

Introdução

A violência não pode ser atribuída exclusivamente a um tipo específico de crime ou infração, mas é um fenômeno complexo e socialmente construído. Ela resulta de um processo histórico de acumulação que envolve tanto as práticas criminais quanto a sua representação na sociedade. Em outras palavras, a forma como a violência urbana é retratada e compreendida está intrinsecamente ligada a condições específicas que permitem sua reprodução em larga escala, construindo, ao longo do tempo, uma “acumulação social da violência” (MISSE, 1999).

Na representação social, diferentes elementos da violência urbana se combinam, gerando sensação de insegurança e medo. Isso leva ao aumento da demanda por segurança pública e à defesa de medidas mais rígidas de punição e uso da força física contra os *bandidos*. Embora esses crimes não ocorram necessariamente próximos daqueles que se veem como possíveis vítimas, eles produzem um sentimento de medo e insegurança, o que os torna prioridades no combate à criminalidade.

Além disso, a associação desses crimes com a pobreza urbana reforça estereótipos e estigmatiza certos grupos, estabelecendo uma seleção social do crime que conecta violência, criminalidade e pobreza. Isso coloca determinados sujeitos sob suspeita, acusação e percepção de perigo, e gera o processo de sujeição criminal (MISSE, 2008). Essa conexão entre violência e pobreza perpetua um ciclo de criminalização que afeta de forma desproporcional indivíduos e comunidades marginalizadas.

É fundamental examinar a violência urbana não apenas do ponto de vista do crime em si, mas também compreender sua construção social e as implicações nas dinâmicas de sociabilidade, bem como seu impacto na formação das subjetividades individuais.

Este estudo tem como propósito, portanto, realizar uma análise com base interseccional que abranja as experiências de sujeição criminal dos jovens que anteriormente foram internos na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE).



A FUNASE desempenha o papel, em Pernambuco, de promover uma política de atendimento para adolescentes submetidos a medidas socioeducativas que envolvem privação e/ou restrição de liberdade, visando garantir seus direitos fundamentais. O público atendido pela FUNASE abrange adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 12 e 18 anos incompletos.

Para atingir os objetivos deste trabalho, utilizei um conjunto de entrevistas em profundidade, conduzidas durante o ano de 2021, que envolveram quatro jovens que passaram pela FUNASE, cujas identidades foram protegidas por meio do uso de nomes fictícios, a fim de preservar a confiabilidade e o respeito à privacidade dos participantes da pesquisa que serão mantidos em anonimato ao longo do texto.

As vozes e perspectivas dos entrevistados são cruciais para se compreender a intrincada natureza de suas vivências e explorar as maneiras pelas quais diferentes formas de opressão atuam em suas trajetórias. Esses jovens compartilharam relatos abrangentes que traçam suas histórias, desde a infância até o envolvimento em atos infracionais, passando pelas experiências durante a internação e os desafios enfrentados na reintegração à sociedade após deixarem o sistema socioeducativo. Essas questões estão interligadas a fatores estruturais de opressão, como raça e classe social (SILVA, 2022).

As narrativas desses jovens egressos fornecem uma perspectiva valiosa para compreender a intersecção de diferentes opressões e desigualdades que moldam suas experiências no sistema socioeducativo e além dele. Por meio dessas histórias individuais, é possível identificar os impactos da discriminação racial e das desvantagens socioeconômicas na trajetória desses jovens, bem como examinar como esses fatores se entrelaçam e se intensificam mutuamente.

Além disso, esses relatos permitem questionar as narrativas dominantes que estigmatizam e marginalizam esses grupos específicos, contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais. Ao dar voz aos jovens egressos da FUNASE e compartilhar suas perspectivas e suas experiências, que por vezes evidenciam a sujeição criminal presente em suas vivências, busca-se ampliar a compreensão sobre as complexas interações entre raça e classe social, a fim de promover uma análise mais crítica e sensível ao abordar essas questões.



Por meio dessa abordagem metodológica interseccional, espera-se contribuir com uma análise que leve em consideração as diferentes dimensões da identidade e as estruturas de opressão que afetam a vida desses jovens.

Sujeição criminal: as experiências dos egressos da FUNASE

Ao considerarmos a concepção de crime sob uma perspectiva durkheimiana, percebemos que ele é, em suma, o resultado de uma reprovação social. Em outras palavras, um ato não é considerado criminoso porque intrinsecamente ofende à consciência coletiva, mas sim porque é qualificado como tal pela própria sociedade (DURKHEIM, 2008). Por meio da tipificação dessas ações pela lei, a reprovação social é institucionalizada.

Os estudos de Becker (2008), por sua vez, tratam da noção social de desvio, revelando como ocorre o processo de rotulação de indivíduos considerados desviantes. Através das interações sociais, determinados grupos estabelecem normas para as quais a transgressão é categorizada como desvio. De acordo com Becker, assim como a concepção de crime proposta por Durkheim, o desvio não está fundamentado na qualidade intrínseca da ação em si, mas sim no resultado das sanções aplicadas ao transgressor, como resultado de uma acusação negativa por parte da sociedade em relação a esse indivíduo. Portanto, uma conduta é considerada desviante porque é definida como tal, e o indivíduo se torna desviante quando lhe é atribuído esse rótulo.

Dessa forma, tal qual a definição de Durkheim para o crime, Becker demonstra que o desvio é uma construção social, amplamente influenciada pela reprovação e pela rotulação provenientes da sociedade.¹ Através da tipificação legal e das interações sociais, a sociedade estabelece o que é considerado crime e desvio, determinando as consequências e sanções aplicadas aos transgressores.

Na perspectiva de Erving Goffman (1978), o desvio será abordado sob a forma de *estigma*, que se refere a um rótulo atribuído a certos indivíduos que carregam diferenças

¹ É importante mencionar que há uma escolha metodológica diferente na teoria de Durkheim e na de Becker: o primeiro oferece uma abordagem que considera o crime como um fato social e destaca sua função na sociedade; o segundo, por outro lado, segue um caminho metodológico distinto ao argumentar que seu objetivo não é relacionar o desvio a fatores sociais, mas sim fundamentá-lo a partir do conceito de estigma social.

que os colocam em uma posição inferiorizada. Esse estigma impõe dificuldades adicionais para que o sujeito estigmatizado construa suas identidades pessoal e social, levando-o a desenvolver estratégias para manipular sua própria identidade. A manipulação do estigma envolve a simulação de uma *normalidade* que o indivíduo estigmatizado não possui, mas que pode ser adotada quando o estigma que carrega não é prontamente reconhecido.

Um aspecto relevante que emerge dos estudos sobre desvio é que nem todo indivíduo que comete um crime será rotulado como criminoso. Esse rótulo é atribuído somente a certos tipos de sujeitos, e para que isso ocorra, é essencial que haja uma reação negativa da sociedade em relação a esse indivíduo, considerando-o desviante nessa perspectiva. Sob essa lógica, fica claro que a mera existência de uma regra não garante sua imposição. Para que isso aconteça, é necessária uma acusação ou denúncia por parte dos agentes que se intitulam como detentores das regras (“empreendedores morais”) (BECKER, 2008).

Michel Misse (1999) resolveu essa questão ao diferenciar três conceitos fundamentais: “criminalização” (atribuir o status de crime a uma determinada ação), “criminação” (interpretar eventos como crimes por meio de acusações) e “incriminação” (classificar um sujeito como autor do crime). Sob essa perspectiva, tanto o desvio quanto o desviante são construções sociais baseadas em algum tipo de acusação social. O indivíduo acusado é rotulado de forma depreciativa, de modo que o crime se torna parte de sua essência e não apenas uma ação específica. Esse acusado é diferenciado negativamente em contraste com os demais sujeitos.

De acordo com Misse (1999), esse processo ocorre por meio de uma mudança na natureza da acusação, passando-se da infração para o infrator, algo que Foucault (2014) descreve como uma “passagem de lei à norma”. Isso resulta em um sistema de tipificação de um perfil social considerado suspeito, gerando assim uma subjetivação baseada na afirmação de uma personalidade transgressora do sujeito. Isto é,

o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um “mundo à parte”, o “mundo do crime”. Há sujeição criminal quando há reprodução social de “tipos sociais” representados como criminais ou potencialmente criminais: *bandidos*. (MISSE, 1999, p. 71)



É, portanto, quando a lei age através da norma, que a punição é direcionada ao sujeito transgressor e não apenas à transgressão em si. A acusação passa a concentrar-se em meios de reafirmar o caráter transgressor desse indivíduo, rotulando-o como um *ser criminal*.

Há, contudo, um processo social que antecipa de forma preventiva o caminho para a incriminação. Mesmo que não haja a ocorrência de um evento que poderia ser considerado criminoso, inicia-se de maneira preventiva o processo de incriminação. Indivíduos são rotineiramente vistos como suspeitos, e, por consequência, ruas, favelas e bairros são amplamente considerados como áreas perigosas. A fixação do rótulo de criminoso em um indivíduo, a transformação de um evento possível em uma representação social do indivíduo como um criminoso em potencial, cria tipos sociais — aqueles que são preferencialmente vistos como suspeitos pelos agentes de controle social (MISSE, 2007).

A fim de compreender a dinâmica desse processo, é fundamental considerar as diversas dimensões que contribuem para a criminalização do indivíduo. Michel Misse identifica três dimensões-chave que ajudam a elucidar essa construção. Essas dimensões podem ser ilustradas pelos relatos dos jovens fictícios: Ricardo, Thiago e Fábio. Desses três indivíduos, os dois primeiros se autodeclararam negros, e Fábio se autodeclara branco, todos possuem ensino médio completo e residem em comunidades periféricas de Recife e Região Metropolitana de Recife, provenientes de origens socioeconômicas populares.

Primeiramente, há a dimensão da seleção, que envolve a escolha do agente com base em suas características pessoais, sugerindo a possibilidade futura de cometer delitos, a exemplo da fala de Fábio:

Tinha uns, tinha outros que tinha medo de ficar perto. Pensava que ia fazer alguma coisa, mas a maioria depois de um tempo eu consegui me enturmar, tudinho. Porque, tipo, pediam desculpa depois: “não, mano, eu pensava que vocês eram outra coisa”. Porque, tipo, ninguém vai imaginar quem é você antes de chegar pra lhe escutar. Porque, tipo, minha face mesmo, se eu botar cara feia ninguém chega perto de mim, não. Mas se eu... se a pessoa chegar pra dialogar comigo, tudinho. Eu sou um cara que quando eu não conheço, eu não sou de dar sorriso pra ninguém assim. Agora com a pessoa que eu

conheço, eu já sou abertamente. Tipo, a pessoa que não me conhece vai me julgar o quê? Cara fechada. Ai, isso é que não pode. (informação verbal)²

A segunda é a experiência que surge a partir do contato com as instituições de controle, desde a adolescência, seja em uma instituição socioeducativa ou após passar por uma prisão, como podemos observar no relato de Ricardo:

Não. Então, é...pra quem tá dentro também é a mesma situação. Quem chegou ali? Foi Ricardo. O cara é perigoso, o cara é errado. Então, quem tá lá dentro interno também, jovem, a pessoa que tá lá preso, eles criam isso também, a pessoa tem consideração, respeito. Entendeu? Sabe que você tem experiência. Sabe que você é vivido, que você já tem um tempo ali. Entendeu? [...] Então, tinha diferença, porque cada vez que você sai, cada vez que você é preso, cada vez que você se solta, você é mais considerado ainda. Entendeu? Então assim, a diferença é essa. A diferença é que, tipo assim, você pegar status, pegar fama, ser reconhecido: “Fulano foi preso de novo. Foi preso quantas vezes? Foi preso três. Então o cara tá envolvido. É um cara perigoso”. (informação verbal)³

A terceira dimensão compreende o autorreconhecimento, derivado da teoria do rótulo. É quando o indivíduo incorpora à sua identidade o rótulo de bandido, como evidenciado na história narrada por Thiago:

Uma pessoa que faz um ato desse, é se tornado, é reconhecido, tido como um bandido mesmo de verdade, e uma pessoa que faz outros ato como esse, roubar um pai de família ele é conhecido como maloqueiro. Hoje não, mas antes eu me via como bandido. (informação verbal)⁴

Nessa conjuntura, ocorre a internalização da visão estigmatizada atribuída à pessoa, sendo que Misse amplia essa ideia ao considerar o conceito de vulnerabilidade social. O sujeito criminal é retratado como a personificação estigmatizada do bandido, alguém corrompido e considerado incapaz de se reintegrar à sociedade. Essa visão negativa é tão enraizada que a vida do indivíduo é vista como descartável, levando à crença de que ele é intrinsecamente perigoso e irreversível. Vejamos outro exemplo por meio da experiência relatada por Thiago:

² Trecho de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com “Fábio”, jovem do sexo masculino, branco, 23 anos de idade.

³ Trecho de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com “Ricardo”, jovem do sexo masculino, pardo, 24 anos de idade.

⁴ Trecho de entrevista realizada no dia 6 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com “Thiago”, jovem do sexo masculino, preto, 24 anos de idade.



Quando eu me envolvi mesmo pesado, me aprofundi mesmo, que eu me considerei, que eu vi que eu tava bem e não podia mais voltar mais. Fazer tudo que era errado, tudo ao contrário. Já tava naquela linha de pensamento: como já tava tudo acabado, podia me acabar também. As pessoas também me viam como bandido, me deixava mais com ódio ainda. Quando eu passava as pessoas já não ficava no mesmo lugar, as pessoa se escondia, com medo de mim, e ali eu me sentia um bicho. (informação verbal)⁵

Assim, uma sensação de insegurança é gerada, composta por sinais de perigo social, que se somam a outras variáveis como pobreza, desigualdade, raça e estilo de vida, criando fantasmas e medos no cotidiano (MISSE, 1999). O medo social, fundamentado na sensação de insegurança, está relacionado a um tipo ideal de sujeito e encontra-se na diferença do *Outro*. Em outras palavras, se há a sensação de insegurança e medo, é porque existe algo que gera essa insegurança (a violência) e alguém que a produz (o *Outro*).

Principalmente, jovens negros e pobres são identificados como um tipo específico de sujeito capaz de gerar medo, sendo associados à violência e à transgressão. Essa relação articula desigualdades sociais em diversos níveis com o medo, que associa a pobreza urbana à violência, criando um perfil estereotipado do sujeito transgressor, cujo caráter é retificado como inerentemente violento.

Essas pessoas são vistas, antes de tudo, como potenciais criminosos. Não estamos lidando aqui com meras suspeitas. Trata-se de uma forma de suspeição que submete grupos de pessoas à vigilância e controle preventivo por meio do processo de criminalização.

Como resultado, esses indivíduos são considerados suspeitos, gerando uma dicotomia entre “maus” e “bons”, entre quem merece viver e quem é matável. Disso decorre um processo de exclusão que nega ao indivíduo estigmatizado a plena cidadania, despojando-o de seus direitos e de sua humanidade, relegando-o a uma condição de incurabilidade e a uma “vida sem valor” (AGAMBEN, 2004). Essa desumanização possibilita que o estigmatizado esteja sujeito à tortura, humilhação e até mesmo à exterminação, sem que isso provoque qualquer desconforto moral na consciência coletiva.

⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 6 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com “Thiago”, jovem do sexo masculino, preto, de 24 anos de idade.

Trata-se de um sujeito que “carrega o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto. (MISSE, 2010, p.17)

Esses indivíduos, frequentemente, encontram-se em uma situação na qual têm dificuldade em visualizar outras opções disponíveis. Passam a interpretar suas vivências e experiências com base na ideia de que só têm duas alternativas extremas: a morte ou a prisão. Sentem-se presos em um ciclo no qual a noção de arriscar tudo se torna dominante, como se não houvesse mais nada a perder. Quando uma pessoa é colocada nessa posição, ela se torna uma espécie de vítima expiatória, como um “bode expiatório” (GIRARD, 1990), cujo sacrifício é dramatizado em rituais comemorativos, que visam uma purificação da comunidade.

A ideia mencionada anteriormente é reforçada mais uma vez na narrativa dos jovens. Fábio compartilha:

Então muita gente chegou pra mim: “tu não vai conseguir, tu não vai passar dos 18, tu não vai ver teus filhos crescer”. E eu tô contrariando as estatísticas, eu tô mostrando pra quem duvidou de mim, pra quem disse que eu não ia chegar[...] a maioria daqui quem era meus amigos, no passado, a maioria ou morreu, ou continua na mesma vida, tá preso. Mas a maioria tá morto, a maioria. Várias pessoas que cresceram comigo, que eu vi dentro de cadeia, que se tornaram amigos meus dentro de cadeia, quando eu vim pra rua e a gente se bateu... ou morreu, ou tá lá preso de novo. (informação verbal)⁶

Ricardo também acrescenta:

[...] como você é de uma facção, como você é do crime, a qualquer momento pode vir alguém querer matar você. E aí, se a família tiver perto, se um parente tiver perto, corre o risco. Então, o parente, o familiar não quer tá perto, pra não correr o risco também de morrer. (informação verbal)⁷

⁶ Trecho de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Fábio”, jovem do sexo masculino, branco, 23 anos de idade.

⁷ Trecho de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com “Ricardo”, jovem do sexo masculino, pardo, 24 anos de idade.



Thiago, em sua fala anterior, mencionou que sentia que sua única saída era matar ou morrer, e compartilhou: “Eu tive muito livramento. Passei de morrer muitas vez” (informação verbal).⁸

Cabe ressaltar ainda que a sujeição criminal não se baseia necessariamente na prática de um crime por parte do indivíduo, assim como nem todo indivíduo que comete um crime é automaticamente considerado sujeito criminal. Haja vista o que o trabalho de Grillo (2008) apontou quanto a indivíduos de classe média envolvidos no tráfico de drogas não serem percebidos como *bandidos* ou como *traficantes*, nem pelos outros, nem por si mesmos. Essa recusa em aceitar o rótulo de *traficante* ocorre devido à associação midiática dessa palavra com o estereótipo do *bandido do morro*, do qual eles fazem questão de se diferenciar. Os indivíduos de classe média envolvidos no comércio de drogas têm, assim, a vantagem de não se submeterem aos mesmos processos de sujeição criminal enfrentados pelos seus semelhantes de baixa renda.

[...] o jovem de classe média que se envolve com esse mercado ilegal pode até incorporar um rótulo que o estigmatiza entre seus pares, usuários de drogas ou não, ou entre os seus familiares, no entanto, lhe é oferecida a oportunidade de abandonar esse rótulo a partir de uma mera decisão de não mais traficar. O traficante “do morro”, por sua vez, assujeita-se ao rótulo, que lhe é cravado na carne e que sintetiza a sua existência numa acusação irreversível de “bandido”. (GRILLO, 2008, p. 91-92)

Gostaria de apresentar o caso de Samuel como exemplo, um ex-interno da FUNASE com quem conversei. Ao contrário dos demais, Samuel se identifica como branco e pertencente à classe média, além de ser oriundo do interior do estado de Pernambuco. No início de sua história, ele resalta os privilégios aos quais teve acesso devido a sua boa educação, ter frequentado escolas particulares e ter tido acesso a bens e serviços proporcionados por sua família desde a infância. Apesar de ter cometido um ato infracional extremamente condenável socialmente, como o homicídio, Samuel constrói sua narrativa de maneira a não se sujeitar a uma imagem degradante que o rotule como bandido. Ele expressa em suas próprias palavras:

⁸ Trecho de entrevista realizada no dia 6 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Thiago”, jovem do sexo masculino, preto, 24 anos de idade.

eu tive meus motivos, sejam eles justificáveis ou não. Mas na verdade não são justificados, eles explicam. [...] para mim, eles explicam o porquê eu fiz isso. [...] o delegado colocou que foi motivo fútil ou torpe [...] talvez do ponto de vista dele como profissional, ele deveria colocar aquilo, mas eu não aceitava aquilo. [...] É um monte de gente que você nunca viu na vida e que falam de você, sobre você com a maior autoridade, como se conhecesse você. [...] falavam de mim “ele é altamente frio”, “ele é altamente calculista”. E tipo, eu não era frio, não era. Quem são vocês para falar quem eu sou, que eu sou calculista, que eu sou isso, que eu sou aquilo? (informação verbal)⁹

Além disso, a história de Samuel se destaca como um exemplo contrário à sujeição criminal, ao mesmo tempo em que confirma que a natureza estigmatizada da sujeição criminal está associada a certos tipos específicos de indivíduos. O jovem revela que, após deixar a FUNASE, conseguiu reconstruir sua vida e restabelecer sua imagem perante a família e a sociedade:

Eu me tornei homem do seguinte ponto de vista de responsabilidade, seja ela em trabalho, em família, sabe. Ainda não me formei, ainda, né. Parei faculdade, comecei, mas parei. Mas eu digo por toda essa visão hoje em dia, sabe. Porque graças a Deus, graças a Deus, eu sou visto assim pelas pessoas que me conhecem, a família, como um homem de responsabilidades, um homem de princípios, de conceito. Coisa que para um ex-presidiário conseguir chegar a esse nível é muito difícil. [...] eu sempre fui criado como referência. Eu sempre fui um menino mais estudioso da sala, isso porque ouvia dos outros, não porque eu me sentia. O mais bonzinho de questão de não dar muito trabalho, né, da salinha, dos amigos do bairro, era um menino que era coroinha da igreja. Então as pessoas tinham, eu acho, que uma visão de mim de santidade. O menino que desde os 6 anos aprendeu tocar teclado, e desenrolou e sempre tive muita facilidade em questão de coordenação motora. Então, sempre a minha vida toda eu fui botado lá em cima. Era o melhor nisso, o melhor naquilo, por mais que eu não fosse, mas eu era colocado como melhor. (informação verbal)¹⁰

Ao compararmos a narrativa de Samuel com a dos demais jovens, notamos que estes últimos frequentemente mencionam dificuldades financeiras, o desejo de consumir bens materiais, a falta de recursos para sustentar o uso de drogas e o acesso a amizades envolvidas em atividades criminosas. Esses aspectos são apresentados como justificativas para o cometimento de seus atos infracionais. É importante ressaltar que essas explicações estão relacionadas a situações de vulnerabilidade presentes ao longo da vida desses jovens, como a pobreza e as condições de moradia. Além disso, é possível observar que, diferentemente do caso de Samuel, que conseguiu reconstruir sua imagem sem grandes

⁹ Trecho de entrevista realizada no dia 7 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com "Samuel", jovem do sexo masculino, branco, 20 anos de idade.

¹⁰ Idem.



problemas, os demais jovens ainda enfrentam algum tipo de discriminação relacionada à experiência de internação. Fábio relata:

Fazia o curso no SENAI e era uma turma tudo de socio-reeducando, e a gente dava exemplo, querendo ou não, eu era de frente. Então, tipo, eu sei o que eu, a gente...a discriminação que a gente passava, todo mundo dizia: “oxe, óia os meninos da FUNASE e tal”. Só que a gente se punha no lugar da gente, a gente não... a gente falava com todo mundo, não vivia tirando liberdade, a gente fazia o serviço da gente. [...] Mas, tipo, ainda rola o preconceito não só de quem já passou pelo sistema. De tudo, de cor, da sua liberdade de expressão, do que você pensa, tudo é preconceito. E tipo eu sou muito julgado por quem eu era. Por quê? Porque eu era errado. Eu roubava, eu traficava, eu andava com quem matava, então eu fico... Hoje quem me vê assim diz, ainda... lembra do meu passado: “óia esse menino era tal coisa”. Nunca se esquece do passado, nem que a gente dê o exemplo no futuro, mas sempre tem um pra apontar seu passado, pra lembrar do seu passado e dizer: “óia, aquele menino ali era tal coisa”. (informação verbal)¹¹

Thiago também compartilha sua experiência:

Não existe errinho, nem errão. Todos os erros são igual, né? Acha que nunca errou, que nunca teve uma falha, aí julga as pessoas, condena a pessoa pelo passado. [...] Teve algumas pessoas que me apoiaram, outras, quando soube realmente da história, ficaram meio assim, mas eu provei a ele diferente, que eu sou ser humano, eu também tenho direito de ser incruído. Ficaram meio balanceado comigo. Pelo olhar eu pude identificar. [...] Tem alguns amigos que conhece a minha história e outros não conhece. Eu não conto para não, não dar aquele choque, né? Nem sempre há esse choque, mas a gente pensa da nossa parte, porque não foi uma história muito boa, né? (informação verbal)¹²

A construção do estereótipo criminal é sempre resultado de uma interpretação contextualizada entre os agentes envolvidos, relacionada às ações que são consideradas *normais* ou *desviantes*. Essa interpretação ocorre durante o processo e não antes dele. Incluir alguém em uma categoria legal reconhecida não é simplesmente um encaixamento direto, mas sim um complexo processo de interpretação, que também envolve poderes de definição da situação (MISSE, 2010).

No caso da sujeição criminal, esses processos são intensificados devido a um ambiente marcado por profunda desigualdade social e falta de recursos para resistir à

¹¹ Trecho de entrevista realizada no dia 30 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Fábio”, jovem do sexo masculino, branco, 23 anos de idade.

¹² Trecho de entrevista realizada no dia 6 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Thiago”, jovem do sexo masculino, preto, 24 anos de idade.

estigmatização. Além disso, a identidade criminalizada acaba dominando todos os outros aspectos da vida do indivíduo, suprimindo suas demais características e papéis sociais.

Devemos, então, reconhecer que a classe social é uma variável de extrema importância nesse contexto. Esses estereótipos têm um impacto abrangente no sistema de justiça como um todo. Quanto mais distante dos valores da classe dominante um indivíduo se encontra, maior é sua vulnerabilidade a sofrer discriminação. Conseqüentemente, pessoas pobres têm mais chances de serem condenadas a penas ou medidas de internação. Para um réu pobre, sua classe social será tomada como um agravante criminal, servindo como base para a imposição de punições mais severas, conforme demonstra Adorno (1995):

[...] há consenso quanto aos efeitos discriminatórios provocados pelo funcionamento das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre "os mais jovens, os mais pobres e os mais negros". São estes os grupos justamente desprovidos das imunidades que costumam beneficiar com menor rigor punitivo cidadãos procedentes das classes médias e elevadas da sociedade envolvidos em crimes, até mesmo em complexas organizações criminais. (ADORNO, 1995, p. 47-8)

Dessarte, a aplicação das leis criminais depende da posição social do indivíduo, de sua situação familiar, habitacional, ocupacional e das adversidades sociais acumuladas ao longo de sua vida (MELO, 2013).

Assim, podemos observar que a sujeição criminal é um processo complexo que envolve uma seleção social desigual no tratamento dado pela polícia a diferentes grupos sociais. Há uma clara disparidade na abordagem policial em relação a adolescentes e jovens de classes populares e negros, em comparação com aqueles de classe média alta e brancos. Essa disparidade resulta em uma maior vigilância, abordagens mais agressivas e maior propensão à criminalização por parte das autoridades policiais em relação aos grupos mais marginalizados.

Esse processo de incriminação é agravado quando o sujeito se encontra em situação de exclusão social, em que a falta de acesso a recursos, oportunidades e direitos amplia as chances de ser alvo da ação policial e da repressão. Além disso, o acúmulo de estereótipos e imagens preconcebidas, como a ideia de *suspeitos habituais*, contribui para



a generalização de comportamentos criminais a determinados grupos sociais, perpetuando assim a sujeição criminal.

Desse modo, entende-se que a sujeição criminal é um fenômeno social complexo e multifacetado, que vai além da prática de crimes ou atos infracionais. Envolve a rotulação e estigmatização desses indivíduos como bandidos, resultando na perda de direitos, oportunidades limitadas e exposição a violências institucionais. Essa dinâmica não é estática, mas sim um processo variável no qual os indivíduos podem aceitar ou negar a identidade atribuída de *bandido*, porém, enfrentam obstáculos significativos devido à estigmatização social e às restrições impostas pelo sistema de justiça.

É fundamental compreender que a sujeição criminal afeta não apenas a vida dos indivíduos envolvidos no sistema de justiça, mas também sua interação com a sociedade em geral. Essa sujeição limita suas perspectivas de futuro, dificulta a reconstrução de suas vidas de maneira positiva e restringe suas oportunidades de transformação e reintegração social. Os relatos aqui apresentados das experiências dos jovens evidenciam as consequências negativas desse processo, incluindo a dificuldade em serem vistos além de seus passados criminais.

Ademais, compreende-se que a sujeição criminal não se resume apenas à culpabilização individual, mas é influenciada por fatores estruturais, como desigualdade social, discriminação racial e falta de acesso a recursos e oportunidades. De modo que certos grupos sociais, como jovens, pessoas negras, pobres e residentes de áreas periféricas, são alvos preferenciais da incriminação e do estigma, sendo mais propensos a serem rotulados como *bandido*.

Um olhar interseccional para a sujeição criminal

Para uma compreensão mais abrangente da sujeição criminal, é essencial analisar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que contribuem para a marginalização desses sujeitos. Como mencionado anteriormente, a desigualdade social e a exclusão são fatores que alimentam a incriminação e perpetuam o ciclo de sujeição criminal. Adotar uma perspectiva interseccional como caminho metodológico para compreender como as dinâmicas da sujeição criminal se estabelecem de maneira desigual, considerando as



experiências individuais dos jovens egressos, é, desse modo, um convite para se examinar as múltiplas dimensões de opressão e discriminação que afetam esses jovens, como raça, classe social, gênero e local de moradia.

Ao considerar a interseccionalidade, podemos compreender como essas identidades interagem e se cruzam, criando experiências únicas de sujeição criminal. Por exemplo, jovens negros de classe baixa podem enfrentar um maior estigma e maior vigilância policial em comparação a jovens brancos de classe média.

Destarte, nesta seção, iremos explorar a interseccionalidade como uma abordagem teórica e metodológica para compreender as experiências de sujeição criminal dos jovens egressos da FUNASE. A transição desses jovens para a vida fora da instituição apresenta diversos desafios, e a interseccionalidade se torna uma ferramenta fundamental para compreender as complexidades dessas experiências, levando em consideração as interações entre diferentes formas de opressão que podem impactar suas vidas. Isso nos permitirá reconhecer as desigualdades estruturais que influenciam a incriminação desses jovens e entender como essas dinâmicas contribuem para a reprodução de estereótipos e preconceitos, bem como para a dificuldade de acesso a direitos básicos, assim como também nos ajudará a compreender a complexidade e a interconexão dos sistemas de opressão presentes na sujeição criminal.

A interseccionalidade é uma abordagem teórica que surgiu no final da década de 1970 a partir do movimento feminista negro, que criticou o feminismo branco de classe média e heteronormativo que universalizava a mulher, negligenciando outras experiências. O termo *interseccionalidade* foi usado pela primeira vez em 1989 pela jurista Kimberlé Crenshaw, para abordar a interdependência das relações de poder envolvendo raça, gênero e classe. Nessa visão, esses marcadores sociais se entrelaçam e geram desigualdades, sendo representados como ruas que se cruzam em um ponto de intersecção.

Desse modo, através da interseccionalidade, somos capazes de visualizar o encontro das estruturas e a interação simultânea das diversas dimensões identitárias (avenidas identitárias). Kimberlé Crenshaw (2002) destaca que a interseccionalidade é uma abordagem sensível que permite compreender a identidade e sua relação com o poder de forma simultânea. Essa perspectiva reconhece a complexidade das experiências



individuais, levando em conta múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, classe e outros, que se entrelaçam e influenciam a vivência das pessoas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Ao considerar essas interconexões, podemos compreender melhor as dinâmicas de opressão e discriminação que afetam diferentes grupos sociais, promovendo uma análise mais abrangente e inclusiva das questões relacionadas à identidade e ao poder.

A análise interseccional não se limita apenas a uma abordagem estrutural, que identifica dimensões como raça, gênero, sexualidade e opressão de classe; ela adota também uma perspectiva integrada. Através da utilização de termos como *entrelaçamento*, essa análise concebe a opressão como o resultado das complexas interações entre os principais sistemas de opressão, tais como racismo, xenofobia, classismo, sexismo, que, juntos, formam uma intrincada estrutura social de desigualdade, que não atuam de maneira independente, mas de formas interconectadas, gerando um sistema de opressão que reflete o entrelaçamento de múltiplas formas de discriminação (COLLINS; BILGE, 2021).

A perspectiva interseccional é utilizada, assim, como um paradigma que nos permite compreender de forma mais precisa os fenômenos sociais, buscando analisar de modo inseparável estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, revelando, assim, a experiência contínua do racismo que permeia a vida das pessoas e está enraizada em uma memória histórica de opressão racial, escravidão e colonização.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 27)



Através do olhar interseccional, podemos observar os desafios enfrentados na política de atendimento socioeducativo, que se baseia em leis progressistas, mas é implementada por um sistema de justiça juvenil altamente seletivo e punitivo. Os dados do encarceramento nos fazem reconhecer que os indivíduos criminalizados compartilham características físicas, sociais, culturais e econômicas semelhantes, o que alimenta um processo de criminalização seletiva. Esse processo determina quais indivíduos, quando envolvidos em atos infracionais, devem ser punidos e quais merecem um tratamento diferenciado, que não envolva privação e restrição de liberdade.

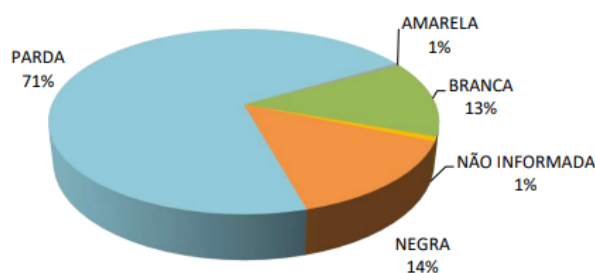
De acordo com o último relatório do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – SINASE (BRASIL, 2017), a maioria dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa vem de classes empobrecidas, reside nas periferias das cidades e possui baixa escolaridade. Esses dados evidenciam um problema de encarceramento seletivo. No Brasil, há mais de 26 mil jovens e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade, sendo que a maioria é composta por adolescentes do sexo masculino, negros e provenientes de famílias de baixa renda. Os atos infracionais mais comuns estão relacionados a roubo (38,1%) e tráfico de entorpecentes (26,5%).

Ao analisar os dados específicos da população em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou privação de liberdade na FUNASE, observamos que os números são semelhantes, conforme ilustrado nos gráficos abaixo.¹³

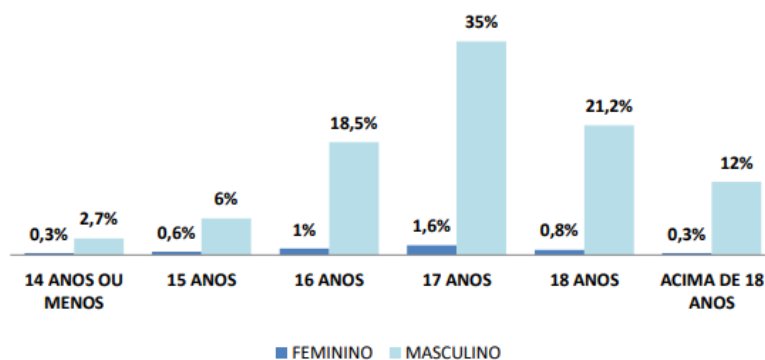
Pode-se entender, por meio desses dados, que o sistema socioeducativo opera dentro da lógica do encarceramento em massa, que evidencia a estratégia estatal de controle e segregação social, direcionada principalmente aos corpos jovens, negros e pobres. Essa dinâmica perpetua lógicas racistas dentro do sistema, conforme discutido por Alexander (2018) e Wacquant (2001). Com base nesses autores, podemos concluir que o racismo institucional se manifesta de forma repressiva, na qual a prisão é utilizada como uma referência para os guetos negros, considerados territórios habitados por grupos humanos inferiores e incompatíveis que precisam ser controlados.

¹³ Mais informações em: https://www.funase.pe.gov.br/images/planejamento/Relat%C3%B3rio_Anuual_2021_compressed.pdf

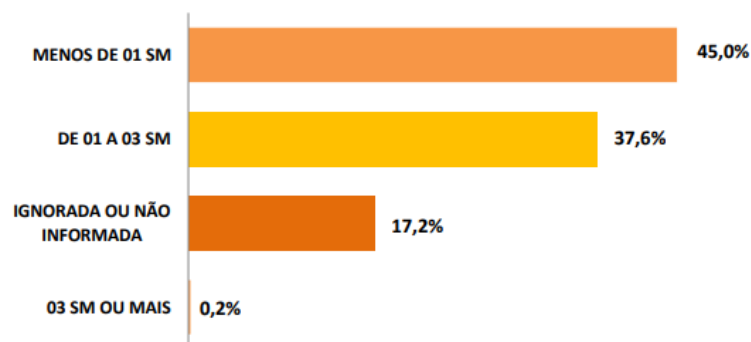


Gráfico 1 – Cor/raça¹⁴

Fonte: Relatório anual FUNASE, 2021

Gráfico 2 – Idade e sexo

Fonte: Relatório anual FUNASE, 2021

Gráfico 3 – Renda Familiar (em salário-mínimo) dos internos da

Fonte: Relatório anual FUNASE, 2021

¹⁴ O critério de raça/cor estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica como negros aqueles que se autodeclararam pardos e pretos. No gráfico fornecido, onde se observa a categoria negros, é utilizada a equivalência para a categoria de pretos.

Esta seletividade punitiva se insere no âmbito da necropolítica, conforme descrito por Mbembe (2018), atravessando e determinando as relações sociais, tendo como característica fundamental a conexão com o biopoder, de modo que a questão racial desempenha um papel crucial nessa dinâmica. Segundo Kilomba (2020), a experiência do racismo não deve ser encarada como um evento passageiro ou pontual, mas sim como um processo contínuo que atravessa a trajetória de vida do indivíduo. Essa experiência envolve uma memória histórica de opressão racial, escravidão e colonização, destacando a importância de compreender o racismo como uma realidade presente e estrutural da sociedade.

É significativo notar que, dentre os entrevistados deste estudo, dois indivíduos se autodeclararam brancos, um deles foi Samuel. Além disso, ele foi o único participante que mencionou ter vindo de uma família com condições financeiras mais privilegiadas em comparação aos demais. Esses dados ressaltam disparidades significativas nas características socioeconômicas e raciais dos entrevistados, as quais têm um impacto direto em suas experiências como ex-internos da FUNASE e nas dinâmicas de sujeição criminal que se manifestam em suas trajetórias.

Ao adotarmos uma perspectiva interseccional, percebemos que, embora Samuel tenha sido exposto às violências relacionadas a uma internação em uma instituição socioeducativa, ou seja, ao cárcere, e tenha enfrentado desafios ao sair da FUNASE, ele pôde transitar com mais facilidade nas dinâmicas sociais, valendo-se dos elementos que compõem sua identidade — ser branco e de classe média. Esses atributos, juntamente com sua imagem, linguagem e local de residência, permitiram-lhe negociar com mais tranquilidade os possíveis estigmas decorrentes de sua experiência infracional.

Eu tinha esse jogo de cintura dos dois lados, como se fossem duas personalidades. Mas isso é difícil, isso era cansativo, muito cansativo, porque até a sua forma de falar lá dentro com os meninos parece que você pega, as gírias, as formas de se expressar. [...] Então era uma personalidade [seu nome], era a personalidade de “ah, não sei o quê” [...]. E outra personalidade já com a coordenação, com a direção, de falar, de se expressar com as palavras corretas e não passar essa imagem, tu tá entendendo? Até para gerar o certo vínculo, certa confiança. (informação verbal)¹⁵

¹⁵ Trecho de entrevista realizada no dia 7 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Samuel”, jovem do sexo masculino, branco, 20 anos de idade.



Ao analisarmos a experiência de Samuel, podemos observar um aspecto relevante da interseccionalidade: a ênfase na construção social de identidades interseccionais, que podem se manifestar de maneiras diferentes em contextos diversos. No caso de Samuel, ele adaptava temporariamente sua personalidade para se relacionar de forma mais adequada com cada grupo inserido em sua dinâmica de sociabilidade. Conforme destacado por Collins e Bilge (2021, p. 211), “Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam de maneira diferente em diferentes contextos”.

É importante ressaltar, no entanto, que a interseccionalidade não se limita apenas a considerar múltiplas identidades, mas é uma abordagem analítica que examina as interações estruturais em seus efeitos políticos e legais. Através da interseccionalidade podemos compreender, por exemplo, como e quando os jovens negros enfrentam discriminação e são colocados em posições de desvantagem devido à intersecção de estruturas opressivas, em comparação com os jovens brancos, sem que isso implique em uma busca por hierarquizar opressões, mas sim compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam grupos sociais diversos de maneira desigual (AKOTIRENE, 2019).

Ao compararmos a experiência de Samuel com a de outro jovem entrevistado, Thiago, fica evidente a intersecção de raça e classe em sua trajetória e experiência de reintegração social após o cumprimento da medida socioeducativa. No entanto, destaco que as dificuldades enfrentadas por Thiago não estão relacionadas apenas à sua experiência de internação, mas também estão ligadas à sua vivência prévia, que o levou a acumular um conjunto de desafios e habilidades de enfrentamento específicos.

Eu fazia de tudo no trabalho pra não deixar nenhum rastro, porque convivendo onde eu tava, às vez saia uma palavra diferente, um gesto diferente [...] pra não falar uma gíria, algum gesto com a mão, o jeito de andar, como alguns faz. Hoje, graças a Deus, isso é algo que saiu da minha mente. No começo foi difícil pra mim, porque eu já tinha certa prática do passado, né? Eu tava convivendo com aquelas pessoas. Se eu não mudasse, eu não ia sair daquilo. Ai eu fui trabalhando. (informação verbal)¹⁶

¹⁶ Trecho de entrevista realizada no dia 6 de outubro de 2021, pela autora, em Recife, com “Thiago”, jovem do sexo masculino, preto, 24 anos de idade.

Além do que já foi colocado, outro aspecto interessante a ser tratado é o fato de que Samuel se destaca entre os quatro entrevistados por sua firme recusa em aceitar qualquer estigma ou rótulo imposto a ele, rejeitando-os desde o início em sua imagem e subjetividade. Consequentemente, a experiência de sujeição criminal não faz parte da trajetória de Samuel. Embora tenha enfrentado desafios na construção de sua imagem nas relações interpessoais, essas dificuldades não estiveram relacionadas a suspeitas prévias baseadas em estereótipos de medo social. Pelo contrário, de acordo com sua narrativa, ele sempre foi bem-visto pelas pessoas e desfrutou de uma imagem positiva: “[...] as pessoas tinham, eu acho, que uma visão de mim de santidade”. Nota-se que esse jovem não carrega consigo as características que normalmente geram suspeição, de acordo com o estereótipo idealizado. Segundo sua narrativa, o ostracismo ao qual Samuel foi submetido estava estritamente ligado ao ato infracional que cometeu, conforme revelado por ele neste trecho:

Eu tinha convidado um ou outro da [nome da empresa que estava trabalhando]: um chefe meu e um supervisor para irem para audiência, para testemunharem e testificarem que eu estava indo bem, pra o juiz ver que não era conversa minha, que tinham outras pessoas falando por mim. [...] E daí, nessa audiência, rolou sobre o ato que eu cometi. E daí meu chefe lá, meu supervisor não sabiam, até então, e ficaram já cismados. [...] E aí foi que tipo, que um medo mesmo, tudo que eu tinha construído até então foi quebrado. Então foi um processo de desconstrução de imagem de tudo, até voltar. As pessoas que falam comigo, que me abraçavam, que isso que aquilo, olhava para minha cara e, às vezes, até com raiva. Olhava assim e não falava mais. Quando eu ia falar: “Opa, fulano”, e a pessoa virava as costas. E tipo, negócio de filme, pô. [...] E passaram-se meses e meses, e muita gente se reaproximou de mim, entendeu e tal. (informação verbal)¹⁷

Conforme descrito nas narrativas encontradas na seção anterior, os demais jovens entrevistados — Thiago, Fábio e Ricardo — enfrentaram dificuldades para romper com os estigmas negativos associados às suas imagens, e estão diretamente afetados pelo processo de sujeição criminal. Em contraste, Samuel não compartilha dessas dificuldades, pois sua narrativa revela uma experiência distinta e menos marcada pelos estigmas sociais.

A sujeição criminal revela uma seleção social que resulta em tratamentos diferenciados pela polícia e pelos amigos em relação a adolescentes e jovens provenientes de classes populares e negros, em comparação com indivíduos de classe média alta e brancos. É evidente que os indivíduos pobres e negros são alvo preferencial da ação policial e repressão

¹⁷ Trecho de entrevista realizada no dia 7 de outubro de 2021, pela autora, em Recife com, “Samuel”, jovem do sexo masculino, branco, 20 anos de idade.



(FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)¹⁸. Esse processo de criminalização é intensificado quando o sujeito está inserido em níveis mais elevados de exclusão social. Conforme descrito por Misse (1999), esse processo é impulsionado pelo acúmulo ancestral de estereótipos negativos que a polícia desenvolveu ao longo dos anos, criando um conjunto de imagens estigmatizantes. Essas imagens são aplicadas a certos tipos sociais, que a polícia acredita conhecer e, portanto, pode incriminar antecipadamente, baseadas nas explicações lombrosianas sobre a existência de criminosos natos, que foi importada da Europa. Esses postulados positivistas acabaram sendo incorporados aos códigos e às leis, associando perfis raciais específicos a noções de periculosidade tanto para homens quanto para mulheres (SANTOS, 2014).

A sujeição criminal está intrinsecamente ligada à formação de um determinado tipo social, conectando-se à personalidade do indivíduo. De modo que afeta apenas certos tipos sociais cuja morte pode ocorrer sem gerar comoção social. Essa dinâmica social tem graves consequências¹⁹, que revelam um número alarmante de jovens negros assassinados, evidenciando a desigualdade nos índices de homicídio em relação aos jovens brancos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020).

A aplicação da lente da interseccionalidade ao processo de sujeição criminal enfrentado por esses jovens é viável, uma vez que:

Através desta articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas (AKOTIRENE, 2019, p. 36).

As dinâmicas interseccionais presentes no sistema penal têm um impacto significativo na opressão enfrentada por jovens em conflito com a lei, especialmente quando a raça é considerada em conjunto com outras dimensões, como gênero e classe. Por essa razão, a importância dessa discussão teórica é destacada, pois chama atenção para a

¹⁸ Nesse relatório, que tem como finalidade apresentar um amplo retrato da questão da segurança pública do Brasil a partir da coleta de dados fornecidos por fontes oficiais da Segurança Pública do país, naquilo que se refere ao uso da força por parte das polícias, demonstrou-se que, no ano de 2022, 23% das vítimas de intervenções policiais eram jovens, percentual supera à média dos demais homicídios, 76% dessas vítimas eram negras.

¹⁹ Segundo dados do Atlas da Violência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020), no ano de 2019, 51,3% do total de homicídios no país foi de jovens, desses a sua maioria (77%) eram de negros.

necessidade de se compreender as complexidades interseccionais enfrentadas pelos jovens egressos da FUNASE.

Conclusão

Ao considerar elementos como raça, classe social, gênero e local de moradia, a perspectiva interseccional revela a interação complexa e entrelaçada dessas identidades, gerando experiências singulares.

No contexto do sistema socioeducativo e da sujeição criminal, o uso de uma análise interseccional buscou nos possibilitar entender como as políticas e práticas afetam de maneira desigual os jovens egressos, levando em consideração as interações entre diferentes formas de opressão. Por exemplo, os dados apresentados mostram que jovens negros de classe baixa enfrentam maior estigma e vigilância policial e da sociedade em comparação com jovens brancos de classe média. Isso evidencia a forma como a interseção entre raça, classe e outros fatores influencia as experiências individuais de sujeição criminal dos jovens egressos da FUNASE.

Além disso, o uso da interseccionalidade buscou nos fazer reconhecer as desigualdades estruturais que influenciam a incriminação desses jovens, contribuindo para a reprodução de estereótipos e preconceitos, bem como para a dificuldade de acesso a direitos básicos. Também nos fez entender a complexidade e a interconexão dos sistemas de opressão presentes na sujeição criminal.

Contudo, é importante ressaltar que, ao analisar as experiências dos jovens egressos da FUNASE através de um olhar interseccional, não se buscou hierarquizar ou comparar as opressões, mas sim compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam de maneira desigual os grupos sociais aos quais esses jovens fazem parte. Adotar uma perspectiva interseccional para analisar a sujeição criminal, portanto, ajudou-nos a compreender melhor as dinâmicas de opressão e discriminação que afetam os sujeitos aqui observados, promovendo uma análise mais abrangente e inclusiva das questões relacionadas à identidade e ao poder.

Além disso, é necessário considerar que este estudo utilizou uma amostra limitada, que não se pretende representativa da diversidade de jovens em conflito com a lei na FUNASE. Portanto, futuros estudos podem se beneficiar da inclusão de análises mais amplas,



a fim de contemplar qualitativa e quantitativamente as interações entre as dimensões interseccionais. A expansão da pesquisa para incluir diferentes contextos geográficos e estudos de acompanhamento a longo prazo também pode fornecer uma compreensão mais abrangente das experiências dos jovens em conflito com a lei.

Referências

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 3, n. 43, p. 45-63, 1995. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-43/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual Sinase 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2023.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRILLO, Carolina C. **Fazendo o doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas entre os jovens de classe média do Rio de Janeiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia)



— Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, Disponível em: https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/tese_carolina.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1edições, 2018.

MELO, Normando Jorge de Albuquerque. **“Suspeitei desde o princípio”**: a construção da identidade entre os internos da FUNASE – PE. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/796841.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal. Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. *In*: MISSE, Michel (org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 13-32.

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes *In*: PAIVA, Vanilda; SENTOSÉ, João Trajano (org.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 190-200.

MISSE, Michel **Malandros, marginais e vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/35957970_Malandros_marginais_e_vagabundos_a_acumulacao_social_da_violencia_no_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 18 jun. 2023.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. **Ó pa í, prezada!**: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. Dissertação. 2014. (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Raça e Gênero) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18987/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20de%20Carla%20Adriana%20da%20Silva%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Elãine dos Santos Dias da. **Narrativas acerca da sujeição criminal de egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Recebido em: 02/08/2023.

Aceito em: 22/10/2023.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA SOCIOLOGA
INVESTIGANDO CRIMES DE FEMINICÍDIO****REPORTS OF THE EXPERIENCE OF A SOCIOLOGIST
INVESTIGATING CRIMES OF FEMINICIDE**

Helma Janielle Souza de Oliveira *

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns desafios de pesquisa empírica vivenciados por uma socióloga que investiga crimes de feminicídio. Procuo exaltar as experiências subjetivas vividas por pesquisadoras(es) das ciências sociais, as quais contribuem continuamente para os confrontos necessários que nos formam sociólogas(os). Esta discussão atravessa os achados da pesquisa: *O crime de feminicídio e a percepção dos agentes de justiça: uma análise sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba* (OLIVEIRA, 2019), oriundos da interação no campo jurídico dos tribunais do júri, por meio da etnografia das sessões do júri e da realização de entrevistas com profissionais do direito e juízes leigos. Nesse percurso, tive que lidar com as influências que (des)favoreciam a concessão de entrevistas; as afetações emocionais da mulher-pesquisadora diante dos crimes praticados contra outras mulheres e das violências institucionais reiteradas; e as afetações profissionais da socióloga-jurista que estranha as manipulações do direito feitas pelos profissionais que debatem os crimes. Essas vivências estão demonstradas pela descrição do acesso ao campo e aos interlocutores e, especialmente, pela análise de um caso de feminicídio, que, supostamente, ocorreu para ocultar prática de abuso sexual contra a filha da vítima (enteada do réu). Os relatos de pesquisa confirmam como estive inteira no ofício de socióloga e, portanto, que as afetações vivenciadas em campo foram importantes para a construção das descrições etnográficas, para a reflexão quanto às diversas violências exercidas contra a mulher nas práticas feminicidas, como também para o desenvolvimento das minhas habilidades profissionais.

Palavras-chave: feminicídio; ofício de socióloga; desafios de pesquisa; metodologia.

Abstract

This article aims to present some challenges experienced by a sociologist who investigates femicide crimes. I want to highlight the subjective experiences lived by researchers in the Social Sciences, which continually contribute to the necessary confrontations that form us as sociologists. This discussion crosses the findings of the research *The crime of femicide and the perception of justice agents: a sociological analysis from the Jury Courts of João Pessoa, Paraíba* (OLIVEIRA, 2019), arising from the interaction in the legal field of the jury courts, through the ethnography of jury sessions and conducting interviews with legal professionals and lay judges. Along the way, I had to deal with the influences that (dis)favoured the concession of interviews; the emotional affectations of the woman-researcher, in the face of crimes committed against other women and repeated institutional violence; and the professional affectations of the sociologist-jurist, who is surprised by the manipulations of the law carried out by the professionals who debated the crimes. These experiences are demonstrated by the description of access to the field and interlocutors and,

* Doutora em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: helmissima@gmail.com.



especially, by the analysis of a femicide that *supposedly* occurred to hide sexual abuse against the victim's daughter (stepdaughter of the defendant). The research reports confirm how I was fully engaged as a sociologist and, therefore, that the affectations experienced in the field were important for the construction of ethnographic descriptions, for reflection on the various forms of violence exercised against women in femicide practices, as well as for the development of my professional skills.

Keywords: femicide; sociologist craft; research challenges; methodology.

O campo de pesquisa conduz a escolhas metodológicas

Este artigo tem por objetivo discutir sobre as afetações vivenciadas por mim durante a realização de pesquisa empírica que investigava a percepção dos agentes da justiça sobre o assassinato de mulheres entre 2015 e 2019, isto é, nos quatro primeiros anos em que a categoria *feminicídio* foi inserida no mundo do direito.

Ao descrever algumas sensações e reações suscitadas no campo, almejo enaltecer experiências subjetivas vividas por outras(os) pesquisadoras(es) das ciências sociais, as quais contribuem continuamente para os confrontos necessários que nos formam sociólogas(os), considerando o exercício do estranhamento e análise crítica, mesmo quando o campo de pesquisa já lhe parece familiar.

Essa discussão se apresenta como um recorte transversal dos achados da pesquisa de doutorado: *O crime de feminicídio e a percepção dos agentes de justiça: uma análise sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba* (OLIVEIRA, 2019), oriundos da interação com o campo jurídico dos tribunais do júri, sucedidos da etnografia das sessões de júri, da análise dos discursos presentes nas audiências de julgamento e da realização de entrevistas com agentes de justiça: juízes de direito, promotores de justiça, defensores públicos, que são os profissionais que narram o caso concreto de acordo com as interpretações *técnicas* da norma jurídica; e juízes leigos¹, cidadãos representantes da sociedade convocados para assumir a função de *fazer justiça* no que se refere aos crimes de competência dos tribunais do júri. O campo de pesquisa foram os 1º e 2º Tribunais do Júri da Capital, encontrados no Fórum Criminal Ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, João Pessoa, Paraíba.

¹ Os juízes leigos são também conhecidos como jurados, júri, júri popular, tribunal do povo, colegiado popular ou tribunal popular (LOREA, 2006).



Os tribunais do júri, de certo modo, são um ambiente familiar, pois, antes de progredir no estudo das ciências sociais, mais especificamente no ofício de socióloga, eu concluíra a formação jurídica. Assim sendo, a própria construção do ensino jurídico suscita que seus formandos conheçam os saberes técnico-científicos, bem como tenham contato com os espaços onde a cena do direito acontece, onde os saberes jurídicos são operacionalizados.

De outro lado, o tribunal do júri já costuma ter acesso mais amplo, no sentido de que não só os juristas podem observar sua dinâmica. As sessões do júri são públicas, logo, pessoas alheias ao mundo jurídico, como plenas cidadãs, podem optar por assistir às audiências de instrução processual e de julgamento, conhecer os ritos e refletir sobre os assuntos ali discutidos. Esse órgão de justiça guarda seu caráter misto, em que a sociedade participa diretamente, por meio de seus representantes, da fase decisória do Júri.

Com isso, quero dizer que este campo de pesquisa não era inédito e que certas permissões e certos protocolos de acesso — formais ou informais — já eram do meu conhecimento. Contudo, as ciências sociais aperfeiçoaram meu olhar científico e minhas análises críticas sobre o próprio Direito e a prática jurídica, o que, continuamente, consiste num *duplo fazer* da jurista e da socióloga.

Ainda, antes mesmo de caminhar com esta pesquisa sociológica, havia alguns anos que as dinâmicas dos tribunais do júri estavam sob nossa observação, por meio dos estudos realizados pelas então integrantes do GRAV – Grupo de Relações Afetivas e Violência² (cf. ZAMBONI; OLIVEIRA, 2015, 2016; ZAMBONI; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019). Sucederam-se investigações pautadas nas técnicas de análise de autos processuais, de observação de julgamentos, de entrevistas com profissionais do direito e, por último, entrevistas com jurados. Sempre com um olhar voltado para perceber as implicações socioculturais que modulam o direito diante de assassinatos de mulheres decorrentes de relações afetivo-conjugais, o que continua sendo um recorte expressivo dos feminicídios.

² Análises posteriores baseadas no campo dos tribunais do júri estão presentes nos textos: *Entre o sociológico e o jurídico: narrativas sobre feminicídio em tribunais do júri* (OLIVEIRA; ZAMBONI, 2020); *A (re)produção de uma sentença: narrativas uníssonas sobre feminicídio em tribunais do júri* (OLIVEIRA et al, 2020) e *Entre feminicídio e “LGBTQI+fobia: breves considerações sobre crimes de ódio no fluxo do sistema de justiça criminal* (OLIVEIRA; MELO; ZAMBONI, 2020).

No ensejo da promulgação da Lei nº 13.105, de 9 de março de 2015 (BRASIL, 2015), que insere a categoria *feminicídio* como uma *qualificadora* do crime de homicídio, continuei atenta ao campo de pesquisa para notar como o novo vocábulo e seus significados de gênero seriam incorporados pelos agentes de justiça, isto é, como apareceriam em suas narrativas, no contrafluxo das posturas machistas e misóginas geradas pela cultura da desigualdade de gênero, frequentes nos espaços jurídicos.

O *feminicídio* se refere aos assassinatos de mulheres pelo fato de *ser mulher* (LAGARDE, 2008; CAMPOS, 2015; PASINATO, 2016). É a resposta letal à forma como a mulher expressa seus atos, gestos, atitudes, desejos, perante certas intersecções de marcadores sociais que constituem a performatividade de gênero³ e que, a depender da construção sócio-histórica, repercute em estados de enlutamento ou invisibilidade social (BUTLER, 2015). Em termos legais, a categoria restou definida como: em *razões do sexo feminino*, na existência de duas circunstâncias: *violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher*.

A primeira circunstância decorre da legitimidade atribuída à Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), e do processo de avaliação de sua eficácia, que implicou na recomendação de tratar política e juridicamente do fenômeno do feminicídio (BRASIL, 2013). A segunda circunstância carrega um desafio a mais de inteligibilidade e reconhecimento: abrange outros comportamentos misóginos que ficavam ocultos nas qualificadoras do motivo torpe ou fútil e envolviam tortura, mutilação, ódio etc. (CAMPOS, 2015; PRADO; SANEMATSU, 2017; OLIVEIRA; MELO; ZAMBONI, 2020). Nesses casos, os assassinatos de mulheres não seriam *apenas* oriundos de relações afetivo-conjugais ou doméstico-familiares abusivas; abarcam diversas performatividades de gênero, inclusive as dissonantes do sistema binário (sexual).

As sessões do júri são o último passo no fluxo do sistema criminal quando se trata de *crimes dolosos contra a vida*, aqueles em que se verifica a *intenção* de agir contra a existência humana: homicídio, infanticídio, aborto, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação — Código Penal, Arts. 121 a 128 (BRASIL, 1940). Após a

³ A performatividade significa que o gênero é construído por meio de práticas reguladoras reiteradas, isto é, da *constância* na repetição de atos, gestos e signos culturais que reforçam a elaboração inteligível dos corpos femininos e masculinos, e assim produzem significado (cf. BUTLER, 2017).



investigação policial, o inquérito é remetido para apreciação de agente do Ministério Público, que avalia o oferecimento da denúncia para o Tribunal do Júri. Em primeira fase, o juiz de direito segue a instrução criminal com vista a analisar a *autoria* (se há indícios de que o acusado é autor do crime) e *materialidade do crime* (se houve a intenção de matar). Para tanto, convocam-se audiências de oitiva do acusado (com a presença de seu defensor) e de testemunhas, que se somam aos registros documentais do crime (narrativas escritas, imagens, áudios, vídeos, escritos etc.) compilados nos autos processuais. O juiz de direito, convencido da existência desses dois elementos, encaminha o caso para a segunda fase do júri: a decisória, em que juízes leigos têm o papel de absolvição ou condenação. Para tanto, 7 de 25 jurados convocados são sorteados na sessão do júri para compor o Conselho de Sentença (LOPES JR., 2019).

Na regra jurídica, o *tipo* do crime a ser atribuído a uma conduta violenta baseia-se nas leis existentes no tempo em que ele acontece. Desse modo, alguns crimes julgados, enquanto minha pesquisa progredia, haviam ocorrido antes do feminicídio se tornar qualificadora do crime de homicídio. Portanto, formalmente, as acusações poderiam ser agravadas com base frequentemente em motivo fútil, motivo torpe, emprego de veneno, fogo, asfixia, ou outro meio insidioso ou cruel, para assegurar ocultação de outro crime⁴, mas não poderiam conter a acusação jurídica de feminicídio.

Contudo aquilo que prejudicaria uma investigação na ciência jurídica se mostra uma oportunidade de observar mudanças de contextos socioculturais tendo a sociologia por base investigativa. O feminicídio poderia alcançar inteligibilidade não apenas por meio de uma *tipificação* presente no inquérito policial e/ou na denúncia que o agente do Ministério Público destina ao Tribunal do Júri, mas também por meio das colocações orais apresentadas para delimitar e/ou conferir sentido de gravidade ao crime narrado, a semelhança de: “Se esse crime tivesse ocorrido depois de 2015, seria um feminicídio”; “Esse crime é resultado do machismo, da misoginia, do pensamento de um homem que pensa ser dono da mulher” (informação verbal)⁵. Logo, o campo dos tribunais do júri teria

⁴ Ver a definição e as qualificadoras do crime de homicídio no Código Penal, Art. 121 (BRASIL, 1940).

⁵ Fala do Promotor de Justiça que atuou no caso que descreverei mais à frente. Audiência de julgamento realizada em abril de 2017, no Fórum Criminal da Comarca da Capital, João Pessoa, Paraíba. Não informo o juízo nem outras descrições do agente de justiça para preservar a identidade das pessoas envolvidas.



muito a demonstrar sobre as *condições de precariedade* (BUTLER, 2006) das vidas perdidas.

[...] a variedade das classificações relativas às *mortes violentas* é reveladora de representações que qualificam a morte em função não só da intencionalidade do ato, como prevê a legislação, mas também em função da natureza do morto, delimitando assim a existência de “seres matáveis” [...], o que pode ser pensado como uma legitimação da morte como uma forma de administração institucional e informal de conflitos (MIRANDA; PITA, 2011, p. 197).

A categoria *assassinato de mulheres* é oriunda das discussões sociológicas, e corresponde à expressão *homicídio de mulheres*. Em tese, seu significado não está restrito às causas pertinentes às discriminações de sexo e gênero. Entretanto, na obra *Assassinato de mulheres e direitos humanos*, Eva Blay (2008) deixa claro que segue a perspectiva das relações de gênero para tratar da violência contra a mulher que resulta em morte.

Por ser termo sociológico de compreensão geral para leigos e profissionais, e por haver esse aspecto de “motivações genéricas”, *assassinato de mulheres* foi a categoria usada na primeira parte das entrevistas, a fim de deixar os interlocutores livres para delinear os tipos e os contextos formuladores do que depois passei a chamar *feminicídio*. Essa decisão se coaduna com a instrução dada por Sofia Tiscornia (2011, p. 20), quando diz: “[...] o êxito não é falar em jurídico e compreendê-lo, mas que o mundo jurídico também fale em antropológico [sociológico] e o compreenda”. Quer dizer,

o etnógrafo deve ser capaz de compreender a linguagem jurídica e traduzi-la ao relato etnográfico. Por sua vez, se está interessado no diálogo com os que não são membros de sua linhagem disciplinar, tem que fazê-lo legível e compreensível para os jurídico-falantes e também para os jardineiros, poetas e navegantes que gostam de escutar e compreender (TISCORNIA, 2011, p. 16).

A pesquisa qualitativa confirmou-se como o melhor caminho a ser escolhido diante do objetivo e do período do estudo. Aprender quais significados de feminicídio transpareciam e como eram manipulados (se eram) nos debates orais dos operadores jurídicos, bem como qual legitimidade os juízes leigos destinavam às narrativas em disputa, por meio de seus votos silenciosos, configurava a necessidade de uma análise de substância sobre as violências de gênero e as práticas de justiça.

Quanto maior o intervalo de tempo entre a realização do campo e/ou da análise dos dados e os registros das fontes de dados analisados, maior a capacidade de compreensão sobre o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal (SILVA, 2012, p. 35).



Acompanhar os quatro anos iniciais de aplicação da Lei de Feminicídio no Brasil tornava inviável uma verificação quantitativa dos casos que viriam a receber a tipificação de *homicídio qualificado por circunstância de feminicídio*. Isto se dá por causa de critérios temporais previstos na norma processual penal⁶, ou porque os passos de assunção da categoria pelas autoridades policiais e judiciárias aconteciam de modo ainda tímido, embora os assassinatos de mulheres sejam frequentemente relacionados a contextos de violências baseadas no gênero (BLAY, 2008).

Esse dado não tornou a pesquisa inexequível ou pouco interessante, pois ocorreu o manejo da categoria *feminicídio* nas exposições dos operadores jurídicos, e os registros de entrevistas recolheram as interpretações dadas ao fenômeno social dos assassinatos de mulheres. De toda forma, o feminicídio, antes visto *apenas* como uma categoria socioantropológica (LAGARDE, 2008), recebeu *status* de categoria jurídica. E, embora se espere que o uso regular da categoria implique em produções estatísticas mais consistentes e ações preventivas, Ana Paula Mendes de Miranda e María Victoria Pita alertam que

Ao se tratar da produção de estatísticas oficiais, ou seja, de estatísticas como saberes legítimos do Estado, estávamos lidando diretamente com a “linguagem do Estado”. Uma linguagem que, ao mesmo tempo, é resultado e/ou efeito das ações, decisões e “formas de pensar o mundo” de uma burocracia que possui em si mesma um sentido, uma significação [...] (MIRANDA; PITA, 2011, p. 186).

Essas autoras investigam as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas e entendem que os operadores da justiça delimitam o que deve ser narrado e registrado numericamente. Posso dizer que os profissionais do direito reformulam os *atos* criminosos por meios discursivos e performáticos, visando elementos relevantes para a configuração da condenação ou da absolvição de um réu. Conforme Marisa Corrêa:

apesar de os casos referirem situações concretas, não podemos saber se essas situações foram concebidas pelos acusadores e defensores ou se ocorreram de fato, [...], não há mais a possibilidade de, através do processo, revivê-los, fazer

⁶ Os casos registrados na pesquisa percorreram de 1 a 5 anos, entre tempo do crime e decisão de júri (OLIVEIRA, 2019). As pesquisas de Klarissa Silva (2008; 2012) trazem mais detalhes sobre o fluxo do sistema de justiça criminal para crimes de homicídios.

a caminhada inversa e chegar aos fatos reais, às relações concretas existentes por detrás de cada crime. (CORRÊA, 1983, p. 26)

A técnica de entrevista semiestruturada ensejou conversas com 10 operadores jurídicos (2 juízes de direito, 4 promotores de justiça e 4 defensores públicos) e com 18 juízes leigos. A fim de compor o perfil progressivo de análise da percepção dos juízes leigos quanto ao fenômeno do feminicídio e a inserção da Lei no campo dos tribunais do júri, essas entrevistas ocorreram de modo intermitente e com extensão temporal mais ampla (12 meses) do que as entrevistas realizadas com os operadores jurídicos (3 meses).

A etnografia das sessões do júri tornou-se imprescindível para noticiar os ritos e rituais jurídicos, para avaliar o tipo de interação estabelecido entre jurados e operadores jurídicos, bem como para confrontar dados de entrevistas com discursos acionados na prática jurídica. Inclusive, desse trabalho etnográfico, advieram minhas maiores afetações diante das narrações dos feminicídios e da visível revitimização das mulheres, o que denotava os processos de violência institucional (PRADO; SANEMATSU, 2017) exercidas pelos operadores do direito.

Estive atenta a descrever e analisar os contornos da narrativa do crime sem desconsiderar as agências das mulheres e, portanto, as ações de resistência e subversão que podem se reiterar no sentido de construir realidades mais autônomas e saídas dos contextos violentos (SCOTT, 1995; GREGORI, 1993; FOUCAULT, 2014; BUTLER, 2017). Assim, os usos das categorias jurídicas *vítima* e *réu* ocorrem em atenção aos dados de pesquisa: as vítimas, necessariamente, eram as mulheres agredidas de morte e os réus foram sempre homens. Não quero, com isso, determinar a mulher com uma estrita vítima.

Cerca de 30 homicídios de mulheres apareceram no calendário de julgamentos dos Tribunais do Júri de João Pessoa entre 2015 e 2018. Majoritariamente, crimes ocorridos antes de 2015 e, então, antecedentes à vigência da Lei de Feminicídio. Fiz registros de 12 julgamentos com vítimas mulheres, sobre os quais eu só descobriria as interligações com as razões de gênero durante a sessão do júri. Desses, construí análise mais detida de 6 casos: 2 casos cujos crimes ocorreram em tempo anterior à edição da Lei de Feminicídio; 2 casos que ocorreram na vigência da Lei e a qualificadora fazia parte da denúncia; e mais 2 casos que a qualificadora do feminicídio poderia estar presente, mas que não foram assim denunciados. Neste artigo, conto sobre um deles, de acordo com o objetivo de compartilhar a minha experiência subjetiva enquanto pesquisadora.



Compartilho as minhas afetações emocionais por ser uma mulher-pesquisadora que investiga crimes praticados contra outras mulheres — e as reiteradas violências institucionais —, bem como das afetações profissionais, considerando meu saber técnico-jurídico, que me fazia estranhar as manipulações do direito feitas pelos profissionais que debatiam sobre o crime de feminicídio. Assim, compartilho meus registros etnográficos do julgamento que envolve um homem acusado pelo homicídio de sua companheira, motivado pelo *suposto* objetivo de impedir a mulher de denunciá-lo pela prática de abuso sexual contra a sua enteada, filha da vítima. Porém, antes de chegar a essa narrativa do crime e seu julgamento, inicio meus relatos de experiências tratando do acesso ao Fórum Criminal e, portanto, aos tribunais do júri e aos interlocutores de pesquisa, incluindo as influências que (des)favoreciam a concessão de entrevistas e que compunham os desafios da pesquisa empírica.

Acesso aos interlocutores: contatos, inquietudes e mudanças de posição

As atividades no Fórum Criminal Ministro Oswaldo Trigueiro eram divididas entre expediente interno, no turno matutino, e expediente público, no turno vespertino. Salvo nas sextas-feiras, quando prevalece o atendimento ao público, pois a jornada de trabalho dos serventuários da justiça e operadores jurídicos concentra-se nas horas da manhã e início da tarde.

O trabalho interno destina-se a que serventuários da justiça, juízes e promotores de justiça, especialmente, pudessem se dedicar à análise dos autos processuais de maneira mais compenetrada, sem interrupções para atender às demandas de advogados e de partes interessadas junto às secretarias dos juízos. Por consequência, as audiências de instrução e julgamento, comumente, eram marcadas no turno em que advogados, testemunhas, réus soltos e o público em geral pudessem circular facilmente nas dependências do prédio da Justiça Criminal. Além disso, quando o 1º Tribunal do Júri realizava as audiências de instrução processual, o 2º Tribunal do Júri se dedicava às audiências de julgamento, exceto em épocas de mutirão ou recesso judiciário.

Essa organização administrativa facilitava meu acesso ao campo dos tribunais do júri e orientava minha agenda em busca de realizar entrevistas: com jurados, a princípio, em dias de julgamento; com operadores jurídicos, o inverso. O caráter público das sessões



de júri me deixava à vontade para participar delas, sem necessidade de apresentação ou solicitação formal para acesso ao Fórum Criminal. Bastaria cumprir a etiqueta do lugar e destinar-me ao 1º ou 2º Tribunal do Júri para seguir com entrevistas ou registros etnográficos.

A preferência era visitar o campo de pesquisa nos dias e horários de júri com vítima mulher, de acordo com as indicações da pauta afixada em mural. A forma simples de verificação estava na apresentação de nome feminino. Julgamento de homicídios de mulher *trans*, que, porventura, não tivessem realizado alteração de nome masculino para feminino, poderiam ser investigados. Todavia esses casos não foram comentados no campo ou identificados por mim no período de pesquisa.

Como não exerço o papel de operadora jurídica, nem realizo outra atividade profissional que conduza a uma presença permanente nos ambientes das instituições de Justiça, dificilmente eu seria pensada como uma advogada, juíza ou promotora de justiça. Esse meu *desvio* profissional tendia a me consolidar na posição de *estudante* — a pessoa que realiza *estudo* sobre assassinato de mulheres —, embora eu não tenha me anunciado dessa forma. Minhas apresentações profissionais não foram memorizadas pelos interlocutores: nem pesquisadora e, menos ainda, professora.

Enquadrada como estudante pelo imaginário de informantes e interlocutores, eu aproveitava para permanecer em meio aos acadêmicos do Direito e observar a quesitação e os votos dos jurados, quando o restante da plateia deveria se retirar do auditório. Certa ocasião, um oficial de justiça, que vez ou outra conversava comigo, demonstrou curiosidade em saber realmente qual meu interesse junto aos Tribunais do Júri, posto que, pelas observações dele, minha aparência era jovial e minhas vestimentas eram diferentes das pessoas pertencentes ao campo jurídico. Ou seja, eu poderia ser uma simples estudante *de direito* ou qualquer pessoa do público.

De todo modo, estar na condição de *aprendiz* não deixa de ser interessante diante do objetivo de auferir informações, esclarecimentos, reflexões, ponderações dos meus interlocutores. Suscita no outro o empenho do *ensinar*. Experiências semelhantes foram contadas por Ana Lúcia Schritzmeyer:

Graças a esses momentos de aproximações informais, tive e criei oportunidades, nesse e em outros tribunais, de conversar com jurados que, invariavelmente, uma vez esclarecidos de que eu não estava na mesma posição



que eles, enquadravam-me na categoria “estudante” e tratavam-me com certo ar professoral (SCHRITZMEYER, 2007, p. 123-124).

Aos poucos, a experiência das entrevistas me proporcionou *mudanças de posição* no campo e, assim, cheguei a ser vista por um grupo de agentes da justiça realmente como *a pesquisadora que investiga feminicídios*. Na etapa dos debates orais, faz parte do ritual que representantes da acusação e da defesa prestem cumprimentos preliminares a cada grupo de pessoas presente: ao juiz, aos representantes da Defensoria Pública ou do Ministério Público, aos policiais, aos serventuários da justiça, aos estudantes do Direito, aos familiares do réu e da vítima, entre outros. Todos os operadores jurídicos ali presentes haviam prestado entrevista e me notavam na plateia. Então, fui explicitamente destacada naquele cenário para receber cumprimento particular. Além disso, conquistei o benefício dos futuros profissionais da área: ao final do julgamento, *a pesquisadora* foi claramente convidada a permanecer no auditório e, então, aproximar-se do plenário, juntamente com os estudantes de Direito, para presenciar o rito de votação secreta daquele Conselho de Sentença. Também passei a ser cumprimentada como *doutora*, em alusão à pesquisa de doutorado.

No mais, apenas uma advogada me identificava como socióloga. Nós nos conhecemos na plateia de um caso de feminicídio, cujo julgamento ocorreu no último ano da pesquisa de campo. Ela tomava as sessões de júri como um laboratório para futuras atuações profissionais, pois, embora fosse advogada criminalista, ainda não havia trabalhado em julgamentos de homicídios.

Para as atividades de entrevista, minha opção foi realizá-las no próprio Fórum Criminal e não em locais externos. E isso tem a ver com: 1) aproveitar o ambiente voltado aos assuntos de justiça; 2) ter mais chances de convencer agentes de justiça, resistentes a conceder entrevista, 3) evitar esforços para marcar encontros *extramuros* com riscos de desistência e 4) esquivar-se de situações constrangedoras na relação entre entrevistadora *mulher* e entrevistado *homem*.⁷

⁷ Isso era mais uma prudência minha diante das relações desiguais de gênero. Nas vivências de pesquisa do Grupo de Relações Afetivas e Violência (GRAV), sabemos de homens que sugeriram ser entrevistados em outro local e acabaram sendo inoportunos ao obter meios de comunicação particulares de uma pesquisadora.

Os operadores jurídicos, quando procurados, eram educados, atenciosos, concediam entrevistas, mas não se interessavam em facilitar minha interação com outros agentes de justiça. Quanto aos jurados, dependia do momento e da pessoa. Eles se tornaram meu maior desafio de comunicação. Eu tentava contatá-los primeiramente antes do início das audiências. Em segunda tentativa, buscava aqueles que foram dispensados da sessão do júri. Mas essas ocasiões foram minoritárias.

Experiências passadas⁸ demonstraram que aqueles que se comprometiam com a entrevista para após o sorteio do Conselho de Sentença, muitas vezes, denotavam ansiedade com o tempo, desistiam, inventavam alguma desculpa e seguiam com seus pares. Nesse momento, era mais provável que jurados mais antigos, e acostumados com o ambiente, consentissem com as entrevistas, pois, mesmo sendo dispensados, gostavam de se ocupar assistindo às audiências, ali ou em outros juízos.

As situações mais constrangedoras ocorreram quando me restava abordar algum jurado na presença de outros, pois ocorriam influências expressivas no sentido de demonstrar menor importância, receio ou desconfiava quanto às perguntas que seriam feitas. O contágio social (cf. ZAMBONI; FARIA, 2018) afetava também minhas interações em campo. Na vez que uma jurada se ofereceu para ser entrevistada — apesar de várias vozes negativas ao redor —, descobri, após nossa conversa, que o fato de ela ter um filho envolvido com militância de direitos humanos a fez reconhecer meu tema como próximo aos assuntos familiares.⁹

Diante das influências adversas para acessar os jurados, estive atenta também ao dever de sigilo de opiniões sobre determinado caso jurídico a fim de decidir quais eram os momentos pertinentes para convidá-los para as entrevistas. A norma processual exige o dever de incomunicabilidade dos membros do Conselho de Sentença durante a sessão do júri. De acordo com o artigo 466, § 1º, do Código de Processo Penal: “O juiz presidente também advertirá os jurados de que, uma vez sorteados, não poderão comunicar-se entre

⁸ Aquelas ensejadas pelo GRAV – Grupo de Relações Afetivas e Violência (cf. ZAMBONI; OLIVEIRA, 2015, 2016; ZAMBONI; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019; OLIVEIRA; ZAMBONI, 2020; OLIVEIRA et al, 2020; OLIVEIRA; MELO; ZAMBONI, 2020).

⁹ O filho da entrevistada já havia concorrido a cargo político partidário e atuava em organização não-governamental envolvida com ações sociais em favor da visibilidade às pautas das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e contra o preconceito/LGBTQIfobia.



si e com outrem, nem manifestar sua opinião sobre o processo” (BRASIL, 1941). Saliento: apenas os jurados sorteados deveriam prezar pela incomunicabilidade entre eles.

Algumas vezes, o *rigor* desse princípio da incomunicabilidade se estendeu para os corredores do Fórum Criminal quando certos jurados tinham dúvidas quanto a poder prestar informações sobre temas julgados, ou quando outros, sem titubear, acionavam o *dever* de sigilo para se esquivar do diálogo. Esses empecilhos tornaram-se um alerta para que eu evitasse solicitar entrevistas após lidas as denúncias nas sessões do júri. Contudo essas *prudências* não aconteciam nas conversas informais entre agentes de justiça. Aliás, até comigo, em conversas de bastidores, alguns casos eram discutidos, especialmente, quando jurados veteranos permaneciam no recinto, após a composição do Conselho de Sentença.

Afora essas nuances da pesquisa, Marcela Zamboni e Jairo Faria alertam que a regra de incomunicabilidade, ritualisticamente, mostra-se obsoleta diante das novas possibilidades de comunicação via redes sociais, especialmente por meio da facilidade em formar grupos de mensagens instantâneas em smartphones — o que pode interferir na convicção pessoal dos jurados, ou seja, “a existência de uma rede de comunicação entre os juízes leigos desempenha um papel significativo no contágio social no tribunal do júri” (ZAMBONI; FARIA, 2018, p. 214). Eu mesma mantive contato particular com duas juradas por esses meios. Entre os dados alcançados, uma jurada (veterana) tecia comentários nesse sentido:

[...] existem as determinações, mas não são fiscalizadas, do conselho que foi sorteado ter sigilo, do conselho não se comunicar, determinação. A juíza determina: “Desligue o celular”. Mas isso não existe aqui. Quem vai para o banheiro... Eu estou cansada de ver gente com celular dentro do banheiro passando informações... Aí, quer dizer que está ali julgando a vida de um ser humano, não é, se ele cometeu ou deixou de cometer um crime, está ali julgando a vida dele. Aí, como já aconteceu ‘n’ casos, de se botar um bandido na rua e um inocente na cadeia, existe aqui. Eu, neste tribunal [fala de um juízo em específico], aqui eu tenho 14 anos e já cansei de ver isso aqui, estou cansada de ver isso aqui. (informação verbal)¹⁰

¹⁰ Sexo feminino, 48 anos, raça não declarada. Entrevista realizada em dezembro de 2016, no Fórum Criminal da Capital, João Pessoa, Paraíba.



Também houve vezes nas quais o jurado entrevistado, por iniciativa própria ou a pedido meu, convocava reservadamente algum colega para participar da pesquisa. Os oficiais de justiça, que transitam nos espaços onde os juízes leigos podiam ser encontrados, também foram bons intermediários, no sentido de apontarem para os jurados mais antigos, portanto, mais conhecidos.

A tendência dos jurados veteranos era de acolhimento àqueles não tão ambientados no Júri. Imperava o “ar professoral” (SCHRITZMEYER, 2007) no sentido de auxiliar no que fosse necessário. Inclusive, duas juradas mantiveram contato comigo via redes sociais para me enviar avisos de júris de repercussão que aconteceriam (sem entender bem que meu interesse era por casos de feminicídio). Elas também ofereciam auxílio para intermediar minha entrada em julgamentos de maior interesse social e midiático. Ainda, quando as reencontrava no Fórum, essas juradas se dispunham a indicar futuros entrevistados ou esclarecer empecilhos para o início das sessões do júri.

Afetações em julgamento: violências que levam a outras violências...¹¹

Severino¹², pedreiro, conviveu com Sônia, *do lar*, por cerca de 9 anos e tiveram 2 filhos. Sônia também era mãe de Samara, filha de um relacionamento anterior. Na infância, Samara sofria abusos sexuais por parte de Severino, enquanto Sônia suportava diversas violências domésticas. Quando Sônia descobriu o que acontecia com Samara, buscou apoio da sua mãe, a avó materna da menina. Constava nos autos processuais que o réu ouviu a conversa entre as mulheres e concluiu que elas planejavam ir à polícia. Para evitar a denúncia de abuso sexual, Severino teria planejado matar a companheira. Então, no dia seguinte, após um almoço em família na casa da sogra, o réu disse que iria à feira com a vítima e assim saíram de bicicleta.

Horas depois, Severino ligou para a família da companheira e avisou que Sônia havia morrido após um acidente. Os familiares a procuraram em hospitais, porém sem êxito. No outro dia, um amigo da família (e repórter policial) disse que o corpo de uma mulher havia sido encontrado nas redondezas da moradia do casal, em região de mata. Sônia foi morta por estrangulamento e seu corpo foi encontrado com resquícios de

¹¹ A descrição do caso e outras análises podem ser encontradas no capítulo 5 de minha tese: Oliveira (2019).

¹² Todos os nomes são fictícios, adotados apenas como um recurso para melhor entendimento da narrativa.



sêmen.¹³ Este crime ocorreu em junho de 2013 e foi julgado quase quatro anos depois: em abril de 2017.

A irmã, a mãe, a filha e o padrasto da vítima¹⁴ participaram do julgamento, e afirmaram que a relação do casal era envolta por ciúmes. A irmã da vítima dizia ao juiz que Severino era “um doente”, que não deixava a companheira ir a lugar algum. Sônia visitava a família em sigilo, nos horários em que o réu saía para trabalhar, e, apreensiva, explicava: “Eu vou-me embora, pois se ele chegar e eu não estiver, ele bate em mim”. Em juízo, essa declarante confirmava que Sônia “sempre foi fiel”. O motivo do crime tinha relação com o fato de a vítima ter visto o réu “chupando o negócio da menina”, e denunciaria isso à polícia quando houvesse chance de sair de casa sem ser percebida.

A mãe da vítima chorava bastante no júri. Era difícil lembrar e recontar as circunstâncias da morte da filha. Ela tornou-se responsável pelas três crianças órfãs, e dizia que Sônia era agredida por Severino “mesmo sem ele estar bêbado”. Enquanto a senhora falava sobre os abusos que a neta sofria, o réu balançava a cabeça negativamente.

Tempos após o crime, Samara começou a namorar com um rapaz mais velho, e a avó resolveu pedir exame para avaliar se a menina era virgem. O exame deu negativo, e o namorado comentara que isso dizia respeito a algo anterior ao namoro deles. O promotor de justiça balançou a cabeça positivamente¹⁵, acreditando nos abusos sexuais, mesmo que laudos periciais não pudessem mais confirmá-los.

Samara, 14 anos, foi a terceira declarante. Ela falava com revolta sobre o comportamento ciumento de Severino para com a mãe dela: “Esse homem é doente. Louco. Psicopata”. A moça também foi questionada pelo juiz sobre a presença do suposto amante da mãe. Samara respondeu de modo a expressar que não o viu mais, e que ele era um homem velho, provavelmente com cerca de 75 a 80 anos, na data do júri.

¹³ O sêmen encontrado no corpo da vítima não foi periciado. Mesmo assim, a irmã da vítima acreditava que seria do réu: “Isso foi dele. Ele não voltou para ver se ela estava morta?!”. A declarante cogitava violação de cadáver, e não atinou que poderia ser material de relação sexual ocorrida ao longo do dia entre o casal.

¹⁴ Testemunhas próximas à vítima ou ao réu são desobrigadas do dever de dizer a verdade e passam a ser ouvidas como declarantes.

¹⁵ A existência de um laudo sexológico de Samara também foi comentada pelo promotor de justiça: foi realizado quando ela tinha 12 anos, e indicava haver hímen complacente. Por isso, não teria como dizer da virgindade ou não da adolescente, quando decorridos muitos mais que o limite de 48 horas do ato sexual.

Juiz: Saulo era velho? Mais velho do que eu? (Risos dele e da plateia)

Samara: Acho que o Sr. Saulo já morreu [de velho]!

Quando Samara era perguntada sobre os abusos sexuais que sofreu, o promotor de justiça e os agentes penitenciários agitavam a cabeça negativamente, como reprovação às situações de assédio, repugnância ao ato torpe narrado. Na sequência, o padrasto de Sônia declarou que Severino era violento e que a vítima tinha medo dele. Disse também que presenciou o réu, no beco da casa, ouvindo a conversa entre mãe e filha.

Após cada declaração prestada, a irmã, a mãe, a filha e o padrasto da vítima, sucessivamente, dirigiam-se ao auditório para se unir à plateia e assistir ao julgamento. Sentaram-se na fileira de cadeiras à frente de onde eu estava. Era notória a comoção dessas mulheres. Toda vez que a história do assassinato era recontada, a irmã e a mãe começavam a chorar, a ressentir. Toda vez que o réu negava os abusos sexuais, a filha se remexia na cadeira, como se ouvisse um absurdo ou estivesse enojada.

Severino confessava o assassinato, não pelo motivo apresentado na denúncia, e sim porque sua companheira o teria traído com o senhor Saulo. O réu afirmou que os viu tendo relações sexuais numa casa em construção nas proximidades da moradia do casal. Perguntado pelo juiz sobre sua reação, respondeu que ficou observando a cena por uns vinte minutos (?!). Entretanto, o assassinato de Sônia teria ocorrido dois meses depois desse suposto episódio, quando numa discussão durante a ida à feira, Sônia teria dito que “as partes dela, era para dar mesmo...”. Severino afirmava não ser violento e nunca ter agredido os filhos. Samara respira fundo nessa hora.

O réu contou que considerava o Sr. Saulo como avô, e recebia as visitas dele, mesmo percebendo o “interesse” por sua companheira. Esta declaração gerou uma expressão facial de estranhamento por parte do promotor de justiça, e provocou uma movimentação entre os membros do Conselho de Sentença. Severino dizia não ter ciúmes da companheira, o que fez as mulheres da família se inquietarem nas cadeiras.

Os agentes penitenciários ficaram com ar de riso durante o interrogatório, admirados com o cinismo do réu, enquanto os jurados mantiveram postura atenta: mãos cruzadas em cima da bancada, interessados no caso. O desassossego das mulheres da família persistia diante da inversão dos fatos narrados por elas, os quais, sopesando suas reações corporais, pareciam ser mais verídicos.



Nos debates orais, o agente de acusação dizia: “Nesse caso, não há complexidade para julgar e fazer justiça final”, isto é, para conquistar a decisão condenatória. De acordo com o agente da justiça, esse era um caso de “crime passional” por causa da reação impetuosa do réu, isto é, não premeditada, a fim de ocultar as violências sexuais. A **Acusação** afastava o fator dos ciúmes e alegava que o réu era um “misógino, um indivíduo que menospreza as mulheres”; que era “um pedófilo e homicida”; um “psicopata, tarado”.

Embora as descrições das violências doméstico-familiares fossem o fio condutor das narrativas sobre o crime, gostaria de destacar que o promotor de justiça não recorreu à expressão *violência doméstica* em seus argumentos; o que teria plausibilidade na prática jurídica, diante da existência da Lei Maria da Penha, e favoreceria os processos de inteligibilidade e reconhecibilidade das violências de gênero que constituíram aquela morte violenta. No entanto, o operador jurídico optou por *ir além*: suas alusões à misoginia, ao menosprezo às mulheres apontam justamente para a apreensão da segunda circunstância legal do crime de feminicídio, *menosprezo e discriminação à condição de mulher*, que não conta com um significado tão objetivo, todavia, abrange a primeira circunstância (cf. CAMPOS, 2015).

O promotor de justiça ressaltava que esse “seria um caso de feminicídio”, se não fosse o recorte temporal da Lei. E para reforçar suas explicações, pegou um aparelho eletrônico, seu *tablet*, pesquisou a definição de *misoginia* e leu para os jurados: “ódio às mulheres, desprezo, preconceito contra mulheres e meninas”. E comentou: “Não está sendo fácil uma mulher¹⁶ fazer a defesa de um caso desses, mas a Defensoria é uma”. Nesse empenho em convencer os jurados de que todo aquele conjunto de crimes contra mãe e filha era resultado de comportamento misógino, complementou: “O distúrbio da misoginia era a mulher ser vítima e continuar a viver com o agressor”. Existem contextos de violências que levam muitas mulheres a permanecerem forçosamente ou tacitamente em relações abusivas; afetações psicológicas que convencem a vítima de que ela seria a

¹⁶ A defensora pública que trabalhou no caso não fez parte do grupo de entrevistados. Não é uma profissional contínua nas atividades daqueles Tribunais do Júri.

“culpada” pelas agressões sofridas, e que interferem na decisão genuína de uma mulher (BRASIL, 2006; PRADO; SANEMATSU, 2017).

A denúncia do homicídio seguiu com a qualificadora de “assegurar a ocultação de outro crime”, mais meio cruel (asfixia) (Código Penal, art. 121, §2º, III e IV cumulado com Lei 11.340/2006, art. 7º, I¹⁷). Por isso, o acontecimento dos abusos sexuais precisava ser comentado. No entanto, as colocações sobre as violências sexuais foram completamente abusivas, errôneas e distantes das prescrições da lei penal. Digo, o estupro de vulnerável pode ser informado às autoridades jurídicas pelos cuidadores da vítima menor de idade ou pela própria vítima, em sua fase adulta. Isso, dando chance à vítima, na maioria, de decidir pela denúncia, dentro de um prazo de 20 anos. Assim sendo, Samara, completados seus 18 anos, ainda teria 20 anos para solicitar a incriminação de Severino. Inclusive, a dita “conjunção carnal” não é necessária para configurar o crime.¹⁸ Portanto, não caberia discutir laudo sexológico em juízo e sim a declaração da vítima — no caso, Samara —, os transtornos psicológicos, as informações de testemunhas etc.

A **Defesa** iniciou seus argumentos anunciando que estava ali para “tocar os corações” dos juízes leigos, que era mulher temente a Deus e que a palavra de Deus diz: “com a morte começa a vida”. Em sequência, argumentou por meio das seguintes chaves de leitura: “Ninguém é obrigado a viver com outro, com quem é ciumento”; “Amor e crime andam juntos, são irmãos gêmeos”; a vítima “não atendia mais as suas obrigações sexuais”; o réu seria um “corno sem vergonha, um corno covarde” se não reagisse à (suposta) traição. Ela se preocupava em apresentar o réu como um homem trabalhador, um “cidadão de bem”, e questionava o motivo de não ter sido denunciado pelas supostas agressões à mulher e à menina — sugerindo que não haveria o que denunciar contra o réu. A defensora pública reuniu diversos comentários de cunho machista e responsabilizou a mulher pela sua própria morte: “A mulher não tem medo do homem. Ela enfrenta ‘Eu fiz isso, isso...’ [...] A mulher fica enchendo o saco. Acompanha o homem pela casa reclamando”. E continuou acusando a vítima ao anunciar que Sônia doara um filho “por não amar”, pois pobreza não é motivo para abandonar um filho. Teria sido por desamor: “Se não ama o filho, não ama o homem”. Ainda, de acordo com a Defesa, Samara tornou-se mãe aos 14 anos porque não houve

¹⁷ Violência física no contexto doméstico e familiar, conforme a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

¹⁸ Cf. Código Penal Brasileiro, artigo 217-A (BRASIL, 1940).



cuidados maternos, foi “abandonada” por Sônia. Argumento que Samara, estando na plateia, renegou corporalmente.

Em vários momentos, o promotor de justiça balançava a cabeça em contrário ao que ouvia. Essa reação pareceu incomodar a defensora pública, que interrompeu seu discurso para questionar o porquê do gesto. De outro lado, a própria Defesa demonstrou suas afetações emocionais com o caso. Ao se referir à infidelidade “sofrida” pelo réu, curiosamente, a agente de justiça ressentia, em juízo, a mágoa que guardava do seu falecido marido por ele ter se envolvido com outras mulheres no passado. É como se ela, bem como outras pessoas que sofreram com a infidelidade de seus (suas) parceiros(as), fosse mais propensa a compreender o ato homicida de Severino.

A “vergonha” que o réu “sentiu” teria relação com o momento em que Sônia supostamente o humilhou ao dizer que “as partes dela, era para dar mesmo...”. Essa versão dos fatos implicava na hipótese de ter existido a relação extraconjugal da vítima e colocava em evidência seu comportamento “desonrado”. A defensora pública associava o assassinato de Sônia ao caso de Ângela Diniz (cf. ELUF, 2009), e chamou a mulher de “vagabunda”, por levar homens para casa.

A tese da Defesa era de homicídio privilegiado por violenta emoção, porque “quem ama também mata [...]” e “o crime de esganadura é a prova da raiva, de que ela [a vítima] provocou o sentimento exacerbado de ciúme e de raiva”. Também era requerida a diminuição da pena por arrependimento: “Ele [Severino] chorou, confessou, arrependeu-se. Ele se arrependeu porque ama”.

Quando o Juiz anunciou a **sentença**¹⁹, isto é, que o réu foi condenado, não houve reação de vitória dos familiares, de terem alcançado a “justiça”. Nenhum abraço. Nenhum alívio. Sônia continuava morta e a violência sexual continuava na memória e no corpo de Samara. Todos os acontecimentos foram violentamente retomados naquela sessão do júri. Novas violências aconteceram. As institucionais: por parte dos representantes da Justiça, no exercício do rito processual que exigia que as histórias fossem revividas e recontadas, e especialmente pela defensora pública, que optou por fazer julgamentos morais contra

¹⁹ Nesse momento eu estava posicionada no plenário e podia ver a família em visão diagonal, quase de frente, da plateia.



àquelas mulheres, revitimizando-as, em favor da “irrestrita” ampla defesa do réu. Situações dessas também são apontadas na obra “Feminicídio: #InvisibilidadeMata”:

A revitimização fica evidente em procedimentos recorrentes do atendimento, como obrigar a vítima a repetir inúmeras vezes o relato sobre a violência e não acolhê-la devidamente, reproduzindo estereótipos discriminatórios nos próprios serviços. Assim, ela se torna vítima também da violência institucional, aquela perpetrada pelos próprios agentes públicos no exercício de suas funções (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 95).

A descrição de momentos de comunicação não verbal daquelas mulheres se fundamenta no meu compromisso de aproximar a leitora e o leitor da delicadeza da cena e da complexidade do tema sociológico tratado. Ainda, relevam meu desejo de declarar que cada expressão corporal vista por mim, muitas vezes era sentida em mim. Portanto, o recurso dos registros de campo e, especialmente, da memória afetiva/afetada levam-me a reviver algumas sensações e a decidir compartilhá-las, inclusive, para destacar que “uma narrativa sobre violência conduz a outras narrativas sobre violência” (EFREM FILHO, 2017, p. 10).

Como disse, eu estive sentada na plateia, próxima das mulheres, todas vítimas indiretas do feminicídio, e bem atrás de Samara, também vítima direta das violências sexuais praticadas pelo réu. Eu pude perceber de perto todas as silenciosas reações corporais delas, eu sentia um misto de compaixão e impotência e de retração do meu corpo, como se eu estivesse me esquivando do abuso. Todas as vezes em que o abuso sexual sofrido pela, então criança, Samara, era resgatado nos argumentos da Acusação e, especialmente, da Defesa, eu também me “espremia”. O tom de veracidade dos abusos detalhados fora recebido por mim, e refletidos em minhas próprias emoções e expressões corporais.

Apesar da irrecuperabilidade do “fato” (CORRÊA, 1983), tanto os fatos do crime quanto os fatos das minhas afetações etnográficas, entendo que minha descrição do caso condiz com as reflexões partilhadas por Roberto Efrem Filho (2017, p. 7-8):

O ato precisa ser tecido pela palavra, (re)construído, (re)formulado. Ele, o ato, é inacessível a quem quer que não haja vivenciado ou assistido à sua deflagração. Por isso, a primeira dimensão somente existe através da segunda. Uma não precede a outra. Dialeticamente, fazem-se.

A defensora pública chegou a questionar por que a menina se expunha frequentando a sala da casa onde morava, se sabia dos desejos sexuais do padrasto. Mais uma vez,



mulheres e meninas são convocadas a restringirem suas liberdades (de ir e vir, inclusive), para não incomodar os homens, ou para se protegerem das ações machistas e misóginas. Enquanto isso, eu também retorcia meu corpo, eu também me angustiava com a posição da Samara, em especial, e várias vezes conjecturei abordá-la para dizer: “Não desanime! Não acredite nessas pessoas! Você ainda pode denunciar o estupro, no tempo que quiser! Não importa onde está o seu hímen. Você pode defender sua palavra!”.

No confronto entre a posição de *mulher* — que repugnava/repugna a possibilidade de sofrer uma violência sexual — e de mulher-pesquisadora, mantive meu silêncio. Minha formação jurídica também pesava no sentido de dialogar com a vítima dos abusos sexuais, inclusive, por entender um pouco mais que outros observadores sobre as omissões daqueles operadores jurídicos, bem como, sobre ações que configuravam violências simbólicas e institucionais, além de desnecessárias para se construir a acusação e a defesa do réu. Entretanto, como eu não poderia ir além disso, consolidei meu silêncio, pois eu poderia me tornar mais uma pessoa estranha que interfere na intimidade daquela vítima, a Samara.

Com a sentença proferida, temos que o Conselho de Sentença se tornou convencido dos argumentos do agente do Ministério Público, embora não possamos saber ao certo que informações pesaram para a decisão de cada jurado. Com a análise das minhas afetações, posso perceber que, semelhante aos jurados, também acolhi essa *verdade real*, não exatamente por concordar com a técnica de acusação do réu, mas, especialmente, pelas narrativas de violência e dor expressadas pelas declarantes, mulheres e familiares de Sônia.

Nessa esteira, sou levada a considerar que os planos de Sônia, quanto a denunciar os abusos sexuais sofridos pela filha, foram atos de resistência. A própria presença das mulheres da família em juízo, especialmente Samara, representa atos de resistência, e simboliza, portanto, as possibilidades de agências dessas mulheres frente às violências de gênero.

Considerações finais

As análises do objeto de pesquisa demonstram outra perspectiva dos desafios encontrados na construção da pesquisa empírica. Esses relatos de experiência surgem do desejo de expressar as vivências adquiridas no ensejo da pesquisa sociológica e que se



entrelaçam com as subjetividades e histórias de vida da pesquisadora, o que, suponho, acometem outros profissionais das ciências sociais.

Não são apenas as dificuldades de acesso a entrevistados, isto é, de convencer os agentes da justiça da importância da pesquisa e de dedicarem um tempo para avaliar e responder às questões postas por quem conduz a entrevista: estando no ofício de socióloga, seja como estudante ou profissional. Eu tive a oportunidade de medir meus próprios limites humanos, morais, psicológicos, sociais e profissionais ao apreender os discursos apresentados sobre as diversas violências exercidas contra a mulher e as práticas feminicidas. As afetações confirmaram como estive inteira no ofício de socióloga, sem anular minhas posições e condições de mulher e jurista.

Este caso aponta também para a reflexão sobre as situações em que as próprias mulheres reproduzem ideias machistas e misóginas. Foi bastante angustiante ouvir a construção argumentativa da defensora pública sempre tentando induzir os juízes leigos a considerarem, tanto Sônia quanto Samara (quando ainda criança), como responsáveis pelas violências que sofreram, sejam os abusos sexuais, sejam as diversas violências doméstico-familiares e o assassinato (feminicídio), respectivamente. Ampla defesa do réu não significa que violências institucionais podem ser praticadas. Existe uma permissividade irrefletida no campo dos tribunais do júri.

Todavia, quando me remeto criticamente aos argumentos da Defesa, não estou prescindido da função do Ministério Público. Seu representante teria meios, por ser fiscal da lei e defensor dos grupos vulneráveis, de intervir e requerer um tratamento mais respeitoso em favor da intimidade da Samara e da memória da sua mãe, vítima do feminicídio. Ademais, reconhecendo a ocultação do crime de estupro de vulnerável em sua tese jurídica, caberia reconduzir mais esta denúncia para o Ministério Público.

No mais, descrever minhas afetações demonstra que minha comunicação com o campo de pesquisa se deu a contento, pois me permiti *ser afetada* por histórias, ritos e choques de conhecimentos entre duas áreas científicas, conforme aponta Favret-Saada: “esse gênero de empatia supõe, portanto, a distância: é justamente porque não se está no lugar do outro que se tenta representar ou imaginar o que seria estar lá, quais ‘sensações, percepções e pensamentos’ ter-se-ia então” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159).



Referências

- BLAY, E. A. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: USP: Ed. 34, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). **Relatório final**. Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CAMPOS, C. H. de. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan./jun. 2015. (Dossiê Violência, Crime e Segurança Pública). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275>. Acesso em: 30 out. 2023.
- CORRÊA, M. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- EFREM FILHO, R. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 54p, 2017. (Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yqB44RTvVnJ86584ccHk8qp/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.
- ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Lindemberg Alves**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 30 out. 2023.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

LAGARDE, M. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. In: BULLEN, M.; MINTEGUI, C. D. (coord.). **Retos teóricos y novas práticas**. San Sebastián, España: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008, p. 209-239.

LOPES JR., A. **Direito processual penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

LOREA, Roberto Arriada. **Os jurados “leigos”**: uma antropologia do Tribunal do Júri. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MIRANDA, A. P. M. de; PITA, M. V. O que as cifras cifram? Reflexões comparativas sobre as políticas de produção de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. In: LIMA, R. K. de; EILBAUM, L.; PIRES, L. (org.). **Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em Antropologia do Direito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 175-202.

OLIVEIRA, H. J. S. de. **O crime de feminicídio e a percepção dos agentes de justiça: uma análise sociológica a partir dos Tribunais do Júri de João Pessoa, Paraíba**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OLIVEIRA, H. J. S. de; MELO, M.; ZAMBONI, M. Entre feminicídio e LGBTQI+fobia: breves considerações sobre crimes de ódio no fluxo do sistema de justiça criminal. In: ZAMBONI, M. et al. (org.). **Sexualidade e gênero: controle e subversão**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 84-103.

OLIVEIRA, H. J. S. de; ZAMBONI, M. Entre o sociológico e o jurídico: narrativas sobre feminicídio em tribunais do júri. In: JOHAS, B., AMARAL, M.; MARINHO, R. (org.). **Violências e resistências: estudos de gênero, raça e sexualidade**. Teresina: EDUFPI, 2020. p. 45-65.

OLIVEIRA, H. J. S. de *et al.* A (re)produção de uma sentença: narrativas uníssonas sobre feminicídio em tribunais do júri. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 122, p. 31-52, set. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10593>. Acesso em: 30 out. 2023.

PASINATO, W. (coord.). **Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)**. Brasília: ONU mulheres: Secretaria de Políticas para Mulheres: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

PRADO, D.; SANEMATSU, M. (org.). **Feminicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.



SCHRITZMEYER, A. L. P. Afetos em jogo nos tribunais do júri. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 70-79, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-527740>. Acesso em: 30 out. 2023.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, K. A. Sistema de justiça criminal no Brasil: discutindo aspectos de seu funcionamento a partir de uma tipologia de homicídios dolosos. In: MISSE, M.; WERNECK, A. **Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 29-56.

SILVA, K. A. Construção social dos crimes de homicídios dolosos: compreendendo fluxo dos papéis e impunidade dos indivíduos a partir da análise das tipologias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu (MG): Anpocs, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt08-23/2352-klarissasilva-construcao/file>. Acesso em: 30 out. 2023.

TISCORNIA, S. Antropologia política e jurídica: problemas de investigação e intervenção pública em perspectiva comparada. In: LIMA, R. K. de; EILBAUM, L.; PIRES, L. (org.). **Burocracias, direitos e conflitos: pesquisas comparadas em antropologia do direito**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 15-23.

ZAMBONI, M.; FARIA, J. R. de. Contágio social em tribunais do júri. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 195-218, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/392>. Acesso em: 30 out. 2023.

ZAMBONI, M.; OLIVEIRA, H. J. S. de. **Homicídios afetivo-conjugais sob a lente dos operadores jurídicos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

ZAMBONI, M.; OLIVEIRA, H. J. S. de. NASCIMENTO, E. T. do. Intersecções de gênero, sexualidade e classe em tribunais do júri: valores morais em disputa. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 190-214, jan.-abr. 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/446>. Acesso em: 30 out. 2023.

ZAMBONI, M.; OLIVEIRA, H. Dos que fazem a justiça: a percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugual. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 14, n. 42, p. 43-55, dez. 2015. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/Marcela&HelmaResAbs.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

Recebido em: 02/08/2023.

Aceito em: 22/10/2023.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n31.67540.p70-94>

OLHARES INTERSECCIONAIS SOBRE PROCESSOS JUDICIAIS DE FEMINICÍDIO NA AMAZÔNIA ACREANA***INTERSECTIONAL VIEWS ON JUDICIAL PROCEEDINGS OF FEMINICIDE IN THE ACREAN AMAZON***

Emylli Tavares do Nascimento *

Leonísia Moura Fernandes **

Muana Moura de Oliveira ***

Resumo

Nos últimos anos, o Acre tem despontado entre os estados no topo do ranking nacional como um dos estados que mais mata mulheres por razões de gênero. No período que compreende os anos de 2018 a 2022, sessenta mortes violentas de mulheres foram como feminicídios em inquéritos e processos que tramitam no território acreano. Diante dessa realidade, este trabalho é resultado preliminar de uma pesquisa documental realizada, em 2022 e 2023, com processos de feminicídio no Acre. A partir de dois casos analisados, busca-se evidenciar em quais contextos as mortes violentas de mulheres são enquadradas por agentes de Estado enquanto feminicídios, investigando o (não) uso da hipótese legal de “menosprezo e discriminação” (art. 121, § 2o-A, II do Código Penal) para (des)caracterizar o crime. De modo específico, almeja-se também analisar as relações de poder que operam de forma interseccional para garantir ou impedir a inteligibilidade de feminicídio nos processos. Para tanto, tem-se como fonte de pesquisa os laudos periciais e processos criminais, disponibilizados no Sistema de Automação Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SAJ/TJ), e os dados gerais sobre feminicídio produzidos pelo Centro de Atendimento à Vítima (CAV) — órgão vinculado ao Ministério Público do Acre. Adotando-se a literatura sociológica e jurídica sobre feminicídio e os estudos sobre interseccionalidades, percebe-se que relações de gênero, raça, classe e território perfazem os processos e que as mortes de mulheres fora do contexto de violência doméstica e familiar são ininteligíveis perante as instâncias do Sistema de Justiça Criminal Acreano.

Palavras-chave: feminicídio; processos judiciais; Acre; interseccionalidades.

Abstract

In recent years, Acre has emerged among the states at the top of the national ranking as one of the states that most kills women for gender reasons. In the period from 2018 to 2022, sixty violent deaths of women were classified as femicides in inquiries and processes that are being carried out

* Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: emyllitavares@hotmail.com.

** Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professora do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre, campus Floresta, Brasil. E-mail: leonisia.mouraf@gmail.com.

*** Graduanda no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Acre, Brasil, campus Floresta. Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal do Acre, Brasil. E-mail: muanamoura2016@gmail.com.



in Acre. Faced with this reality, this work is the preliminary result of a documentary research carried out, in 2022 and 2023, with femicide processes in Acre. Based on two cases analyzed, we want to show in which contexts the violent deaths of women are framed by State agents as femicides, investigating the (non) use of the legal hypothesis of “belittlement and discrimination” (art. 121, § 2o -A, II of the Penal Code) to (mis)characterize the crime. Specifically, the aim is also to analyze the power relations that operate in an intersectional way to guarantee or prevent the intelligibility of femicide in the processes. For this purpose, the source of research is the expert reports and the criminal prosecutions, available in the Sistema de Automação Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SAJ/TJ), and the general data on femicide produced by the Centro de Atendimento à Vítima (CAV) — agency linked to the Ministério Público do Acre. Adopting the sociological and legal literature on femicide and studies on intersectionality, it is clear that gender, race, class and territory relations make up the processes and that the deaths of women outside the context of domestic and family violence are unintelligible to elements of the Acrean criminal justice system.

Keywords: femicide; criminal court cases; Acre; intersectionality.

Introdução

Nos últimos anos, o estado do Acre tem figurado no topo do *ranking* nacional das cinco unidades federativas que mais matam mulheres por razões de gênero, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Mais especificamente, os números catalogados pelo Ministério Público do Acre (MP/AC) indicam que, no período compreendido entre 2018 a 2022, ocorreram 150 mortes violentas de mulheres, dentre as quais sessenta foram classificadas como feminicídio pelos agentes de Estado. Estimando-se que tenha havido uma vítima de feminicídio a cada mês dos últimos cinco anos, mas com uma sensível diminuição tanto nos números de homicídios de mulheres quanto nos de feminicídios a cada ano (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE, 2023; REGO, 2023).

Vale notar que as discussões sociológicas e jurídicas sobre a categoria femicídio/feminicídio no território latino-americano e caribenho fazem referências aos estudos iniciais da socióloga sul-africana Diana Russell (2012) que, ao discursar no Tribunal Internacional de Crimes Contra as Mulheres em Bruxelas, no ano de 1976, utilizou pela primeira vez o termo “femicídio” (*femicide*) para assinalar as *mortes de mulheres por homens pelo fato de serem mulheres*.

Posteriormente, na obra *Femicide: the politics of woman killing*, Diana Russell e Jane Caputi (1992) designaram o femicídio como o ápice brutal de um “continuum de



terror antifeminino”, considerando que a vida das mulheres é marcada por uma série de violências, como abusos físicos e verbais, assédio sexual, heterossexualidade e maternidade forçada, mutilações genitais etc., decorrentes do ódio e do desprezo que caracterizam a discriminação ao gênero feminino no sistema patriarcal. Para as autoras, denominar as mortes de mulheres que resultam dessas violências como femicídios significa apontar seu caráter misógino e retirar a pretensa neutralidade do termo “homicídio” (RUSSELL; CAPUTI, 1992, p. 12).

Por sua vez, o termo *feminicídio* resulta das contribuições propostas pela antropóloga e deputada mexicana Marcela Lagarde (2006), no contexto das mortes violentas de mulheres em *Ciudad Juárez*. Desde os anos 1990, as mulheres mexicanas da região passaram a ser assassinadas em rituais de terror com elevado nível de crueldade e desprezo aos corpos femininos, que eram despejados em campos de cultivo de algodão ou nas vias públicas da cidade. Com o transcurso do tempo e a ausência de respostas ou a apresentação de culpados plausíveis por parte do poder público, várias pesquisadoras e organizações da sociedade civil elaboraram a tese de que os assassinatos de mulheres ocorriam nos entremeios das disputas por poder de grupos locais, com o envolvimento direto ou indireto de agentes de Estado.

Portanto, a designação do feminicídio desenvolvida por Marcela Lagarde almejava salientar a impunidade, negligência, omissão e conveniência do Estado, do México em particular, quanto às mortes de mulheres em condições brutais, inserindo o elemento político ao conceito. Esses elementos foram reconhecidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) da OEA, em 16 de novembro de 2009, ao julgar o caso *González y Otras (Campo Algodonero) Vs. México*, e responsabilizar o Estado mexicano pela omissão em investigar e punir os culpados pelas mortes violentas de mulheres em *Ciudad Juárez*. Na sentença proferida pela Corte IDH, reconheceu-se que as mortes ocorreram em um “contexto de discriminação e violência contra a mulher” e que os crimes cometidos em *Ciudad Juárez* tratam-se de “femicídios” ou “homicídios em razão de gênero” (CORTE IDH, 2009).

As legislações penais que tratam sobre mortes violentas de mulheres, nos países latinoamericanos e caribenhos, utilizam tanto a expressão femicídio quanto feminicídio, pois, embora haja diferenças conceituais, o que se sobressai de ambos os conceitos é a preocupação comum em ressaltar que esses crimes são produtos sociais da discriminação



e da desigualdade de gênero. Nesse sentido, pelo menos 18 países da América Latina e do Caribe já produziram leis criminalizadoras do femicídio/feminicídio¹: Argentina (2012); Bolívia (2013); Brasil (2015); Chile (2010); Colômbia (2015); Costa Rica (2007); El Salvador (2010); Equador (2014); Guatemala (2008); Honduras (2013); México (2012); Nicarágua (2012); Panamá (2013); Paraguai (2016); Peru (2013); República Dominicana (2014), Uruguai (2017) e Venezuela (2014) (NASCIMENTO, 2021a, p. 149).

No Brasil, os debates sobre a criminalização do feminicídio foram densificados a partir de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instaurada no Congresso Nacional para averiguar os resultados obtidos após seis anos de promulgação da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Um dos encaminhamentos retirados na CPMI consistiu precisamente na elaboração de uma legislação específica, visando punir os assassinatos de mulheres cometidos em razão da discriminação e do ódio ao gênero feminino e decorrentes de falhas estatais quanto ao dever de garantir segurança e proteção às mulheres (CAMPOS, 2015).

O projeto originário da lei de feminicídio no Brasil (PLS nº 292/2013), formulado pelas ativistas e parlamentares que compuseram a CPMI da Lei Maria da Penha, conceituava o feminicídio como a “forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher”, diante da ocorrência de uma ou mais circunstâncias: a) relação íntima de afeto ou parentesco, por afinidade ou consanguinidade, entre a vítima e o agressor, no presente ou no passado; b) prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima, antes ou após a morte; c) mutilação ou desfiguração antes ou após a morte (CAMPOS, 2015, p. 107). Notoriamente, o projeto recebeu influências diretas das teorias sociológicas e antropológicas feministas citadas acima, trazendo de forma implícita as noções de *continuum* de terror e de misoginia, esforçando-se para demonstrar como a discriminação de gênero se materializa nos corpos femininos pela violência sexual, bem como pelo ódio e desprezo a qualquer símbolo de feminilidade, por meio da violenta brutalização do rosto, seios, órgãos genitais, ventre etc.

¹ Para mais informações sobre as legislações latino-americanas que tratam sobre o fenômeno do femicídio/feminicídio e suas particularidades e diferenças, procurar por “Legislações sobre Feminicídio na América Latina”. Disponível em: <https://encurtador.com.br/aDEFI>. Acesso em: 19 out. 2023.



Contudo, por razões políticas e jurídicas, o projeto originário do feminicídio sofreu intensas modificações no Congresso Nacional² (CAMPOS, 2015), sendo aprovado por meio da Lei nº 13.104/2015, para qualificar o crime de homicídio quando cometido contra a mulher por razão de condição de sexo feminino, diante de circunstâncias que envolvam violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher, nos termos do art. 121, § 2o-A, I, II do Código Penal brasileiro.

Quase dez anos passados desde a promulgação da Lei de Feminicídio no Brasil, várias pesquisas e dados processuais indicam a consolidação da qualificadora no cenário jurídico brasileiro no que concerne às mortes violentas de mulheres que se enquadram na hipótese legal de *violência doméstica e familiar*. No entanto, o significado e a aplicação da hipótese de lei, *menosprezo e discriminação à condição de mulher* nos processos de homicídio feminino, aparentemente, permanece sendo uma incógnita para os agentes de Estado (VILLA; 2018; OLIVEIRA; ZAMBONI; NASCIMENTO; LEITE, 2020; NASCIMENTO, 2021a), bem como desprovida de maior interesse no âmbito da pesquisa acadêmica e das atuações da sociedade civil organizada (HUZIOKA, 2017).

Seguindo as pistas deixadas pela socióloga Wânia Pasinato (2011), que debate sobre os riscos de utilizar o feminicídio como categoria abrangente para tratar sobre circunstâncias e cenários diferentes relacionados às mortes violentas de mulheres, iniciamos, no ano de 2022, com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Acre (PIBIC/UFAC), uma pesquisa documental com inquéritos e processos judiciais instaurados entre os anos de 2018 a 2022, no estado do Acre, nos quais a qualificadora de feminicídio é apontada em alguma fase do procedimento penal. Nosso interesse consistia em analisar em quais contextos as mortes violentas de mulheres são enquadradas por agentes de Estado como feminicídios, sobretudo para investigar o (não) uso da hipótese de *menosprezo e discriminação* nos processos criminais em trâmite no território acreano. No que interessa para este artigo, informamos que o processamento de casos de homicídio, inclusive daqueles qualificados como feminicídio, têm início na esfera administrativa com a abertura de inquérito policial e posterior remessa ao Ministério Público para oferecimento de denúncia, inaugurando a

² No tocante ao processo legislativo da lei de feminicídio e suas alterações, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Clara Flores Seixas de Oliveira (2017): *Do pensamento feminista ao código penal: o processo de criação da lei do feminicídio o Brasil*.



ação penal. A competência para o processamento e julgamento de *crimes dolosos contra a vida* pertence ao órgão do Tribunal do Júri, por meio de procedimento dividido em duas fases: na primeira delas, um juiz de direito realiza a instrução processual e emite a decisão de pronúncia do réu, dando início à segunda fase, que culmina com o julgamento propriamente dito, realizado pelo Conselho de Sentença, composto por pessoas da sociedade civil. Por fim, o magistrado elabora e publica a sentença absolutória ou condenatória do réu (TÁVORA; ALENCAR, 2018), na qual consta a fundamentação jurídica do caso. Em outros termos, para uma pessoa ser condenada por feminicídio é necessário, via de regra, que os promotores de justiça denunciem o crime de homicídio com a qualificadora do feminicídio³; posteriormente, os juízes de direito pronunciem o réu naqueles termos e, finalmente, que o Conselho de Sentença acate a qualificadora, fazendo constar na sentença a condenação por feminicídio por *violência doméstica e familiar* ou *menosprezo ou discriminação à condição de mulher*.

Considerando essa dinâmica processual, nossa investigação partiu de uma relação de processos criminais disponibilizada pelo Centro de Atendimento à Vítima (CAV) e elaborada pelo Observatório da Violência de Gênero (OBSGênero), órgãos vinculados ao Ministério Público do Estado do Acre.⁴ Nesse levantamento, estão catalogados todos os homicídios femininos consumados que, em alguma fase da persecução penal, foram qualificados como feminicídio, dividindo-se os casos conforme as hipóteses de violência doméstica e familiar ou de menosprezo ou discriminação. Durante os anos de 2018 a 2022, de um total de sessenta casos identificados como feminicídios, somente quatro casos foram apontados na relação do CAV como possíveis feminicídios em circunstâncias distintas à *violência doméstica e familiar*. Assim, o segundo passo da pesquisa consistiu precisamente no acesso ao Sistema de Automação Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SAJ/TJ) para analisar os casos indicados, que aparentemente fugiam do cenário de feminicídio decorrente de violência conjugal.

³ Ainda que os promotores de justiça não denunciem o crime como feminicídio, é possível que os magistrados atribuam definição jurídica diversa aos fatos narrados, adicionando a qualificadora penal em questão, por força do art. 383 do Código de Processo Penal Brasileiro (BRASIL, 1941).

⁴ A criação do CAV é resultado de autoavaliação institucional e consequente reorientação da atuação estratégica do Ministério Público do Acre, que passou a desenvolver olhares e acompanhamentos especializados às vítimas, principalmente no que tange às violências de gênero e sexualidade. Agradecemos a colaboração do Órgão por nos fornecer a compilação de dados por ele realizada, apesar de não termos feito parte do processo de sua elaboração.

De forma resumida, o primeiro processo remete ao ano de 2018 e trata-se da morte violenta de uma mulher em via pública, com características de execução. No inquérito, o investigador de polícia assinala: *Execução motivada possivelmente por motivos passionais ou envolvimento com facções*. Até hoje, o caso segue sendo investigado sem estimativa para desfecho processual. Por outro lado, o segundo caso é do ano de 2020 e versa sobre a morte violenta de uma agricultora rural, por meio de tiro de espingarda na região do pescoço, disparado por aquele que era seu *filho de criação*. O processo, entretanto, foi encerrado em virtude da extinção da punibilidade do réu, pela morte em confronto com a polícia no momento da prisão.

Por sua vez, as análises oportunizadas neste artigo têm como base os dois últimos processos judiciais indicados pelo CAV, que remetem aos anos de 2021 e de 2022. O mais antigo deles refere-se à morte violenta da vítima A.L.L.M., supostamente assassinada por seu cunhado. O acusado fora denunciado por *feminicídio*, de forma genérica, e, posteriormente, pronunciado com a hipótese de *violência doméstica e familiar*, a qual foi confirmada na sentença condenatória. Nos autos judiciais, destacam-se as disputas em torno das teses argumentativas que ora apontavam uma provável violência sexual e ora sinalizavam um possível envolvimento da vítima com facções criminosas.

Por fim, o quarto processo versa sobre a morte violenta de M.C.R.C, assassinada a facadas no tórax e no abdômen por seu vizinho, no interior do estado do Acre, tendo como suposta motivação uma discussão ocorrida entre ambos sobre a derrubada de um poste de energia elétrica. Em que pese esse processo ter sido indicado como feminicídio na fase do inquérito policial, a promotoria de justiça não apresenta a qualificadora na denúncia e ela tampouco foi adicionada por ocasião da pronúncia do réu pelo juiz de Direito.

Portanto, os resultados aqui expostos são decorrentes de análises preliminares da pesquisa documental em andamento. Explicamos que a primeira etapa da pesquisa consistiu na análise do documento fornecido pelo CAV (o levantamento dos casos de feminicídio no Acre), que reúne uma série de informações sobre vítimas e acusados, como idade e faixa etária; cor e etnia; estado civil e religião; naturalidade e domicílio; escolaridade, profissão, ocupação e nível econômico; tipo ou a inexistência de relacionamento entre autor e vítima; a presença ou não de filhos; além de informações



acerca da materialidade, da motivação do crime e, sobretudo, a indicação sobre a qualificação como feminicídio na hipótese de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. A análise preliminar deste documento nos forneceu pistas essenciais sobre as relações de gênero, sexualidade, classe, território e criminalização que atuam de modo simultâneo na feitura das mortes violentas de mulheres.

Na etapa subsequente, realizamos o estudo pormenorizado dos processos criminais, analisando laudos periciais, testemunhos, peças de denúncia, pronúncia e sentenças judiciais, obtidos mediante acesso ao Sistema de Automação Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SAJ/TJ). Salientamos que a análise dos processos judiciais partiu da concepção de interseccionalidade (BHATTACHARYA, 2019; DAVIS, 2016; MCCLINTOCK, 2010), como ferramenta metodológica e analítica para identificar como as relações de poder de gênero, sexualidade, raça, classe, território e criminalização surgem nas narrativas dos atores jurídicos e podem influenciar na qualificação do caso como feminicídio.

Por meio do aprofundamento dos casos de A.L.L.M e M.C.R.C, almejamos evidenciar neste artigo como a qualificadora de feminicídio pode surgir ou desaparecer nos autos judiciais, a depender das relações de poder que constituem as narrativas elaboradas pelos atores jurídicos, averiguando o (não) uso e a fundamentação da hipótese legal de menosprezo e discriminação à condição de mulher em casos que fogem do cenário de violência conjugal.

Aliando esse referencial teórico com a literatura sociológica e jurídica feminista sobre feminicídio (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2011; SEGATO, 2006; VILLA, 2018) e os dados extraídos do campo de pesquisa, destacamos as relações de poder que operam de forma interseccional para garantir ou impedir a inteligibilidade de feminicídio nos processos judiciais, e constatamos que as mortes de mulheres fora do contexto de violência doméstica e familiar são ininteligíveis perante as instâncias do Sistema de Justiça Criminal Acreano.



O mundo doméstico e familiar *versus* o mundo do crime na composição de narrativas sobre feminicídio

Os dados catalogados pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA et al., 2021) sobre as mortes violentas de mulheres no Brasil, entre a década de 2009 a 2019, retratam um fenômeno complexo e curioso: as unidades federativas brasileiras que apresentam as maiores taxas desses crimes são muito semelhantes, quase idênticas, às unidades que possuem os maiores índices nacionais de homicídios em geral. Com efeito, estados como Rio Grande do Norte, Ceará, Acre e Roraima aparecem continuamente no topo da lista dessas classificações estatísticas, alternando poucas posições entre si.

Esses números formam um verdadeiro mapa da violência, cujas trilhas que percorrem os estados com maior taxa de letalidade são coincidentes com a rota traçada para o escoamento de mercadorias, armas de fogo e drogas ilícitas nas atividades operadas por facções criminosas em mercados ilegais. De modo geral, desde o ano de 2016, o aumento nas taxas de violência letal na Amazônia e no Nordeste tem sido acompanhado de um acirramento nas disputas entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), em virtude da necessidade de expansão dos territórios para alcançar novos mercados para o varejo local e para a exportação de drogas ilícitas, como têm indicado os estudos de Manso e Dias (2018) e de Gabriel Feltran (2018). Nesse processo de expansão, novas alianças com facções regionais foram forjadas, a exemplo da Família do Norte (Amazonas), Guardiões do Estado (Ceará), Sindicato do Crime (Rio Grande do Norte); Bonde dos 13 (Acre), dentre muitas outras.

O estado do Acre, estrategicamente localizado numa zona de fronteira internacional do Brasil com a Bolívia e o Peru, não passou incólume a esse processo de expansão das facções do Sudeste do país e seus aliados. Esta nova dinâmica comercial transformou a realidade das cidades acreanas, alterando as formas de convivência em geral, mas especialmente nos sistemas prisionais e socioeducativos do Estado; arregimentando a população não branca e pobre para o trabalho com atividades ilícitas em localidades periféricas da zona rural e urbana, promovendo a intensificação da violência nos entremeios das disputas por território com as facções rivais.

No que interessa a este artigo, verificamos que a presença das facções criminais tem igualmente reorganizado as práticas judiciárias, tensionando fronteiras narrativas que



opõem ilusoriamente o “mundo do crime”⁵ do “mundo doméstico-familiar”, no tocante aos processos de feminicídio. Queremos indicar com isso que as narrativas relacionadas às facções passam a integrar, com intensidades variáveis, os processos judiciais que retratam as mortes violentas de mulheres: seja porque elas foram as vítimas letais de uma violência perpetrada por homens que possuíam alguma relação com o “mundo do crime”, seja porque elas mesmas estavam próximas demais ou integravam efetivamente as atividades criminais das facções.

Em nossa pesquisa, dos quatro processos judiciais indicados pelo Centro de Atendimento à Vítima do MP/AC, como possíveis casos de feminicídio em circunstâncias diversas da violência conjugal, em três deles havia alguma referência às facções criminais que operam no estado acreano. Em outros termos, nos processos, há cada vez mais a articulação de vítimas e acusados que são descritos como “envolvidos” ou “participantes” do “mundo do crime”, de modo que se faz necessário reconhecer que outras relações sociais — além de gênero e de sexualidade — passam a integrar as disputas judiciais pela (des)caracterização da violência letal contra as mulheres como feminicídio nos processos criminais.

Por consequência, para uma análise mais complexa dessas mortes femininas e de sua representação processual, mostra-se imprescindível adotar uma perspectiva interseccional (DAVIS, 2016; MCCLINTOCK, 2010) para compreender como ocorrem a criminalização das experiências de classe territorialmente situadas e os processos de racialização dos sujeitos implicados nos atos de violência feminicida por meio do exame dos autos judiciais.

Para tanto, damos início ao estudo de caso sobre a morte violenta da vítima A.L.L.M, que foi assassinada por seu cunhado, na capital Rio Branco (Acre), no ano de 2021. De acordo com os dados coletados nos autos judiciais, a mulher possuía 41 anos de idade, estava solteira e havia retornado do estado do Mato Grosso há cerca de duas semanas, passando a residir na casa de sua mãe e a exercer trabalhos informais como manicure. Na data do crime em questão, a vítima, sua irmã e seu cunhado passaram o dia em um churrasco, e à noite, dirigiram-se à residência da irmã, localizada no bairro da

⁵ As palavras grafadas entre aspas nesta seção dizem respeito a categorias êmicas, extraídas do campo de pesquisa, a exemplo de “traficante”, ou fazem menção a tipos penais ou expressões retiradas da legislação brasileira, como “ocultação de cadáver”.

Cidade do Povo, que recebeu este nome por ser composto somente por unidades habitacionais oriundas do Programa de Moradia do Poder Público, situando-se na zona rural de Rio Branco, na saída da cidade, em direção ao estado de Rondônia.

De acordo com a versão extraída do interrogatório do acusado, ao chegarem em casa, os três passaram a jogar baralho, mas logo a irmã da vítima decidiu se recolher para dormir. Nesse momento, o acusado afirma que a vítima lhe pediu que comprasse drogas ilícitas e, assim, ambos teriam consumido cocaína enquanto assistiam à televisão e jogavam baralho. No dia seguinte, depois que sua esposa havia partido para o trabalho, o acusado narrou que foi surpreendido com a visita de dois “traficantes” do bairro da Cidade do Povo, os quais portavam armas de fogo e começaram a indagar sobre sua cunhada, desconfiados que a futura vítima pertencesse à outra facção criminal e fosse uma “X9”. O acusado apontou que os dois rapazes teriam enforcado a mulher até a morte e o teriam obrigado, por meio de ameaças, a utilizar seu carro para levar o corpo da vítima e descartá-lo no interior da mata situada no Ramal da Encrenca, na BR-364.

Desconfiada do desaparecimento da vítima, a irmã procurou a delegacia de polícia para relatar as suspeitas que alimentava sobre envolvimento de seu companheiro no crime. Conforme consta da peça de denúncia, elaborada pelo Ministério Público, a irmã percebeu que seu companheiro estava com lesões na altura do rosto, semelhante a uma “unhada”, o que era suspeito, pois a vítima utilizava unha de fibra, gerando indícios de que provavelmente teria entrado em luta corporal com o acusado.

Em virtude da “ocultação de cadáver”, o corpo da vítima só foi encontrado pela polícia dias após o crime, em avançado estado de decomposição, o que inviabilizou a identificação da causa da morte pela perícia criminal. Classificada como parda pelo legista, a vítima vestia um sutiã vermelho na parte superior e na parte inferior uma calça jeans, embora seu corpo estivesse coberto por galhos de árvores. A ausência de vestimentas adequadas levou a irmã da vítima a suspeitar de possível violência sexual, mas essa teoria foi descartada com base no laudo negativo da necropsia. É importante salientar que, posteriormente, foi realizada perícia no lençol da cama em que a vítima havia dormido no dia do crime, e nele foi constatada a presença de sêmen, o que poderia corroborar a tese de violência sexual, no entanto não houve investimento narrativo por parte da promotoria neste sentido.



A partir desse cenário, duas versões para o crime passaram a figurar nos autos judiciais: a primeira delas consistia na tese de negativa de autoria do acusado, traçando conexões com as narrativas sobre o “mundo do crime”, pois os “traficantes” de drogas ilícitas do bairro teriam sido os responsáveis pela morte da vítima por suspeitarem que ela pertencesse à outra facção criminal e repassasse informações, tendo aquele apenas ocultado o corpo por estar submetido a coação física e moral. Nessa versão, o acusado também seria vítima, por ter sofrido lesões corporais nas mãos dos “traficantes”, os quais teriam organizado um “tribunal do crime”⁶ para forçá-lo a confessar falsamente a morte, sob o risco de perder sua vida. Tal versão foi parcialmente acatada pela investigação policial, haja vista que o relatório do inquérito indica somente os tipos penais de “ocultação de cadáver” (art. 211 do Código Penal (BRASIL, 1940)) e “posse e porte ilegal de arma de fogo” (art. 12 e 14 da Lei nº 10.826/2003 (BRASIL, 2003)).

A segunda versão, por sua vez, conforma seus limites narrativos com o *mundo doméstico-familiar*, apontando o cunhado como responsável pela morte e explicando que o crime apenas se tornou possível *em razão de ser a vítima mulher, com a qual tinha relacionamento próximo, aproveitando-se, portanto, dessa circunstância, como, ainda, utilizando-se de recurso que dificultou a defesa da ofendida*, nos termos da denúncia formulada pelo agente do Ministério Público do Acre. De acordo com o promotor, a vítima foi surpreendida pelo acusado, com quem se encontrava sozinha na casa da irmã, local em que se sentia “segura” e “sem desconfiar que algo muito grave poderia lhe ocorrer”. Assim, o cunhado é denunciado pelo crime de homicídio, qualificado por meio de “traição, emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido” e pelo fato de o crime ter sido praticado “contra mulher por razões de condição de sexo feminino” (art. 121, § 2º, IV e VI, Código Penal); além da “ocultação de cadáver” (art. 211 do Código Penal).

A análise dessas versões de narrativas possíveis para o crime confirma, primeiramente, o caráter irrecuperável dos atos relativos à quebra da regra jurídica não matar, como tão bem assinalou a antropóloga Mariza Corrêa (1983) em seu trabalho

⁶ Para entender como funcionam os “tribunais do crime” organizados pelas facções criminais, ver as obras de Manso e Dias (2018) e Feltran (2018).



pioneiro *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Como notou Corrêa, as relações sociais concretas que oportunizaram os atos de violência não podem ser plenamente reconstituídas e a produção do processo judicial ocorre a partir da seleção de provas e teses que serão ou não respaldadas juridicamente para compor os autos. É por isso que, quando analisamos processos judiciais, é mais viável conhecer sobre a gestão estatal das mortes e sobre a (in)adequação moral dos sujeitos, de acordo com os documentos processuais e as narrativas dos atores jurídicos, do que sobre a experiência das mortes violentas propriamente ditas (CORRÊA, 1983, p. 23-25).

Ademais, a escolha dos atores jurídicos sobre qual versão adotar para fins de elaboração da tese de defesa ou de acusação dos sujeitos envolvidos no crime, depende da (des)conformidade de vítima e acusado a uma série de convenções morais, constituídas por relações de gênero, sexualidade, classe, racialização, territorialização e criminalização (CORRÊA, 1983; ZAMBONI, OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2019; NASCIMENTO, 2021a).

No caso em exame, notamos que a vítima A.L.L.M era uma mulher pobre, sobrevivendo do trabalho informal como manicure, parda, moradora de um bairro periférico reconhecido pelo senso comum como “perigoso”, na cidade de Rio Branco. Essas relações de poder de gênero, classe, racialização e territorialização não devem ser simplesmente consideradas como *razões da morte*, mas como pistas que nos auxiliam a compreender sua desconstituição pelos agentes da delegacia de polícia como uma possível vítima de feminicídio.

Operando simultaneamente, essas relações de poder oportunizam a criminalização dessa mulher na esfera administrativa, visto que ela estava próxima demais às narrativas relacionadas ao “mundo do crime”, era potencialmente uma usuária de cocaína e poderia ter “envolvimento” com o tráfico local. Seus trânsitos suspeitos entre o Acre e Rondônia, ambos estados de fronteira com a Bolívia (rotas de tráfico), tornavam-na uma provável integrante de facção criminal perante os olhos dos policiais, o suficiente para que a versão levantada pelo acusado seja considerada plausível e acatada pelo delegado, afastando a tipificação da conduta de homicídio como sendo de sua autoria.

Por seu turno, as relações de poder também perfazem a versão elaborada pelo promotor de justiça para explicar o crime, a qual demanda necessariamente o esforço de



legitimação da vítima. Ora, em sua peça de denúncia, o Ministério Público escolhe qualificar o crime não apenas como *feminicídio, em razão da condição de sexo feminino*, o que já evidencia as relações de gênero no caso; mas também adiciona a qualificadora de *traição* como *recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da ofendida*. Essa última qualificadora é justificada nas narrativas generificadas do promotor de justiça, em razão de a *casa* dever ser um local de segurança para as mulheres, espaço no qual não se espera ser sujeita a graves violências.

Nessa argumentação, a vítima é situada dentro dos limites territoriais da casa que simboliza o *locus* especial de feminilidade doméstica, ao contrário dos perigos que circundam a territorialização do “mundo do crime”, no âmbito público. Além disso, as relações de gênero e de sexualidade constituem a representação de A.L.L.M como possível vítima indefesa perante as investidas sexuais do acusado. Essas narrativas que remetem à noção feminilizada sobre vulnerabilidade ganham sentido nas peças e nas disputas promovidas pelos atores jurídicos, na medida em que são articuladas às convenções hegemônicas de passividade, indefensabilidade e sofrimento feminino, fornecendo condições de possibilidade para a aceitação da qualificadora de feminicídio (NASCIMENTO, 2021a, p. 98). Dessa forma, outra não poderia ser a tese da acusação senão a de que o crime somente ocorreu pela proximidade do réu que era cunhado da vítima, isto é, aproveitando-se dessa relação de parentesco familiar para trair a confiança da mulher que se encontrava indefesa e vulnerável.

De outro lado, como bem observou Roberto Efrem Filho (2017), a consolidação da vítima nos autos judiciais pressupõe a materialização do seu oposto, mediante a representação da figura do algoz. Assim, sobre o acusado, D.M.P. — homem pardo, de 30 anos de idade, trabalhador informal como marceneiro — recaíam as investidas narrativas sobre sua participação no “mundo do crime”. Vejam, o acusado já havia sido condenado por roubo e portava tornozeleira eletrônica, indicando que cumpria o resto da pena em regime aberto. Como também, havia confessado na delegacia de polícia e na presença do juiz ser usuário de drogas ilícitas, participando de trocas comerciais com “traficantes do bairro”, além de ter ocultado o corpo da vítima no “Ramal da Encrenca”, conhecido como local para realização de atividades ilícitas. Percebemos que as relações de gênero masculinizadas, de classe, de racialização e territorialização novamente



atuaram no caso, dessa vez para consolidar a criminalização da figura do réu, já considerado ao longo dos autos como uma ameaça à *garantia da ordem pública*, motivo pelo qual fora decretada sua prisão cautelar para responder ao processo judicial encarcerado.

Como se não fossem suficientes as narrativas que apontavam indícios de participação nas dinâmicas criminais das facções locais, a sua ex-companheira testemunhou em plenário afirmando que ela e a filha do casal já sofreram violência doméstica em suas mãos, consolidando a deslegitimação do réu tanto como um cidadão perigoso à *ordem pública*, quanto à *ordem privada*. Além disso, nas peças do inquérito policial foram ventiladas suspeitas de envolvimento do acusado no caso de homicídio e violência sexual de uma jovem, moradora do estado vizinho de Rondônia, além de outra violência sexual em Rio Branco. Notem que este sujeito não se conforma narrativamente nem à figura do homem *trabalhador*, nem a do pai e marido amoroso, apta a abonar os desvios criminais nos processos que vão a julgamento nos tribunais do júri (CORRÊA, 1983).

Por isso mesmo, a consequência é a pronúncia do réu pelo juiz de direito nos termos do artigo 121, § 2º, VI, §2º-A, I, do Código Penal brasileiro. Significa dizer que, *a priori*, a peça de denúncia formulada pelo Ministério Público é acatada pelo magistrado em termos quase semelhantes, a diferença é a expressa indicação de que a qualificadora de feminicídio encontra-se presente no caso em razão da *violência doméstica e familiar*.

Em seguida, ao ser levado a julgamento pelo Conselho de Sentença que compõe o Tribunal do Júri, as relações de poder que legitimaram a vítima e oportunizaram o processo de criminalização do réu são confirmadas em plenário por meio da sentença condenatória a vinte anos e cinco meses de reclusão e trinta dias-multa, consoante a tese que fora construída pela promotoria de justiça e acatada pelo grupo de julgadores.

Diante desse resultado, desejamos tecer alguns apontamentos. Primeiro, constata-se que os limites domésticos da casa e as relações de familiaridade foram determinantes para o enquadramento da qualificadora do feminicídio no caso concreto, a qual, recordamos, não havia sido ventilada no início das investigações na esfera policial. Foi necessário acionar as convenções narrativas em torno da família, de suas relações de



irmandade e maternidade, além de seu caráter indefeso e vulnerável para legitimar a mulher como uma vítima *de fato* e *de direito*.

A análise dos processos judiciais nos permite vislumbrar que as mortes violentas de mulheres apenas são caracterizadas como feminicídios quando as narrativas conseguem representar as vítimas de acordo com certas convenções generificadas, as quais reconhecem o feminino como dócil, frágil, materno, circunscrito ao espaço privado da casa e limitada às performances familiares. O preocupante é que tais convenções — constituídas por noções de gênero, classe e de racialização — não são capazes de representar todas as mulheres, tampouco todos os cenários possíveis de mortes violentas em razão do gênero feminino.

Nesse sentido, os estudos interseccionais de Anne McClintock (2010) e Angela Davis (2016) há muito já apontaram que essa representação de feminilidade hegemônica, mediante convenções de docilidade e vulnerabilidade, recato doméstico e pureza sexual, faz referência às mulheres brancas de classe média. As análises desenvolvidas por Anne McClintock, em *Couro imperial* (2010), mostram como a instituição do *culto à domesticidade*, no século XIX, foi algo crucial para a produção de identidades masculinizáveis e feminilizáveis, que marcavam a branquitude e a negritude entre os povos colonizados, a classe trabalhadora e as classes médias burguesas. Nas práticas imperialistas e colonialistas, a identidade das mulheres brancas das classes médias constituía-se através de convenções acerca da sua pureza sexual e racial, do decoro doméstico e pela impossibilidade de integrar o mercado de trabalho remunerado; ao passo que as mulheres racializadas das classes trabalhadoras eram retratadas por convenções relativas à prática sexual inter-racial e ao trabalho pesado e remunerado no espaço público, seja como empregadas domésticas ou como prostitutas. As mulheres das terras colonizadas eram os símbolos do império para a degeneração sexual e racial, figurando como as espécies que seriam naturalmente primitivas e bestializadas.

Aplicando esses estudos para analisar o caso em concreto podemos inferir o porquê de o promotor de justiça não investir esforços narrativos sobre a tese de violência sexual, mesmo tendo sido juntado aos autos o laudo pericial que constatou haver sêmen no lençol de cama da vítima. Em teoria, a narrativa de violência sexual também estaria apta a qualificar juridicamente o crime como feminicídio por meio da hipótese de



menosprezo ou discriminação à condição de mulher, diante da violação ao corpo feminino. Ocorre que a articulação de certas relações de poder sobre a figura da vítima — mulher pobre, parda, moradora de um bairro periférico, com trânsitos e relações suspeitos com o mercado local de drogas ilícitas — poderia dar margens à defesa para formular narrativas desabonadoras, pondo em xeque o comportamento sexual da vítima e suscitando teorias sobre uma relação extraconjugal dela com o acusado (companheiro de sua irmã). Na dúvida, a promotoria de justiça escolhe a narrativa que já está consolidada nas práticas judiciárias e no meio social habitado pelos jurados, isto é, a tese objetiva de violência doméstica e familiar.

Pelo mesmo motivo, a tese de feminicídio por violência doméstica e familiar também é mais eficaz para afastar as narrativas de criminalização que sugeriam o envolvimento da vítima com as facções criminais. No processo de A.L.L.M, relações de gênero e de território são tensionadas ao máximo para feminilizar a vítima e fixá-la à casa e à família nas narrativas judiciais, dessa forma, o caso passa a se enquadrar no repertório dos feminicídios por violência doméstica e familiar enquanto crimes que ocorrem no espaço doméstico e privado e vitimizam mulheres nas mãos de (ex)maridos, companheiros ou familiares. Paralelamente, o acionamento dessas relações de gênero e de território servem para opor narrativamente o caso da vítima daqueles crimes realizados no espaço público, que envolvem os sujeitos masculinizados e racializados, implicados nos confrontos e acertos de contas que constituem violentamente as operações do mercado de drogas ilícitas. Se nos crimes de feminicídio temos mulheres vítimas feminilizadas como indefesas, vulneráveis e dedicadas ao lar; os crimes de violência urbana envolvendo roubo e tráfico operam como seu avesso narrativo (NASCIMENTO, 2021b), nos quais vemos vítimas masculinizadas como homens perigosos, violentos e dedicados ao mundo do crime. Ao refletir sobre as mortes de mulheres no Brasil em artigo publicado no ano de 2011, a socióloga Wânia Pasinato já alertava para essa lógica dicotômica que separa espaço público e privado e que reverbera nas pesquisas e políticas públicas sobre violência de gênero, trazendo como consequências: o desconhecimento sobre “a interface entre violência urbana/criminalidade urbana e gênero, inclusive sobre o impacto que essa criminalidade produz na vida das mulheres” e a reprodução dos tradicionais “papéis sociais de gênero”, impedindo o reconhecimento da violência contra



as mulheres como verdadeiro problema de segurança pública (PASINATO, 2011, p. 240-241).

Com a promulgação e a aplicação da Lei de Feminicídio, percebemos que longe de desmistificar essas fronteiras ilusórias entre economia e espaço doméstico e economia e espaço público, os agentes estatais trabalham com o reforço narrativo dessas normas sociais, definindo moralidades e estabelecendo representações generificadas sobre os sujeitos envolvidos nos processos judiciais.

Isso é evidenciado nos processos de feminicídio pelo fato de a qualificadora estar atuando como o *exterior constitutivo* (FOUCAULT, 2014) ou o *avesso narrativo* (NASCIMENTO, 2021b) dos crimes relacionados ao tráfico de drogas e às facções criminais, como explicado acima. O feminicídio, como crime que vitimiza mulheres em razão de gênero, ganha significado nas narrativas judiciais ao ser identificado objetivamente com o *mundo doméstico e familiar* em oposição aos processos relacionados ao *mundo do crime*, identificados por meio da violência urbana que ocorre no espaço *público* masculinizado. Como consequência, notamos que a complexidade da realidade social e das mortes violentas precisa ser simplificada nos processos para se enquadrar em uma das duas narrativas jurídicas possíveis, excluindo outros cenários, motivos e circunstâncias relativos às mortes. Assim, não há margem para investimento narrativo sobre a hipótese de feminicídio por menosprezo e discriminação à condição de mulher, de maneira que a moldura de inteligibilidade da qualificadora é reduzida à primeira hipótese, e sequer são consideradas narrativas sobre ódio, desprezo, violação e mutilação aos corpos femininos.

A invisibilidade do gênero na qualificação de mortes violentas de mulheres entremeadas nos espaços público e privado

M.C.R.C foi uma mulher parda, casada, agricultora e produtora rural nascida em Mâncio Lima, cidade localizada no interior do Acre, mais especificamente na mesorregião do Vale do Juruá.⁷ Com 55 anos de idade, foi também na zona rural de

⁷ Herdada da época em que o Acre foi integrado ao Brasil como o primeiro território federal do país, o estado conserva a divisão territorial em mesorregiões e regionais a partir de alguns de seus rios (Acre, Purus, Juruá e Tarauacá-Envira).



Mâncio Lima que ela teve sua vida ceifada, na tarde de uma sexta-feira de 2022, após sete facadas, de arma tipo punhal, desferidas por um vizinho, um jovem de 21 anos (D.S.S) que, segundo testemunhou o marido de M.C.R.C, prestava serviços esporádicos para sua família, como a limpeza do roçado.

A materialidade do crime resta comprovada pelo laudo de exame cadavérico acostado aos autos processuais, que indica a *causa mortis* por choque hemorrágico em razão dos múltiplos ferimentos, mas o que motivou D.S.S a provocar tais ferimentos é o ponto de reflexão sobre o qual o Sistema de Justiça tem de se debruçar no bojo da persecução penal. Pouco mais de um ano após o fato, o processo ainda não foi levado para apreciação e julgamento pelo Conselho de Sentença, composto por pessoas leigas que desempenham a função de juiz natural nos casos dolosos de competência do Tribunal do Júri. No entanto, a partir dos dados presentes nos autos do inquérito policial, na denúncia ofertada pelo Ministério Público e na sentença de pronúncia dada pelo Juiz de Direito, já é possível traçar impressões acerca da inteligibilidade que o Sistema de Justiça Criminal no Acre possui acerca do *vocabulário violento do feminicídio* (VILLA, 2018).

Dos autos processuais, especialmente do depoimento do réu, as supostas motivações que o levaram ao cometimento do crime residem em uma “chamada de atenção” que este levou da vítima após ter “rolado um pau que segurava a fiação de energia no terreno”.⁸ O depoimento do marido de M.C.R.C revela que o poste derrubado seria para levar energia à casa de farinha da família de sua esposa, que estava em construção, e por isso ela teria discutido com D.S.S.

Diante desse contexto, a autoridade policial interpretou a morte violenta de M.C.R.C como homicídio (art. 121 do Código Penal Brasileiro) qualificado por motivo fútil (inciso II), mediante recurso que dificultou sua defesa (inciso IV) e como um feminicídio (inciso VI). A representação da autoridade policial ao Ministério Público não fundamentou nenhum dos dispositivos apontados na qualificação do homicídio de M.C.R.C, tampouco especificou quais dos incisos do §2º-A confirmariam que o crime envolveu “razões de condição de sexo feminino” para se caracterizar como um feminicídio, se por contexto de “violência doméstica e familiar” (inciso I), ou se por “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (inciso II).

⁸ Ambos os termos dispostos entre aspas nesta frase estão transcritos conforme o depoimento do réu.



A peça de denúncia ofertada pelo Ministério Público, por sua vez, endossa as qualificadoras de motivo fútil, brevemente apontado como a “chamada de atenção” que M.C.R.C deu ao réu, e a de emprego de meio que dificultou a defesa da vítima, afirmando que ela teria sido pega sozinha e desprevenida quando, ao atender ao chamado do acusado no portão de sua casa, este ter lhe desferido as facadas sem que ela tivesse chance de se defender. Não há qualquer menção à qualificadora de feminicídio aventada no inquérito policial, desconsiderando, portanto, quaisquer circunstâncias relacionadas a relações de gênero no contexto do homicídio de M.C.R.C. Na ocasião da sentença, a despeito da ampla liberdade que o Código de Processo Penal brasileiro (art. 413, §1º) confere ao membro do Judiciário para classificar a conduta do acusado ao tipo penal, qualificadoras e agravantes que entender cabíveis, o órgão julgador decide por pronunciar o réu nos exatos termos das argumentações fáticas e jurídicas propostas pelo Ministério Público. Novamente, o Sistema de Justiça silencia acerca da possibilidade de razões de gênero na produção desse homicídio, precariamente aventada no Inquérito Policial, encerrando, assim, a possibilidade desses debates no caso.

No entanto, a imagem do corpo sem vida e ensanguentado de M.C.R.C estendido no portão entreaberto de sua casa parece extrapolar sua condição de indício e elemento probatório, acionando significados da gramática da violência de gênero. As mortes violentas de mulheres produzem *imagens de brutalidade* nas duas dimensões amalgamadas propostas por Efreim Filho (2017), no sentido dialético de trazer à tona tanto *o corpo brutalizado pelo ato da violência*, quanto *o corpo brutalizado pelas narrativas de violência* acerca do ato, sem as quais não podemos ter acesso a este, como afirmamos anteriormente com Corrêa (1983).

Encontrada com a boca ensanguentada, braços levantados acima da cabeça e dobrada sobre as duas pernas, a metade do lado esquerdo do corpo de M.C.R.C está disposta dentro de casa, enquanto a outra metade está na rua, *separadas* pelo portão de madeira. O corpo de M.C.R.C se deita, a um só tempo, como uma linha de divisão e de ligação entre as esferas pública e doméstica, conformando-se como um *gesto simbólico* que aciona propriedades semânticas das relações sociais na manifestação da violência (VILLA, 2018). Se o pensamento liberal e suas instituições se dedicaram a instalar divisões artificiais entre os universos público e privado, a conexão intrínseca entre essas

duas esferas sociais é um dos poucos pontos de convergência entre as mais diversas *práxis* feministas.

Após décadas de militância política, mudanças legislativas e educação social na pauta da violência contra mulheres no espaço doméstico, há razoável inteligibilidade desse fenômeno que escancara como há relações desiguais de poder no mundo privado, e que, em suma, *o pessoal é político* (HUZIOKA, 2017). De outra feita, a não ser que partamos da premissa de ausência de misoginia fora das relações íntimas, importa considerar que há pouca ou nenhuma inteligibilidade acerca da violência que alcança as mulheres no mundo do trabalho, do mercado e da política (PENALVA, 2020). A *imagem de brutalidade* do corpo morto de M.C.R.C nos autos processuais sintetiza a complexidade do vocabulário do feminicídio, o qual articula relações de gênero, racialização, classe, território etc. na confecção da dimensão expressiva desse crime (EFREM FILHO, 2017; SEGATO, 2006).

O réu prestava serviços ocasionais para a vítima e sua família, frequentava a sua casa, mas não havia laços de afeto entre eles, sua ligação era o mundo do trabalho. Como a imagem do corpo estirado de M.C.R.C, a relação que precede o crime está entremeadada entre as duas esferas sociais. Em um dos estados que apresenta as maiores taxas de feminicídio do Brasil, questionamos a rapidez com que a *perspectiva de gênero* foi descartada na linha investigativa da acusação, em desconformidade com o que indica o protocolo de feminicídio⁹ a todas as instâncias do Sistema de Justiça na persecução penal de mortes de mulheres que apresentem sinais de violência (BRASIL, 2016).

M.C.R.C veio a óbito em razão dos ferimentos em seu abdômen e tórax. O laudo cadavérico afirma ter encontrado sete perfurações, enquanto o acusado afirma ter desferido não sete, mas três facadas. De toda forma, há um lapso temporal em que o crime é idealizado e executado que não pode ser ignorado: o tempo em que o réu vai em casa buscar a faca após a discussão com a vítima, segue até a casa dela, chama-a no portão e aguarda sua chegada até a ferir letalmente. Da audiência de instrução, é possível deduzir

⁹ Tal documento foi elaborado pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Secretaria de Políticas para Mulheres — pouco antes de sua extinção — e Secretaria Nacional de Segurança Pública, correspondendo a uma adaptação brasileira do *Modelo de protocolo latino-americano para investigar as mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)*, elaborado em 2014 pela ONU Mulheres e Escritório Regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos.



que a tese central da defesa será o quadro de sofrimento psíquico que o acusado possui em razão das crises de epilepsia que apresenta desde bebê. Segundo o mesmo, ele teria sentido uma raiva tão grande gerada pela discussão, que teria apresentado uma crise e ficado “fora de si”. Porém, até nossas últimas incursões nos autos processuais, não há nenhum pedido de incidente de insanidade mental.

Fazer o enquadramento legal desse contexto como *motivo fútil*, ou seja, “manifestamente desproporcional à gravidade do fato e à intensidade do motivo” (NUCCI, 2020), certamente atende ao objetivo central do processamento do crime de se realizar como “forma institucional e ritual de vingança”, encontrando um culpado e lhe atribuindo uma pena pelo ato (BARATTA, 1993, p. 51). No entanto, essa opção interpretativa pouco avança na compreensão dos contextos que tornam possível as mortes de mulheres por razões de gênero, o que parece não ser uma prioridade para o Sistema de Justiça, impossibilitando um dos objetivos do protocolo: ampliar ações preventivas a casos de violência contra mulheres, a partir da compreensão dos contextos que tornam feminicídios possíveis.

Mesmo antes da tipificação da qualificadora de feminicídio no Código Penal, parte da literatura especializada já questionava a utilidade tática de amalgamar mortes violentas de mulheres sob uma categoria homogeneizante como feminicídio, tendo em vista a ampla diversidade na condição de existência das mulheres, atravessadas por multiplicidades de relações sociais muitas vezes contraditórias e mesmo antagônicas entre si. Pasinato (2011) questiona se não haveria mais potência interpretativa e política em desagregar as mortes violentas de mulheres, explorando contextos particulares a fim de alcançar formulações teóricas e intervenções estatais mais específicas.

Todavia, como pontua Huzioka (2017), importa notar que é próprio da lógica jurídica lidar com os conflitos sociais desde uma perspectiva que individualiza e isola as partes de seus contextos, produzindo respostas homogeneizadoras desde as formulações legislativas, perpassando os ritos processuais e seu manejo pelos agentes públicos e privados. De modo que, apesar de o Sistema de Justiça Criminal deter potencial para ser um espaço privilegiado destas reflexões, esbarra, todavia, nas condições sócio-históricas que o estruturam como espaço de legitimação e reprodução das relações de poder. Essa dinâmica institucional combinada ao letramento limitado de seus agentes na gramática da

violência contra mulheres reforça a percepção de Lagarde (2004) do feminicídio como crime de Estado, uma vez que conta com sua tolerância e negligência ao não ser capaz de enxergar suas diversas possibilidades de ocorrência.

Campos (2015) entende que a qualificadora que possibilita enquadrar casos de feminicídio motivados por *menosprezo ou discriminação à condição de mulher* traz o ganho político de se evidenciar as razões de gênero que motivam homicídios que até poderiam ser enquadrados como torpe ou fútil, levando à condenação criminal, mas sem contribuir na compreensão do fenômeno das mortes violentas de mulheres baseadas na misoginia. Outrossim, apesar do amplo sentido que a qualificadora detém, Campos (2015) enxerga que a não taxatividade na descrição dessas possibilidades, tal como nas versões iniciais do projeto de lei (PL nº 292/2013), evita que a defesa levante argumentos de *bis in idem* por muitas delas já estarem descritas em outros dispositivos.

Concordamos com Pasinato (2011) que pensar as mortes violentas de mulheres apenas pelo viés das relações de gênero é insuficiente para compreendê-las em suas complexidades, uma vez que é impossível isolar apenas um aspecto das estruturas de poder que atravessam as relações humanas. E é justamente por isso que entendemos que pensar tais mortes em termos de feminicídio não limita a identificação de outras relações de poder que vulnerabilizam as mulheres em sua condição de gênero e demais relações sociais, as quais não se sobrepõem na vida cotidiana, mas se perfazem mutuamente de forma dinâmica e contraditória (MCCLINTOCK, 2010).

No exemplo da persecução penal em comento, a possibilidade de motivações de gênero no homicídio de M.C.R.C foi considerada apenas uma vez, pela autoridade policial, que não apresentou nenhuma fundamentação para essa sinalização, bem como para nenhuma das outras qualificadoras que suscitou. Paralelo a isso, o órgão acusador sequer considera a possibilidade ou se debruça para fundamentar o afastamento da qualificadora de feminicídio na classificação penal, toada que seguirá o judiciário. Nas *imagens de brutalidade* que o Sistema de Justiça elabora para tornar a morte de M.C.R.C. acessível e inteligível, há um emaranhado de relações sócio-históricas entre aquela e o acusado que não são lidas, acarretando o desaparecimento de discussões acerca da possibilidade de feminicídio sem qualquer fundamentação fática ou jurídica.



Se a relação de trabalho pré-existente entre vítima e réu — com aquela na condição de “empregadora” deste — teve algum impacto nas motivações do crime, só pode figurar no campo especulativo agora. Mas Bhattacharya (2019) compreende que as dinâmicas do mundo do trabalho estão intimamente associadas às do controle das mulheres e das violências que sofrem. Seja porque, no caso de algumas, sua presença fica mais evidente no espaço público, ou porque passam a ocupar funções de autoridade ou de menor subalternidade no mundo do trabalho, ou ainda porque não estão apenas desempenhando o papel de feminilidade da dona de casa dócil, voltada apenas para a realização infundável das tarefas domésticas. Para Bhattacharya, os feminicídios motivados por *honra*, quer dizer, por razões de ciúmes e posse de mulheres, são um aspecto do extremo das violências de gênero, mas a autora chama a atenção para violências que “parece[m] ocorrer em nome da perda da autoridade ou controle ‘tradicional’ masculino” (BHATTACHARYA, 2019, p. 32). E esse controle que se estende para além das relações íntimas evidencia a clivagem ilusória entre os espaços público e doméstico.

É possível que ter sido repreendido por uma mulher que pagava pelos seus serviços tenha sido gatilho suficiente para enraivecer D.S.S a ponto de matá-la. Não sabemos. Mas é inegável que a compreensão adequada dos contextos de produção de feminicídios demanda articulação entre as expressões de poder das relações de classe, raça, gênero e território. M.C.R.C morreu porque tentou defender seu espaço de trabalho e de subsistência: a casa de farinha da família.

Se comparado ao resto do Brasil, a colonização do território que viria a se tornar o Acre é bastante recente. Datando do final do século XIX, a ocupação do Acre por pessoas não originárias está associada com as demandas imperialistas de Inglaterra e Estados Unidos pela extração de seringa, matéria-prima para a confecção de toda sorte de produtos de borracha. Muitos povos indígenas foram escravizados para realizar os cortes nas seringueiras, mas a principal mão de obra empregada foi a grande leva de migrantes nordestinos que, empobrecidos pela indústria da seca, viram-se obrigados a procurar melhores condições de vida em outras localidades, como a Amazônia.

Como a grande maioria dos migrantes era composta por homens, a presença de mulheres era escassa e, conseqüentemente, elas tornaram-se mercadoria. As migrantes

nordestinas e suas descendentes eram vendidas, raptadas, doadas e presenteadas na dinâmica da “seringalidade”¹⁰ (WOLFF, 1998). Ademais, também era comum a captura de mulheres indígenas, muitas vezes ainda meninas, para se tornarem *esposas*, vendidas ou premiadas a outrem como tal. As que conseguiam fugir, mas eram recapturadas, foram torturadas e, muitas vezes, assassinadas (MANCHINERI, 2020). Vale frisar que ter uma esposa nas colocações de seringais deteve um papel muito maior do que apenas a satisfação sexual. Trabalhando em condições de extrema vulnerabilidade alimentar, insalubridade e violência patronal, a esposa, além de mais um apoio para a extração de seringa, exercia o papel de provisão social, quer dizer, o trabalho doméstico responsável por renovar as forças de trabalho do seringueiro dia após dia. Nesse sentido, a força de trabalho das mulheres possuía uma importância central e era uma mercadoria cobiçada, frequentemente adquirida pela violência. As mulheres originárias representavam ainda mais uma vantagem para os seringueiros, pois elas detinham os conhecimentos tradicionais de manejo com a floresta amazônica, totalmente desconhecida dos nordestinos.

Quando as demandas por látex diminuíram, principalmente em razão do término das duas grandes guerras e da biopirataria que a Inglaterra fez da seringueira, instituindo um cultivo de tipo *plantation* na Ásia, os seringais perderam sua força econômica na Amazônia (SOUZA, 2017). No Acre, mas especialmente no Vale do Juruá — onde M.C.R.C viveu e morreu — a farinha acabou se tornando uma das principais formas de sobrevivência das famílias que extraíam seringa, tanto para sua própria alimentação quanto para o comércio, sendo produzida de modo artesanal e familiar em quase 90% dos casos (SIVIERO; BAYMA; KLEIN; PINTO, 2012).

M.C.R.C foi uma mulher parda e trabalhadora assassinada pelo réu por ter-lhe reclamado face a face o seu direito à alimentação e sustento de si e de sua família. Tal direito fora posto sob ameaça pela derrubada, promovida pelo réu, do pedaço de madeira que ligava a fiação de energia elétrica à casa de farinha da vítima. Como em outras dinâmicas de sobrevivência vividas pela classe trabalhadora, M.C.R.C morreu por

¹⁰ Em analogia à categoria “colonialidade” nos estudos de Anibal Quijano, Souza (2017) propõe “seringalidade” a fim de especificar as relações coloniais na dinâmica das colocações dos seringais acreanos e das relações sociais entre seringalistas (patrões) e seringueiros (trabalhadores em situação de semiescravidão).



defender condições indispensáveis para o trabalho que alimentava a casa. As estatísticas oficiais apontam esses marcadores como fatores de risco à vida de uma mulher no Brasil. Talvez o Sistema de Justiça Criminal do Acre tenha perdido uma chance de tentar compreender como essas relações sócio-históricas de poder se constituem, emaranhadas umas nas outras, tornando esse chão um dos mais perigosos para as mulheres brasileiras viverem.

Considerações finais

O estado do Acre tem se mantido nas primeiras posições no *ranking* de maiores taxas de feminicídio no Brasil. No período de 2018 a 2022, foram contabilizadas sessenta mortes violentas de mulheres por razões de gênero, segundo informações do Ministério Público (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE, 2023). Esse dado estatístico motivou a realização de nossa pesquisa para investigar a qualificação do feminicídio nos processos judiciais que tramitam no Estado acreano. A partir de levantamento realizado pelo Centro de Atendimento à Vítima (CAV), órgão vinculado ao MP/AC, e do acesso ao Sistema de Automação Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SAJ/TJ), analisamos laudos periciais, peças de denúncia, pronúncia e sentença de condenação referentes aos processos criminais de feminicídio. A fundamentação da pesquisa documental encontrou amparo em revisão bibliográfica relativa às discussões jurídicas e sociológicas sobre morte violentas de mulheres, sob o marco teórico-metodológico de feminismos interseccionais.

Logo de início, notamos que dos sessenta processos de feminicídio indicados pelo CAV, apenas quatro não foram enquadrados inicialmente na hipótese legal de *violência doméstica e familiar*. Um número indicativo da ausência de fundamentação e qualificação desse crime conforme a hipótese de *menosprezo e discriminação à condição de mulher*, constante no inciso II, §2º-A, do artigo 121 do Código Penal. Nesse sentido, o presente artigo buscou evidenciar em quais contextos as mortes violentas de mulheres são reconhecidas — ou não — como feminicídio na persecução penal, levando em consideração as relações de poder de gênero, raça, classe, território e criminalização que atuam de modo interseccional para produção material e simbólica das *imagens de brutalidade* desses crimes.

A análise das peças processuais que tramitam no Poder Judiciário do Estado do Acre revelou que seus agentes públicos (como delegados de polícia, promotores de justiça e juízes



de direito) não têm apresentado uma densa justificativa para a aplicação ou para o afastamento da qualificadora de feminicídio nos casos concretos. Não tendo sido encontrado aprofundamento nas argumentações — sejam fáticas ou jurídicas — para explicar a presença ou ausência de razões de gênero que motivaram a violência letal. Nesse cenário, a qualificadora de feminicídio tem surgido como uma espécie de obviedade, correspondendo unicamente aos casos de violência doméstica e familiar que são opostos objetivamente aos crimes identificados com a violência urbana, relacionados aos assassinatos cometidos nas disputas do mercado de drogas ilícitas.

Percebemos, portanto, que representações sociais acerca da feminilidade, espaço doméstico e economia privada fazem com que a qualificadora do feminicídio seja identificada tão somente com as violências fatais decorrentes de relações conjugais e familiares. Como ocorreu no caso de A.L.L.M, as relações de parentesco com o réu, que era cunhado da vítima, e os limites domésticos da casa, como local do crime, foram determinantes para a inserção da qualificadora do feminicídio pelo representante do Ministério Público e, concomitantemente, para a desconsideração das narrativas criminalizadoras sobre a mulher formuladas na esfera administrativa policial. Assim, opera-se a lógica de que se a casa é o *locus* social privilegiado da mulher em vida, também o será na morte. Em outros termos, a única *razão de condição de sexo feminino* que culmina na morte de mulheres, e recebe o selo de reconhecimento por parte dos agentes de Estado, consiste na vitimização por *violência doméstica e familiar*.

Por sua vez, delegados, promotores e juízes limitam-se a transcrever a redação legal do feminicídio nos processos judiciais, sem tecer maiores comentários e explicações sobre a discriminação e a misoginia ao gênero feminino. Em muitos casos, não há nem mesmo o cuidado de especificar em qual dos dois incisos se verificam as *razões de condição de sexo feminino*. Por consequência, esses agentes de Estado perdem a oportunidade de perceber as relações de poder que oportunizam a feitura do crime em outros contextos de brutalidade, a exemplo do caso da vítima M.C.R.C., que fora assassinada por seu vizinho em meio às discussões sobre a derrubada de um pedaço de madeira que comprometeu condições de trabalho da família da vítima. De modo que é gritante a ausência de letramento do Sistema de Justiça Criminal acerca das demais relações sociais que as mulheres tecem enquanto sujeitas históricas, entremeadas entre as esferas públicas e privadas, as quais, na condição de



trabalhadoras, figuram como um ponto intenso de conexão entre esses dois espaços virtualmente separados pela episteme liberal e suas dinâmicas institucionais.

Essa omissão dos atores jurídicos no tocante à aplicação e à fundamentação da qualificadora de feminicídio nos processos judiciais, especialmente nos casos que não correspondem à violência doméstica e conjugal, consiste em mais uma expressão do feminicídio como “crime de Estado” (LAGARDE *et al*, 2006; SEGATO, 2006). Ao deixar de aplicar a qualificadora para nomear a morte de certas sujeitas, os atores do Sistema de Justiça Criminal recriam e atualizam os significados da qualificadora de feminicídio, afastando-se dos conceitos teóricos que fundamentam as mortes como crimes de ódio ao gênero feminino, decorrentes de processos de discriminação social.

Entendemos, com Huzioka (2017), que a busca por justiça em contexto de mortes violentas de mulheres excede a condenação criminal de alguém. A compreensão desses crimes em seus mais diversos aspectos possibilitadores se perfaz como condição para a tessitura de meios mais eficazes para a proteção e valorização das vidas das mulheres. Os resultados ainda incipientes desta recente pesquisa não nos possibilitam apontar meios concretos de superação dessa realidade, mas acreditamos que o principal papel da atividade acadêmica é problematizar o modo como aquela se produz e reproduz, o que tentamos fazer nestas breves linhas.

Consideramos uma necessidade urgente de que a lógica jurídica seja tensionada pela interseccionalidade das categorias analíticas, o que só pode ser realizado desde o esforço conjunto dos vários segmentos sociais que refletem e atuam na defesa das vidas das mulheres. Os agentes, ritos, instituições e institutos jurídicos foram e têm sido constrangidos à intelecção da violência doméstica e familiar com relativo sucesso. Aprofundar as compreensões e métodos de combate ao fenômeno do feminicídio se impõe como tarefa coletiva às instituições acadêmicas, estatais e à sociedade civil organizada, consistindo em verdadeiro dever de justiça a todas que tombaram e àquelas que seguem lutando, a cada minuto, pela continuidade de suas vidas.

Em Rio Branco, capital do estado, foi articulada pela expressão local da campanha nacional “Levante Feminista contra o Feminicídio” uma audiência pública na Assembleia Legislativa a fim de pautar o tema com as instituições públicas e a sociedade em 2022, ano em que a capital não registrou nenhuma morte por feminicídio. Embora não tenhamos



condição de analisar agora se houve alguma morte violenta que poderia ter sido caracterizada como feminicídio nas circunstâncias do inciso II da Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), fato é que as ações de enfrentamento a esse fenômeno necessitam ser interiorizadas de forma contínua e transversal, um desafio especialmente caro à Amazônia ocidental com toda a sua diversidade cultural, dificuldades de locomoção e acesso a territórios. Um desafio que se impõe a todo o país como política de defesa das mulheres que fazem a Amazônia viver e seguir vivendo.

Referências

BARATTA, Alessandro. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. **Fascículo de Ciências Penais**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 44-61, jun. 1993.

BHATTACHARYA, Thiti. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. **Marx e o Marxismo – Revista do NIEP**, Niterói, v. 7, n.12, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/319>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Diretrizes nacionais feminicídio**: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: Imprensa Nacional, 2016. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femenicidios-versao-web.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília: Presidência da República [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e de munição**. Brasília: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal brasileiro. Brasília: Presidência da República, [1941]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília: Presidência da República, [1940]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência – Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>. Acesso em: 05 ago. 2023.



CERQUEIRA, Daniel *et al* (org.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/JnA7x>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORTE IDH. Caso González y otras (“campo algodoneiro”) vs. México. Sentença em 16 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_esp.pdf. Acesso em: 20/10/2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-54, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500007>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HUZIOKA, Liliam Litsuko. Diálogos de gênero sobre feminicídios: um olhar sobre o tratamento moral e jurídico ao uso do poder de matar, reivindicações ativistas pela responsabilidade estatal e articulações estratégicas pela vida das mulheres. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 273-318, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19726>. Acesso em: 05 ago. 2023.

LAGARDE, Marcela *et al* (org.). **Violencia feminicida en 10 entidades de la Republica Mexicana**. México, DF: H. Congreso de la Unión, Cámara de Diputados. 2006. Disponível em: https://catedraunescodh.unam.mx/catedra/mujeres/menu_superior/Feminicidio/5_Otros_textos/10.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al feminicidio. **Fem**, México, v. 28, n. 255, p. 26-34, 2004. Disponível em: https://archivos-feministas.cieg.unam.mx/ejemplares/fem/Anio_28_n_255.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

MANCHINERI, Soleane de Souza Brasil. **Trajetórias dos Manchineri do Seringal Guanabara**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE (MP/AC). **Feminicidometro**. 2023. Disponível em: <https://feminicidometro.mpac.mp.br/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

NASCIMENTO, Emylli Tavares do. **Disputas em torno do feminicídio**: relações de poder em narrativas judiciais no tribunal do júri. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,



2021a. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21621>. Acesso em: 25 jul. 2023.

NASCIMENTO, Emylli Tavares do. Mulheres e mães honestas, trabalhadores e bandidos: relações de poder em narrativas judiciais de feminicídio. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, Online. **Anais Eletrônicos** [...]. Online, 2021b. Disponível em: <https://abrir.link/LWfdw>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVEIRA, Helma J. S. de; ZAMBONI, Marcela; NASCIMENTO, Emylli T. do; LEITE, Diego B. da C. A (re)produção de uma sentença: narrativas uníssonas sobre feminicídio em tribunais do júri. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 122, p. 31-51, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.10593>. Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, Clara Flores Seixas de. Do Pensamento Feminista ao Código Penal: o processo de criação da lei do feminicídio o Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/dissertacao_clara.pdf. Acesso: 21 out. 2023.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, jul./dez. 2011. Disponível em: DOI 10.1590/S0104-83332011000200008. Acesso em: 10 ago. 2023.

REGO, Patricia de Amorim (org.). Realidades: mulheres vivas: feminicídio é evitável: um estudo da violência letal contra mulheres por serem mulheres no Acre (2018-2022). Rio Branco: Ministério Público do Estado do Acre, 2023.

RUSSELL, Diana E. H. Defining femicide. Discurso apresentado na abertura do **Simpósio sobre Femicídio, das Nações Unidas**: 26 novembro de 2012. Disponível em: http://www.dianarussell.com/f/Defining_Femicide_-_United_Nations_Speech_by_Diana_E._H._Russell_Ph.D.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

RUSSELL, Diana E.H.; CAPUTI, Jane. Femicide: sexist terrorism against women. In: RUSSELL, Diana E.H; RADFORD, Jill C. (orgs.). **Femicide: the politics of women killing**. New York: Twayne Publisher, 1992. p. 1-12.

SEGATO, Rita Laura. **Qué es un feminicidio: notas para un debate emergente**. Brasília: UnB/DAN, 2006. Série Antropológica (401). Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie401empdf.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SIVIERO, Amauri; BAYMA, Márcio Muniz A.; KLEIN, Marcelo André; PINTO, Mauro Sergio Vianello. Produção e comércio da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul, Acre. In: CONGRESSO DA SOBER, 50., 2012, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2012, p. 1-20. Disponível em: <https://ainfo.cnpqia.embrapa.br/digital/bitstream/item/72613/1/24300.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta**. Manaus: Valer, 2017.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 13. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.



VILLA, Eugenia Nogueira do Rego Monteiro. “Gestos simbólicos”: vocabulário violento do feminicídio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL GÊNERO E DIREITO. 1., 2018, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018, v. 1, p. 57-67. Disponível em: <https://abrir.link/vuW7k>. Acesso em: 25 jul. 2023.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, franciscas e raimundas**: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945. 1998. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma J. S. de; NASCIMENTO, Emylli Tavares do. Intersecções de gênero, sexualidade e classe em tribunais do júri: valores morais em disputa. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 190-214, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.446>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Recebido em: 13/08/2023.

Aceito em: 22/11/2023.



ÓDIO, CRIME DE ÓDIO E HOMICÍDIO DE PESSOAS LGBTQIA+ SEGUNDO OPERADORES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NA PARAÍBA

HATE, HATE CRIMES, AND HOMICIDE OF LGBTQIA+ PEOPLE ACCORDING TO OPERATORS OF THE CRIMINAL JUSTICE SYSTEM IN PARAÍBA

Mariana Soares Pires Melo *

Resumo

Este artigo tem como finalidade analisar o ódio enquanto característica mobilizada por operadores do Sistema de Justiça Criminal (SJC) para explicar crimes de homicídio contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa de gênero e sexualidade. Nesta pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas com operadores do SJC em João Pessoa, Paraíba, entre 2017 e 2018. Na percepção dos entrevistados, o ódio é uma categoria que ajuda na caracterização da motivação para a morte, aproximando-o da falta de racionalidade ou de um momento de descontrole/loucura, e que também constantemente se entrelaça/confunde com a compreensão de crime de ódio. Ao compreendermos as noções apresentadas sobre ódio e homofobia, conseguimos refletir sobre o papel estrutural da violência baseada no gênero e na sexualidade.

Palavras-chave: violência; sistema de justiça criminal; homofobia; ódio.

Abstract

This research aims to analyze hate as a characteristic used by operators of the Criminal Justice System (SJC) to explain homicide crimes against people outside of the heteronormative matrix. I conducted interviews with SJC operators in João Pessoa, Paraíba, between 2017 and 2018. According to the interviewees, hate is a category that helps to characterize motivation for death - bringing it closer to the lack of rationality or a moment of madness; and which is constantly intertwined/confused with hate crime. By understanding those conceptions about hate and homophobia, we can reflect on the structural role of violence based on gender and sexuality.

Keywords: violence; criminal justice system; homophobia; hate.

Introdução

Neste artigo, reflito a respeito da percepção de ódio apresentada por parte dos operadores do Sistema de Justiça Criminal (SJC) a partir de falas coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos que formam o Estado — ou seja, o Estado não é uma entidade *per se* com vontade e desejos próprios (SHARMA; GUPTA, 2006). Ao conversar com estes sujeitos busquei compreender de que maneira suas

* Doutora em sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: melo.mariana89@hotmail.com.



percepções contribuíam para leituras estatais a respeito dos crimes cometidos contra pessoas que estão fora da matriz cisheteronormativa, ou seja, contra indivíduos que, em uma perspectiva teórica *queer* (BUTLER, 2003), fluem entre identidades, práticas e desejos considerados divergentes de uma matriz, uma forma social que exige a heterossexualidade e suas práticas hierárquicas de masculinidade e feminilidade como ideais. Nisso, também existem determinadas expectativas relacionadas à performatividade de gênero, como o significado de "ser" uma mulher e o significado de "ser" um homem. Essas reflexões derivam da minha pesquisa de doutorado intitulada *Corpo, violência e Estado: percepções de operadores do sistema de justiça criminal acerca do homicídio de pessoas LGBTQI+, concluída em 2020.*

A pesquisa foi desenvolvida entre 2017 e 2018 nos espaços da então Delegacia de Crimes Homofóbicos, Étnico-raciais e de Delitos de Intolerância Religiosa (DECHRADI)¹, na Delegacia de Crimes Contra a Pessoa – Homicídios do Estado da Paraíba, na Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS), na Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e nos Tribunais do Júri do Fórum Criminal Oswaldo Trigueiro Albuquerque Melo em João Pessoa, Paraíba. Contudo focaremos aqui em parte das falas trazidas por 10 agentes policiais e 6 operadores jurídicos atuantes nos tribunais do júri. Destaco que se optou pela não identificação dos entrevistados por sexo, idade ou raça/cor/etnia. Isto se dá em razão do diminuto número de sujeitos que compõem o cenário da pesquisa. A pesquisadora considera que seriam facilmente identificados caso estas informações fossem compartilhadas, em especial informações relativas ao gênero.

A escolha desse campo de pesquisa decorre da necessidade de compreender como as políticas de combate à violência contra a população LGBTQIA+ promovidas pelo Estado se desenvolvem, bem como de que maneira os casos de violência são recepcionados, compreendidos, interpretados e avaliados por aqueles que atuam nas esferas oficiais. Isso também nos permite investigar se tais casos geram ou não formas de reconhecimento. O tema adquire relevância quando tratamos em especial dos crimes de

¹ No período de escrita deste artigo (maio de 2023), o nome da delegacia consta do site da Polícia Civil da Paraíba como “Delegacia de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa” (PARAÍBA, 2023). É comum, entretanto, que seja referida como Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, ou Delegacia de Crimes Homofóbicos.

homicídio. Na época em que esta pesquisa foi realizada, por exemplo, o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil, produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), identificou 420 mortes de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais no país (GRUPO GAY DA BAHIA, 2018). Sendo, deste total, 320 homicídios. Mais recentemente, em 2022, o Observatório de Mortes e Violências contra LBGTI+ contabilizou 273 mortes de pessoas LGBTQI+ das quais 228 foram resultado de assassinatos (GANDRA, 2023).

No âmbito desta análise, compreende-se que o SJC é um dos fluxos do Estado que lidam com processo de violência, englobando a esfera policial, instituições do judiciário e o sistema prisional.

[...] este tem por atribuição demonstrar que uma norma legal foi ou não quebrada e administrar as penas e sanções àqueles que a transgrediram. Define se houve ou não o crime, e se o réu apresentado é ou não o autor do delito, deliberando sobre a absolvição deste, ou a aplicação de penalidades referentes ao crime por ele cometido (VARGAS, 1997, p. 9).

A polícia civil tem uma atuação importante no que diz respeito aos casos de *morte de pessoas LGBT* — categoria utilizada no campo de pesquisa por agentes estatais. Na Paraíba, a polícia civil concentra a investigação na Delegacia de Homicídios, contudo, a Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos cumpre o papel de acompanhar os casos investigados. Isso acontece pelo entendimento dos agentes estatais de que a Especializada tem maior discernimento e compreensão a respeito dos casos motivados por preconceito.

Considerando tal cenário, a *motivação homofóbica* foi instituída como elemento explicativo para a polícia civil, ainda que não como categoria penal na época. Ou seja, durante a pesquisa, ela surgiu nos relatórios oficiais da administração como objeto de análise. Da mesma forma, em nossas entrevistas, a categoria *homofobia* surgiu como motivadora de crimes diversos, o que não impediu a referência a *crime homofóbico* a respeito das violências letais contra pessoas LGBTQIA+ durante nossas entrevistas com operadores do SJC.

Importante ressaltar que nesta pesquisa, *homofobia* é termo endêmico. Ao tratarmos da violência contra pessoas LGBTQIA+, os próprios agentes estatais referem-se a estas violências em sentido bastante amplo, o que era notado nas observações do campo mesmo antes das entrevistas, como se *homofobia* pudesse englobar diversas



nuances referentes aos processos sofridos por aquela população. Ainda que saibamos da importância de tratarmos de lesbofobia, bifobia e transfobia, por exemplo, decide-se por transpor esta amplitude observada no campo de pesquisa para o artigo, posto que ela demonstra as dificuldades de reconhecimento e as invisibilidades das identidades dentro do próprio Estado.

Ainda sobre o SJC, temos o Tribunal do Júri como a instituição responsável por julgar crimes que atentam contra a vida: o homicídio (Art. 121 do Código Penal (CP)); induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, (Art. 122 do CP); infanticídio (Art. 123 do CP); e aborto (Art. 124 a 127). Ao compreendermos como pensam os operadores jurídicos atuantes neste espaço, podemos ter uma visão mais ampla a respeito da forma como os crimes de homicídio contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa de gênero são lidos durante as diversas etapas de trânsito no SJC.

Ainda que na época da pesquisa não pudéssemos falar em crime de homofobia, lesbofobia, bifobia, ou transfobia, em 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), nº 26, intentada pela Associação Brasileiras de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), que tornou a homofobia crime de racismo (BRASIL, 2019 a; BRASIL, 2019b). No mesmo julgamento, compreendeu-se que a motivação homofóbica se enquadra nas qualificadoras de motivo torpe. Isso significa que, sendo comprovada para o júri a existência de motivo torpe, a pena dos envolvidos é agravada.

Contudo meu questionamento principal ao longo da pesquisa tem menos a ver com o que é uma qualificadora, ou a quantidade da pena, e mais com a necessidade de compreender as formas pelas quais os operadores do Estado identificam e caracterizam os crimes motivados por preconceito contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa, ou como definimos normalmente, por homofobia.

Para Sharma e Gupta (2006), devemos compreender o Estado como formado por sujeitos que produzem políticas, constituem processos e estabelecem diretrizes também motivados por percepções íntimas forjadas no seio social. O que chamamos de Estado se faz a partir de sujeitos que têm percepção social em suas escolhas e entendimentos a respeito de gênero, raça, sexualidade, identidade, etnia, classe, geração e outros marcadores. O Estado é feito de sujeitos.



Neste artigo, foco especificamente nas reflexões resultantes de dois questionamentos feitos aos entrevistados: “O(a) senhor(a) observa algum tipo de padrão a respeito da vítima LGBT?” e “Como diferenciar a motivação homofóbica de outros tipos de motivação (crime passional, vingança, latrocínio)?”. Estas duas questões buscaram avaliar se os entrevistados enxergavam padrões na violência letal contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa.

Foi exatamente nas reflexões apresentadas como respostas a esses questionamentos e dentro desse contexto que o sentimento de ódio foi identificado como um elemento caracterizador dos padrões dos crimes cometidos contra a população LGBTQIA+. Ele seria, na percepção de parte dos entrevistados, a emoção do descontrole — algumas vezes avaliado mesmo como loucura. Ao mesmo tempo, também explicaria os chamados crimes de ódio, categoria dentro da qual alguns operadores do SJC enxergavam os homicídios e tentativas de homicídio contra pessoas LGBTQIA+, mesmo que não houvesse menção a esta categoria por parte da entrevistadora. Ou seja, a percepção da existência do sentimento de ódio surge enquanto elemento que mobiliza o entendimento de que houve uma violência motivada por preconceito. Como veremos, o ódio ficará claro nas investidas brutais, nos excessos e na verbalização do ódio, contribuindo para a constituição das narrativas que definem e caracterizam as violências. A existência de um sentimento de ódio norteia parte da compreensão do crime. A partir daqui, analisaremos a categoria ódio enquanto sentimento motivador de um crime específico, sua relação com a categoria crime de ódio e com o que normalmente compreendemos como homofobia.

Ódio e crime de ódio

Durante as entrevistas, um dos operadores afirmou o seguinte sobre padrões que ele enxergava em homicídios com vítimas LGBTQIA+: “A maioria relacionada à homofobia é paulada, pedrada e facada. Entendeu? “(informação verbal²). Para ele, um dos elementos percebidos quando se fala em homofobia se aproxima de formas de

² Investigador 02. Entrevista realizada em junho de 2018, em João Pessoa.



agressão bastante brutais, afinal é preciso haver proximidade para matar ou tentar matar alguém com pauladas, pedradas ou facadas.

Crimes que culminem na morte de sujeitos são o ápice da violência para o sistema criminal, sendo julgado por seus pares, pela sociedade, pelo júri, e não por um juiz togado ou de carreira. A eliminação do outro vem acompanhada por traumas, dores, emoções. Contudo por qual razão determinados crimes ocorrem com proximidade e agressividade, como os que contam com as características citadas pelo investigador 02?

No que diz respeito à população LGBTQIA+, o desprezo socialmente promovido contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa gera elementos de violência que influenciam na letalidade e na forma como estes crimes acontecem. Judith Butler (2015) nota como determinadas mortes são consideradas menos importantes do que outras, como as mortes de sujeitos considerados “outros”, tomados como descartáveis. Trazendo esta reflexão para entendermos a morte da população LGBTQIA+, temos claramente uma ligação entre controle social e violência de grupo.

A percepção da existência de crime homofóbico e a motivação do ódio ganham força no Brasil a partir do assassinato de Édson Néris, no ano 2000. Neste caso de bastante repercussão, Neri andava de mãos dadas com seu namorado em uma praça de São Paulo e foi espancado por *skinheads*. Segundo Lacerda (2006, p.113), “vimos que, desde pelo menos 1992, vinha sendo utilizada a expressão ‘homofobia’, sem, no entanto, defini-la segundo o ódio que leva ao cometimento desses crimes”.

Durante as entrevistas, esta noção de ódio surge espontaneamente, ou seja, sem que tivesse sido trazida nas questões aos entrevistados. Ele responde por características, padrões e explicações que desvelam a motivação que culminaria na morte das vítimas. Mesmo que os operadores compreendam a presença de preconceito nos crimes cometidos contra pessoas LGBTQIA+, o ódio é um elemento importante tanto na explicação individual, relacionado ao agressor contra a vítima, quanto no contexto social.

A gente vê exatamente pela questão do ódio que a pessoa tem com o outro. Numa questão dessa, homofóbica, você já chega atirando, no caso, já chega esfaqueando a pessoa. No crime passionai você teve contato com a vítima. Vingança, você tinha que ter alguma coisa para que levasse a isso. E a questão do latrocínio você tem mais a questão do roubo. Aí [no caso da motivação homofóbica] seria por ódio mesmo, pela opção sexual (*sic*) daquela pessoa.

Você não tem assim um motivo aparente, seria mais alguma coisa mesmo de cunho pessoal. Para ter tanto ódio para cima da vítima. (informação verbal)³

Existem sentidos emocionais voltados ao pessoal, à conduta do indivíduo que mata, seja por vingança ou por outras motivações, na visão do operador. Mas é possível perceber, a partir das falas dos entrevistados, a vinculação feita entre crime de ódio e homofobia, ligados justamente pela ideia de um sentimento que se estabelece entre vítima e algoz — especialmente do algoz para com a vítima, em razão de sua identidade fora da matriz cisheteronormativa. Há, então, um viés de subjetividade no cometimento do crime, mas que se forma também no entendimento de que está sendo cometido um crime de ódio, socialmente mais amplo.

Segundo um dos entrevistados:

[...] os crimes homofóbicos são crimes de ódio, então *o modus operandi* deles se repete muito na agressividade. Geralmente se utilizam de arma branca para que causem sofrimento exacerbado à vítima. Ele é praticado de forma cruel. Outras vezes, existe mutilação, decepam parte do corpo, queimam... então são características de crime de ódio, e está inserida aí uma característica de ódio que vai para parte emocional. (informação verbal)⁴

Apesar de crime de ódio ter a denominação “ódio”, é preciso fazer uma diferenciação entre o sentimento de ódio como o sentimento que leva ao crime, havendo ou não descontrole, e a categoria de análise que explica crime de ódio.

Nos Estados Unidos a categoria *hate crime* — crime de ódio — responde pela caracterização a partir de diversos elementos que explicam crimes cometidos por preconceito. Segundo Barbara Perry (2001), crimes de ódio normalmente envolvem desprezo pela vítima. Contudo a escolha daquele que sofrerá a agressão se dá em razão da sua relação ou simbolismo com um grupo maior que deve ser atingido ou eliminado, e não necessariamente pelo sentimento de ódio (mesmo pessoal) que se estabelece entre o que mata e aquele que morre.

Nestes casos, o ódio não é apenas uma emoção pessoal voltada contra a vítima necessariamente pela conduta que enfurece o algoz pessoalmente. É a própria existência da vítima que motiva a conduta criminosa. Tanto que se encaixam na definição de crime

³ Investigador 4. Entrevista realizada em julho de 2018, em João Pessoa.

⁴ Juiz 02. Entrevista realizada em setembro de 2018, em João Pessoa.



de ódio também depredações, incêndios, agressões cometidas contra espaços ou símbolos físicos, para além do corpo. Essa visão é compartilhada por Lawrance (1999), que reforça a importância de compreender os crimes motivados por preconceito a partir de contextos sócio-históricos.

Barbara Perry (2001) ainda compreende que crimes motivados por preconceito, ou os crimes de ódio como estamos chamando aqui, não são apenas motivados pelo sentimento de ódio, de desprezo, mas também funcionam como ferramentas de controle de grupos marginalizados.

Esta é uma importante reflexão sociológica se lembramos da própria definição de *outsider* segundo Norbert Elias (ELIAS; SCOTSON, 2000). Existem relações de poder que se estabelecem entre grupos na sociedade. Instrumentos tidos como mais simples e menos violentamente diretos, como a “fofoca”, por exemplo, também funcionam como formas de controle do grupo tido como “diferente”. O controle do outro, a manutenção da existência da margem — e por consequência do centro — nos ajuda a perceber como diversos instrumentos sociais podem ser utilizados para o controle e manutenção do *status quo*.

Isso significa que a categoria sociológica *crime de ódio* não necessita apenas e obrigatoriamente da existência de ódio enquanto sentimento individual. Um crime de ódio pode ser cometido ainda que não haja qualquer relação entre vítima e acusado. Podem ser formas de estabelecer controle e limitar a individualidade e suas agências no mundo, e podem ser cometidas inclusive contra símbolos para além do indivíduo, como depredações de estátuas e destruição de locais físicos de encontro dos grupos alvo. Nos casos de ações (não apenas ações violentas diretas) contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa, existe a tentativa de controle ou apagamento, e de manutenção da heteronormatividade.

Em outros tipos de crime que envolvam a letalidade, o investigador 04, por exemplo, compreende haver uma “explicação” prévia: um contato com a vítima, uma ameaça anteriormente feita, um rancor, um ato de vingança. No caso de homofobia, não. A “razão pura” do crime parece ser o próprio sentimento de ódio pessoal contra a vítima. Esse tipo de reflexão é reforçado pelo investigador 02, que relembra um caso no qual o acusado, ao ser levado para a delegacia, fala diretamente para policiais e investigadores a

razão dos crimes que cometeu: “porque odeio”. Para o investigador 02, essa enunciação denotaria por si só a agressividade do autor e sua atitude homofóbica.

A relação feita muitas vezes entre crimes de ódio e ódio se dá, na percepção de parte dos entrevistados, pelo fato de que a motivação homofóbica teria como base principalmente o sentimento de ódio. Por outro lado, é importante que notemos como emoções são produzidas, lidas e compreendidas, mesmo que individualmente, a partir de estruturas sociais (REZENDE; COELHO, 2010). Como afirma um delegado:

Realmente, quando a pessoa tem aquela discriminação pela opção sexual (*sic*) da pessoa, e foi estritamente aquilo ali: “matei porque o indivíduo era gay, era homossexual”, é uma coisa específica disso. Estava com tanta raiva, com tanto ódio, que ele cometeu aquele crime que era por causa especificamente da opção sexual (*sic*) do indivíduo. (informação verbal)⁵

O ódio que é individualmente produzido parece, então, necessitar de uma raiz, como observado por um dos promotores entrevistados: “O padrão é sempre o mesmo, é uma raiva mesmo, é um preconceito e muitas vezes indivíduos enrustidos que têm raiva do homossexual” (informação verbal⁶). Para esse operador do SJC, existe, então, o sentimento de ódio, mas ele acontece em razão da contrariedade que existe contra a existência de sujeitos que agem fora das determinações da matriz cisheteronormativa.

Essa leitura feita a respeito de crimes com motivação homofóbica e o sentimento de ódio parece se dar pela compreensão da violência em forma de exagero, da crueldade citada por outros entrevistados. A questão da brutalidade já foi observada por Roberto Efrem (2016). Ele nota como a percepção do excesso, do exagero, permite mobilizar compreensões que denotam determinadas violências como homofóbicas. Como se a violência homofóbica fosse também um campo de disputa narrativa, e que os excessos cometidos no crime permitissem a identificação da homofobia nos casos. Isso poderia ser enxergado por exemplo no próprio corpo da vítima, como inúmeras facadas, ou nos locais de perfuração (como nos genitais).

A injustificável quantidade de facadas — ou o seu lugar geográfico no corpo da vítima: o ânus — diferencia os “crimes de ódio” dos crimes comuns, e mesmo dos passionais. As brutalidades exemplificam a crueldade. Esta pode até se achar associada a outros crimes — como notaram Sérgio Carrara e

⁵ Delegado 01. Entrevista realizada em fevereiro de 2018, em João Pessoa.

⁶ Promotor 01. Entrevista realizada em julho de 2018, em João Pessoa.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Adriana Vianna (2004; 2006) — mas, segundo o Movimento LGBT, ela demonstra sobremaneira a presença da *homofobia* (EFREM FILHO, 2016, p. 314).

Segundo Eric Stanley (2011), é no corpo e na eliminação após a morte que os contornos do ódio se delineiam com exagero. Não basta a morte, nestes casos, é preciso que a imagem, a existência mental da vítima seja totalmente desintegrada. Por isso Stanley analisa casos nos quais os corpos das vítimas foram desmembrados e espalhados em diferentes locais para dificultar a identificação. É preciso que não haja resquício, e que se ainda assim surgirem, haja vandalização do que restou. Vandalizar um corpo já sem vida, como nos casos analisados por ele, “não é simplesmente o fim de uma vida específica, mas o fim de toda a vida *queer*” (STANLEY, 2011, p.9).

Quando parte dos operadores do SJC enxerga nos casos de motivação por preconceito em relação à sexualidade e ao gênero, estas violências gritantes, motivadas inclusive por um sentimento de ódio, podemos pensar na reflexão também de Stanley (2011): na verdade os crimes cometidos contra a população LGBTQIA+ nesses moldes não são excepcionais, mas sim parte do ordinário. É essa a leitura esperada do crime motivado por homofobia que culmina na morte de um indivíduo. O ódio não surge só como categoria explicativa no SJC, ele parece ser uma necessidade, um *check* a ser dado na caixinha das características comuns do crime motivado por homofobia.

A necessidade de pensarmos a violência para além da conduta individual

Ainda neste debate sobre o que é crime de ódio e a diferença que se coloca sobre o crime cometido por efeito do sentimento de ódio, é preciso deixar claro que nem todo crime de ódio é performado por incitação do sentimento de ódio. Contudo, ao reforçar essa percepção de que seriam sim, motivados pelo sentimento de ódio e pela crueldade, a maior parte dos operadores contribui para a invisibilidade de outras mortes cometidas sem o exagero ou a brutalidade, mas ainda assim, cometidas por desprezo e controle das margens.

A insistência nas imagens de brutalidade, portanto, pode sombrear tais episódios, impedir seu reconhecimento como violência. Mais do que isso, pode obstar que vítimas não indiscutivelmente brutalizadas — não, a “brutalidade” não é óbvia, consiste ela mesma num campo de conflito — deixem de ser apreendidas como vítimas de homofobia (EFREM FILHO, 2018, p. 197).



Afirmar que a brutalidade não é óbvia, mas sim campo de disputa, como lembra Roberto Efrem, é importante. Para um operador entrevistado, a brutalidade, por exemplo, não é enxergada apenas nos casos motivados por preconceito, mas também em casos motivados por ciúme, brigas em festa, vingança ou tráfico de drogas. Fala corroborada por outro entrevistado:

Porque aqui mesmo eu já me deparei com diversos casos em que o indivíduo é maltratado, amarrado e torturado, e não é porque se tratava de um indivíduo homossexual. Ou LGBT de qualquer natureza. É a crueldade mesmo do agressor, que quer mesmo antes de matar, obviamente, quer torturar ao máximo para no final ceifar a vida da vítima. (informação verbal)⁷

Segundo Ramos e Carrara (2006, p. 195), “a violência que atinge homossexuais é mais heterogênea e complexa do que o modelo clássico de crime de ódio (...)”. Isso pode ser ampliado para compreendermos também violências contra pessoas trans. Ao mesmo tempo em que o exagero clarifica o ódio para os operadores, também dificulta que outros crimes — praticados sem a raiva, ou emoção — possam ser identificados como motivados por preconceito. Podemos afirmar que existe desprezo pelos sujeitos ditos fora da matriz cisheteronormativa, e que tais sujeitos são vítimas de formas diversas de violência — não apenas física. Contudo o crime de ódio não deve ser compreendido apenas como conectado ao sentimento de ódio — o ódio como sentimento pode sequer existir; podemos não estar lidando com qualquer brutalidade a depender do caso. Estão envolvidos também nessas questões a vulnerabilidade e marcadores que vão além de gênero e sexualidade.

Ao nos prendermos ao ódio como elemento que fica claro a partir do *matei porque odeio*, como narra um dos entrevistados sobre a frase de um acusado, alocamos a responsabilidade e a motivação para o crime muito mais na individualidade daquele que o comete do que na esfera social que, notadamente, promove violências cotidianas/ordinárias (STANLEY, 2011) contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa, o que contribui para violências estruturais.

O ódio acaba se aproximando mais da emoção individual, e por vezes da loucura do algoz. Um dos investigadores, por exemplo, define como “meio ruim da cabeça”

⁷ Promotor 01. Entrevista realizada em julho de 2018, em João Pessoa.



(informação verbal)⁸ um dos acusados de um crime em série acompanhado por ele. Conforme destacado por Herek (2004), as implicações que tratam de saúde mental — essa aproximação com o descontrole momentâneo ou a ideia de loucura — afastam a problemática estrutural/social de estigmatização das sexualidades e gêneros tidos como fora da matriz cisheteronormativa. E esse ponto é fundamental. Ele se reforça a partir da noção de que crime de ódio é um crime envolvendo apenas o sentimento de ódio, quando, na verdade, ele é mais amplo e definido pela busca do controle ou eliminação de um grupo em razão de preconceito.

Essas avaliações do ódio enquanto contíguo do exagero e do desejo de eliminação do físico e do moral, permitem-nos pensar na formação do *outro estranho*, eliminável, por quem não enlutamos (BUTLER, 2015) ou que desejamos destruir.

Essas formas estruturais da violência que culminam na morte de pessoas LGBTQIA+ podem ser observadas, por exemplo, na escolha das vítimas em razão da vulnerabilidade do grupo. Também se faz uso da vulnerabilidade da vítima, que, devido à sua sexualidade ou práticas consideradas fora da norma, nem sempre consegue se desvencilhar. São os casos em que os operadores lembram de extorsões, haja vista a necessidade de esconder práticas e desejos fora da matriz cisheteronormativa.

Ou a situação, ou as duas situações mais comuns, que eu já encontrei são: a primeira, na rua. Onde, nesse caso, a vítima normalmente explora essa condição dele (*sic*), o (*sic*) travesti. Eles(*sic*) muitas vezes são dados a prática abusiva, muitas vezes de extorquir cliente, querer fazer chantagem, e acabam criando entre seus próprios clientes, inimizades. E aí o que acontece? De repente o cara sabe que ele(*sic*) se torna vulnerável. (informação verbal)⁹

Há uma diferenciação da motivação para os operadores do SJC no que diz respeito à homofobia ou a outra motivação, como nos casos de latrocínio em que há a morte da vítima, mas a intenção acaba sendo o roubo — a morte é apenas um elemento que servirá como ferramenta para a concretização do roubo — ou outros, como a chantagem e a extorsão. Nesses casos, não teríamos, na visão de alguns operadores, o sentimento de ódio como elemento que explica a motivação homofóbica. Assim, “a gente nota é que é proposital, já vai predeterminado para aquilo” (informação verbal).¹⁰ Ou seja, temos um

⁸ Investigador 03. Entrevista realizada em agosto de 2018, em João Pessoa.

⁹ Idem.

¹⁰ Investigador 04. Entrevista realizada em julho de 2018, em João Pessoa.



distanciamento do ódio como emoção do descontrole. Obviamente, poderíamos levantar as questões: não haveria desprezo pelo indivíduo tido como dissidente em razão de sua identidade, mesmo nos casos de crimes patrimoniais? Não haveria também homofobia nesses casos?

O oposto entre a frieza planejada e o descontrole daquele que mata, muitas vezes, entra no entendimento da passionalidade. Mas, ao contrário dos “crimes da paixão” (FACHINETTO, 2012) existentes nos discursos sobre o feminicídio, não há na percepção do ódio praticado contra pessoas LGBTQIA+ qualquer redenção do amor descontrolado daqueles que matam por *amar demais*. Há apenas uma problemática que adere a uma espiral formada por sujeitos já excluídos em razão de suas identidades. No que diz respeito ao que mata após a relação sexual, por exemplo, vemos uma enorme questão da “culpa” (delegado 02). No discurso, acabam presentes a aversão, a paixão não correspondida e o arrependimento pela relação sexual.

Por vezes, notam os entrevistados, é a enunciação do ódio o elemento definidor do crime de homicídio motivado por homofobia. Especialmente se é o próprio acusado que assim o define, como ódio. Então, temos a chave para decifrar o crime.

O fato fica bem claro como homofobia quando o próprio autor do crime declara que: “matei e vou matar não só ele, vou matar também mais gente, que tá envolvido com esse negócio de homossexualismo” (*sic*). É ódio mesmo! (informação verbal)¹¹

Assim, além de a compreensão de que delimitar o sentimento de ódio à motivação para crimes homofóbicos, ela também gera um apagamento dos aspectos estruturais, históricos e sociais que marginalizam pessoas fora da matriz cisheteronormativa, ao ponto de serem corpos não passíveis de luto (BUTLER, 2015). É preciso compreender como se forma socialmente um processo de individualização da conduta em razão de um sentimento de ódio (MELO, 2020). A partir disso, também é importante avaliar como o ódio constitui a explicação para o que alguns definem como “loucura” (HEREK, 2004).

Ao compreender a violência simplesmente como um ato único, praticado pelo desejo (ódio) individual do algoz, deixamos de observá-la como mais ampla:

¹¹ Delegado 03. Entrevista realizada em junho de 2018, em João Pessoa.



A violência já não é considerada apenas expressão da cólera ou da modalidade não convencional da expressão política; é antes de tudo um meio de afirmar a identidade coletiva daqueles que a praticam ou, ao contrário, um modo de negar a identidade dos que a sofrem (CRETTEZ, 2011, p.17).

Assim, casos de violência extrema, que culminam na morte de sujeitos, passam a não ser parte apenas do extraordinário. Tanto assim que as lógicas trazidas pelos operadores colocam no sentimento de ódio — que deveria ser o extraordinário — como o que explica e serve de característica para os crimes acompanhados por eles cotidianamente.

Para Miskolci (2007, p. 105), na história, “três grandes estigmas marcaram a identidade homossexual: sexualidade, loucura e crime”. Interessante que estejamos transitando ainda e novamente neste debate sobre loucura e crime. O autor toma como elemento para análise o chamado “casamento gay”, para falar do pânico moral causado pela busca por reconhecimento e direitos da população LGBTQIA+. Mas podemos compreender que a própria existência gay gera respostas violentas. A reflexão de Miskolci nos permite avaliar como, por vezes, respondemos socialmente de maneira violenta às mudanças sociais representadas pela figura de sujeitos chamados dissidentes. Aqui, a ideia de homossexualidade (ou outras formas de sexualidade para além da heterossexualidade) são vistas como ameaçadoras à moral vigente — normalmente em processo acelerado, como em uma crise social e econômica. Existem limites/fronteiras que tratam da aceitação de mudanças. O autor destaca que “pânicos morais” são apenas exemplos ressaltados de elementos temidos socialmente, mas que precisam ser avaliados de maneira mais detida. É preciso que saibamos o que querem dizer de fato. Isto significa que precisamos compreender as violências como mais amplas do que *apenas* mortes motivadas por sentimentos de ódio.

Borrillo também reflete sobre a homofobia — lógica que pode nos ajudar a compreender outros tipos de violência — como um aspecto que “se manifesta, entre outros aspectos pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (BORRILLO, 2016, p.17). Ou seja, não é necessariamente uma questão da prática fora da “normalidade”, é um controle para com o pensamento, a ordem, a possibilidade de prática fora da norma. A atuação estrutural da homofobia é ser a face violenta (e não necessariamente diretamente e brutalmente violenta) da



heteronormatividade, que só poderá manter-se como norma a partir do momento em que gera o *outro* diferente, violável.

Considerações finais

Ao lançar um olhar mais detido sobre a categoria ódio, pretendo refletir sobre sua dimensão enquanto elemento explicativo para morte de pessoas fora da matriz cisheteronormativa. Não intenciono dizer que o sentimento de ódio não existe nesses crimes, mas sim refletir qual seu papel explicativo para compreendermos a morte daqueles sujeitos a partir da visão dos que diretamente investigam, narram e têm contato com procedimentos oficiais e legais dos casos. Esses profissionais, portanto, têm capacidade de validar politicamente determinados corpos em uma forma de reconhecimento. Ao investigarmos essa percepção, segundo agentes de Estado, fazemo-lo com intenção de compreender como gênero e sexualidade ajudam a constituir o Estado (VIANNA; LOWENKRON, 2017), mas também para compreender como essas categorias são delimitadas pelo Estado.

Uma das problemáticas levantadas em relação à percepção de ódio como sendo lida pelo exagero, pelo excesso, pela enunciação do ódio, é o fato de que se perde muitas vezes o que a própria definição de crime de ódio indica como fundamental para seu entendimento: o desprezo com relação ao grupo e sua eliminação física e simbólica (PERRY, 2001; HEREK, 2004). E tal processo não ocorre apenas na existência do dilaceramento corporal, mas se estende a uma gama de ações que transmitem a mesma ideia, seja no discurso, no silenciamento social, na ação ou na esfera simbólica de uso do poder de controle das margens.

Afirmar que não há sentimento ou emoção não é um fato em casos de homicídio motivado por preconceito. Ainda assim, para além de identificar o sentimento de ódio, os operadores do SJC ainda precisam identificar como gênero e sexualidade geram implicações no cometimento de crimes praticados contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa, incluindo os crimes com morte. A violência é também ampla e estrutural. Ela não está apenas na agressão direta, na ação de indivíduos tomados como *loucos*. Ela está também nos processos de estigmatização, de exclusão, de controle social e mesmo na limitação das potencialidades do ser humano (GALTUNG, 1969).



Compreender tal amplitude é importante no fomento de políticas públicas e na atuação de agentes estatais na lida com tais casos.

Ao considerar o ódio um sentimento de descontrole individualizado — e não social, como está inscrito na definição de crime de ódio — considero que a conduta dos acusados acaba sendo mais destacada do que as condições sociais que produzem estruturas sociais de controle e violência contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa.

Neste sentido, quando falamos de homicídio, estamos lidando com a ponta de um processo de não reconhecimento social, de controle, de marginalização. Ao trazer a ideia de “pânico” em Miskolci (2007), quero mais uma vez reforçar que as violências fatais contra pessoas fora da matriz cisheteronormativa não são apenas ações individualizadas, observadas no exagero e na brutalidade, mas sim parte de uma teia social que estabelece limites morais e definem sujeitos matáveis ou cuja morte não enlutamos (BUTLER, 2015). Não se trata apenas de medo, vingança ou loucura — ou pelo menos não somente uma dessas coisas —, mas sim de um conjunto de fatores que normalmente busca subjugar e controlar o outro não heterossexual.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade por omissão nº 26-DF**. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de injunção nº 4733-DF**. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>. Acesso em: 11 out. 2022.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRETTEZ, Xavier. **As formas da violência**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.



EFREM FILHO, Roberto. **Corpos brutalizados**: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 311-340, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3Lg83YcW5D6ZVdtt5KFrX4q/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jun. 2023.

EFREM FILHO, R. Safira: Violência, gênero e sexualidade. *In*: NOGUEIRA, L. et al. **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 187-2010.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FACHINETTO, Rochele. **Quando eles as matam e quando elas os matam**: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, London, v. 6. n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 28 out. 2023.

GANDRA, Alana. Dossiê contabiliza 273 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2022. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 11, maio, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/dossie-contabiliza-273-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-em-2022>. Acesso em: 10 maio 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**: relatório 2018. 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

HEREK, George. Beyond “**Homophobia**”: thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**, EUA, v. 2, n. 1, p. 6-24, abr. 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1525/srsp.2004.1.2.6>. Acesso em: 28 out 2023.

LACERDA, Paula.: assassinatos **O drama encenado de gays e travestis na imprensa carioca**. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LAWRENCE, Fredeick. **Punishing hate**: bias crimes under American law. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

MELO, Mariana. **Corpo, violência e estado**: percepções de operadores do sistema de justiça criminal acerca do homicídio de pessoas LGBTQI+. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out 2023.

PARAÍBA. Secretaria da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: delegacias de João Pessoa. Delegacias de João pessoa. 2023. **Lista de Delegacias de João Pessoa**. Disponível em: <https://policiacivil.pb.gov.br/telefones/delegacias-joao-pessoa>. Acesso em: 22 maio 2023.

PERRY, Barbara. **In the name of hate**: understanding hate crimes. Nova York: Routledge, 2001.



RAMOS, Sílvia. CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SXSFnDMKdGHG5yYTDyGLTwG/>. Acesso em: 28 out. 2023.

REZENDE, Claudia; COELHO, Maria. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Introduction: Rethinking theories of the State in an age of globalization. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (org.). **The Anthropology of the State, a reader**. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 1-42

STANLEY, Eric. Near life, queer death. **Social Text**, Durham, NC, v. 29, n. 2, p.1-19, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1215/01642472-1259461>.

VARGAS, Joana. **Fluxo do sistema de justiça criminal para crimes sexuais: a organização policial**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

VIANNA, Adriana.; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-61, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Recebido em: 02/08/2023.

Aceito em: 22/10/2023.



AS DIFERENÇAS SOCIO-IDENTITÁRIAS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: o papel de práticas antidiscriminatórias como estratégia interseccional de proteção dos direitos das comunidades LGBTQIA+ no Brasil

SOCIO-IDENTITY DIFFERENCES IN THE DEMOCRATIC RULE OF LAW: the role of anti-discrimination practices as an intersectional strategy to protect the rights of LGBTQIA+ communities in Brazil

Antonella Bruna Machado Torres Galindo *

Fábio Alexandre Silva Bezerra **

Consciente de sua responsabilidade como docente em contexto de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, Antonella Galindo, primeira professora trans da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tem dedicado sua carreira a questões humanitárias, quer seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, com ênfase particular na visibilização de temáticas e desafios para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, onde a LGBTQIA+fobia¹ não tenha espaço em face dos valores do atual Estado Democrático de Direito. A esses desafios se somam seu papel na gestão, outro exemplo de seu pioneirismo, no cargo de vice-diretora da Faculdade de Direito do Recife (FDR), desde abril de 2023, por meio do qual almeja estreitar o contato da UFPE, particularmente da FDR, com a sociedade, assim como também objetiva dar a devida atenção a pautas de grupos sociais minorizados. Antonella colaborou/colabora com diversos Programas de Pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em Direito e ciências afins, tais como os da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal de Alagoas, da Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS) e da Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal), bem como com grupos de pesquisa nacionais e internacionais, a exemplo do *Oxford Transitional Justice Research* e do *Public International Law Group*, ambos da Universidade de Oxford (Reino Unido). Tem experiência na área jurídica, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: constituição, princípios constitucionais, direitos fundamentais, direito antidiscriminatório, justiça de transição, dentre outros. Em postura interdisciplinar, tem buscado estabelecer associações teóricas com a filosofia e a teoria geral do direito, além da ciência política e da teoria do Estado. Por

* Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Professora Associada da Faculdade de Direito do Recife e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito, ambos na UFPE. E-mail: antonella.galindo@ufpe.br.

** Doutor em Língua Inglesa e Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. PhD em Linguística pela *University of Sydney*. Professor Associado do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: fabes10@yahoo.com.br.

¹ Pode-se definir a LGBTQIA+fobia como o medo, a aversão, o ódio, a rejeição, o preconceito e a discriminação direcionados a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis, *queer*, intersexo, assexuais e demais (+) identidades de gênero e/ou orientações sexuais.



fim, vale ressaltar que Antonella Galindo também teve seu nome mencionado por boa parte da comunidade jurídica como uma das possíveis mulheres aptas a ocupar a vaga de Ministra do STF aberta com a aposentadoria da Ministra Rosa Weber. É com alegria e gratidão que inicio esta entrevista, que, assim espero, possa servir de inspiração para o público em geral, e principalmente para pessoas cujas subjetividades não normativas têm sido utilizadas para lhes negar acesso a espaços de atuação nos diversos âmbitos da sociedade contemporânea. Esta entrevista foi iniciada em 28 de junho e finalizada em 10 de agosto de 2023, por meio de conversas em aplicativo de comunicação instantânea e trocas de mensagens por e-mail, possibilitando, assim, tempo para reflexão e posterior escrita tanto das respostas como das perguntas.

Fábio — Cara Antonella, primeiramente, gostaria de agradecer o aceite de meu convite para conceder esta entrevista e estabelecer um diálogo sobre questões que nos interessam no campo das subjetividades e dos direitos fundamentais. Em uma visão panorâmica, como seu percurso nos âmbitos pessoal e profissional lhe (im)possibilitaram chegar às questões que lhe são mais caras no momento presente?

Antonella — Caríssimo, me sinto lisonjeada com a entrevista, não há o que agradecer. Creio que a motivação para estudar o que estudamos e pesquisar na área sempre vem de alguma inquietação pessoal que temos quanto ao fenômeno estudado. Ainda que não tenhamos uma relação pessoal direta com aquilo, temos no mínimo uma curiosidade aguçada e uma especial disposição para aprofundar a compreensão a respeito. Mas não resta dúvida de que se é algo que nos toca pessoalmente, essa motivação tende a ser maior, e ainda podemos ter o denominado *lugar de fala*, embora eu tenha algumas ressalvas quanto a uma utilização, que considero indevida, desse conceito, não poucas vezes.

Em relação a mim, acredito que tenho desde sempre uma sensibilidade humana aguçada, coisas como a fome e a seca no sertão nordestino ou nas comunidades pobres daqui mesmo de Recife, por exemplo, eram algo que me provocava profunda consternação e tristeza ainda quando criança. Por que é assim? Por que tanto sofrimento em nossa volta, ainda que possamos estar pessoalmente bem naquele momento? Por que pessoas são discriminadas e até mortas por causa de sua cor da pele ou de sua religião ou de outro fator do tipo?

Isso me levou, mesmo eu sendo à época um homem branco, urbano, de classe média, visto como heterossexual e cisgênero pela sociedade, já ali, a sentir empatia e compaixão e a me indignar com qualquer situação de injustiça e opressão de vulneráveis.



Mesmo à época não me apresentando socialmente como mulher, não aceitava a misoginia; mesmo não sendo negra, não aceitava que pessoas fossem discriminadas por sua raça, e assim por diante. E isso, de certa maneira, levou-me a um caminho de dedicação a estudar direitos humanos e fundamentais dentro do curso de Direito que escolhi, não obstante sempre ter sido muito entusiasta do rigor científico e metodológico, pois, igualmente, não me era atraente o discurso meramente panfletário sobre esses direitos e essas injustiças. Ao lado disso, percebi o quanto o sistema político democrático era o único em que, com todas as suas imperfeições, permitia que avanços humanitários tivessem lugar. Então, meus estudos e pesquisas sempre gravitaram em torno do binômio democracia-direitos humanos, não obstante eu ter muito cuidado com a técnica e o processo por meio do qual esses direitos e o regime democrático se concretizam.

Dois fatores de natureza pessoal me fizeram aproximar mais dos estudos e pesquisas do que hoje chamamos de direito antidiscriminatório, uma subdivisão dos estudos de direito constitucional dos direitos humanos: minha autodescoberta como mulher trans, após décadas de inquietação com o desconforto que eu sentia quanto à minha inadequação com o gênero que me foi atribuído ao nascer, e ter um filho, pessoa com deficiência, o que me trazia já de cara como missão de vida uma luta pessoal antilgbtfóbica, antimisógina e anticapacitista e uma empatia com a luta antirracista e contra outras formas de discriminação de pessoas vulneráveis.

Apesar disso, meus interesses científicos são amplos, e gosto de estudar a conformação jurídica das instituições políticas, as constituições e seus desdobramentos, além de muita coisa fora do direito, seja outros campos do saber científico, como a teoria política, a filosofia, a história, a psicologia e a sociologia, sejam arte e cultura em geral, cinema e literatura em particular. Enfim, o humano me interessa muito. E acho que, envolvida ou não pessoalmente com a temática, permanecerei interessada em tudo o que diga respeito ao ser humano e sua dignidade.

Fábio — Muito interessante conhecer esse seu percurso e como ele a conduziu a escolhas particulares. Você mencionou que sua autodescoberta como mulher trans e ter um filho, pessoa com deficiência, foram fatores pessoais que a aproximaram dos estudos sobre direito antidiscriminatório. Como essas experiências influenciaram sua perspectiva e seu



compromisso na luta contra a discriminação e na promoção dos direitos humanos em nosso país?

Antonella — Influenciaram bastante. Acredito que o fato de termos algo que nos vincula diretamente a uma causa tende a nos aproximar mais de sua defesa, e penso que é nesse sentido que considero essas situações um estímulo para os estudos, as pesquisas e alguma dose de militância em prol disso.

Por outro lado, acredito que esses fatores pessoais isoladamente não garantem que as pessoas se engajem ou defendam essas pautas. Muitas vezes há, inclusive, discriminados que discriminam. Por exemplo, uma pessoa com deficiência pode olhar para outras pessoas com deficiência com solidariedade, mas ser racista. Um homem negro pode ser misógino. Uma mulher pode ser homofóbica. Um gay pode ser transfóbico. Uma pessoa trans pode ser capacitista e assim por diante. Certamente olham só para si, esquecendo que o preconceito e a discriminação é algo muito semelhante em todos esses casos, já que se trata de julgar essas pessoas não pelas suas atitudes, comportamentos e competências, mas pelo que elas são.

É preciso que, para além da proximidade com essas realidades e certo *lugar de fala*, também possamos ter a mente aberta para compreender as raízes dessas formas de discriminação e lutar para revertê-las, fazendo ou não parte desses segmentos vulneráveis da população.

É como penso a respeito. Sou uma mulher trans branca que tem um filho com deficiência, então ser antilgbtfóbica, antimisógina e anticapacitista é quase uma obrigação. Mas também me considero antirracista, mesmo não sendo negra. Bem como também me identifico com qualquer luta antidiscriminatória no mundo, como as lutas contra o antisemitismo ou contra a intolerância religiosa.

Fábio — Precisamente nesse contexto das lutas antidiscriminatórias ao qual você se refere, como pesquisadora e defensora dos direitos humanos, você tem acompanhado os avanços legais no âmbito dos direitos concernentes às comunidades LGBTQIA+ no Brasil. Poderia destacar algumas das principais conquistas e marcos legais que ocorreram nos últimos anos em relação aos direitos e proteções para esses grupos minorizados e

vulneráveis? E quais desafios ainda persistem no caminho para uma plena igualdade e inclusão?

Antonella — Os avanços e desafios jurídicos na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+ se inserem em um contexto político mais amplo de afirmação ou de negação dessas pautas. Eu diria que avançamos muito nas últimas duas décadas, não obstante termos tido o governo anterior ao atual abertamente hostil e agressivo contra nós, e tentando obstacular nossas conquistas com uma pauta lgbtfóbica, e mesmo seguindo uma tendência do extremismo reacionário mundial nessa direção, especialmente contra as pessoas trans, acusando todo aquele ou aquela que discute essas questões com pesquisas científicas, reflexões e seriedade analítica como defensores de uma suposta *ideologia de gênero*. Ora, para mim, ideologia de gênero é precisamente algo que muitas dessas linhas ideológicas ligadas, sobretudo, a um fundamentalismo religioso fazem, querendo impor uma única visão sobre a questão e interditando o debate sobre as sexualidades e identidades não alinhadas com essa visão, mas que objetivamente existem, gostem ou não essas pessoas.

Mas para não fugir da questão, vamos lá aos avanços conquistados e desafios pendentes.

Os avanços no âmbito institucional vieram, sobretudo, do poder executivo (salvo no caso do governo Bolsonaro) e judiciário. Porém, nada disso aconteceria se não fosse a mobilização e organização dos grupos ativistas LGBTQIA+, que levaram adiante essa luta, provocando todos os poderes a ampararem esses direitos. Sem a luta política desses atores e da mobilização da comunidade como um todo, os poderes públicos pouco fazem, ainda que os governantes sejam sensíveis a essas causas. No caso do poder executivo nacional, especialmente sob os governos Lula e Dilma, tivemos iniciativas no âmbito do Plano Nacional de Direitos Humanos e de políticas públicas diversas para essa população, de combate à homotransfobia, de acesso à saúde no setor público, de promoção e financiamento de pesquisas científicas a respeito, dentre outras coisas. No âmbito do poder judiciário, é de se destacar a proatividade de muitos representantes da magistratura, em especial o tão atacado STF, na consagração de direitos importantes, como a união estável e o casamento homoafetivo, a mudança de prenome das pessoas trans sem a necessidade de cirurgias de transgenitalização e de decisão judicial, sendo hoje



procedimento realizado diretamente em cartórios, e ainda, a interpretação dada ao termo racismo social que possibilitou a aplicação da Lei antirracismo aos crimes de homotransfobia. Não sem lembrar a atuação também relevantíssima de advogadas e advogados que encampam juridicamente essas lutas, bem como representantes do Ministério Público e das Defensorias Públicas que fizeram o mesmo, provocando o judiciário a agir.

Por outro lado, há um enorme desafio no âmbito do poder legislativo. Temos poucas leis protetivas de nossa comunidade, nenhuma em âmbito nacional. O Congresso Nacional, mesmo tendo anteprojetos desse tipo, apresentados desde a década de 90 do século passado, jamais aprovou uma lei sequer que nos beneficie, o que fragiliza nossos direitos porque ficamos sempre na dependência dos governos de ocasião e das posições do poder judiciário, que, por sua vez, só age se for provocado a isso. E há uma resistência enorme das bancadas eleitas na onda extremista reacionária a qualquer avanço nesses direitos, o que torna o próprio governo reticente em ser mais proativo dada a permanente necessidade de negociação política de outras pautas igualmente relevantes para a sociedade como um todo.

Porém, acredito muito no conhecimento que liberta, e quanto mais conseguirmos demonstrar que não somos aberrações, mas parte indissociável da diversidade humana, que não ameaçamos a família tradicional ou a religião (aliás, muitos LGBTs são pessoas extremamente religiosas e se entristecem com essa rejeição no âmbito de igrejas e cultos que gostariam de poder frequentar e participar), mais a aceitação tende a vir com a compreensão. Também no passado, acreditou-se na inferioridade de negros e indígenas, na *pureza* de raças, na superioridade masculina, no Sol girando em torno da Terra, e tantas outras coisas que hoje são consideradas obsoletas pela ciência e conhecimento avançado. Sou otimista com o futuro, embora seja um processo de idas e vindas, sendo sempre presente o perigo real de retrocesso, como ocorre hoje na Rússia, Hungria e outros países, pois não há um progresso inexorável evolutivo da humanidade. A involução também é humana, e é preciso cotidiana luta contra ela, como naquela frase comumente atribuída a Thomas Jefferson de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.



Fábio — Tendo mencionado desafios que vão além das questões de gênero e de sexualidade, de que modo você acredita que a luta pelos direitos das comunidades LGBTQIA+ no Brasil estaria conectada, em uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019; COLLINS; BILGE, 2016; CRENSHAW, 1991), a outras pautas sociais com base em marcadores sociais da diferença como raça, classe, deficiência e origem?

Antonella — Acredito que a interseccionalidade, pensada ali nos anos 80 do século XX, por gente como a ativista e pensadora norte-americana Kimberlé Crenshaw, é uma ferramenta fundamental para a compreensão dos preconceitos de segmentos vulnerabilizados da sociedade. O enfrentamento real das discriminações pejorativas contra esses setores pressupõe uma compreensão de que a maioria das pessoas é potencialmente vulnerabilizável e discriminável por algum fator relacionado à sua condição. Uma mulher racista e lgbtfóbica pode sofrer misoginia; um negro misógino e lgbtfóbico pode sofrer racismo; um gay racista e capacitista pode sofrer homofobia; uma pessoa com deficiência aporofóbica e transfóbica pode sofrer capacitismo; e por aí vai. Uma pessoa que tenha mais de um desses fatores de discriminação pode sofrer várias delas, pense, por exemplo, em uma mulher negra lésbica e pobre sofrendo misoginia, racismo, homofobia e aporofobia ao mesmo tempo.

Enquanto não compreendermos que a raiz de todo esse mal está em pensarmos como indivíduos, que a nossa condição pessoal nos dá algum tipo de superioridade social em relação a outros indivíduos, inevitavelmente fracassaremos como sociedade civil. Pensar uma sociedade com menos preconceito implica em refletir acerca disso de modo interseccional mesmo, pois, em algum desses pontos, a tendência é que quase todo mundo seja vulnerável e possa sofrer discriminação. Se esta é interseccional, o combate a ela também precisa ser.

Talvez pelo fato de ser professora, acredito muito na educação e no conhecimento como fatores de transformação social e de superação gradativa da lgbtfobia. A impressão que tenho é a de que a maioria das pessoas preconceituosas não o são de modo imutável e inquebrantável. Muitas têm certo medo do que não conhecem e preferem se arraigar aquilo que já conhecem. Mas se expostas ao debate honesto, informativo e democrático, sem serem hostilizadas (e aí o ativismo dos direitos LGBTQIA+ precisa ser estratégico



nesse ponto — e em vários outros), muitas vezes mudam de ideia e passam a compreender melhor o que é essa diversidade tão *estranha* e a aceitá-la.

Claro que existe uma minoria raivosa que age com desonestidade intelectual e truculência, inclusive espalhando *fake news*, desinformação e criando pânico moral em pessoas de boa-fé, e a essa minoria é preciso responder com o enfrentamento político e jurídico necessário. Hoje a lgbtfobia é crime nos mesmos moldes do racismo, e os que praticam violência e discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+, que sejam punidos na forma da lei. A punição também pode ser pedagógica, mas quero crer que não seja necessária para a maioria. No caso desta, acredito que educação e informação correta podem ser suficientes.

Fábio — Com base na perspectiva que você apresenta sobre a interseccionalidade e sua importância na compreensão dos preconceitos e das discriminações na sociedade, como você acredita que as instituições de ensino podem abordar de forma mais eficiente a questão da interseccionalidade e promover um ambiente educacional inclusivo para *todes*?

Antonella — Um passo importante que tem sido dado são as políticas de ação afirmativa, que, diga-se, não se resumem às cotas, embora elas sejam parte integrante delas. A presença de pessoas oriundas desses segmentos vulnerabilizados em espaços de poder e influência faz com que tenhamos potencialmente um olhar diferenciado para esses segmentos, visto que elas sofreram e sofrem *na pele* essas discriminações e os efeitos delas. Representatividade é um ponto importante e não pode ser negligenciado.

Na terceira semana de julho deste ano, por exemplo, fui uma das juristas que assinou um Manifesto por Mulheres no STF, fazendo um apelo ao Presidente Lula para que escolha uma mulher para a próxima vaga a ser aberta na Corte Suprema com a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Só para dar uma ideia dessa importância, foi justamente na presidência dessa ministra que surgiu uma significativa conquista para as mulheres na forma do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, um documento relevante de orientação interpretativa para que juízas e juízes em todo o Brasil julguem levando em conta que devem combater estereótipos de gênero e misóginos.

Porém, por si só, isso não basta. É necessário que tenhamos estratégias organizadas de capacitação para as pessoas que lidam com essa diversidade nos ambientes públicos e privados, incluindo o mundo corporativo e empresarial — e acredito que a universidade pública pode ter um papel relevante nisso. São formas de levar esse conhecimento a segmentos mais amplos de pessoas, mostrando que a diversidade e a não discriminação são coisas boas para a sociedade como um todo. Há pesquisas no mundo empresarial que demonstram, inclusive, que um ambiente de maior diversidade é também de maior produtividade, pois fomenta perspectivas diferentes sobre a realidade e o potencial criativo desses olhares humanos diversos.

Fábio — Aprofundando outro aspecto essencial sobre a luta contra práticas discriminatórias, você mencionou que a maioria das pessoas preconceituosas pode mudar de ideia por meio de debates informados e honestos. Quais estratégias específicas você recomendaria para conduzir esses debates de maneira produtiva e respeitosa?

Antonella — Bom, eu não sei exatamente quais seriam as estratégias mais adequadas, mas o que deve nos nortear é a disposição a um diálogo respeitoso. Não se colocar em uma posição de superioridade, nem de inferioridade, por óbvio, escutar realmente o que a pessoa tem a dizer, quais as suas dúvidas e se fazer ouvir a partir de uma apropriação anterior de conhecimento que tenha o potencial de convencer esse tipo de pessoa que é lgbtfóbica por ignorância e medo do desconhecido e não por serem intrinsecamente preconceituosas.

Em relação a elas, precisamos passar longe de posturas de *lacrção*² e argumentar com informação fidedigna, acolhendo as angústias que essas pessoas têm com o tema, tentando responder-lhes da melhor forma. Nunca as desmerecer, nem partir para hostilizações, só porque elas podem ter levantado um questionamento sincero ou exposto uma discordância com algum ponto que consideramos fundamental. Muitas vezes, elas não concordam com tudo o que os movimentos de defesa dos direitos LGBTQIA+ defendem, mas mostram concordâncias parciais e vão ficar refletindo a respeito do

² Segundo o Dicionário Online de Português, *lacrção* é a "ação de se sair bem, ser bem-sucedido, de ter sucesso: sua apresentação de dança foi pura *lacrção*". Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lacracao>. Acesso em: 30 out. 2023. Aqui, contudo, o termo está sendo utilizado para se referir mais especificamente a críticas irônicas e não genuínas a discursos com os quais não estão de acordo.



restante. E convenhamos que, mesmo dentro dos próprios movimentos, divergimos sobre muita coisa.

Claro que, aqui, não me refiro àquelas pessoas fanatizadas que veem isso sempre como uma conspiração contra a família cristã e as tradições, da qual faria parte até o recém-lançado filme da Barbie, e que só querem vencer o debate, lacrar, mitar,³ ou seja lá o que for, lançando mão, com frequência, de desonestidade intelectual, distorções deliberadas, *fake news* e congêneres. Algumas dessas pessoas que se mostram belicosas e até violentas precisam ser combatidas, dentro da lei e com as ferramentas constitucionais do Estado democrático de direito, na luta política; enfim, infelizmente, em relação a quem quer nos destruir, faz-se necessária a devida reação.

Para todas as outras, o diálogo como base. Penso que, se eu puder de algum modo influenciar os movimentos sociais de defesa de nossos direitos, minha sugestão seria essa.

Fábio — O ativismo dos direitos LGBTQIA+ é um componente importante no combate à LGBTfobia. Como você vê o papel das mídias sociais nesse ativismo e quais são os principais desafios enfrentados por ativistas online?

Antonella — Hoje em dia, tudo passa pelas mídias sociais. A afirmação dos direitos da comunidade LGBTQIA+ também. Impossível qualquer progresso se não passa por ganhar espaço relevante no ambiente midiático digital.

Entretanto, por mais que se esforcem, os ativistas digitais enfrentam uma barreira considerável na questão da chamada inteligência artificial (IA) e dos famosos algoritmos. Em breve, sairá um texto meu sobre constitucionalismo digital, no qual debato como esses novos mecanismos de IA e de tecnologia da informação têm alterado o panorama da democracia liberal, até há pouco hegemônica, além de também apontar o quanto é desafiador esse cenário para quem está no ativismo online LGBTQIA+, bem como de outros segmentos vulnerabilizados da sociedade.

³ Segundo o Dicionário Online de Português, mitar é "fazer sucesso; obter grande êxito ao ponto de virar lenda, mito, especialmente num contexto on-line, em redes sociais: mitou nos comentários; aquele jogador simplesmente mitou!". Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mitar>. Acesso em: 30 out. 2023.

Como disse Miguel Nicolelis, a verdade é que a IA nem é inteligência, muito menos artificial. Ele destaca, por exemplo, que o ChatGPT é um grande plagiador, que não cria efetivamente coisas novas, mas sim variações de coisas do passado. Quem alimenta essas IAs são, na verdade, inteligências naturais — e eis aí o problema. A questão dos algoritmos está no centro do debate, pois é ela que tem impedido que o efetivo contraditório se estabeleça com a exposição de todas e todos nós a ideias diferentes das nossas. Isso propicia as famosas *bolhas* de informação e os vieses de confirmação, pois tendemos a ver apenas aquilo que confirma nossas ideias preconcebidas.

Ocorre que o conhecimento e o desenvolvimento de sistemas políticos melhores só ocorrem com a exposição ao contraste de ideias e de teses, o que tem sido difícil atualmente. Mais difícil ainda por causa do fenômeno das *fake news*, que criam realidades paralelas e possibilitam que pessoas preconceituosas vejam nelas motivações para continuarem a discriminar. São notícias falsas como a do famoso *kit gay*, da distribuição de mamadeiras eróticas nas escolas, da educação sexual para *ensinar crianças a serem gays ou trans*, de que estariam fazendo cirurgias de transgenitalização em crianças, enfim, coisas que geram um pânico moral e fazem com que pessoas que poderiam simpatizar com os direitos LGBTQIA+ se fechem ao diálogo e combatam esses moinhos de vento quixotescos, em vez de conversarem com tranquilidade, com as concordâncias e discordâncias naturais de um debate bem informado, e com os fatos devidamente estabelecidos.

Um dos passos fundamentais para superar isso, a meu ver, é a presença da diversidade nos espaços de poder, e isso inclui esse poder gigantesco das empresas de tecnologia. A IA é alimentada por pessoas e estas são, na maioria das vezes, homens brancos cisgênero e heterossexuais que trazem em si todos os marcadores de preconceitos associados com a educação que tiveram e com a potencial invisibilização da diferença em relação a esse padrão. De algum modo, precisamos pensar em estratégias para que LGBTQs estejam mais presentes nesses espaços digitais, assim como mulheres, negros, pessoas com deficiência e outros setores vulnerabilizados da sociedade. A programação desses algoritmos, por exemplo, precisa ser feita por essa diversidade de pessoas.

Claro que o que já está sendo feito em termos de produção de conteúdo nas redes e de buscar ocupar os espaços tradicionais de poder também precisa ser feito. Nós,



LGBTs, precisamos estar nos legislativos nacional, estaduais e municipais, em governos, no poder judiciário, nas demais carreiras jurídicas, na academia, na ciência, nas artes, enfim, em todos os espaços socialmente relevantes. Precisamos pensar coletivamente como isso pode ser feito, mas penso que é por aí.

Fábio — Você mencionou a importância da representatividade e das políticas de ação afirmativa como um passo importante para lidar com a interseccionalidade nas instituições. No entanto, sabemos que ainda há resistências e críticas a essas políticas. Como você responderia aos argumentos daqueles que acreditam que a promoção da diversidade por meio de ações afirmativas pode levar à diminuição do mérito individual ou à discriminação reversa?

Antonella — Bom, penso que responderia que esses argumentos, ao menos até o momento, não são sustentados por dados empíricos. Ocasionalmente, essa diminuição pode ocorrer, mas as diversas pesquisas e levantamentos feitos sobre a aplicabilidade das políticas de ação afirmativa nas universidades e em outros segmentos públicos têm demonstrado que não há diferenças qualitativas significativas entre o alunado cotista e o não cotista, por exemplo. Para além da demonstração, via levantamentos de dados, enxergo isso empiricamente também em minha experiência como docente em uma universidade federal, acompanhando passo a passo a implementação dessas políticas, desde o seu início.

Se olharmos, por exemplo, o rendimento do alunado nas provas e trabalhos, ele é muito similar, como eu disse. Não dá para distinguir, nessas avaliações, quem seria cotista ou não pelas notas, havendo discentes que tiram notas boas e ruins em ambos os segmentos. A grande diferença é quando olho as pessoas na sala de aula. Quando assumi como professora efetiva na UFPE em 2006, via em sala de aula, basicamente, jovens brancas e brancos da classe média ou alta da região, cisgênero e a maioria se portando como heteroafetivos. Hoje, percebo visualmente uma multiplicidade de cores, com um aumento considerável de jovens negras e negros das áreas periféricas, indígenas, homoafetivos e até pessoas trans, não obstante o fato de que a classe média e alta branca e heteroafetiva continue lá e seja muito bem-vinda também.



Penso que as políticas de inclusão via ações afirmativas são, no geral, um sucesso, embora elas mereçam sempre rediscussões e aprimoramentos para não perderem de vista seus objetivos e não perpetrarem injustiças, além de termos sempre em vista o seu horizonte temporário, no sentido de que sejam desnecessárias a longo prazo, uma vez alcançados seus objetivos fundamentais de igualdade de acesso de todas essas pessoas à educação e às oportunidades de estudo e trabalho em geral.

Fábio — Nesse contexto de lutas por equidade nos diversos setores da vida em sociedade, tem se evidenciado, cada vez mais, que, além da importância do universo digital, as mídias televisiva e impressa desempenham um papel significativo na formação de opiniões e na construção da visão de mundo da sociedade. Como você enxerga a responsabilidade desses meios de comunicação na promoção de uma cultura mais inclusiva e na desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados às comunidades LGBTQIA+? Quais medidas você acredita que podem ser adotadas pelos veículos de mídia para garantir a representatividade e a abordagem responsável das questões relacionadas à diversidade de gênero e de orientação sexual?

Antonella — Penso que esse debate é mais amplo no que diz respeito à própria ideia de que essas mídias são concessões públicas e precisam corresponder a isso. Na verdade, considerando uma espécie de interseccionalidade midiática, urge um debate sobre como as mídias em geral podem servir ao debate público genuinamente democrático e com respeito aos direitos humanos básicos.

No momento, isso está adstrito às iniciativas específicas da posição editorial de cada um desses órgãos de imprensa. E, quase sempre, é bem difícil incluir as pautas de defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, a não ser quando essas pautas, de algum modo, geram lucro para essas empresas de mídia.

Há o problema também do avanço de religiões fundamentalistas na propriedade desses meios de comunicação, o que é um complicador significativo, pois, não raro, tais meios servem a pautas de ódio à comunidade LGBTQIA+ fundamentadas em interpretações literalistas ou mesmo distorcidas dos livros considerados sagrados pelo cristianismo. Para além de nossa comunidade, o próprio Estado laico é ameaçado quando religiões politicamente organizadas, para conquista do poder estatal, alcançam-no e



procuram condicioná-lo a pautas de sua própria vertente religiosa em detrimento do bem comum.

De algum modo, precisamos buscar formas de responsabilização desses meios de modo preventivo e repressivo para que, independentemente da ideologia ou fé religiosa de seus proprietários, possam trabalhar efetivamente pelo bem comum e não apenas para gerar lucro ou propaganda ideológica/religiosa. Mas é um debate complexo, e é necessário termos cuidado para não engendrar qualquer tipo de censura, vedada pela Constituição.

Fábio — Diante do cenário atual de avanços e desafios na luta pelos direitos LGBTQIA+ e pela promoção da equidade, quais são suas principais expectativas e esperanças para o futuro? Como você, Antonella, enxerga a possibilidade de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa em relação à diversidade de gênero e de orientação sexual nos próximos anos?

Antonella — Eu tento me distanciar de extremos quanto a prognósticos. Nem ser uma otimista ingênua, daquela que foge de ver as coisas como são, com uma boa dose de autoengano, nem ser uma pessimista amarga, do tipo que acha que não conquistamos coisa alguma, que é tudo uma perda de tempo, que nada vai realmente mudar em termos significativos.

Costumo dizer, como fazia Ariano Suassuna, que sou uma realista esperançosa. Não ignoro que tivemos muitos retrocessos recentemente e que as ameaças contra nossos direitos permanecem. Nesse sentido, a luta precisa continuar em todas as frentes, digamos assim. O assédio e a violência psicológica ou física contra nós permanecem, inclusive nos poderes públicos, e só a devida e firme reação contra isso é a resposta possível. Por outro lado, há o que já disse no que é concernente ao processo de comunicação e educacional: informar corretamente e educar, ainda é, para mim, a chave para avanços.

Minha esperança é que consigamos suplantarmos gradativamente tudo isso, assim como conseguimos muitas conquistas significativas nas últimas décadas. Uma sociedade mais inclusiva depende diretamente disso.



Fábio — Como nos ensinou Paulo Freire (1992, p. 110), nosso ilustríssimo pernambucano, patrono da educação brasileira: “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar”. Assim como você, precisamente por acreditar na potência da vida, da democracia e das diferenças, também penso que devemos seguir *esperançando* novos e melhores tempos. Muito obrigado por esta entrevista e pela rica troca que ela nos proporcionou, Antonella. Sigamos firmes na luta!

Antonella — Paulo Freire que, por sinal, foi também aluno da Faculdade de Direito do Recife. É por aí, esperar sempre, mesmo quando enfrentamos retrocessos. Não lutar contra as injustiças causadas pela lgbtfobia não é uma opção para nós.

Também sou muito grata pela oportunidade desta ótima conversa, Fábio. Sigamos!

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge, Malden: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color, Stanford, **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 11/08/23.

Aceito em: 28/10/23.





| ARTIGOS LIVRES |

O PROJETO POLÍTICO DO CAPITALISMO FINANCEIRO E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO: contribuições de Luciano Gallino

THE POLITICAL PROJECT OF FINANCIAL CAPITALISM AND THE FLEXIBILITY OF WORK: contributions of Luciano Gallino

Letícia Negrão Chamma *

Vinícius Azevedo **

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo introduzir as ideias e as contribuições do sociólogo italiano Luciano Gallino (1927-2015) para a compreensão do *finanzcapitalismo* — capitalismo financeiro —, bem como o contexto de emergência, a caracterização e atuação nas últimas décadas dessa nova etapa do capitalismo globalizado. Para Gallino, esse cenário político e econômico conduziu a sucessivas reformas e mudanças na vida econômica, no trabalho, nas manifestações culturais e sociais que criaram uma nova forma de extrair valor. O modo como o trabalho precário e flexibilizado funda uma forma de luta de classes gestada dentro do projeto político e econômico da globalização é utilizado como uma ilustração. Concluímos que as contribuições de Gallino para a compreensão dos limites do capitalismo financeiro e da flexibilização do trabalho têm potencial de inspirar a superação dessas condições.

Palavras-chave: capitalismo financeiro; flexibilização do trabalho; Luciano Gallino; sociologia contemporânea.

Abstract

The aim of this essay is to introduce the ideas and contributions of the Italian sociologist Luciano Gallino (1927-2015) to for the understanding of *finanzcapitalismo* – financial capitalism –, as well as the context of emergence, characterization and performance in the last decades of this new stage of globalized capitalism. For Gallino, this political and economic scenario has led to successive reforms and changes in economic life work, labor, cultural and social manifestations that have created a new way of extracting value. The way in which precarious and flexible work underpins a form of class struggle gestated within the political and economic project of globalization is used as an illustration. We conclude that Gallino's contributions to understanding the limits of financial capitalism and the flexibilization of work have the potential to inspire the overcoming of these conditions.

Keywords: financial capitalism; flexibilization of work; Luciano Gallino; contemporary sociology.

* Mestra em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Brasil. E-mail: leticia.chamma@unesp.br.

** Graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Brasil. E-mail: vinicius.azevedo@unesp.br.



O cenário político e econômico do advento do capitalismo globalizado

As décadas finais do último século são acompanhadas por intensas mudanças em inúmeros campos dos componentes culturais, políticos e econômicos que abarcam a vida social. A tarefa fundamentalmente política a qual o movimento da globalização se empenhou na tentativa de recuperar o primado do capitalismo sobre a economia, a política e a cultura foi realizada ante um cenário totalmente abalado e reconfigurado do período Pós-Segunda Guerra Mundial e de surgimento de uma forma de Estado de “bem-estar social” (1945-1975). Diante disso, o fim da democracia moderna também significou o fim da relativa segurança material e imaterial conquistada pela classe trabalhadora a partir do reconhecimento dos direitos sociais e econômicos e da estabilidade dos empregos.

O pensador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) identifica, em *A era dos extremos*, que a globalização “é uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa dos postos de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global” (HOBSBAWN, 1994, p. 92). Isso posto, as deliberações e resoluções dos representantes oficiais dos Estados sob a alcunha presidencial, de chancelaria e de chefia de Estado ou de governo foram importantes atalhos para redesenhar a trama que culminaria na implementação de políticas econômicas à altura de um capitalismo globalizado — gerando benesses diretas aos bancos, às grandes corporações transnacionais e ônus às classes subalternas.

O capitalismo financeiro, fenômeno associado à globalização econômica e cultural, é, em concordância com o sociólogo italiano Luciano Gallino (2011), um extenso processo intensificado sobretudo após a restauração capitalista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e das demais experiências socialistas do leste europeu. Essa ordem histórica gestou um novo cenário de luta de classes por meio de contínuas reformas políticas e econômicas de Estado. O impacto dessas reformas “pelo alto”¹ significou a contenção real do salário dos trabalhadores e o derrogamento das conquistas dos direitos econômicos e sociais derivados do período do Estado social. A

¹ Conjunto de reformas de ordem política, social ou econômica levadas a cabo por meio da ação do Estado.



diminuição do Estado foi responsável por, ao mesmo tempo, formar a classe capitalista transnacional e aviar e impulsionar as trocas econômicas no mercado global.

O processo de financeirização do capital, junto com a sua globalização, está acompanhado do desenvolvimento e da cristalização do neoliberalismo, que estrutura e legitima a ação política e econômica de modo a restaurar uma hegemonia que hoje já se mostrou global, do capital que se desloca, que não possui limites e nem restrições. Diferente de outros autores, como o filósofo Pierre Dardot, o sociólogo Christian Laval e a cientista política Wendy Brown, que também formulam uma crítica ao neoliberalismo como forma de civilização, Gallino (2012) não o considera uma racionalidade, mas sim uma ideologia que tem a sua origem com a perda de poder da classe capitalista no já citado período da democracia moderna (1945-1975). Assim, o sociólogo italiano não parte da razão neoliberal para compreender as atuais deformações do trabalho, mas estabelece como largada e horizonte o próprio modo de produção capitalista, a sua atual forma financeira e a produção de um novo modo de extrair valor: o trabalho flexível

Nesse sentido, o presente ensaio tem como objetivo introduzir as ideias e as contribuições do sociólogo italiano Luciano Gallino (1927-2015) para a compreensão do *finanzcapitalismo* — capitalismo financeiro —, bem como o contexto de emergência, a caracterização e atuação nas últimas décadas dessa nova etapa do capitalismo globalizado. Apresenta cinco seções: nas duas primeiras, buscaremos traçar e identificar os componentes do capitalismo financeiro como nova forma de extração de valor a partir da perspectiva de Gallino (2011), e as características do desenvolvimento dessa *civilização*, bem como seus efeitos na constituição do ser humano flexibilizado; na terceira seção, expomos o papel da ideologia neoliberal na ressignificação da sociedade capitalista; em sequência, na seção quatro e cinco, evidenciaremos de que maneira o trabalho flexível e precário se constitui como uma forma de luta de classes desenvolvida pelo projeto político e econômico da globalização.

Caracterização do *finanzcapitalismo*

Luciano Gallino define e caracteriza o capitalismo financeiro como “uma megamáquina construída para extrair valor”² (GALLINO, 2011, p. 7). Essa

² Essa e outras passagens de Gallino são traduções livres dos autores.



megamáquina, para o autor, é potente e eficiente, e tem como alicerce a massa de seres humanos, na qual é capaz de extrair valor do trabalho, bem como dos ecossistemas, para concentrar e potencializar os capitais. Contudo, o autor adverte que o processo de *extração* de valor se distingue do processo de *produção* de valor, uma vez que

Ocorre a produção do valor quando se constrói uma casa ou uma escola, quando é criado um novo medicamento, com a construção de um trabalho remunerado [...]. Ao contrário, a extração de valor ocorre quando se provoca um aumento do preço das casas manipulando as taxas de juros ou as condições do empréstimo; é imposto um preço artificialmente mais alto ao novo medicamento; aumentam os ritmos de trabalho, mas não os salários, [...] ou quando se destrói um bosque para fazer um estacionamento de carros. (GALLINO, 2011, p. 8).

E dessa maneira, o autor conclui que para os capitalistas não existe o desejo da produção, mas sim de controle por meio da megamáquina intitulada capitalismo. Logo, “não é correto dizer que o capital *tem* poder. O capital *é* o poder” (GALLINO, 2011, p. 8). O poder de decidir, controlar e estabelecer os locais onde estão nas relações de produção e quem são os beneficiários da produção de coisas, valores e necessidades. Além de modificar, transmutar e dar cabo à natureza e aos ecossistemas por onde passa e extrai valor.

Para Gallino, o modelo industrial difere do *finanzcapitalismo*, uma vez que o primeiro busca obter dinheiro a partir de mercadorias, enquanto o segundo, por meio do próprio dinheiro. Não há mais a perseguição pela produção de mercadorias, o que existe, portanto, é uma constante busca pela aplicação e investimento na circulação do mercado financeiro com a intenção de obter cada vez mais lucro (GALLINO, 2011). A megamáquina capitalista foi capaz de introduzir, a contar da década de 1990, um considerável aumento nos valores das bolsas, semelhando-se a um processo inflacionário.

Verifica-se a alteração de época do capitalismo, a variação de capital operada pelo dinheiro, gerando mais dinheiro, e que resulta em um violento processo de financeirização dos indivíduos, das famílias, dos negócios e igualmente dos Estados-nacionais. A vida continuamente endividada converte-se em retrato comum da existência dentro do capitalismo financeiro que reproduz em cada indivíduo a rede global da descomunal extração de mais-valor. Observa-se, portanto, a formação de um “proletariado global” (GALLINO, 2012, p. 83) incapaz de planejar o futuro, incerto em relação ao presente e



dependente de empréstimos bancários — quando estes são concedidos. Não é à toa que o Brasil atingiu, no ano de 2020, a média de 66,5% de famílias endividadas, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a média mais alta desde 2010, quando se iniciou a pesquisa sobre o endividamento (GALVÊAS, 2021).

O “sistema bancocêntrico”, como é utilizado por Gallino (2011, p. 10) para descrever o sistema financeiro que suporta e alimenta o *franzcapitalismo*, cumpre posição central no sustento do sistema financeiro e, igualmente, na globalização política e econômica. Tal globalização fez-se como utensílio indispensável da economia financeira para oportunizar e dar respaldo ao avanço do capitalismo como estrutura de funcionamento de um governo global, “capaz de unificar as civilizações pré-existentes em uma só civilização mundo e, ao mesmo tempo, de esvaziar de substância e de sentido o processo democrático” (GALLINO, 2011, p. 14).

A civilização-mundo e o primado da economia sob a política

Gallino parte da definição de *civilização* como o conjunto particular e historicamente delimitado em que a política, a economia, a cultura e a comunidade são ordenadas por um longo período (GALLINO, 2011). A partir dessa premissa, encontra-se, então, o que se pode chamar de civilização ocidental, por exemplo. O autor denuncia o processo de “ocidentalização do mundo”, traduzido na amplitude do alcance da cultura ocidental em escala globalizada, notadamente em ritmo acelerado nas últimas décadas. No entanto, Gallino (2011, p. 18) adverte que não se trata de uma “civilização ocidental alargada”, mas uma “civilização-mundo”, composta por características originais.

Para Gallino, essa nova forma global de civilização está marcada por três características fundamentais. A primeira delas corresponde à transposição mútua entre componentes estruturais com as formas de organização social. Dessa forma, para ele

A economia aparece intimamente entrelaçada com a política; a cultura é manifestada simultaneamente como reflexo e instrumento de promoção de tal vínculo; na comunidade, ou no sistema sociodemográfico — o lugar físico e simbólico onde se reproduzem as pessoas e as suas formas básicas de convivência — foram introduzidas formas de cultura e de agir próprias do sistema econômico. (GALLINO, 2011, p. 18).



A partir dessa primeira asserção apresentada por Gallino, é possível estabelecer um paralelo presente em Karl Marx, em sua *Carta a Pável V. Annenkov*, escrita pelo pensador alemão em 1846. Ainda que o capitalismo vigente no século XIX fosse o industrial, a passagem dessa forma de capitalismo ao *finanzcapitalismo* e os impactos culturais, discutidos por Gallino, é ilustrada por Marx como “[...] os homens são forçados, a partir do momento em que o modo do seu comércio já não corresponde às forças produtivas adquiridas, a mudar todas as suas formas sociais tradicionais” (MARX, 2007). Em outras palavras, o processo de “ocidentalização” do mundo é o sopro de vida necessário para avançar o desenvolvimento do capitalismo na nova roupagem financeirizada. Significa, grosso modo, que para o capitalismo financeiro adentrar em novas fronteiras, os elementos da cultura local devem ser suplantados pelos componentes culturais e civilizacionais do Ocidente. Da mesma forma, anuncia Marx,

Assim, as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, trocam, são *transitórias* e *históricas*. Com novas faculdades produtivas adquiridas, os homens mudam o seu modo de produção e, com o modo de produção, mudam todas as relações econômicas, que não foram senão as relações necessárias desse modo de produção determinado. (MARX, 2007)

É preciso alertar, no entanto, que o capitalismo financeiro não é um novo modo de produção que substituiu o capitalismo industrial dos escritos de Marx. Como alertado anteriormente, o *finanzcapitalismo* de Gallino é uma nova forma de extração de valor.

O segundo elemento desse processo registrado por Gallino é a quebra de limites no que diz respeito à satisfação de necessidades de recursos no comércio globalmente integrado. De outra maneira, se nos séculos anteriores a exploração de colônias era fonte de captura de recursos para venda no comércio europeu, agora, após a paulatina quebra de limites fronteiriços e culturais, a expropriação e o saque de civilizações longevas não são mais necessários da forma como existiram nos séculos do capitalismo incipiente — dado que, para Gallino (2011, p. 18), não há civilizações no tempo vigente, mas sim uma nova civilização de nível planetário.

A terceira característica é a interconexão entre as economias, o mercado de trabalho e a cultura, de tal modo que “qualquer evento que ocorra em uma delas produz efeitos imediatos, e às vezes instantâneos, nas outras” (GALLINO, 2011, p. 19), criando relações de interdependência entre as sociedades e as respectivas economias. O autor



aponta o controle de diversas empresas transnacionais estadunidenses e europeias na produção dos postos de trabalho pelo mundo, arquitetado a partir das trocas comerciais pela *World Trade Organization* e pelo sem-número de acordos internacionais em ação desde o século XX.

Passado quase um século desde o início da venda de produtos do mercado de entretenimento estadunidense, os impactos do capitalismo financeiro, em conjunto com a impetuosa rede de informações trazidas pelas tecnologias de comunicação, mostram-se eficazes em unificar e homogeneizar a cultura e as civilizações em forma de produtos de massa: produções cinematográficas, televisivas e musicais (GALLINO, 2011). É esse um dos aspectos do projeto político da globalização: reduzir o poder da massa nas mais diversas esferas da vida, não apenas econômica e política, mas também cultural, transformá-la em ornamento, ou seja, em “reflexo estético da racionalidade aspirada pelo sistema econômico dominante” (KRACAUER, 2009, p. 95).

O processo de financeirização fez com que as margens de atuação da política tenham se limitado e restringido. As novas ferramentas desenvolvidas pelo capitalismo em curso engendam, como aponta Gallino (2011), novos instrumentos de poupança, de investimento e de gestão de patrimônios, fazendo com que as balizas das finanças empresariais ou familiares sejam excedidas sem qualquer tipo de controle dos Estados. Pelo contrário: o caminho para ultrapassar os limites entre a economia e a política foram abertos pela própria política, seus parlamentares e leis. Trata-se, na verdade, de um mútuo acordo realizado em meados de 1980 entre política e economia, entre Estado e sistema financeiro, em que as leis e os sistemas jurídicos implementados tinham como intuito garantir, legitimar e incentivar as ações das grandes corporações transnacionais (GALLINO, 2012).

Trazendo em voga a crítica de Gramsci, retomada pelo próprio Gallino em *Gramsci y las ciencias sociales*, a política é reduzida pelas doutrinas positivistas fundantes da ciência política como sinônimo de “política parlamentarista” (GALLINO, 1985, p. 11), pelo fato de que “antes de regular a economia para adaptá-la à sociedade, a política se comprometeu a adaptar a sociedade à economia” (GALLINO, 2011, p. 23). A política assume o papel de último socorrista daqueles que constantemente são açoitados pela economia sustentada pelo capitalismo financeiro e pelas privatizações concedidas



pela primeira — além da atividade de especulação dos bancos e abertura política à livre circulação de capitais, da qual desfrutam os políticos europeus e estadunidenses.

De igual natureza, Gallino demonstra que as *revolving doors* (portas giratórias) representaram um acentuado “intercâmbio de pessoas” entre cargos do governo e dirigentes de instituições financeiras privadas, em que os últimos

[...] tornaram-se ministros ou membros titulares de importantes cargos públicos nos Estados Unidos e no Reino Unido, na França, na Alemanha e na Itália; ex-ministros tornaram-se dirigentes de grandes bancos, enquanto os principais gerentes de bancos foram nomeados ministros. (GALLINO, 2011, p. 24).

Não raro, esse mesmo fenômeno pode ser igualmente observado em terras latino-americanas. Esse desmedido — e por vezes turbulento — processo de fluxo entre dirigentes de instituições privadas e importantes cargos nos setores da economia nacional não acidentalmente guiou a consecutivas concessões públicas a órgãos privados e perda de direitos dos trabalhadores. Da educação às incessantes reformas trabalhistas, os dirigentes de instituições privadas com altos cargos públicos conduziram o presente e o futuro das vidas brasileiras trabalhadoras diretamente ao lamaçal da servidão econômica imperialista. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Novo Ensino Médio (NEM), a reforma da previdência e trabalhista são exemplos que estancam uma política econômica com profundas e imbricadas relações com a essência do capitalismo financeiro, como denunciam Motta e Frigotto (2017) no tocante às medidas e reformas educacionais e a relação trabalho-educação, e Silva (2018) a respeito do movimento de “contrarreforma” previdenciária e trabalhista.

O papel da ideologia no processo de *ressignificação* da sociedade anterior ao capitalismo financeiro

É sabido, pelo menos desde os escritos de Marx e Engels (2007), que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Igualmente é de conhecimento geral que a cruzada da economia sobre o terreno da política não seria realizada de modo perspicaz sem o subsídio cultural da ideologia. É a partir dessa esteira que, para Gallino (2011, p. 25), “talvez nenhuma formação ideológica historicamente



precedente à ideologia neoliberal soube atravessar com tamanha determinação e especificidade aplicativa estes limites que se encontram em comum com a política e a economia”.

A grande recessão e a crise de 1929 sinalizaram que o capitalismo estava em estado febril: o encantamento pelo seu modo de sociabilidade e padrão de vida sofreu duros golpes. Incumbiram-se do contragolpe os teóricos da Escola Austríaca (Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek), da Escola de Friburgo (Wilhelm Röpke e Walter Eucken) e, mais tarde, da Escola de Chicago (Frank Knight, Gary Stanley Becker e Milton Friedman). Entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1950, a tarefa inicial era a de restabelecer a reputação e estima do modo de vida advindo do capitalismo (GALLINO, 2011).

Não é de se estranhar, no entanto, a atuação e empenho desses professores e economistas citados na bem-sucedida tentativa de contornar os efeitos de uma sequência de crises intimamente ligadas ao modo de operação do capitalismo. Não somente a política, mas as próprias ideias e a filosofia são sobrepujadas no processo de mudança de sentido de uma época tangenciada pela posse e pelo lucro. A extensão das ideias, dos preconceitos e de todo um modo de vida é parte da trágica totalidade que se apresenta como teoria econômica. Destarte:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

A partir da década de 1980 e, sobretudo, após o fim da URSS, o neoliberalismo aumenta a sua capacidade em vitoriosamente ressignificar toda a sociedade capitalista. Todavia, não ressignifica só o Estado-nação, como também o próprio senso da história. As forças históricas agem para que seus valores, simbolicamente e politicamente, tornem-se os valores de uma sociedade, envolto de uma coletividade. Por consequência, a nova forma de sujeição do indivíduo ao capital, que Marx apontou como contrapartida da “liberdade subjetiva” e da “emancipação do indivíduo com relação à tradição”



(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 323), implicou na conversão do neoliberalismo de “doutrina econômica e política” para “teoria do mundo” (GALLINO, 2012, p. 56), ou seja, para a ideologia dominante da era global.

Gallino aponta que tal processo tem origem no ano de 1947, quando o economista austríaco Friedrich von Hayek funda a Mont Pèlerin Society³, em Chardonne, Suíça, em parceria com o economista estadunidense Milton Friedman, e por meio dessa instituição desenvolve uma série de valores e concepções de mundo, culminando numa gigantesca batalha cultural e formas de avaliação da realidade tendo como força motriz as *think tanks*.⁴

Do pós-guerra até hoje, “reservatórios de pensamento” (*think tanks*) altamente equipados, financiados por grupos financeiros e corporações industriais em vários países, têm contribuído poderosamente para a afirmação quase universal do neoliberalismo, [...] produziram uma enorme quantidade de relatórios e memorandos, públicos e reservados, que consideravelmente influenciaram o ensino universitário, os meios de comunicação e informação e as políticas econômicas dos governos. Simultaneamente foram criadas reuniões periódicas dessas associações, onde se encontravam os maiores expoentes das finanças e da indústria mundial, ornamentadas por alguns políticos e acadêmicos, que serviram por décadas para coordenar eficazmente a ofensiva neoliberal em todo o mundo. Mediante tais instrumentos, como notou sagazmente um estudioso austríaco, o neoliberalismo implementou com sucesso, mas a favor do capitalismo, o conceito de hegemonia cultural elaborado por um marxista, Antonio Gramsci. (GALLINO, 2011, p. 27).

O curso desse pensamento foi capaz de gerar a ideia em torno de uma sociedade unidimensional, na qual o indivíduo tem imensa dificuldade de aparecer socialmente, e o livre mercado passa a ser um axioma. Ou seja, um fato considerado verdadeiro em si mesmo. Por consequência, os capitais não devem ter uma regulamentação do mercado. O processo de demonização da figura do Estado surge como uma resposta à ideia de que a sua ação econômica é catastrófica e improdutiva ou gasto de dinheiro desnecessário, sendo necessário a privatização das funções econômicas e políticas das ações que o Estado desenvolveu na primeira modernidade.

O sociólogo italiano reconhece que a sociedade unidimensional caracteriza os valores fundamentais do neoliberalismo, posto que a virtuosidade se localiza no mercado e não na política, modificando profundamente a geometria dantes existente tanto no

³ Organização internacional composta por filósofos, economistas e políticos de todo o mundo e tem como objetivo promover os princípios e valores do liberalismo.

⁴ Força em criar associações, grupos de pesquisa, meios de comunicação, institutos privados, seminários e colóquios de ideias.

sistema político quanto no sistema jurídico do *Welfare State* — isto é, uma forma de Estado em que o próprio Estado é responsável pela promoção da igualdade social e atua como gestor da economia. No trabalho, os sindicatos e partidos políticos tradicionais perdem a importância, não sendo mais necessários na negociação e conquista de direitos devido à ideia de que a liberdade negativa não deveria estar associada à liberdade positiva, que produz entre os grupos consensos, acordos e compromissos em organizar uma vida coletiva.

O Diário póstumo de um flexível e a precarização do trabalho

A abertura de capitais via projetos de lei e ações “pelo alto” foi inaugurada na primeira parte dos anos 1980 na França pelo presidente François Mitterrand e por Jacques Delors, ministro da economia e finanças francês. Em seguida e na mesma década, os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Helmut Kohl na Alemanha aplicaram políticas semelhantes. Posteriormente, na década de 1990, o governo italiano deu seguimento à política de liberalização do movimento de capitais. Nos Estados Unidos da América, os governos do republicano Ronald Reagan (primeiro mandato, 1981) e do democrata Bill Clinton (final do segundo mandato, 2000) adotaram políticas equivalentes às dos governos europeus (GALLINO, 2011).

Não ocasionalmente, Jacques Delors, ainda na década de 1980, torna-se presidente da Comissão Europeia (CE) com apoio de François Mitterrand e Helmut Kohl. Na década seguinte, em 1996, ele organiza e publica o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, sob o título *Educação: um tesouro a descobrir*. O documento defende quatro pilares fundamentais para a educação do novo século, que devem fazer com que o estudante aprenda a conhecer, fazer, conviver e ser um indivíduo apto a conviver ante o modo de vida atravessado pela hipercompetitividade neoliberal. Faz-se necessário, portanto, manipular novas habilidades, competências e saberes capazes de forjar o novo trabalhador e mão de obra instruídos ao trabalho flexível e incerto.

As condições e as ideias dominantes existentes no período do capitalismo financeiro revelaram, interminavelmente, transformações significativas no trabalho e, em especial, na vida daqueles que dependem do trabalho: os trabalhadores. Se por um lado a



promessa de simplificação e flexibilização do trabalho inicialmente parecia atraente, por outro lado, o endurecimento e o gradual esvaziamento das políticas de proteção ao emprego desvelaram a face obscura desse processo.

A crônica *Diário póstumo de um flexível*, publicada em 2002 por Luciano Gallino no jornal italiano *La Repubblica*, faz críticas e aponta horizontes para a ampla e complexa ressignificação do trabalho trazida pelo capitalismo financeiro. O texto retrata o diário fictício de um trabalhador que, ao longo de toda sua trajetória de trabalho, encontra-se como “flexível”, ou seja, trabalha por contratos e com profissões distintas e fragmentadas. Nota-se a mudança de convicções e perspectivas com o passar dos meses e anos. No início, ainda na juventude, o autor do diário mostra-se entusiasta com a modalidade de trabalho, como evidenciado no trecho:

Outubro 2001. A flexibilidade me agrada. Deixa-me livre para organizar o meu tempo. Sou independente. Ulteriormente deparo com faces novas. Trabalhar em fábricas sempre diversas é uma bela experiência. Enriquece a minha capacidade profissional e me permite ainda empregá-la melhor. (GALLINO, 2009, p. 1).

A possibilidade de ser *livre e independente* são apostas que atraíram não somente o autor do diário, mas também convenceram toda a sociedade com o que Gallino (2009, p. 3) chama de “culto da flexibilidade”. O que está por trás do cenário descrito na crônica é o *retorno* da força de trabalho à forma da mercadoria de baixo custo que deve ser sucessivamente diminuída — um processo cultural, econômico e político que pôs fim à construção social que reconheceu que o trabalho não é uma mercadoria, mas um direito fundamental da vida do indivíduo e cidadão na sociedade moderna.

Isso ocorre por conta do desequilíbrio de classes e à posterior ideia de que partidos e sindicatos são desnecessários. Esses elementos geram a destruição do contrato nacional de trabalho e a construção do trabalho flexível por tempo determinado, passível de ser rompido sem penalização jurídica e política. Tal como apresenta a crônica, ainda que de modo fictício:

Dezembro 2018. A empresa, na qual sentia que estava andando bem, me dispensou. Protestei recordando que o meu contrato era por tempo indeterminado. Explicaram-me gentilmente que desde quando o estatuto dos trabalhadores foi abolido, indeterminado significa somente que a empresa é quem decide quando o contrato termina. (GALLINO, 2009, p. 2).



O trabalho torna-se desprotegido economicamente como também politicamente. A perda de direitos sociais alinha-se igualmente com a perda de reconhecimento social, como nos mostra Gallino: “o fato é que, depois de tantos trabalhos, nem eu sei quem sou, que coisa sou” (2009, p. 2). A vida, além do trabalho, tornou-se precária. Para o conjunto cada vez maior de trabalhadores assalariados a vida tornou-se adiada: não se pode fazer mais planos:

Janeiro 2006. A minha companheira S. gostaria de ter um filho. Eu também gostaria. Mas ela é ainda uma flexível — está fazendo um tempo parcial — e se algo acontecer e estivermos todos os dois sem trabalho, entre um emprego e outro, não o faremos. (GALLINO, 2009, p. 1).

E nem mesmo se pode descrever a atuação profissional. Antunes e Druck (2015, p. 19) apresentam aspectos da informalidade e desproteção no trabalho como o capital em busca pela “racionalidade formal”, representado pelo acentuado aumento de ocupações continuamente submetidas a contratos temporários, sem estabilidade, nem registro formal, atuando dentro ou fora do âmbito produtivo das empresas, seja em atividades mais instáveis ou temporárias, ou mesmo na condição de desempregado. As empresas, impulsionadas por essa busca, flexibilizam as relações de trabalho, a jornada e a remuneração, adotando “novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal” (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 19). A confusão sobre a própria identidade enquanto trabalhador reflete também na saúde. O trabalhador flexível tem que escolher entre o trabalho ou uma vida digna e saudável:

Julho 2016. Minha mãe queria saber com precisão qual trabalho faço. É para dizer aos parentes, aos amigos que pedem notícias. Afirma que a colocam em mal-estar por não saber responder que seu filho, dizendo assim, é eletricitista ou empregado no cartório, ou desenhista de folhetos. Queria saber responder, porque agora tenho um aspecto envelhecido. O fato é que, depois de tantos trabalhos, nem eu sei quem sou, que coisa sou. Há algum tempo, sinto-me mal das costas. Marquei uma consulta. (GALLINO, 2009, p. 2).

Pode-se ilustrar, após a recuperação de aspectos da crônica, que a vida precária e sem perspectivas fabrica o estado permanente de endividamento, promove uma ruptura dos vínculos afetivos na família, no trabalho e na sociedade, levando a construção social do hiperindividualismo e ao fim do *nós*. O acúmulo na vida diária gera incertezas,



inseguranças e medos, seja do desemprego, da queda à marginalidade ou de danos psicológicos causados pela ausência de expectativas ou esperança.

Trabalho precário e luta de classes na era global

There is no alternative [“não há alternativa”]: esse foi o *slogan* político utilizado por Margaret Thatcher para indicar a vitória do sistema capitalista e da economia de mercado. O fato é que esta aparentemente simples frase possui uma conotação muito mais ampla. A afirmação de que “não há alternativa” ao que hoje se constitui como *finanzcapitalismo* implica em uma série de ideias apresentadas como inquestionáveis, exatas e reais. Cimentadas na mentalidade de cada indivíduo e constatadas enquanto valor da sociedade em geral, essas ideias formam as premissas da ideologia neoliberal: 1) os sindicatos perderam sua função social, política e econômica; 2) o mercado é a fonte maior de utilidade e trabalho; 3) o setor público é ineficiente, ao passo que o privado é produtivo e justo; e 4) não há mais luta de classes, pois a própria distinção entre as classes sociais não existe mais (GALLINO, 2012).

Por mais que essas ideias sejam amplamente disseminadas no conjunto da sociedade, isso não significa que elas apresentem fundamentos sólidos. Muito pelo contrário, para Gallino (2012, p. VI), elas possuem como testemunha da sua realidade o estado de mundo no qual vivemos. O que significa dizer que a luta de classes nunca foi mais real — mesmo que não possua visibilidade no cotidiano —, na medida em que continua ditando o senso e o significado da história do capitalismo. Na verdade, o que tem sido desconsiderado, sobretudo a partir da restauração capitalista na União Soviética, é que a luta de classes não acabou, mas sim que o capitalismo está vencendo, e que hoje constrói uma nova forma de extração de valor: o trabalho flexível.

De acordo com Gallino (2012), o trabalho flexível é uma expressão do deslocamento dos capitais e da flexibilização da produção no capitalismo financeiro, que consiste no movimento reativo da classe capitalista no que diz respeito à expansão dos direitos conquistados no período da democracia moderna e do Estado social. Em outras palavras, a flexibilidade do trabalho faz parte do projeto político e econômico da globalização de acumulação de capital a partir da redução do poder da classe trabalhadora. A classe capitalista foi capaz de perceber que, uma das formas de fragmentar o movimento



operário e sindical presentes nos países fortemente industrializados, seria também realizar um movimento de deslocamento, redirecionando os fluxos de capital. Assim, a Europa e os Estados Unidos viram, a partir de 1980, um projeto de desindustrialização, realocando as fábricas na América Latina e na Ásia.

O que fica claro é que a redução dos custos para a produção de uma mercadoria, que não tem os gastos diminuídos na sua confecção, somente pode resultar na diminuição do salário da classe trabalhadora. E é por isso que a flexibilidade está intimamente associada com a precariedade: além de um ser uma fonte de ansiedade, medos e angústias, também significa uma redução dos direitos duramente conquistados, realizando um movimento de invasão da condição de trabalho na condição de vida (GALLINO, 2010).

A precariedade está, portanto, intimamente ligada com a segurança, não só material, mas também imaterial. As questões da proteção física e da garantia de renda e previdenciária vêm acompanhadas da necessidade de representação de interesses e da possibilidade de estabelecer objetivos de longo prazo. O trabalho flexível não garante nenhuma dessas seguranças. Pelo contrário, exponencia a precariedade a partir da moderação salarial. Sob o véu do culto da produtividade, da competição e da valorização, é possível aumentar o lucro das empresas diminuindo a qualidade de vida e de trabalho do proletariado, que, ao endividar-se, aceita trabalhos cada vez mais precários (GALLINO, 2010, 2012).

É interessante notar como a ideologia neoliberal é capaz de retirar dos indivíduos todo e qualquer direito e, ao mesmo tempo, mostrar-se como solução: para a grande parcela da população, é o mercado o centro de referência maior. A ideia de que o mercado exerce qualquer função melhor do que o serviço público não diz respeito somente ao combate do desemprego, mas também às respostas sobre os princípios e os valores de uma sociedade, e sobre as questões ontológicas de um indivíduo. Dessa forma, o *finanzcapitalismo* adentra “novos campos da vida social, da existência humana e da natureza” (GALLINO, 2012, p. 48), buscando novas fontes de extração de valor. O fato é que o trabalho flexível altera todas as esferas da vida, todas as pessoas, Estados, e suas instituições, moldando os agentes de acordo com a figura do ser humano “construído e governado como pedaço de capital humano” (BROWN, 2015, p. 10).

Além disso, os contratos precários dificultam o acúmulo de experiência



profissional, muito menos a construção de uma “identidade laborativa”, alicerces da identidade pessoal e social (GALLINO, 2010, p. 79). Alves (2011) mostra que a flexibilização das relações de trabalho, acompanhada do desmonte dos coletivos de trabalho, provoca a dessubjetivação de classe, característica que leva à dissolução da memória pública da luta de classes. As sucessivas derrotas das lutas sindicais frente às políticas neoliberais significaram, de modo semelhante, a desvalorização da prática política coletivista e predomínio do individualismo como guia da vida social. A ausência dessa identidade, em conjunto à hipercompetitividade e ao hiperindividualismo exacerbados pela ideologia neoliberal, dificulta a percepção dos interesses comuns e a organização do “proletariado global” (GALLINO, 2012, p. 83), o que reduz a capacidade de influenciar e controlar as decisões tomadas pelas grandes corporações multinacionais. Desse modo, o *finanzcapitalismo* aprimora uma das estratégias mais relevantes da luta de classes: impossibilita que o trabalhador projete, idealize e planeje o futuro.

Assim, na mesma medida em que o trabalho flexível resulta em um “esvaziamento quase total do senso do trabalho” (GALLINO, 2012, p. 174), ele provoca um esgotamento do sentido da própria vida: o capitalismo, ao transformar o trabalho em mercadoria, desumaniza o ser humano. Ao reduzir os indivíduos à miséria e oferecer um trabalho cada vez mais precário, o capital se expõe enquanto uma relação social entre burguesia e proletariado, isto é, enquanto luta de classe. Isto posto, Gallino (2012, p. 195) evidencia a necessidade do retorno à dialética entre as classes sociais que expressem no debate público “interesses, visões de mundo, projetos para o futuro fundamentalmente diferentes” daquele naturalizado pela ideologia dominante. O resgate da dialética, portanto, significa compreender que há alternativa à economia política e ao projeto econômico e político da globalização.

Conclusão

A megamáquina apresentada por Luciano Gallino, bem como suas raízes históricas e sustentáculos políticos, permite-nos compreender o funcionamento do capitalismo financeiro e identificar contrastes com a sua forma industrial. Se, no passado, os Estados-nações tinham como característica a cunhagem da moeda e, em relação ao dinheiro, a emissão como forma equivalente universal da mercadoria a partir da produção do capital



fábrica, no *finanzcapitalismo*, a extração de valor ultrapassa as fábricas e os vapores, e se dissolve nos juros de crédito, no encarecimento da vida e na estagnação dos salários.

A contribuição de Gallino para a sociologia em tempos de precarização e flexibilização do trabalho apresenta uma nova reorganização internacional das classes e do poder, a qual vem sendo construída em todos os âmbitos da vida por meio da cultura, da política e da economia. A era do capitalismo financeirizado foi capaz de produzir um novo processo civilizatório, em que as sólidas geometrias políticas da modernidade, tais como família, Estado, classe e partido paulatinamente perderam o prestígio e relevância. A brevidade e fluidez tornam-se linha oficial das relações na medida que universalizam o modo de produção capitalista.

A extração de valor faz com que essa megamáquina nos pareça indestrutível, com o poder de tudo controlar e esvaziar na medida do necessário para avançar e expandir o lucro. No entanto, Gallino afirma que a megamáquina do capitalismo financeiro se mostrará insustentável no passo em que as “massas de seres humanos” compreenderem os limitantes e as contradições da máquina que os opera e domina. Se trata, portanto, de “entender a que ponto a crise em essência da civilização-mundo, de que tal caráter é intimamente parte, terá que avançar até forçá-lo a reconhecer a própria insustentabilidade”, para que “quando tal reconhecimento ocorrer em larga escala, a megamáquina do capitalismo financeiro se encontrará rapidamente privada dos servos-unidade humanos indispensáveis ao seu funcionamento”, assevera Gallino (2011, p. 320).

Caso esse reconhecimento não ocorra, Gallino provoca, em seu *Diário póstumo de um Flexível*, que nos aproximaremos cada vez mais do “homem flexível”. Com a vida cada vez mais precária e pretérita, passível de ações sociais lesivas aos outros ou autolesivas, a megamáquina, dantes celebrada, pode dar cabo daquele que lhe é subordinado.

Referências

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, jun. 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=427&sid=48>. Acesso em: 8 nov. 2023.



ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, n. 8, 2011. Disponível em: <http://www.criticadocapital.org/x8/retoito.htm>. Acesso em: 8 nov. 2023.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GALLINO, Luciano. **La lotta di classe dopo la lotta di classe**. [Entrevista a] BORGNA, Paola. Roma-Bari: Editori Laterza, 2012.

GALLINO, Luciano. **Finanzcapitalismo: la civiltà del denaro in crisi**. Torino: Einaudi, 2011. *E-book*.

GALLINO, Luciano. **Il lavoro non è una merce: contro la flessibilità**. Roma-Bari: Editori Laterza, 2010.

GALLINO, Luciano. Diário póstumo de um flexível. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/2192/1800>. Acesso em: 8 nov. 2023.

GALLINO, Luciano *et al.* **Gramsci y las ciencias sociales**. México: Ediciones pasado y presente, 1985.

GALVÊAS, Ernane. Síntese da conjuntura. **Site da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo**. Rio de Janeiro, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/380Uzec>. Acesso em 13 fev. 2021. Boletim quinzenal.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa: ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MARX, Karl. Carta a Pável V. Annenkov. **Site Arquivos Marxistas na Internet**. 2007. Escrito em 28 de dezembro de 1846. Disponível em: <https://bit.ly/3qbBJaa>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDk/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

SILVA, Maria Lucia Lopes. Contrarreforma da previdência social sob o comando do capital financeiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/fLK4MYFSknq8TVPBYkmswQf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Recebido em: 17/07/2023.

Aceito em: 06/11/2023.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n31.67352.p161-178>

JEAN DE LÉRY ÀS AVESSAS: antropofagia tupinambá e a produção de conhecimento contra-colonial***JEAN DE LÉRY INSIDE OUT: Tupinambá anthropophagy and the production of contra-colonial knowledge***

Rubens Arley de Almeida Junior *

Luís Antônio Francisco de Souza **

Resumo

O seguinte artigo busca, a partir da obra *Viagem à terra do Brasil* de Jean de Léry, realizar uma leitura crítica do campo científico em vias de consolidação no século XVI, entendendo que sua pedra angular se localiza nas relações coloniais. Dessa forma, procurou-se analisar a obra de Léry em duas vias: a primeira, criticando a descrição objetificante enquanto produção de conhecimento colonial; e a segunda, realizando uma leitura a contrapelo, esquivando-se da representação moderna e colonial dos/as tupinambás e evidenciando-os como sujeitos/as de produção de conhecimento contra-colonial, tendo como cerne desse processo a antropofagia. Por fim, explorou-se a retomada dessa forma antropofágica de produção de conhecimento tendo como exemplo o trabalho feito por Glicéria Tupinambá. Como resultado, entende-se que o pensamento antropofágico pode carregar em si a capacidade de desestabilizar e subverter o próprio pensamento científico e seus inerentes fundamentos coloniais.

Palavras-chave: sociologia do conhecimento; antropofagia tupinambá; literatura de viagem; contra-colonialidade.

Abstract

This paper aims to analyze the text “History of a Voyage to the Land of Brazil” written by Jean de Léry then read critically the 16th century scientific shield as structured by the colonial relations and significations. Thus we tried to analyze the text in two different, but complementary ways: the first criticizing the objectifying description as a mechanism of colonial knowledge production and the second, realizing a reading against the grain, thereby avoiding the modern and colonial representation of the tupinambás, presenting them instead as subjects of contra-colonial knowledge production, by means of the anthropophagy process. Lastly we explored the resumption of this anthropophagic form of knowledge production, taking as an example the work of Glicéria Tupinambá. As a result, we understand that anthropophagic thought could contain within itself the capacity to disrupt scientific thought, and its inbuilt colonial principles.

Keywords: sociology of knowledge; tupinambá anthropophagy; travel literature; contra-coloniality.

* Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-FFC/Marília), Brasil. E-mail: arley.almeida@unesp.br.

** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-FFC/Marília), Brasil. E-mail: luis.af.souza@unesp.br.



Eu posso engolir você
Só pra cuspir depois
Minha fome é matéria que você não alcança

Maria Bethânia

Depois de séculos, apesar do vidro que lhes tira o oxigênio, o vermelho sangue do guará e o azul oceano da araruna segredam algo que excede o museu nacional de Copenhague. [...] Que tese posta à mesa explicaria os mortos, vivos enfim, em resposta ao rapto das almas? O manto quer voar para casa. A morte de seus filhos torna inútil sua permanência. É preciso que ele se perca para acusar os assassinos. [...] Entre aqueles que fiaram o manto, um canto se alonga alheio ao seu sequestro. [...] Haverá diante disso, ossos suficientes para serem atirados contra o vidro? O manto tupinambá é um ninho na escuridão do mundo – respira num oceano de espelhos a sua ira.

Edimilson de Almeida Pereira (2019)

Este ensaio tem início na proposta formulada pela disciplina de Sociologia do Conhecimento ministrada pelo autor. Em um primeiro momento, ao analisar a série documental *Maracá* (2020), produzida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em 2020, no contexto da pandemia de covid-19 e na emergência de vacinação dos povos indígenas, observa-se a permanência da colonização, seja pelo apagamento epistêmico e cultural, seja pelo genocídio continuado que essas populações sofrem.

A partir de seus dois primeiros episódios, questionamos se é possível traçar um diálogo ético com os conhecimentos indígenas, sem perpetuar a lógica de predação e depredação colonial. Ao dialogar com Jota Mombaça, questionamos os limites da produção decolonial e contra-colonial dentro da academia:

“Meus ancestrais todos foram vendidos/Deve ser por isso que meu som vende.” [versos de Baco Exu do Blues]. Deve ser por isso que este texto vende. Ou que, do ponto de vista de certas instituições, explosão de arte e pensamento negros e anticoloniais, que parecem definir hoje os rumos dos sistemas de arte e produção de conhecimento em escala global, seja referida como uma moda, uma tendência de mercado. (MOMBAÇA, 2020, p. 6)

A isso, denominamos improvisadamente de mecanismo-Anchieta, baseando-nos na gramática do jesuíta. Ao produzir conhecimento sobre os nativos, ao procurar conhecer o *Outro*, entender como os povos indígenas no século XVI se comunicavam através do tronco tupi, Anchieta sistematizou o tupi dentro da gramática latina, dentro do conhecido,



fundamentalmente para controlá-lo, catequizá-lo. Ao invés de se lançar em direção ao mundo do *Outro*, Anchieta se mantém distante, em uma observação participante colonial, que coloca o *Outro* dentro do *Eu* transparente, ou seja, aquele cuja entidade pressupõe “uma conexão imediata (transparência) entre fala e verdade” (SILVA, 2022, p. 108).

Questionamo-nos se não é isso que nós, acadêmicos/as ocidentais, e em especial, cientistas sociais, também fazemos. Assim, naquele momento, compreendemos que conhecer é dominar, ou melhor, é consolidar estados de dominação. É determinar um estado quase-fixo e estático do objeto, do real, por mais que se afirme em dialética conhecermos a lógica não-dominativa, a dos povos indígenas, por exemplo, precisamos dominá-la, determiná-la, estabelecer contornos a partir das lógicas estruturadas pela modernidade e pela colonialidade. Entendendo que é possível conhecer sem o viés da dominação, na medida em que isso já aconteceu historicamente, é realizado por outros povos e outras culturas, como subverter nossas ferramentas de pensamento e lançarmos em direção ao *Maracá*, sem buscar tomá-lo para si?

Neste momento, procuramos, então, desenvolver um pouco essas ideias iniciais, analisando a obra *Viagem à terra do Brasil* de Jean Léry (1961). Propusemo-nos, então, a pensar rotas de fuga do mecanismo-Anchieta — embora tenhamos plena consciência da impossibilidade de o fazer em um mero exercício intelectual e pontual, tendo como cerne de análise, a retomada dos saberes ancestrais tupinambás e a antropofagia como produção de conhecimento.

Antropofagia, neste contexto, é subverter a modernidade a partir da própria modernidade. Embora concordemos com Audre Lorde (2019), de que as ferramentas do senhor jamais derrubarão a casa-grande, Denise da Silva (2019) entende que a modernidade fornece instrumentos e falhas para ser subvertida por si mesma, dando, assim, matéria-prima para a construção de novos instrumentos contra-coloniais.

Dessa forma, mesmo convivendo com a possibilidade intrínseca de cair nas armadilhas do colonial e do mecanismo-Anchieta, propusemo-nos a tentar pensar o conhecimento colonial e contra-colonial na perspectiva da sociologia do conhecimento. Ao entender que ela deve estar “interessada nas condições que ocasionam as crenças ou os estados do conhecimento” (BLOOR, 2009, p. 21), propomo-nos a pensar quais são os processos que atravessam e situam a criação, a manutenção e a destruição de



conhecimento, de maneira a traçar uma hipótese a respeito da produção de conhecimento tupinambá.

Nesse sentido, metodologicamente, este ensaio busca se aproximar da própria antropofagia enquanto mecanismo de subversão da modernidade e da colonização epistêmica. Ao compreender a não-linearidade do tempo, e a sua dimensão de retorno, de espiral, buscamos costurar dois momentos históricos distintos: a produção científico-colonial de Jean de Léry e a retomada contra-colonial de Glicéria Tupinambá.

Aqui adotamos, então, essa noção de temporalidade em espiral, o que permitiu nos aproximarmos dos *estudos negros* e das teorias raciais críticas, na medida em que elas também contribuem para pensar uma produção de conhecimento contra-colonial e constituem um importante instrumental teórico dos autores do texto. Ao mobilizar as ferramentas construídas pelos *estudos negros*, é possível apontar para a violência colonial na fundação do campo científico, que afetou tanto as populações indígenas quanto as populações africanas, quase simultaneamente. A produção dos corpos racializados — indígenas ou negros —, ou a epidermização derivada do encontro colonial (FANON, 2020), constituiu-se por meio também dessa ciência em emergência. Assim, devido às semelhanças desse mecanismo, podemos mobilizar metodologicamente esse arsenal dos *estudos negros*, que também têm adotado uma perspectiva não-linear de tempo (MARTINS, 2021; SHARPE, 2023), para analisar a produção de conhecimento contra-colonial tupinambá, na medida em que, nas palavras de Glicéria Tupinambá,

[...] nós vamos estudar, vamos lá, seguir os passos, analisar e voltar para casa cheios de conhecimento, sabedoria ancestral, respostas que a gente busca além do tempo. Encontrar o nosso mundo do passado, do presente e construir algo futuro muito mais forte e poderoso. É isso que Tupinambá, que a gente pensa ao longo do tempo. O tempo dos encantados não é o nosso tempo! Os que nós vivemos hoje, os encantados já passaram, já viveram, já sabem. Eles veem apenas como memória, um sonho, um flash, um déjà vu, e a gente sente, mas já passou. (TUPINAMBÁ, 2021a, p. 14)

Ao se voltar para a sociedade tupinambá, percebe-se que ela era marcada por uma profunda relação entre a vingança de seus mortos, devorados por grupos inimigos, e a memória de seus próprios mortos. A vingança, então, como elemento fundamental da prática antropofágica, era uma *mnemotécnica*, mobilizada para a construção do futuro da sociedade. (CUNHA; CASTRO, 2018). Dessa forma, se vingar e devorar o outro era uma



forma de construir um elo entre o passado e o futuro, uma espiral do tempo entre os “vivos pretéritos e os mortos futuros” (CUNHA; CASTRO, 2018, p. 70). O inimigo se tornava uma espécie de guardião da memória, uma vez que é a partir da vingança contra o rival que se fazia o movimento pretérito-futuro.

Entendendo que a obra de Léry é também uma espécie de guardião da memória colonial e elemento dos arquivos da colonização (HARTMAN, 2020), podemos enfrentá-lo como um inimigo histórico, símbolo e produtor de epistemicídio. A própria antropofagia permite esse enfrentamento, na medida em que vingar contra o documento colonial, ou seja, realizar essa leitura subversiva que elucide as agências contra-coloniais, é uma forma de constituir o elo entre passado e futuro tupinambá, entre os tupinambás representados pelo texto de Léry e os tupinambás em retomada no presente. Nesse sentido, talvez podemos afirmar que a antropofagia possa se configurar como uma metodologia subalterna e indisciplinada (MOMBAÇA, 2016), que fuja do cânone e dos métodos e das técnicas convencionais da academia.

Entre as armas e os saberes, a emergência do campo científico

Viagem à terra do Brasil foi publicada somente em 1577 por Jean Léry, quase uma década após seu retorno, em 1558, da viagem que fez ao Brasil, cuja duração foi de três anos. Inicialmente, a obra não haveria de ser publicada. Entretanto, o autor afirma que após a publicação de um livro de André Thévet, o qual supostamente mentia a respeito da vida no Brasil e dos propósitos da viagem de Léry, acabou sendo impulsionado a adentrar ao mundo científico, reivindicando seu local de agente dentro desse campo, como forma de disputar o campo religioso entre protestantismo e catolicismo.

Léry, então um estudante de teologia, acatou a oportunidade oferecida por Calvino de prestar um serviço ao protestantismo. À época, Villegagnon, fundador da França Antártica no Brasil, enviou uma carta a Calvino pedindo ajuda para construir essa colônia que fosse fundamentada na liberdade religiosa, servindo de asilo aos fugitivos das guerras religiosas que ocorriam naquele momento na Europa. Importante aspecto dessa história é que tanto Villegagnon quanto Thévet eram católicos, o que impulsionou a publicação de Léry, calvinista, a fim de desmentir o que acontecia nos trópicos.



Este ensaio procura entender a obra não somente enquanto enciclopédia, ou seja, em diálogo com uma multiplicidade de obras e conhecimentos de sua época, mas também enquanto máquina do tempo. Isso porque entendemos que o corpo indígena pode ser entendido como uma máquina temporal, tal qual o corpo negro para Jota Mombaça (2020). Assim, a máquina do tempo está em disputa de significações e, sobretudo, de sujeitos. O modo como lemos essa máquina pode reproduzir a colonização ou reavivar epistemologias outras, saberes outros. São essas duas leituras que pretendemos abordar.

Para isso, o primeiro passo é analisar a obra de Léry dentro do contexto de emergência do campo científico no século XVI, em plena Revolução Copernicana.

Apesar de compreendermos que os interesses internos ao campo são atravessados pelos interesses externos (BOURDIEU, 1983), o livro de Léry permite ser lido enquanto um momento de entrave entre o campo científico emergente e o campo religioso. O livro publicado em 1558 se encontra em meio ao contexto histórico da Revolução Copernicana, a qual, segundo Bourdieu, “implica a reivindicação expressa de autonomia por um campo científico ainda ‘imerso’ no campo religioso e no campo da filosofia e, por seu intermédio, no campo da política” (BOURDIEU, 1983, p. 142).

Nesse sentido, as disputas religiosas presentes na obra de Léry, como os ataques e tentativas de deslegitimação de seu adversário católico, Thévet, possuem fundamentalmente dois sentidos. O primeiro é a própria emergência do campo científico dentro das guerras entre católicos e protestantes. O segundo expressa como o campo já estava se estruturando enquanto disputa pela legitimidade e pela autoridade científicas, em suma, pelo capital científico que estava em vias de consolidação.

E se alguém alegar ter eu ao refutar aqui ao sr. Thévet cometido iguais erros e se me condenarem por usar da primeira pessoa ao descrever os costumes dos selvagens, responderei que se trata de coisas científicas, de experiências, de coisas que talvez ninguém tenha ainda tratado, não com referência não só à América em geral, mas ainda ao lugar em que residi durante quase um ano, sob o trópico de Capricórnio entre os selvagens Tupinambás. (LÉRY, 1961, p. 48)

Dessa forma, pode-se entender que Léry se coloca enquanto agente em luta dentro desse campo científico em emergência, disputando inclusive a própria metodologia, propondo algo que hoje poderia ser entendido enquanto um fazer próximo ao etnográfico. A busca por legitimar a metodologia empregada é uma disputa por autoridade científica, a



qual, naquele período, acaba por se confundir com os interesses políticos e religiosos. Interessante que esse trecho também permite ser lido enquanto evocação da ciência como um certo efeito de verdade. Léry, assim, destoa da produção científica de sua época, de modo que reivindicou não o campo científico em si, mas a ciência enquanto ferramenta de disputa contra uma visão católica e ainda medieval de mundo, uma vez que a ciência seria esse mecanismo de equivalência de veracidade. Ou empregando Bourdieu (1983), Léry procura lançar mão de certas estratégias de subversão — que são palco de polêmicas até hoje —, desestabilizando uma ordem científica ainda iminente.

Também é possível denotar, nesta primeira expressão do campo científico, a constituição de seu objeto de estudo: os nativos, a natureza da América — em suma, o Novo Mundo em si. A partir de Bourdieu, entende-se que esse processo é resultado do próprio campo, na medida em que ele designa os seus problemas e seus métodos.

Ou seja, não se pode compreender a emergência do campo científico ignorando as disputas internas e as condições externas, que se caracterizam pelas guerras religiosas e pela colonização. Assim, o campo científico produz seus objetos e seus métodos necessariamente a partir da colonização enquanto interesse político e científico, uma vez que os conflitos sociais e intelectuais não se distinguem radicalmente.

Dessa forma, Bourdieu permite compreender como o campo científico é constituído por relações de poder internas, mas também externas ao próprio campo, embora ainda exista uma certa autonomia relativa. Consequentemente, os conflitos epistemológicos intrínsecos ao campo científico são inseparáveis dos conflitos políticos, e, fundamentalmente, da própria colonização. Para compreender melhor essa relação entre campo científico e colonização, faz-se necessário evocar as contribuições de Michel Foucault (2013) que permitem problematizar as disputas da ciência enquanto formas de saber-poder, enquanto formas de produção de regime de verdade.

Nesse sentido, talvez seja possível apontar para o campo científico enquanto decorrência da forma de saber-poder do inquérito (FOUCAULT, 2013), na medida em que o inquérito se constituiu tanto como técnica de governo e de administração quanto forma de produção de conhecimento. A ciência emergente do século XVI se baseava em testemunhos dos viajantes para constituir esse suposto campo. No entanto, as próprias testemunhas se viam fazendo ciência, o que talvez podemos considerar como um certo

testemunho inquisitivo, que procurava fazer inquéritos da vida nativa — uma densa descrição e análise — que serviam de testemunho para os inquéritos científicos europeus. Ou seja, o viajante está em um lugar duplo.

O inquérito, por ser um saber-poder, claramente está imerso em relações de força. Neste momento, fazemos um diálogo com Denise da Silva (2022) e suas evocações de Derrida. Denise da Silva, na busca por compreender como a ciência atuou perante a racialidade e a modernidade, procura analisar o poder/conhecimento. Entretanto, a autora critica um certo limite de Foucault, uma vez que o autor identifica que a modernidade é calcada na analítica da finitude, ou seja, no

[...] envelopamento das coisas do mundo pela temporalidade, que institui o homem como sujeito soberano e o objeto privilegiado de conhecimento [...] [e que] o pensamento (reflexão) retorna e reduz tudo aquilo que toca à temporalidade do sujeito do conhecimento (interior) autodeterminado. (SILVA, 2022, p. 103)

Mas Foucault não consegue superar essa perspectiva da interioridade da produção do conhecimento. Ou seja, não desloca essa produção para a exterioridade, entendendo que a ciência, na verdade, não é fruto de uma razão interior produtora de conhecimento, mas que ela aborda o humano e as configurações sociais como fenômenos como seres estendidos e empíricos, exteriores, espaciais. Dessa forma, Denise se desloca para Derrida a fim de colocar as relações de poder/conhecimento na exterioridade, uma vez que

Ao propor que a espacialidade (a escritura, a *différance*) é o local fundamental da significação e subjetificação, Derrida adiciona ao arsenal crítico uma ferramenta que rejeita este referente absoluto, isto é, o Eu transcendental, que precede e institui a significação. Deste modo, ele reescreve o Eu transparente (interior/temporal) como efeito da diferenciação ou relacionalidade, do regime simbólico no qual “ser e significado” surgem sempre-já na exterioridade e na violência, advindo do apagamento de outros seres e significados (im)possíveis que o traço tenta em vão significar. (SILVA, 2022, p. 108).

É nesse diálogo que propomos que o saber-poder do inquérito é, sobretudo, uma relação entre esses *seres e significados*. Logicamente, essa relação de força se caracteriza enquanto uma disputa de significações. Disputa que, na colônia, necessariamente significa epistemicídio e assassinio, na medida em que as outras formas de seres e significados devem ser exterminadas ou engolfadas pelo colonizador. O que não necessariamente acontece na Europa, mas é uma realidade incontornável no cenário colonial, uma vez que

a colônia habita um perene estado de exceção, no qual o direito soberano de matar é totalmente ilimitado (MBEMBE, 2016). A colônia está sob o regime de morte tanto física quanto epistêmica. Por isso, ao pensarmos em uma leitura contra-colonial, urge “Recriar a partir da colonialidade e fugir do caminho que nos empurra para a morte” (MOMBAÇA; MATTIUZZI, 2019).

Nesse sentido, talvez seja possível distinguir como operavam as regras do campo científico na Europa e na colônia, onde não havia regras para a produção de conhecimento, onde o direito de matar em sua forma mais pura era também o direito de matar para conhecer. O conhecimento colonial-científico se constitui enquanto morte. A busca por legitimidade dentro do campo só acontecia na metrópole, como se vê nas disputas entre Léry e Thévet. Jamais se questionando como esse conhecimento era produzido perante o nativo, perante os tupinambás, mas questionando perante os pares europeus.

A forma científica europeia emerge de um processo interno de desenvolvimento da forma-inquérito desde o século XII até a eclosão do Renascimento. No entanto, somente se consolida enquanto tal a partir dessa relação colonizadora, de extração de conhecimento do corpo do/a indígena e negro/a. Essa lógica de mineração epistêmica se lança enquanto um pilar essencial da modernidade, ou seja, de reafirmação do campo científico sobre os outros seres e significados.

Entretanto, é necessário compreender esse processo não como fatalista, embora trágico, uma vez que é possível olhar para o drama histórico e lê-lo às avessas. Propomos essa possibilidade a partir do diálogo com Denise da Silva. Nenhuma relação de significado e significante é fixa, mesmo que hegemônica. A estabilidade dessa relação é proferida enquanto regime de verdade do *Eu* transparente, aquele cujo enunciado possui relação intrínseca à verdade (SILVA, 2022). Nesse sentido, é necessário criar uma ruptura com esse paradigma, evocando a instabilidade da significação, ou seja, o traço, como denomina Derrida (*apud* SILVA, 2022). O traço permite ler a ciência como uma disputa instável de significações, na qual emerge a periculosidade das outras significações, aquelas feitas pelos outros seres que foram apagados no processo. No entanto, questiona-se qual é a significação que permitiu a consolidação da ciência enquanto a disputa de saberes e poderes.

O estabelecimento da relação de significação deve ser compreendido em dois movimentos: uma disputa interna e outra externa. Na disputa interna, prevalecem as normas



jurídicas europeias, as normas do jogo científico. Ou seja, dentro do campo, as regras que estão emergindo são válidas, legítimas e operam no sentido de ruptura-continuidade, como apontado por Bourdieu (1983).

Já na disputa externa, ou seja, a ciência frente ao/à nativo/a, frente ao/à outro/a não-europeu/eia não segue as regras do jogo. Tudo é válido. O direito soberano de matar — e de conhecer — não possui limites na colônia. A ausência de regra e de relações éticas é a marca da colonização. A regra não vale aos colonizadores, apenas aos colonizados.

A partir dessas duas disputas, ao empregar o arcabouço teórico de Denise da Silva (2022), torna-se compreensível que a relação colonial da ciência, tanto a nível interno quanto externo, estabeleceu-se por meio de uma dinâmica de significação: o europeu como sujeito autodeterminado e o/a nativo/a como coisa afetável. Ou seja, o europeu é dado como *Eu* transparente, aquele cujo enunciado é equivalente à verdade. Enunciado proferido dentro do que Denise Silva (2022) chama de palco da interioridade, no qual a razão é “a força que guia a produção humana de conhecimento e cultura” (SILVA, 2022, p. 63). Isso se reforça pela passagem: “Além da invenção da escrita, os conhecimentos de ciência que aprendemos pelos livros e que eles [nativos] ignoram, devem ser tidos como dons singulares que Deus nos concedeu” (LÉRY, 1961, p. 186).

Enquanto o/a não-branco/a é dado/a como coisa afetável, o *Outro* está sujeito à determinação de forças exteriores. Assim, o/a indígena está no palco da exterioridade, no qual a razão atua como força reguladora. A razão, então, opera de dois modos distintos no campo científico e de maneira indissociável: produtora de conhecimento e reguladora de corpos. O sujeito colonizador se coloca no campo científico como produtor, como inquisidor daquele que deve ser regulado, inquirido. O campo científico, portanto, se revela novamente como saber-poder calcado nas relações coloniais.

Devorando Jean de Léry: um exercício de subversão do documento científico-colonial

Ler o documento às avessas exige encontrar, evidenciar os possíveis outros seres e significados que, mesmo coisificados e apagados, ainda ameaçam a própria significação científica. Ou seja, é necessário colocar sob um outro prisma, (re)pensando aqueles/as



sujeitos/as que foram colocados/as como significantes científicos no processo de significação colonial. Aqueles/as sujeitos/as que na significação foram subalternizados enquanto significante e que foram apagados, minerados, extraídos, exterminados, devem ser, na nossa leitura, os sujeitos de enfoque, os/as sujeitos/as de produção de outras significações im/possíveis, o que implica também a produção de outros conhecimentos im/possíveis.

A partir deste momento, então, serão contrapostas duas leituras de *A viagem à terra do Brasil*: uma leitura crítica, localizada no evidenciar da produção colonial de conhecimento, e que por isso elucide os mecanismos de engolfamento dos/as tupinambás pela ciência europeia, ou uma análise do possível mecanismo-Anchieta. E uma leitura subversiva, ou seja, uma leitura que vá além da crítica ao colonial e mobilize a agência contra-colonial, de maneira que permita transfigurar e deslocar o coisificado em sujeito de produção de conhecimento, ou uma análise da antropofagia. Essas leituras serão contrapostas questionando-se: se o conhecimento é situado (MANNHEIM, 1972; BURKE, 2003), se a ciência é colonialmente situada enquanto forma de violência e engolfamento, é possível (re)situá-la em direção ao contra-colonial? Ainda haveria ciência neste deslocamento?

O retrato quase etnográfico de Léry nos informa um povo agressivo, vingativo, bárbaro, ausentes de Deus, concededores do diabo — “[...] os selvagens encontraram pelo menos a prova da existência do diabo nos seus tormentos ainda neste mundo.” (LÉRY, 1961, p. 188) —, mas passíveis de serem convertidos e humanizados. O olhar científico aferroa os/as nativos/as com o signo da ausência — “Não observam ordem de marcha, nem categoria” (LÉRY, 1961, p. 169). A incapacidade de encontrar a ordem, a organização pautada em outra lógica, é obliterada pelo colonizador através da marca da ausência.

Marca que serviu de fundamento de autorreflexão para os europeus. Léry ao olhar para os/as nativos/as, os enxerga como símbolo da saúde, da juventude, em detrimento às doenças e à debilidade europeia. Embora, em um primeiro momento, essa leitura pareça interessante e fugitiva à desumanização, é necessário entender a lógica que rege as comparações.



Ao analisar as guerras, Léry afirma que “Donde nos parece possível concluir que Maquiavel e seus discípulos, de que a França por infelicidade anda cheia nestes tempos, não passam de imitadores desses bárbaros cruéis” (LÉRY, 1961, p. 166). Problematicando a guerra não a partir de contradições internas à Europa, ou a uma noção hermética de humanidade, mas problematizando-a a partir de uma relação colonial; de uma comparação ao bárbaro, ao não humano. Consequentemente, a autoanálise exercitada pelo colonizador é alicerçada no jogo humano e não humano. Segundo Maldonado,

A referência aos indígenas como sujeitos sem religião os remove da categoria humana. A religião é universal entre os seres humanos. Entretanto, a alegada falta de religiosidade entre os nativos não é tomada inicialmente para indicar a própria falsidade da assertiva, mas, ao contrário, serve para afirmar a existência de sujeitos não completamente humanos no mundo (MALDONADO, 2008a, p. 217 *apud* GROSGOUEL, 2016, p. 36).

Na trilha desse signo de desumanização, é perceptível a comparação a animais: “[...] esses diabólicos Uetacá, invencíveis nessa região, comedores de carne humana, como cães e lobos [...]” (LÉRY, 1961, p. 74); “[...] pois a formosura se mede entre eles pela chateza do nariz (assim ocorre também em França com os cachorrinhos)” (LÉRY, 1961, p. 103).

A representação colonial, então, é caracterizada pela animalização, pela desumanização, mas também pela estaticidade. Um exemplo claro disso se dá pela descrição de um tupinambá feita por Léry:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membro, inteiramente depilado, de cabelos tosquiados como já expliquei, com lábios e faces fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas perfuradas e igualmente adornadas, de corpo pintado, coxas e pernas riscadas de preto com suco de jenipapo, e com colares de fragmentos de conchas pendurados ao pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e flechas e o vereis retratado bem garboso ao vosso lado. Em verdade, para completar o quadro, deveis colocar junto a esses tupinambás uma de suas mulheres, com o filho preso a uma cinta de algodão e abraçando-lhe as ilhargas com as pernas. Ao lado deles ponde ainda um leito de algodão feito com rede de pescaria e suspensa no ar. E acrescentai o fruto chamado ananás [...].

Esse o aspecto comum dos selvagens. Para imaginá-lo sob outro aspecto, tirai-lhe todos esses adornos, untai-o com resina e cobri-lhe todo o corpo, braços e pernas, com pequenas plumas picadas, à maneira de uma crina pintada de vermelho, e verei como fica lindo assim, todo coberto de penugem.

Finalmente sob um novo aspecto ainda podemos dizer que, deixando-o seminu, calçado e vestido com as nossas frisas de cores, com uma das mangas verdes e outra amarela, apenas lhe falta o cetro de palhaço.

Acrescentai-lhe agora na mão o maracá, colocai-lhe na cintura o penacho de plumas denominado araroyé e ao redor das pernas os guizos feitos de frutos e o verei trajado para a cerimônia de dança, do salto, da bebida e da cabriola [...] (LÉRY, 1961, p. 108).

Essa descrição é o delineamento de um quadro estático-colonial, é a manipulação do nativo como objeto. Léry descreve-o como um fenômeno quase natural, manipulando as variáveis e verificando como o nativo age, como se vestiria. Léry coloca as lentes científicas sobre um espécime de tupinambá, caracterizando-o de maneira generalizante, indutiva, despojando-o de subjetividade, de contradições, de singularidades. Em outros momentos, compara os hábitos de outros povos descritos pela literatura de informação quinhentista, como se compara espécimes em um laboratório.

Além disso, Léry coloca a nativa como um acessório, um adereço que pode ser colocado ou removido, como as vestes. Desse modo, confirma-se a análise de Denise da Silva (2019), de que a colonização é essencialmente atravessada pelo econômico e pelo sexual, e que o corpo da nativa e da negra ocupa um local central nesse processo.

Esse quadro também pode ser entendido como uma espécie de imagem de controle, tal qual pensado por Patricia Hill Collins

As part of a generalized ideology of domination, stereotypical images of Black womanhood take on special meaning. Because the authority to define societal values is a major instrument of power, elite groups, in exercising power, manipulate ideas about Black womanhood. [...] Objectification is central to this process of oppositional difference. In binary thinking, one element is objectified as the Other, and is viewed as an object to be manipulated and controlled. (COLLINS, 2000, p. 69-70)

O poder não se exerce sem a produção de verdade. A ciência não se exerce sem violência. As imagens de controle são produzidas e mobilizadas por essa ciência emergente, fazendo parte do *corpus* científico. Essas imagens de controle, obviamente, são direcionadas principalmente às mulheres, cujo corpo é alvo de sugestões sexualizantes. O corpo feminino nativo é traçado como intrinsecamente sexual: “[...] embora as cobríssemos à força, despiam-se às escondidas ao cair da noite e passeavam nuas pela ilha, por mero prazer. E se não fossem obrigadas a chicote, preferiam sofrer o calor do sol [...] a suportar sobre a pele o mais simples objeto” (LÉRY, 1961, p. 110).



Apesar dessa construção da imagem de controle, é possível fazer uma leitura contra-colonial, compreendendo como as mulheres tupinambás estavam resistindo e subvertendo as imposições europeias de comportamento.

Assim, quanto mais detalhada a imagem de controle, maior é o efeito de verdade decorrente desse testemunho. Talvez, corroborando inclusive para a disputa pelo capital científico, pela autoridade científica emergente, como sugerido pelo trecho abaixo:

Limitar-me-ei a refutar o erro daqueles que, como se pode ver de seus mapas universais [referindo-se à cosmografia de Thévet], não somente nos representaram os selvagens do Brasil assando carne humana em espetos como fazemos com a de carneiro e outras, mas ainda no-los pintaram a cortá-la sobre bancas, com grandes cutelos, como entre nós os carniceiros fazem com a carne de vaca (LÉRY, 1961, p. 179).

Esse trecho pode demonstrar que os interesses internos e externos se atravessam no campo, como afirma Bourdieu (1983). O interesse é de produzir imagens de controle, enquanto mecanismos de engolfamento¹, enquanto forma de instituir relação colonial-científica de significação do outro, em suma, como forma de governo. Ao lado do interesse interno de disputa por esse mecanismo de engolfamento, dá-se a disputa pela imagem de controle entre os agentes dentro do campo científico.

Portanto, a categoria de não-humanidade é central na representação moderna e, conseqüentemente, central na significação científica, uma vez que o próprio campo científico emerge do estabelecimento de uma significação colonial que apaga e combate significações outras. O campo científico emerge fundamentado na relação entre o *Eu* transparente e a coisa afetável, disputando por meio de diversos mecanismos, como as imagens de controle ou o que procuramos denominar de mecanismo-Anchieta, que engloba o outro, compreendendo-o dentro das estruturas já conhecidas, sem adotar uma noção de perspectivismo.

Entretanto, como falado, apesar do engolfamento, apesar do epistemicídio, do genocídio, os outros seres e significados subalternizados por essa significação dominante

¹ Aqui dialogamos com Denise da Silva (2022), entendendo que engolfamento é “‘negação parcial’, o ato violento produtivo de nomear, a apropriação simbólica que os produz, inaugurando uma relação exatamente porque, no regime de representação a interioridade governa, a significação científica institui sujeitos insuprassumíveis e irredutíveis” (SILVA, 2022, p. 113).

ainda ameaçam essa relação colonial. Em certos momentos, a obra de Léry traz o embate entre o pensamento mitopoético e o pensamento científico-moderno.

Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? **Não tendes madeira em vossa terra?** [...] e porventura precisais de muito? – Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo pau-brasil [...]. Mas esse homem tão rico de que me fala não morre? – Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas **os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim**, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? – Para seus filhos [...]. Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros maírs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizes quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! **Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.** (LÉRY, 1961, p. 153-4, grifo nosso)

Esse trecho, quase um exercício maiêutico de Sócrates, representa um desses embates, no qual o nativo ao olhar para a lógica do capital, a considera uma razão irracional, talvez adiantando em séculos uma certa crítica marxista ao capital. O estranhamento perante a lógica do capital, desnuda-a evidenciando que a acumulação do capital é ensimesmada, não serve para atender às necessidades da população, mas tão somente intensificar o acúmulo. O pensamento mitopoético, evocando a centralidade da terra, coloca em xeque o pensamento capitalista.

Ailton Krenak (2020) aponta que a organicidade dos povos originários incomoda o capital. A *geo-ontologia*, evocada pelo velho tupinambá, mostra uma forma outra de ser, estar e habitar o mundo. Talvez essa *geo-ontologia* possa se expressar também no escasso registro de Léry das práticas mítico-religiosas dos tupinambás: “Afirmam eles que o nosso corpo é feito do limo e do pó da terra, que constitui a carne da serpente” (LÉRY, 1961, p. 224).

Lévi-Strauss (2005) afirma que existem duas formas de pensamento científico: uma que é próxima à imaginação, à natureza, e outra que é distanciada, operando no nível dos conceitos. Ora, talvez a elaboração desses conceitos distantes da intuição, da fabulação sejam necessariamente distantes da terra, e desses seres e significados outros. Por isso, há a necessidade de repensar o estatuto das próprias categorias utilizadas pelas

ciências sociais. Talvez seja necessário que a antropofagia devore nossos conceitos e categorias.

O manto retorna: Glicéria Tupinambá e a antropofagia como conhecimento contra-colonial

A ciência moderna, como vimos, constitui-se a partir da colonização, como nível de disputa exterior. No entanto, podemos atribuir essa disputa também como uma forma de distanciamento da própria terra, um desligamento da comunhão dos povos com a terra, passando a ser mediados e atravessados pelo capital. Talvez as categorias científicas se localizem nesse movimento de afastamento, conforme indica Ailton Krenak: “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (KRENAK, 2020, p. 49).

Talvez a principal expressão do pensamento mitopoético tupinambá venha a se expressar na obra de Léry na antropofagia. Agnolin (2002), a partir da análise de Florestan Fernandes e dos próprios textos de Thévet e Léry, posiciona a antropofagia como apropriação da morte como condição de humanidade. Em suma, alimentar-se do outro não é meramente apropriar-se das habilidades do outro, mas sobretudo afirmar-se culturalmente enquanto humano. Dessa maneira, “a alteridade não se come ‘crua” (AGNOLIN, 2002, p. 151). A relação com o outro somente se dá a partir de rituais, pela mediação mítica². Se estendermos a concepção de antropofagia para o cozimento, consideramos a preparação dessa troca cultural que não pode se dar crua. Os tupinambás se alimentaram dos franceses.

[...] existem nesse país certas plantas cujas folhas da largura de quase dois dedos, côncavas como a palha do milho grosso, a que chamamos em França trigo mourisco e com as quais os velhos também costumam envolvê-los em lenços ou pedaços de pano que lhes dão os europeus. (LÉRY, 1961, p. 102)

Depois da chegada dos cristãos a esse país, principiaram os selvagens a cortar e retalhar o corpo dos prisioneiros, animais e outras presas com facas e

² Infelizmente, a obra não chega a aprofundar-se nos mitos e nas práticas religiosas dos tupinambás. As poucas descrições procuram encaixá-las na cosmovisão cristã, dualizando Deus e Diabo, o que dificultou a análise.



ferramentas dadas pelos estrangeiros, o que faziam antes com pedras aguçadas como me foi dito por um ancião. (LÉRY, 1961, p. 179)

Os tupinambás se apropriaram, em certo momento, de elementos da cultura europeia, sem cair necessariamente no mecanismo colonial, sem apagar sua cultura. Eles se alimentaram ritualisticamente desses elementos, e os incorporaram às suas práticas, sem por isso colonizá-las. Por meio dessa antropofagia, enquanto alteridade cozida, os tupinambás desestabilizaram a significação colonial, disputando-a com uma forma outra de alteridade que permite se apropriar — sem predar e depredar — elementos de outra cultura, ressignificando-os. Dessa forma,

[...] alimentar-se dessa alteridade não significava a sua destruição literal, mas representava significativamente a sua transformação: quem comia adquiria a substância da alteridade que, por outro lado, ia configurar-se, por sua vez, como o túmulo (cultural) que lhe teria permitido subtrair-se a uma desonrosa morte na natureza. (AGNOLIN, 2002, p. 154)

Nesse sentido, pode-se compreender que o ritual se constitui como uma forma de se apropriar e transformar d/o mundo. O ritual pode ser visto como uma prática social de produção de conhecimento, regido pela lógica mitopoética. Ou seja, a antropofagia não era uma forma de se alimentar, era um processo ritualístico permeado por significações e pela produção de conhecimento:

Mas não comem a carne, como poderíamos pensar, por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal intuito é causar temor aos vivos. Move-os a vingança [...]. Para isso, satisfazer o seu sentimento de ódio, devoram tudo do prisioneiro, desde os dedos dos pés até o nariz e a cabeça, com exceção porém dos miolos, em que não tocam. (LÉRY, 1961, p. 180)

Aos olhos da significação científica, o ato de comer seria apenas o de satisfazer a fome, as necessidades fisiológicas. A antropofagia, entretanto, revela-nos que o ato de comer jamais é apenas a satisfação fisiológica, mas sobretudo a satisfação da fome de sentido, de significado.

Logo, o ritual pode ser entendido como uma prática de classificação, de organização do caos do mundo, a partir de uma lógica epistêmica próxima da imaginação e da percepção. Consequentemente, o pensamento selvagem, ou mitopoético, opera de maneira que o signo possa ser ampliado — em vez de restringido como na ciência —,



desestabilizando-o, retirando seu *status* de conceito. A mitopoética nativa questiona o signo científico como transparente, evoca a instabilidade do traço como arma de disputa da significação.

Uma vez compreendida a antropofagia como alteridade cozida, enquanto produção de conhecimento, passo para análise da vingança dentro da antropofagia e o que ela pode revelar e desestabilizar.

As interpretações recorrentes a esse tema, tendo enfoque ao próprio Florestan Fernandes (1970), é de que a vingança operaria como forma de dar continuidade à própria sociedade tupinambá, na medida em que, ao comer seus inimigos, a guerra continuaria e a existência dos tupinambás se justificaria. Entretanto, Manuela da Cunha e Viveiros de Castro (2018) dão outra interpretação mais interessante para nosso caso, compreendendo que a vingança produz a sociedade e não que a sociedade tupinambá encontrou a vingança como forma de se manter coesa:

[...] não se trata para os Tupinambás de negar ou transcender a morte para recolocar uma continuidade vivos-mortos que garantisse a permanência da sociedade: a vingança não é uma re-ligação dos vivos com seus mortos ou uma recuperação de substância. Não se trata de haver vingança porque as pessoas morrem e precisam ser resgatadas do fluxo destruidor do tempo; trata-se de morrer para haver vingança, e assim haver futuro. Forma de pôr a morte a serviço da vida, não combate contra a morte. A vingança é uma mnemotécnica, mas é mobilizada para a produção de um futuro. A vingança é a herança deixada pelos antepassados e, por isso, abandonar a vingança é romper com o passado; mas é, também e sobretudo, não ter mais futuro [...] (CUNHA; CASTRO, 2018, p. 70).

Nesse sentido, a vingança opera como um elo entre o passado e o futuro, é a interseção, a confluência e a mistura entre tempo e memória. A antropofagia é alimentar-se de seus antepassados — na medida em que eles foram engolidos pela etnia rival — para dar continuidade à própria vida em direção ao futuro. É lançar-se ao passado para produzir o futuro. O futuro é ancestral, como disse Ailton Krenak (2020). A antropofagia como forma de produção de conhecimento é, portanto, uma produção-máquina-do-tempo, capaz de movimentar-se para o futuro a partir do pretérito.

Essa lógica antropofágica é análoga à proposta de Denise da Silva (2019) ao pensar a Poética Negra Feminista como guia da descolonização, do des-fazer e do des-pensar o Mundo. Denise reivindica a imagem de Benjamin: a imagem é a constelação daquilo que foi e daquilo que é; é a dialética em suspensão, uma dialética não temporal,



mas figural. Imagear a história é contemplar o que aconteceu, o que acontece e o que está por acontecer. Espiral-Exu. Somente assim seria possível emancipar-se do pensamento ordenado, do pensamento colonial calcado no *Eu* transparente.

Talvez assim, seja possível compreender e expandir o signo da antropofagia como um projeto de des-fazer e de des-pensar o mundo colonial a partir do imagear e do devorar da história. Por isso, a necessidade de revisitar o documento colonial, como a obra de Léry, para contemplar a agência contra-colonial dos tupinambás “vivos pretéritos” (CUNHA; CASTRO, 2018, p. 70) do século XVI, conectando-os com a contemporaneidade. Esse entendimento da antropofagia diverge do entendimento modernista, na medida em que não busca criar um mito de origem para a sociedade e para a cultura brasileira, criando um amálgama da identidade nacional (PERA, 2022).

A antropofagia, como apontamos, foge do projeto de Nação, na medida em que este produz sujeitos modernos supostamente autodeterminados, transparentes, na esteira das políticas coloniais do pós-iluminismo (SILVA, 2022). O modernismo instrumentaliza uma representação das etnias indígenas e negras para a elaboração de uma “fantasia nativista” (PERA, 2022, p. 481) que ruma a uma ode à harmonia racial. A antropofagia que apontamos é uma contra-violência, é a inauguração de mundos outros que rompam com o colonial, é uma forma de vingança ancestral.

A vingança, portanto, era o nexos da sociedade tupinambá, que não conseguia vislumbrar seu futuro diante da colonização. As imposições e coerções epistemológicas dos europeus já deixavam claro o futuro tupinambá, e eles/as tinham clareza do que estava acontecendo: a ruína de seu mundo. Os franceses passaram a comprar os/as prisioneiros/as dos tupinambás para escravizá-los/as, o que impedia a concretização da vingança e logo rompia o *continuum* de existência onto-epistemológica tupinambá: “Não sei o que vai acontecer no futuro, depois que pai Colá [possível referência a Villegagnon] chegou aqui já não comemos nem a metade de nossos prisioneiros” (LÉRY, 1961, p. 173). Crônica de uma morte anunciada.

Dessa forma, compreendemos que talvez a antropofagia possa ser expressa em dois sentidos mútuos, não-excludentes, complementares: 1) enquanto alteridade cozida, ou seja, apropriar-se e transformar-se a partir do outro, desestabilizando uma certa relação de significação estabelecida; 2) enquanto *continuum* passado-presente-futuro através da

vingança. Podemos, talvez, delinear a antropofagia então como sistema mitopoético-concreto que evoca outros seres e significados para a produção de conhecimento, utilizando de mecanismos da alteridade ritualizada/cozida e da vingança também como uma forma de epistemologia, de critério justificativo para a própria produção e significação do mundo.

Embora historicamente localizada, essa forma mitopoética antropofágica começa a se reavivar nos últimos anos. Tomamos como exemplo disso os esforços de Glicéria Tupinambá, que a partir de esforços coletivos da aldeia Serra do Padeiro, em Olivença, na Bahia, procurou resgatar a técnica, a forma de produção do manto ou assojaba tupinambá, utilizado nas cerimônias de antropofagia. Manto este adormecido no imaginário dos/as próprios/as tupinambás — que por sua vez, foram considerados extintos nos séculos XVIII e XIX, tendo sua existência somente reconhecida em 2001 pela FUNAI —, mas que acorda no ano 2000 na Mostra do Redescobrimento, quando o manto tupinambá roubado e aprisionado³ desde o século XVII no *Nationalmuseet* de Copenhagen, Dinamarca, vem para o Brasil pela primeira vez.

Então começa um duplo movimento: a luta pela retomada do manto tupinambá em Copenhagen, atrelado à luta pela demarcação do território tupinambá e a retomada das técnicas de produção do próprio manto. Glicéria embarca nessa jornada de retomada, dialogando com parentes mais velhos da aldeia, dialogando com a universidade e, sobretudo, com os *encantados*, com seus ancestrais. Ressalta-se o importante papel da universidade em ajudar nessa retomada, apresentando fotografias, desenhos históricos, demonstrando que há a possibilidade de a ciência dialogar com esses saberes ancestrais de forma ética. Questão que levantamos no início do texto. A universidade, neste diálogo, procurou apoiar o movimento contrário à predação e depredação da emergência científica do século XVI. E nesse movimento, foi engolida, transformada, na retomada da antropofagia como produção de conhecimento.

A história da retomada, então, começa no ano 2000, quando Dona Nivalda, ou Amotara, da aldeia Serra do Padeiro, vê o manto em São Paulo na Mostra do

³ Este é apenas um dos onze mantos tupinambás espalhados por toda Europa, que chegaram entre meados do século XVI e o final do século XVII. Ressalta-se que inclusive indivíduos/as tupinambás foram sequestrados e levados para a Europa, especificamente para a França, como forma de exotismo e de demonstração de poder do rei.

Redescobrimto. Ao voltar para a aldeia e contar a existência do manto, a comunidade se mobiliza pelo seu retorno, envolvendo inclusive outras comunidades tupinambás, contando com a ajuda do cacique Babau. É feito um abaixo-assinado pelo retorno do manto. Em 2006, a reivindicação começa a adquirir um aspecto para além do objeto físico enclausurado na Europa, mas também o resgate do conhecimento ancestral. Glicéria conta que,

Eu tinha esse sentimento e decidi fazer um presente para os Encantados, meu primeiro desejo foi de um presente para Ele, o Encantado Tupinambá. Pensei em fazer um novo manto. Mas não tinha informações, não tinha nada. [...] conseguimos que ele ficasse pronto para apresentar ao Encantado [...] Fiz, então, esse pedido para Tupinambá: que conseguíssemos recuperar nossa cultura, nossos fazeres, recuperar nossos trajés e tudo. E ele respondeu: “Tudo tem seu tempo”. [...] E os Encantados me deixaram com o compromisso de realizar mais três mantos. (TUPINAMBÁ, 2021b, p. 31)

Mas foi somente em 2018 que a artista conseguiu avançar na confecção dos três mantos pedidos pelos Encantados. Ao visitar o Museu do *Quai Branly*, em Paris, Glicéria tem contato pela primeira vez com um manto ancestral.

Poder ter acesso ao manto foi fundamental para que ele pudesse começar a falar comigo. O manto conseguiu se abrir para mim e eu consegui fazer minhas observações e ter algumas percepções para que pudesse confeccionar outro manto. Foi importante trazer vida para o manto e mostrar que não era aquela coisa obsoleta, guardada em um canto, só para ser observado e ir se deteriorando com o tempo. Os mantos têm uma vida e um propósito dentro do seu povo. Este é o retorno do manto. (TUPINAMBÁ, 2020)

No processo de falar com o manto, construiu o que denominou de cosmotécnica, afirmando que é guiada pelo próprio manto através dos sonhos. É o manto que fornece os rastros e as trilhas a serem seguidas para ser construído. É a retomada ancestral da produção de conhecimento mitopoético que abre a mata e mostra a direção para o passado-futuro. Glicéria, em um depoimento sobre a exposição *Kwã yepi turusú assojaba tupinambá/Esta é a grande volta do manto tupinambá*, afirma ser apenas as mãos desse processo de (re)possibilidade do manto voltar a existir, pois

O manto é ele que me guia, eu não domino a vontade do manto, ele me conduz através de sonhos. [...] O manto voltou com mais força, com vontade de existir, de passar a existir. Aí eu fui, cataloguei junto às mulheres da comunidade que tinha o ponto do manto, e aí a gente conseguiu através dos sonhos também, os pássaros se comunicaram comigo, deixaram as penas pra gente, os meninos conseguiam. A abelha que os mais velhos passaram a explicar como era o

processo de captura, da retirada, da coleta do mel. Então a utilização da cera pra poder utilizar o cordão. Então houve uma troca de saberes. (FUNARTE, 2021, min. 7)

Portanto, sendo as mãos desse processo guiado pelo manto e pelos *encantados*, Glicéria retomou técnicas de costura com linha de tucum, técnicas de entrelaçamento das penas das aves na malha do manto por meio de cera de abelha jataí. Assim, a retomada dessa antropofagia, enquanto alteridade cozida, enquanto vingança histórica tupinambá — ou seja um *continuum* pretérito-futuro — se dá a partir dessa ação coletiva de resgate do manto. Após mais de duas décadas de luta, em 2023, uma ação institucional de parceria entre o Museu Nacional e o *Nationalmuseum* faz com que o manto enclausurado em Copenhague possa voltar para o Brasil, também como forma de recuperar o acervo do Museu Nacional, vítima do incêndio em 2018. Desse modo, o resgate do manto se dá em duas vias: 1) a devolução de uma peça histórica e ancestral; 2) a recuperação dos saberes e das técnicas em torno da produção do manto tupinambá.

Esse segundo processo culminou na exposição *Kwã yepi turusú assojaba tupinambá/ Essa é a grande volta do manto tupinambá*, ocorrida em Brasília, no ano de 2021, também como forma de protesto contra o PL 490, do Marco Temporal.⁴ Assim, a exposição é

uma afirmação, através do manto, da memória coletiva tupinambá e de sua constante reinvenção. Nas palavras de Glicéria, se bem a malha abre caminhos no plano material, ela abre também no plano espiritual, conduzindo, ainda, à retomada de um idioma originário na figura do Nheengatu. A exposição evoca, portanto, a concepção de um tempo circular, comum a vários povos originários do nosso continente: aqui, o futuro não está diante de um passado já desaparecido, mas o passo e o ancestral configuram um lugar com o qual nos conectamos para construir o porvir. (TUGNY *et al*, 2021, p. 10)

É necessário ressaltar que essa memória coletiva tupinambá é, sobretudo, feminina. A catalogação dos pontos possíveis de se utilizar no manto, os diálogos com a mãe, a recusa das mulheres tupinambás do século XVI em utilizarem as roupas europeias. Práticas femininas de contra-colonização que conectam as/os vivas/os pretéritas/os e as/os mortas/os futuras/os. O manto resgatado é sobretudo feminino. Glicéria diz que

⁴ O Marco Temporal é uma tese jurídica que surgiu em 2009 a partir do entendimento de que os povos indígenas somente possuem o direito de ocupar as terras já ocupadas em 1988, momento em que a Constituição foi promulgada. Mais informações disponíveis em: <https://abrir.link/abSSW>.

O cacique [Babau] irá usar o manto. Mas o Manto deixa claro, quando fala comigo, que ele foi feito por mãos de mulheres. São mulheres que detêm o saber de tecer o manto. Também traz consigo o nome das mulheres que usavam o manto, que eram as Majés. Então é um enriquecimento, o processo de revitalização do manto, para uma comunidade, muito importante e significativo (TUPINAMBÁ, 2021c, p. 332-333).

Tem o manto que veste o Cacique Babau e tem o outro manto que eu [Glicéria Tupinambá] trabalho na representação da Majé, dessa mulher que é benzedeira, parteira, transmite os saberes das crianças, das mais jovens, da menina que vai virar moça [...] e que vai transmitir todo esse saber. [...] Aí, então, nesse trabalho que eu faço, eu tento resgatar essa mulher que muito mal foi registrada na história, muitas vezes silenciada, apagada (SELVAGEM, 2023, min. 14).

Assim, a prática antropofágica retomada no século XXI também é uma prática feminina da antropofagia enquanto produção de conhecimento. As mulheres possuíam e possuem um papel central na confecção do manto, na socialização e na manutenção desse conhecimento.

Nesse sentido, talvez a retomada dos saberes tupinambás seja um exemplo concreto da atual disputa pela significação colonial, estabelecida no século XVI. A antropofagia, como nexos mitopoético, serve para desestabilizar a relação entre o *Eu* transparente e a coisa afetável, ecoando forças ancestrais em direção ao porvir, provocando-nos a refletir sobre os impactos disso na nossa concepção de ciência, que ainda muitas vezes reproduz e se preocupa em construir um conhecimento que seja uma crença verdadeira justificada (BLOOR, 2009; SOBER, 2002).

Considerações finais

Ao compreender a antropofagia como uma forma de produção de conhecimento contra-colonial, marcada por uma temporalidade não-linear, que mobiliza a vingança como maneira de permanecer vivo no *continuum* pretérito-futuro, é possível delinear que buscar, no arquivo colonial, rastros da subversão é uma maneira de se vingar do colonial. Conectar as agências dos/as vivos/as pretéritos/as com os/as mortos/as futuros/as é desestabilizar a significação colonial da transparência, é contestar o local de afetabilidade e de inferioridade em que os/as sujeitos/as indígenas foram colocados.



Assim, é possível traçar a antropofagia como uma espécie de metodologia subalterna e indisciplinada, que se constitui através de uma alteridade cozida, ou seja, através de um devorar o outro de maneira ritualizada e mitopoética, do devorar do passado — colonial ou não — para se lançar em direção ao futuro. O corpo indígena é uma máquina do tempo que, por isso, permite o resgate do conhecimento, do território, da ancestralidade.

Nesse sentido, o resgate do manto permite, então, a leitura subversiva e contra-colonial do documento de Léry, na medida em que procura e registra a agência das mulheres tupinambás no século XVI. O que, para os europeus, era a construção de uma imagem de controle que naturalizava os aspectos sexuais do corpo da mulher indígena, a antropofagia, enquanto retomada de conhecimento ancestral, enquanto vingança contra-colonial no *continuum* pretérito-futuro, revela que essas mulheres não apenas se rebelavam contra a imposição das vestimentas europeias, mas também produziam o elemento central sem o qual a antropofagia não acontecia: o manto. As mulheres estavam no cerne da produção mitopoética de conhecimento tupinambá. Hoje, as mulheres, em especial Glicéria Tupinambá, também habitam o cerne do resgate desses outros seres e significados, que, por mais que tenham sido apagados historicamente, voltam para desestabilizar e assombrar a colonização.

Dessa maneira, talvez, a antropofagia aqui apresentada possa ser uma forma de subverter o pensamento científico, desestabilizando a transparência da hegemonia do ser e do significado coloniais. A antropofagia nos convida a rever e a repensar ou des-pensar e des-fazer, enquanto projeto de descolonização, as categorias, os conceitos e as metodologias científicas. É necessário interrogar “as premissas do ofício — sem garantia de que o ofício sobreviverá ao exercício”, como propõe Barbara Christian (*apud* SILVA, 2019, p. 98). Por fim, nos questionamos, se a sociologia — ou as próprias ciências sociais — sobreviveria sem o mecanismo-Anchieta, sem a significação colonial.

A sociologia sobreviveria ao lançar-se em direção à antropofagia?



Referências

AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 45, n. 1, p. 131-185, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27151>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BLOOR, David. O programa forte na sociologia do conhecimento. *In*: BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 15-44.

BURKE, Peter. Sociologias e histórias do conhecimento. *In*: BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 10-22.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York; Londres: Routledge, 2000.

CUNHA, Manuela da; CASTRO, Viveiros de. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 57-78, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6354>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo: Pioneira, 1970.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FUNARTE. **Depoimento de Glicéria Tupinambá**. Youtube, 7 de out. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/9eB-2MBYOjY>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 27 out. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ministério da Guerra: 1961.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papirus, 2005. p. 15-50.

LORDE, Audre. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 137-142.



MANNHEIM, Karl. Abordagem preliminar do problema. *In*: MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**: uma introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 29-80.

MARACÁ. Episódio 1: Plano de Cura: Maracá. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo canal Mídia NINJA. Disponível em: <https://youtu.be/-xdeMMJLZl0?si=hSMJUk3c1BBMuw4S>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. **Arte e Descolonização: Masp Afterall**, São Paulo, n. 9. 2020. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QYyC0FPJZW0J7Xs8Dgp6.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 334–354, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 27 out. 2023.

MOMBAÇA, Jota; MATTIUZZI, Musa Michelle. Carta à leitora preta do fim dos tempos. *In*: SILVA, Denise da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019. p. 15-27.

PERA, Luiz Renato. Políticas da indigestão (Antropofagia revisitada). **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 20, n. 45, p. 470-516, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/197334>. Acesso em: 26 out. 2023. Acesso em: 25 out. 2023.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. De volta ao sol: o manto tupinambá é um ninho na escuridão do mundo. **Revista Piauí**, edição 157, out. de 2019. Disponível em: <https://abrir.link/42CIm>. Acesso em: 24 out. 2023.

SELVAGEM ciclo de estudos sobre a vida. 4. Memórias ancestrais: o manto e o sonho — Glicéria Tupinambá. YouTube, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=36HUTPYRNpE>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, Denise da. **Homo modernus**: para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Denise da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SHARPE, Christina. **No vestígio**: negridade e existência. São Paulo: Ubu editora, 2023.

SOBER, Elliott. O que é o conhecimento? **Críticanarede.com**. Postado em 19 de março de 2002. Disponível em: https://criticanarede.com/fil_conhecimento.html. Acesso em: 27 jun. 2023.

TUGNY, Augustin *et al.* **Kwã yepi turusú assojaba tupinambá**: essa é a grande volta do manto tupinambá. São Paulo: Conversas em Gondwana, 2021. Coordenado por Juliana Caffé e Juliana Gontijo. Tradução de Yaguarê Yamã Aripunãguá. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/65935132/catalogo-kwa-yepe-turusu-yuiri-assojaba-tupinamba>. Acesso em: 29 jun. 2023.



TUPINAMBÁ, Glicéria. Manto tupinambá. **Um Outro Céu**. Postado em 2020. Disponível em: <https://umoutroceu.ufba.br/exposicao/manto-tupinamba/>. Acesso em: 25 out. 2023.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O manto tupinambá. **Odù Contracolonialidade e Oralidade**, Ilhéus, v. 1, p. 8-15, 7 jun. 2021a. Disponível em: https://issuu.com/revistaodu/docs/revista_od_-_online_-_vers_o_issuu. Acesso em: 27 out. 2023.

TUPINAMBÁ, Glicéria. O manto é feminino. *In*: TUGNY, Augustin *et al.* **Kwã yepi turusú assojaba tupinambá**: essa é a grande volta do manto tupinambá. São Paulo: Conversas em Gondwana, 2021b. Coordenado por Juliana Caffé e Juliana Gontijo. Tradução de Yaguarê Yamã Aripunãguá. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pBCFQ>. Acesso em: 25 out. 2023.

TUPINAMBÁ, Glicéria. Arenga Tata Nhee Assojaba Tupinambá. **Revista Tellus**, Campo Grande, n. 46, p. 1-18, set./dez. 2021c. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/816>. Acesso em: 27 out. 2023.

Recebido em: 20/07/2023.

Aceito em: 22/11/2023.



**“SUA FORMA DE FAZER PESQUISA É DIFERENTE”: um cientista social
no hospital pesquisando morte**

**“YOUR WAY OF DOING RESEARCH IS DIFFERENT”:
a social scientist at the hospital researching death**

Weverson Bezerra Silva *

Resumo

Neste trabalho, discorrerei sobre as abordagens metodológicas que foram seguidas na realização da pesquisa para minha dissertação intitulada “*Trabalhar com a morte é não parar de pensar nela*”: estudo antropológico sobre as práticas dos profissionais de saúde do hospital Napoleão Laureano com os pacientes com câncer em cuidados paliativos (SILVA, 2021). O Hospital Napoleão Laureano (HNL) é referência no tratamento de pessoas portadoras de câncer no Estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se baseou na observação participante na perspectiva da *etnografia hospitalar*. Dessa forma, este artigo tem como objetivo descrever os desafios encontrados no campo e as questões éticas que permearam a investigação, contribuindo para o entendimento dos obstáculos enfrentados na construção da dissertação. Sigo, assim, as diretrizes de Gerald Berreman (1975), entre outros autores, que destacam a importância de descrever as dificuldades encontradas pelo pesquisador no momento de sua inserção no âmbito da pesquisa como uma forma de situar o contexto e as possibilidades de realização de cada estudo etnográfico. Para finalizar, descrevo os eventos que possibilitaram minha aproximação com o hospital, apresento os processos da pesquisa e os agentes sociais pesquisados.

Palavras-chave: ciências sociais; saúde; hospital; metodologia.

Abstract

In this work, I will discuss the methodological approaches that were followed in carrying out the research for my dissertation entitled "Working with death is not to stop thinking about it": an anthropological study on the practices of health professionals at the Napoleão Laureano hospital with cancer patients in palliative care (SILVA, 2021). The Napoleão Laureano Hospital (HNL) is a reference in the treatment of people with cancer in the State of Paraíba. This is a qualitative research that was based on participant observation from the perspective of hospital ethnography. Thus, this article aims to describe the challenges encountered in the field and the ethical issues that permeated the investigation, contributing to the understanding of the obstacles faced in the construction of the dissertation. Thus, I follow the guidelines of Gerald Berreman (1975), among other authors, who highlight the importance of describing the difficulties encountered by the researcher at the time of his insertion into the research field as a way to situate the context and possibilities of conducting each ethnographic study. In conclusion I describe the events that facilitated my engagement with the hospital, present the research processes, and introduce the social actors studied.

Keywords: social sciences; health; hospital; methodology.

* Mestre em antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: weversonbezerra@hotmail.com.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

Introdução

Desde a elaboração do projeto de pesquisa, tive certeza de que queria realizar uma etnografia hospitalar junto aos profissionais de cuidados paliativos no Hospital Napoleão Laureano. Fleischer e Ferreira (2014, p. 13) ressaltam que “a etnografia em serviços de saúde está em constante construção e reformulação.” Desse modo, no trabalho etnográfico em serviços de saúde, o/a pesquisador/a precisa estar atento para as situações que podem se impor de forma imprevisível, burocrática e desafiadora no período de observação (SILVA, 2017). Já Seminotti (2013), em sua etnografia de um serviço de urgência, o Samu, destaca que a antropologia, quando inserida nesse campo específico de saúde, precisa negociar sua permanência em campo com a perspectiva biomédica, estando em constantes embates com as concepções de vida e morte, saúde e doença.

O hospital como âmbito da pesquisa foi questionado logo na minha entrevista na seleção do mestrado. Os professores perguntaram como eu iria acessar um hospital de câncer e compreender as relações práticas e técnicas do morrer nesse ambiente — “Não é uma coisa fácil entrar, fico pensando no acesso”, disse uma das avaliadoras. Refleti por um segundo, e, no mesmo momento, falei sobre os procedimentos de como entrar em um ambiente tão *burocrático*, a partir de experiências de outras pesquisas realizadas por antropólogos em hospitais, que destaquei posteriormente no decorrer do artigo.

Esse foi meu primeiro questionamento da pesquisa, que me fez refletir se conseguiria entrar no hospital. Cheguei a imaginar que seria algo impossível. Quando conversava com meus colegas, ouvia: “não sei como você tem estômago pra isso”; “acho que é difícil alguém de humanas entrar assim tão fácil”; “você já pensou em um plano B?”. Pensei várias vezes em desistir e mudar de campo por causa dessas frases tão desmotivadoras. Porém comecei a refletir sobre como elas expressavam, na verdade, um discurso sobre cientistas sociais fazerem pesquisa em um ambiente hospitalar, discurso cheio de estereótipos sobre a não pertença dos antropólogos a esse lugar, *um espaço onde a gente vê mais estudantes da saúde*.

Então, neste momento, descreverei o meu processo metodológico e ético no campo e como foi minha aproximação com meus sujeitos de pesquisa, até como uma forma de encorajar outros antropólogos a fazerem pesquisa em espaço hospitalar.



Destaco, desde já, que o auxílio de uma informante específica foi uma ferramenta importante para compreender os caminhos que precisava trilhar.

Na conhecida etnografia de William Foote Whyte (2005), *Sociedade de esquina*, o informante Doc foi fundamental para o acesso do pesquisador ao campo; ele era um informante-chave e o seu padrinho, que passou a colaborar na pesquisa. Na minha pesquisa foi fundamental a colaboração de uma informante que já fazia parte do hospital e com quem eu tinha uma relação prévia: minha irmã paterna. Foi ela quem me informou sobre todas as exigências burocráticas do hospital, essenciais no desenvolvimento da pesquisa, e quem emprestou sua credibilidade para que as primeiras portas se abrissem, permitindo-me adentrar no hospital.

Já havia tido contato com o campo anteriormente, por ocasião do tratamento da minha bisavó e a partir das pequenas observações externas ocorridas na disciplina de Antropologia da Saúde e Etnografia, da graduação em ciências sociais. Chegou o momento de oficializar a pesquisa de mestrado no ambiente interno do hospital. Minha ideia era concluir as disciplinas do primeiro ano do mestrado e, em seguida, iniciar os processos burocráticos. Mas, no segundo semestre em 2019.2, na disciplina Seminário de Pesquisa¹, fui motivado pela docente e meus amigos de turma a começar a ter logo o contato com o hospital. Estou descrevendo esse momento porque foi fundamental para o andamento da pesquisa no ano posterior, 2020, devido ao advento da pandemia de Covid-19, e que será descrito posteriormente.

Depois de um mês de espera, consegui marcar um encontro com a coordenadora de pesquisa do hospital, no mês de novembro de 2019. O trajeto até chegar ao hospital foi um processo de tortura mental. Tracei um *script*, ensaiava a todo tempo os diálogos que deveria manter naquele momento e, mesmo assim, tudo dava errado. Porém na chegada ao campo percebi que o problema não estava mais em com ou em quem, e nem em como eu ia falar, mas como iria lidar com as histórias que eu havia vivido naquele espaço. Como se sabe, o cérebro é capaz de armazenar memórias, e em mim existiam memórias episódicas das experiências pessoais anteriormente narradas, que vieram à tona

¹ A disciplina tem em sua elaboração a experiência da pesquisa e a elaboração, debate e construção da dissertação. A disciplina foi ministrada pela docente Sônia Maluf.



naquele instante, de forma que precisei passar um tempo na frente do hospital, revivendo as lembranças da minha adolescência.

Favret-Saada (2005) relata que, quando estiver no ápice da afetação no seu trabalho de campo, é necessário ter destreza. Acredito que tive vários momentos de afetação ou, no mínimo, de forte abalo emocional, pois estudar em um hospital de câncer requer mecanismos e estratégias para lidar com toda uma rotina de emoções, especialmente para aqueles, como eu, que têm uma história dessa doença na família e, mais especificamente, no hospital onde estava realizando o estudo.

Depois desse momento inicial de reflexões em frente ao hospital, direcionei-me ao setor infantil, que fica ao lado da coordenação de pesquisa do hospital. Ao chegar, fiz uma apresentação pessoal à coordenadora de pesquisa e mostrei carta de anuência e a declaração do Programa de Pós-Graduação em Antropologia. A coordenadora pediu que eu apresentasse o meu projeto. Eu falei dos meus objetivos, de como seria minha rotina no hospital e da relevância do trabalho. Em seguida, a coordenadora perguntou quanto tempo eu precisaria em cada entrevista. Nesse momento, expliquei que a pesquisa não se limitava às entrevistas, mas que precisava ter uma vivência cotidiana no hospital para compreender melhor as práticas dos profissionais.

A coordenadora ficou pensativa por alguns intermináveis segundos, até responder: “Vocês problematizam demais, né?”. Com receio de ter o projeto cancelado, comecei a falar da minha aproximação com o campo e da importância da minha pesquisa como retorno pessoal da situação que passei no tratamento da minha bisavó. Também falei da minha irmã paterna, e de como ela havia me instruído sobre os procedimentos de documentação. A coordenadora dedicou um tempo examinando meu projeto e, em seguida, informou-me sobre toda a documentação necessária. Ela esclareceu os procedimentos para a submissão no Comitê de Ética do hospital e na Plataforma Brasil do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, ressaltou a importância de obter uma carta de anuência do hospital para dar início ao processo. Ela ainda expressou como era delicado conviver diariamente no hospital de câncer, falou rapidamente de sua rotina e disse que meu trabalho estava aprovado com apenas uma ressalva: era necessário escrever sobre a história do hospital. Evidentemente, eu concordei com essa demanda. Em seguida, ela pediu para aguardar a mensagem via *WhatsApp* ou e-mail com a liberação da carta.



Nesse breve encontro, eu me deparei, na prática, com o caráter negociado da realização do trabalho de campo que tantas vezes havia escutado nas aulas de metodologia, e percebi que era necessário manter abertura para as interferências e demandas do hospital.

Logo após esse primeiro contato, providenciei a documentação necessária para a Plataforma Brasil. No mesmo mês, recebi a notificação de liberação da carta de anuência, juntamente com a solicitação de uma foto para a confecção do crachá. Esse crachá seria indispensável a cada vez que eu adentrasse no hospital.

Ao receber a carta, a coordenadora pediu que eu, no próximo encontro, levasse a folha de aprovação da Plataforma Brasil (CEP/CCS). Por sorte, a reunião interna do comitê, que ocorre periodicamente, ainda não tinha acontecido naquele mês e pude submeter meu projeto em seguida. O projeto não foi aprovado logo em seguida por duas pendências. Após submeter os documentos alterados, recebi notificação que o projeto tinha sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde (CEP/CCS/UFPB).

Com a aprovação, levei a folha de rosto e o termo da aprovação no Comitê de Ética para o setor de pesquisa do hospital, do qual já havia recebido um crachá com a validade de um ano. Fui orientado de que não seria necessário utilizar jaleco, uma vez que estava vinculado ao setor de pesquisa do hospital, onde essa vestimenta não era comum. No entanto, como eu circularia nas dependências hospitalares, foi aconselhável adotar blusas de botão brancas ou em cores claras para garantir uma aparência adequada. Além disso, foram compartilhadas algumas outras normas a serem seguidas.

A estranheza em relação ao uso do jaleco por antropólogos em contextos de pesquisa já foi objeto de reflexão em algumas etnografias. Chazan (2005), refletindo sobre aspectos metodológicos de sua pesquisa sobre a produção de imagens obstétricas ultrassônicas, apresenta diversas questões acerca da subjetividade presente na pesquisa de campo, e usar o jaleco foi um elemento novo na observação. A autora sentia um leve sentimento de estranheza em alguns momentos, e observa que eram os médicos, mais do que as usuárias do serviço, que se sentiam interpelados por esse uso. Já Fleischer (2011) descobre que, mesmo fazendo uso de suas roupas comuns, portava um *jaleco invisível* na sua relação inicial com as parteiras de Melgaço (Pará), que resultava de sua associação a

presenças anteriores no campo de pesquisa. Por fim, Franch, Longhi, Neves e Silva (2013) discutem como a escolha de usar ou não jaleco em um serviço de atendimento ao HIV/Aids demarcava categorias entre os pesquisadores. A utilização do jaleco era associada a uma maior familiaridade e poder, especialmente para os pesquisadores e residentes da área da saúde. Em contraste, os pesquisadores de humanas, que optavam por não usar jaleco, encontravam-se numa situação mais liminar, caracterizada por uma aceitação relativa. No meu caso, não foi a questão do uso do jaleco, mas sim a opção por vestir blusas sociais brancas que demarcou uma diferença, não apenas dentro do hospital, mas principalmente em meu círculo social. Ao sair de casa para a primeira visita ao hospital, minha família perguntou “se eu ia ficar trabalhando no hospital”. Nesse momento, refleti que o branco era um elemento simbólico que identifica os profissionais que trabalham no hospital. Vestir branco e usar o crachá me diferenciava dos usuários e seus familiares presentes no hospital, facilitando, assim, o acesso aos setores do hospital. Esses elementos parecem operar transformações em quem os veste.

“Vá, você já tem o crachá”

Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima à aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. Tendo encontrado um lugar para morar no alojamento de algum homem branco — negociante ou missionário — *you have nothing to do but to wait until he returns to start your work ethnographic*. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar — pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. (MALINOWSKI, 1984, p. 19)

Esse conhecido trecho da obra de Malinowski, *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, demonstra com completude o sentimento de como se entra no trabalho de campo. Considero a obra de Malinowski uma grande ferramenta metodológica para significar a importância de descrever a trajetória de pesquisa e o fazer etnográfico. Sua descrição no trabalho de campo faz com que o leitor sinta como foi esse processo de aproximação nas Ilhas Trobriand, perante os *nativos*, mesmo que o tempo e os *nativos* sejam outros.



A princípio, eu imaginava que seria direcionado aos profissionais para uma apresentação formal. No entanto, ao chegar à coordenação de pesquisa, a coordenadora disse: “Seja bem-vindo! Vá em frente; você já possui o crachá e pode acessar os espaços do hospital para iniciar sua pesquisa.” Nesse momento, pensei como iria começar a fazer a pesquisa sem conhecer nenhum desses profissionais. Contudo, agradei as boas-vindas e comecei a circular pelo hospital com a blusa de botão branca. Mantive o crachá no bolso da blusa, deixando-o visível. Ele continha a informação: “Pesquisador UFPB”, indicando o período de validade: “de 20/12/2019 a 20/12/2020, podendo ser renovado pelo mesmo período, se necessário.”

Rapidamente, uma funcionária do hospital perguntou-me: “Você começou hoje? estou vendo você transitando no hospital”. Respondi que sim, e comecei a falar do meu projeto. Com cuidado, ela aconselhou que o *botton* de Lula Livre, que estava na minha bolsa (uma bolsa pequena de lado), poderia me prejudicar ao chegar a alguns profissionais, e era melhor fazer a retirada dele, pois teria a possibilidade de existir divergência política, e seria melhor evitar. Agradei o conselho, e no mesmo momento fiz a retirada do *botton*, guardando a bolsa no setor de pesquisa.

Pelos corredores, sem saber ao certo o que iria fazer naquele dia, comecei a observar o ambiente. Olhava os lenços e as máscaras nos pacientes de câncer (neles, a máscara era um artefato ligado a uma condição específica de saúde, e não um item de uso corriqueiro como se tornou depois do advento da Covid-19). Via os olhares: fixos, distantes e molhados; o sorriso era extremamente limitado. De repente, peguei-me escutando diálogos sobre os seus processos com o corpo, em especial sobre os cabelos que estavam caindo e, quando dei por mim, os meus olhos estavam molhados.

Uma paciente aproximou-se e sentou-se ao meu lado, eu estava sentado dentro da lanchonete privada que existe dentro do hospital. Ela começou a tomar um café e perguntou: “O açúcar causa câncer?” Ela mesma respondeu que era um mistério, mas também afirmou que o açúcar não faz o câncer crescer, mesmo assim, decidi não tomar mais açúcar. Em seguida, ela perguntou: “Você não vai tomar um café?” Eu disse que sim. Peguei o café, e ela fez uma nova pergunta: “Você veio pesquisar o quê?” Eu respondi que estava estudando as práticas dos profissionais da saúde no hospital de câncer. Ela, então, disse-me que estava me observando. Sentir-me observado em campo



foi uma situação que acontecia com frequência. Roberto Cardoso de Oliveira (1998) relata que, ao mesmo tempo em que observamos, estamos sendo observados. Também Ferreira (2009, p. 449-450) afirma que “não somos nós apenas que estamos observando o outro, mas estamos também sendo observados”.

A observação, no decorrer da pesquisa, estendeu-se também aos profissionais da saúde, e não apenas aos pacientes. De volta à minha interação na cafeteria, a paciente perguntou se poderia pagar meu café para que eu me sentisse melhor. Agradei, e ela comentou que precisava ir para a consulta. Essa primeira situação em campo remeteu a debates sobre a observação do pesquisador, antropologia reversa, ao questionamento da condição dicotômica de *nós* e os *outros*, a partir da apreensão desse *outro* sobre nós (WAGNER, 2010; MALUF, 2010).

Logo depois desse breve encontro, subi as rampas e comecei a andar pelas enfermarias, tentando apreender a rotina do hospital. Meu objetivo era me familiarizar e explorar os espaços do campo, mas, na minha mente, surgiam constantemente os seguintes questionamentos: “Com quem devo falar?” “Qual setor devo procurar?” “Como devo chegar lá?” “Está tudo certo com o questionário?” O fato é que não me sentia confortável em falar com as pessoas, pois eu não tinha sido apresentado, e não sabia como abordar os profissionais. Assim, eu estava me sentindo um *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000), quando, do nada, escutei um grito alto de um paciente ecoando nos corredores de parede cinza daquela enfermaria: “Eu vou morrer!” Localizei a origem daquele grito e vi o acompanhante do paciente chamando os técnicos de enfermagem, que logo foram socorrê-lo. Os gritos não paravam, e nesse momento de angústia, falei com minhas amigas/os do mestrado no grupo do *WhatsApp* sobre o que estava acontecendo.

Passei ainda um tempo sentado no sofá do hospital, e em seguida escutei dois funcionários dizendo: “Aqui é um cemitério de pessoas vivas”. Intencionalmente paradoxal (pois um cemitério, por definição, não pode ser de *pessoas vivas*), essa frase dos funcionários do hospital condensa o caráter de liminaridade de algumas das salas que observei, onde vida e morte se entrelaçam. Esses dois funcionários estavam saindo da enfermaria 26, onde, naquele momento, havia pacientes com *miíase*, uma infecção de pele causada por *bichos*, em sua grande maioria com a presença de larvas de moscas ou *tapurus*. Mesmo com o cuidado do corpo em vida, existe a consciência da inevitabilidade

da decomposição. Alguns pacientes experimentam a rigidez cadavérica, afundamento dos olhos e um odor fétido no corpo, entre outros sinais. Já ouvi inúmeras vezes no hospital a expressão: “O câncer mata aos poucos, consumindo o corpo em vida.” Portanto, essa enfermaria acaba sendo *temida*, e há um rodízio entre os técnicos de enfermagem como uma medida de proteção devido ao contato direto com esses corpos.

Assim como Malinowski, nada tinha para fazer a não ser iniciar imediatamente meu trabalho etnográfico, e foi o que eu fiz no primeiro dia de observação. Percebi que era necessário estabelecer os espaços onde iriam começar minhas entrevistas, porém, como não tinha sido apresentado para ninguém, esperei o campo mostrar os caminhos que precisava seguir. Não tinha notado o poder em minha mão, que era o crachá.

Ao voltar à sala de estudos, a coordenadora perguntou como tinha sido minha primeira experiência. Eu comentei que ainda precisava me articular com os profissionais, pois até então, havia apenas conhecido o espaço. Ao mencionar isso, ela indicou quais eram os profissionais especializados em cuidados paliativos e ofereceu-se para me acompanhar na visita aos diversos ambientes do hospital. Convém ressaltar que a experiência em conhecer o hospital sem ser direcionado imediatamente para os profissionais foi importante para eu sentir como seriam as minhas rotinas futuras.

Traçando a metodologia: o fazer pesquisa em serviços de saúde

Se você quer compreender o que é ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem. Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento (GEERTZ, 1989, p. 15).

Essa citação de Geertz destaca a importância da pesquisa de campo, da observação participante e da imersão no contexto cultural. Esses elementos são essenciais para a compreensão do que constitui uma etnografia. A construção deste trabalho, inicialmente, foi dividida em três relatos etnográficos. O primeiro refere-se ao levantamento bibliográfico, uma das práticas fundamentais para compreender os discursos de estudo abordados. O segundo momento é a relação dos autores para pensar o método utilizado na



pesquisa. Estudar práticas dos profissionais da saúde tem um suporte na etnografia hospitalar, e para isso, as estratégias na coleta dos dados para a construção da dissertação foram: entrevistas semiestruturadas baseadas em roteiro de entrevista, observação participante no ambiente hospitalar e conversas informais. Como técnicas de registro, foram utilizados diário de campo, bloco de anotações, gravação nas entrevistas semiestruturadas e posterior transcrição, desenhos e fotografias. Soraya Fleischer discorre sobre a relevância de fazer etnografia em hospitais afirmando que, sob a perspectiva etnográfica, os ambientes hospitalares são “bons para etnografar não só porque permitem vislumbrar noções de corpo, saúde e doença, como também contextos mais amplos evidenciando, muitas vezes, fatos sociais totais” (FLEISCHER, 2014, p. 13).

Etnografar esse espaço, contudo, trouxe alguns desafios para os quais foi de grande auxílio a leitura de textos contemporâneos, mas também de etnografias clássicas. Apesar do século que me separa dela, a obra de Malinowski (1984) colabora para uma melhor descrição de uma pesquisa de campo. Utilizei as suas técnicas etnográficas na construção do trabalho, as quais foram extremamente necessárias para alcançar os meus objetivos. Uma das primeiras recomendações de Malinowski é a necessidade de aprender a língua dos nativos, permitindo prescindir de tradutores e obter conhecimento em primeira mão. Ao estudarmos em nossa sociedade de origem, essa indicação pode parecer desnecessária. No entanto, aprender os *códigos dos nativos* foi essencial para a continuidade da minha pesquisa. Assim como Malinowski relata as possíveis dificuldades no campo, com muitas tentativas sem sucesso, minhas primeiras entrevistas também foram desafiadoras. Eu não tinha conhecimento dos termos específicos e nem sabia os melhores horários para estabelecer contato.

As primeiras dificuldades na comunicação com meus interlocutores foram as terminologias. Destaco que esse foi meu primeiro sentimento de distanciamento do espaço, termos que eu não sabia nem escrever para procurar depois. A solução era gravar um áudio com a palavra ou perguntar o que seria aquele termo, pois como estava em meus primeiros contatos, não queria ser *malvisto*. Outra solução era realizar uma pesquisa no Google Explorer para compreender o significado das palavras técnicas utilizadas no processo de tratamento ou os termos técnicos específicos.



Outro aspecto que demorei a compreender foram os códigos corporais (gestos), sem falas, só apenas números e letras desconexas que facilitam a comunicação interna entre os profissionais antes de comunicar para os familiares o que está acontecendo. Esses códigos são extremamente confidenciais e não fui autorizado a escrever sobre o significado deles, só posso elucidar que são números e letras aparentemente ilógicos ou gestos corpóreos com as mãos. Na pesquisa de Seminotti (2013), a utilização de jargões facilita que os profissionais falem da morte como uma questão técnica, assim, evitando o evento que pode gerar dor.

Na medida em que fui entendendo o significado desses códigos, isso auxiliou enormemente nas entrevistas semiestruturadas e no acompanhamento das práticas dos profissionais da saúde, cooperando para uma comunicação extensa. Com isso, a etnografia começa a ganhar as dimensões do “vivido, pensado e expresso” (PEIRANO, 1995, p. 278).

Com as entrevistas, busquei entender como se dá a divisão do trabalho e como se faz a definição das diferentes responsabilidades por parte dos membros da equipe, e se é seguido o protocolo oficial do hospital com os pacientes em cuidados paliativos portadores de câncer.

A entrevista semiestruturada foi utilizada de acordo com o pensamento de Minayo (2013, p. 64): “semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Quero destacar que houve uma grande diferença na forma como o roteiro de entrevista funcionou quando aplicado junto às médicas e aos demais profissionais de saúde. No caso das médicas, elas pediam que eu encaminhasse previamente o roteiro e acompanhavam minhas questões, optando por seguir à risca a entrevista. Quando eu tentava fazer alguma outra pergunta, em decorrência de alguma resposta recebida, elas me remetiam de volta ao roteiro: “Esta pergunta não está no roteiro”. Já junto aos demais profissionais, o roteiro serviu como um guia, o que permitiu um tipo de interação muito mais próxima da conversa.

Em geral, as entrevistas foram conduzidas nos respectivos setores de cada profissional, e em alguns momentos nos corredores, respeitando os limites de disponibilidade de cada um em relação ao tempo disponível para as entrevistas. Alguns profissionais pediram que eu entrevistasse seus coordenadores, enquanto outros vieram

diretamente ao meu encontro, expressando interesse em participar. Mais uma vez, é preciso destacar a diferença no modo como ocorreu o agendamento e a realização de entrevistas com os diversos profissionais. Nas entrevistas com as médicas, enfrentei longas esperas, chegando a levar vários “chás de cadeira”. Em algumas situações, a espera prolongada não se concretizava como planejado, e eu ficava em uma fila de espera até chegar a minha vez. Isso diferiu da abordagem dos demais profissionais da pesquisa, que tentavam acomodar a participação nas entrevistas de uma maneira mais negociada e flexível comigo. Embora não seja este o momento de me aprofundar no assunto, ficou bastante evidente como a hierarquia profissional se desdobrava numa hierarquia dos tempos, o que me fez lembrar a arguta análise de Pierre Bourdieu sobre tempo e poder:

A espera é uma das maneiras privilegiadas de experimentar o poder e o vínculo entre o tempo e o poder — seria preciso arrolar e submeter à análise todas as condutas associadas ao exercício de um poder sobre o tempo dos outros, quer do lado do poderoso (adiar para mais tarde, remanchar, fazer esperar, protelar, contemporizar, diferir, postergar, chegar atrasado, ou, ao contrário, precipitar, atalhar), quer do lado do “paciente”, como se diz no universo médico, um dos lugares por excelência da espera ansiosa e impotente. A espera implica em submissão: mira interessada de uma coisa altamente desejada, ela modifica duravelmente, ou seja, durante todo o tempo em que dura a expectativa, a conduta daquele que está, como se diz, em suspenso pela decisão esperada (BOURDIEU, 2001, p. 279).

A citação de Pierre Bourdieu (2001) destaca a relação entre o tempo e o poder, especificamente por meio do conceito de espera, na qual, a espera implica em submissão. A espera é apresentada como uma maneira pela qual o poder se manifesta, tanto do ponto de vista de quem exerce o poder, como os médicos, quanto daquele que está sujeito a ele.

Outro ponto relevante foi o recrutamento dos profissionais, realizado por meio de abordagem direta, com o suporte e orientação do setor de pesquisa do hospital. Isso contribuiu para um mapeamento inicial dos profissionais. A abordagem direta foi realizada em momentos nos quais os profissionais não fossem prejudicados em seu ambiente de atendimento. Para que não houvesse prejuízo às atividades dos profissionais e/ou à vida privada deles, as entrevistas foram realizadas no hospital, sendo previamente agendadas em horário oportuno. Mesmo assim, devido à dinâmica da rotina hospitalar, houve momentos em que não consegui realizar uma entrevista devido a chamados profissionais de urgência.

As entrevistas seguiram um roteiro dividido em três partes: a identificação pessoal e profissional, contendo o nome (caso desejar), idade, nacionalidade ou naturalidade e



formação; o procedimento de trabalho; e, para finalizar, as experiências com pacientes em cuidados paliativos. Todas as entrevistas tiveram a assinatura no TCLE, comprovando a consciência do entrevistado que estaria participando de uma pesquisa com a finalidade acadêmica, como também deixei esclarecido sobre o anonimato.

É preciso ressaltar que o gravador foi primordial nesse processo, “objetivando garantir a autenticidade dos depoimentos representados pela fala dos entrevistados e transcritas” (PIANA, 2009, p. 179). As gravações eram feitas com autorização prévia dos interlocutores, mas alguns não aceitaram que a entrevista fosse gravada. Nesses casos, precisei anotar as informações reveladas em meu caderno de anotações.

Na medida em que as entrevistas com/sem gravações estavam sendo realizadas, o diário de campo era levado como apoio, *auxiliando e elaborando as impressões* (FLEISCHER; FERREIRA, 2014), já que a gravação não registra tudo que ocorre numa interação entre duas ou mais pessoas. Para Weber, é no diário de campo que se exerce plenamente a *disciplina* etnográfica: deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular, assim, os materiais para analisar as práticas (WEBER, 2009, p. 158-159).

Houve momentos em que percebi que levar o diário nas entrevistas estava atrapalhando, pois os interlocutores que não aceitavam a gravação perguntavam sobre as minhas anotações. A partir daí, comecei a levar um pequeno caderno para anotar palavras-chave, e na folha de entrevista, deixava as interlocutoras escrever o que achavam importante.

Quando acabava a entrevista, ia para um espaço reservado no hospital e mandava um áudio para meu *WhatsApp* reforçando as respostas. Era indispensável esse procedimento da utilização do diário de campo em lugares estratégicos. Além desse momento, ocorriam as estratégias de observação que precisaram ser desenvolvidas para dar alguma sistematicidade à observação do cotidiano.

Deste modo, comecei a focar em alguns pacientes e, em seguida, direcionava-me para os profissionais da saúde que cuidava desses pacientes. Isso me permitiu observar os fluxos e compreender como era a rotina dentro do hospital. Durante a observação, usava meu bloco de anotações ou fazia mapas mentais de situações que aconteciam e que não poderiam ser anotadas no momento. Nessas situações, as conversas eram mais fluidas, pois percebia outras questões que não tinha demarcado no roteiro. Os profissionais começaram



a compartilhar comigo fotografias, objetos e notícias que foram matérias importantes e que utilizei ao longo do trabalho.

Esse processo de observação participante no campo foi planejado para acontecer no período de um ano, de 20 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2021. Porém, com a situação provocada pela Covid-19, tive que interromper as idas ao hospital pelas medidas de isolamento social, o que será detalhado posteriormente. Os horários em que poderia fazer a pesquisa estavam liberados pela instituição. A princípio, eu ia apenas duas vezes por semana, chegando por volta das 8h00 e saindo às 14h00, ou chegava à tarde, por volta das 12h00, e saía às 17h00. Depois, a partir de conversas com minha orientadora, foi necessário ter uma concentração maior em idas ao campo. Na reunião, questionei dizendo que era um “ambiente pesado”², mas percebi que para estabelecer relações e vivenciar as práticas seria necessário enfrentar esse incômodo e integrá-lo ao próprio material reflexivo. Comecei, então, a intensificar minha presença no campo, o que auxiliou minha aproximação com os profissionais. Comecei a saber quais os espaços deveria visitar no dia seguinte e a perceber discursos comuns entre os profissionais. Deste modo, passei a frequentar o hospital de segunda a sábado, um mínimo de quatro vezes na semana. Os horários eram totalmente diferentes durante a semana, porque eu fazia agendamento prévio com os profissionais. Minhas idas intensivas ao campo foram cruciais no período de isolamento social, pois já tinha um material para traçar, planejar e começar a escrever a dissertação.

Entre trocas e provas iniciáticas: pesquisar “com” e não “em”

Na segunda visita ao hospital, já com o crachá, entrei em contato com o setor da coordenação de enfermagem. Chegando à sala, a coordenadora estava fazendo triagem com a equipe de enfermagem, que é o processo que determina as formas de tratamento dos pacientes com base em sua situação. Quando, por fim, pôde me dar atenção, a coordenadora fez a seguinte indagação sobre minha pesquisa: “Você está fazendo essa pesquisa apenas pelo certificado ou pensa em colaborar com a instituição? Porque tem muita gente que acaba passando aqui, fazendo pesquisa e nem trazer os resultados para equipe faz.”

² A qualificação do lugar como um “ambiente pesado” é feita pelos profissionais de saúde.



Mais uma vez, ecoavam em mim as discussões sobre negociações em campo, sobre ética e devolução da pesquisa, tantas vezes apresentadas em aulas de metodologia. Respondi que estava aberto para colaborar com o hospital, e foi, então, que ela me apresentou à estrutura do hospital e me informou sobre as alas onde se encontravam os pacientes em cuidados paliativos: as enfermarias 25, 26 e mais uma enfermaria no setor infantil. Logo percebi que esses seriam os espaços de realização da minha pesquisa. A coordenadora também me deu o nome dos profissionais que fizeram uma especialização em cuidados paliativos, o que iria me ajudar bastante na seleção dos meus interlocutores. Já sentia o caminho que precisava trilhar para conhecer e me aproximar.

Depois dessa conversa inicial, a coordenadora me lançou o primeiro desafio para mostrar que, efetivamente, eu estava ali para trocar e não apenas para extrair informações: ministrar uma oficina com os profissionais do hospital nas *Quintas do Saber*, que são encontros periódicos, realizados no hospital, visando a troca de experiências, oficinas, minicurso, palestras etc. para fortalecer o aprendizado das equipes. A proposta inicial, feita pela coordenadora, era que eu pudesse ministrar um treinamento de como os profissionais da saúde tinham que se relacionar com os pacientes em cuidados paliativos. Porém, eu disse que não estava capacitado para isso e que minha pesquisa poderia ser prejudicada, pois não poderia treinar a equipe sobre práticas que eu próprio precisava ainda compreender. Foi então que a coordenadora disse: “Você não é formado em serviço social?”, engano bastante comum que me deu a oportunidade de discutir com ela a diferença entre serviço social e ciências sociais. Como alternativa possível, lancei a proposta de fazer uma roda de conversa sobre as práticas com pacientes em cuidados paliativos no âmbito hospitalar. A proposta foi aprovada e marquei o encontro para o dia 27 de abril de 2020, no auditório do hospital no centro de estudos, às 14h00.

O dia da oficina: socializando com os interlocutores

No mês de janeiro, no dia 18, a coordenadora mandou uma mensagem via *WhatsApp* perguntando se era viável antecipar minha oficina do dia 27 de abril de 2020 para o dia 23 de fevereiro. Confirmei que poderia fazer essa antecipação, porém nem eu nem ela percebemos que o dia da mudança caía num domingo e não na quinta. Três dias depois, no dia 23 de janeiro, às 13h40min, recebi uma ligação do hospital informando-



me que o auditório já estava preparado, já tinha profissionais esperando e me perguntando se era necessário providenciar equipamentos eletrônicos para a roda de conversa. Argumentei que havíamos combinado de fazer a oficina no mês de fevereiro, mas apesar de terem reconhecido o engano, disseram estar precisando de mim naquele momento. A *solução* foi adiar em meia hora o encontro, começando então às 14h30.

Entre o instante em que fiquei sabendo que precisava organizar uma roda de diálogo e a chegada ao campo, transcorreu menos de meia hora de intensa ansiedade. Nesse momento, contentar o campo era o objetivo, senti que o erro era meu também por não ter conferido o dia da semana em meu calendário. Temia *ficar malvisto* e percebi que havia ficado em uma situação embaraçosa, como diz o ditado popular: “uma saia justa”. Mas como nos ensinaram Fleischer e Bonetti (2007), às *saias justas, jogos de cintura!*

No percurso ao hospital lembrei-me de uma oficina que assisti no 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (ABRASCO), realizado em João Pessoa, na UFPB, com o título: *Morte, uma lição de vida: lidar com o morrer no trabalho de saúde*. A oficina foi realizada em formato de cenas, e um dos objetivos era descrever a relação da morte mais intensa em seu ambiente de trabalho. Naquela ocasião, percebi que foi muito útil estimular os profissionais que estavam na oficina a escrever ou desenhar sobre essas experiências, então resolvi seguir o mesmo plano para a oficina no hospital. Quando cheguei ao hospital, a coordenadora de enfermagem falou: “Muito bom contar com você”. Naquele momento, senti que houve um reconhecimento do campo, e apesar do erro nas datas, pude perceber a relevância de fazer a oficina. A ocasião também me levou a pensar na importância de ter recursos acumulados para situações imprevistas no campo, revelando o caráter dinâmico da vida social e, portanto, do fazer etnográfico.

Quando cheguei à sala de reuniões, antes das 14h30, os profissionais já tinham saído e aos poucos foram retornando. Eram em torno de 15 profissionais em sua maioria da área de enfermagem. Rasguei algumas folhas do meu diário de campo e peguei as canetas no meu estojo, que foram os materiais utilizados na roda de conversa, além do computador e das caixas de som.



Quando as pessoas começaram a chegar, desliguei a luz, coloquei uma música para relaxar e para preparar uma atmosfera de concentração³. Após essa vivência, aos poucos acendi a luz, os profissionais foram abrindo os olhos, e iniciamos uma roda de apresentação. Comecei me apresentando, falando do meu projeto e o que estava realizando no hospital. Todos os profissionais presentes começaram a se apresentar e falaram o que faziam no hospital. Nesses relatos, ficou nítido que os profissionais da saúde, no tempo presente no hospital, não se permitiam pensar em si mesmos, fazendo com que, naquele momento, narrassem suas emoções dentro de um hospital de câncer, já que as rotinas profissionais lhes impediam de refletir sobre sua vida. Policieei-me para que em nenhum instante a atividade fosse vista como um processo terapêutico, e sim um momento vivencial com uma facilitação de interação grupal/social.

Nesse momento, fiquei pensando como o controle das emoções, demonstrado por esses profissionais, pode ser visto como estratégia biopolítica ou como normalização dos corpos para manter os sujeitos centrados naquilo que é importante para garantir a continuidade e a manutenção da vida em sociedade e suas relações (CORDEIRO, 2013), “pois demonstrar o que sente pode ser visto como um sentimento de fraqueza, né?”, como afirmou uma técnica de enfermagem durante a oficina.

Depois da rodada de apresentação, entreguei folha de papel e caneta. O objetivo da dinâmica era desenhar ou escrever um acontecimento no hospital em relação aos pacientes em cuidados paliativos e compartilhar com o grupo. Todos fizeram os desenhos, e no momento em que estavam desenhando, ficavam conversando entre si, afirmando que não sabiam desenhar; foi quando expliquei que o desenho era apenas um guia para ativar a memória e o primeiro pensamento que vinha na cabeça para auxiliar na apresentação.

É importante destacar que a atividade de realização dos desenhos, que é desenvolvida na antropologia no século XX como instrumento de reflexão por meio de um potencial de descrição (AZEVEDO, 2016), deu-se pela dinâmica do campo, e não foi pensada no projeto inicial, tornando-se, todavia, fundamental para os caminhos que precisava trilhar. De acordo com Pires (2007), os desenhos podem funcionar como um

³ Por eu ser licenciado em ciências sociais, aprendi que as dinâmicas em grupo colaboram para *quebrar o gelo* e fazer com que o grupo esteja na mesma sintonia. Na dinâmica descrita acima, decidi colocar uma música relaxante, que incorporava o som das ondas do mar e o canto dos pássaros. Essa escolha visava criar uma atmosfera de concentração, permitindo que os participantes se desconectassem um pouco da rotina do hospital.

guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, “é possível direcionar o olhar para a realidade de acordo com os tópicos levantados pela população estudada” (PIRES, 2007, p. 236). Esse foi o auxílio dos desenhos nesta experiência de pesquisa. Eles levaram para espaços dos pacientes, que são os espaços de trabalho desses profissionais, os objetos do hospital que precisavam olhar e o sistema ritualístico demonstrado nos desenhos.

A figura 1 mostra a sequência das atividades da oficina, após o momento inicial com as músicas e a apresentação. A produção dos desenhos durou por volta de 20 minutos, enquanto a apresentação dos desenhos e os relatos de suas experiências, que foi feita em seguida, variou de 5 a 25 minutos. Ao final, os profissionais agradeceram a oficina e disseram que eu poderia procurá-los em seus setores para continuar com a pesquisa, caso necessário. Afirmar que com certeza procuraria.

Figura 1 – Mesa redonda



Fonte: Arquivo do autor (2020).

Nove profissionais me permitiram ficar com os desenhos para utilizar na dissertação, o restante não se sentiu confortável e decidiu não apresentar os desenhos. Esse foi um dos acordos éticos da pesquisa: tanto na roda de conversa quanto nas entrevistas, quando o sujeito sentiu algum desconforto em responder alguma questão, poderia passar para outra questão ou desistir de participar. Eles desistindo em participar, suas informações

não foram consideradas. Na roda de conversa aconteceu o único momento que teve uma desistência de conversar sobre o tema. A entrevista individual pareceu ser mais confortável para os profissionais da saúde.

Peguei, então, os nove desenhos e, quando fui recolher as minhas canetas, uma participante da oficina disse: “Posso ficar? Te dou o desenho e tu me dá a caneta, essa caneta é boa, gostei da escrita”. Rindo pela situação, disse-lhe que aceitava a troca e, com isso, mais duas pessoas resolveram ficar com minhas canetas: três canetas por nove desenhos! Não teve como a situação não me remeter às trocas de Malinowski (1984) com os trobriandeses, quando o antropólogo realizou doações de tabaco como uma forma de aproximação e para ser aceito como um *mal necessário* pelo grupo. A troca anedótica de canetas por desenhos foi a materialização dos muitos momentos em que ocorreram trocas em campo. Essas trocas não se limitaram apenas a canetas, mas envolveram meu papel como agente político, comparecendo às manifestações em apoio aos pacientes, contribuindo com recursos para a manutenção e realização de eventos e, por fim, até mesmo com o corpo, como na doação de sangue com o intuito de salvar vidas.

“Retornar com máscara”: campo durante a pandemia

Como ocorreu a tantos outros pesquisadores, minha pesquisa de campo foi suspensa no mês de março de 2020, quando a OMS declarou o estado de pandemia por conta da Covid-19, e os diversos estados brasileiros começaram a decretar medidas sanitárias para evitar a propagação do novo coronavírus. Fui informado sobre a suspensão do campo por meio das redes sociais do HNL. A pandemia de COVID-19 impactou significativamente o campo, resultando na morte de uma profissional e na aposentadoria de vários outros, especialmente devido à idade.

A partir do mês de setembro de 2020, o hospital começou a planejar o retorno gradual para os pesquisadores e estagiários ativos, dividindo-nos nas seguintes categorias: primeiro, os que estavam em processo de formação e precisavam da carga horária para finalização do curso; e segundo, os que estavam finalizando as pesquisas. Acabei sendo selecionado na segunda categoria, meu período no hospital estava previsto para finalizar em dezembro de 2020.



Não estava me sentindo confortável para retornar ao campo, pois percebia que o afrouxamento do *isolamento social* estava tendo relação direta com o aumento de casos de coronavírus no período de setembro, que foi quando recebi do hospital o comunicado de retorno. Nos meses de setembro a novembro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) estava sem titular efetivo, as eleições municipais estavam acontecendo de modo presencial e as medidas preconizadas para diminuir o contágio pelo coronavírus, como lavar as mãos e evitar aglomerações, não pareciam ser mais uma preocupação geral; praias e bares estavam lotados. Mesmo após o decreto 40.242 do Governo da Paraíba, que determina o uso obrigatório de máscaras em ambientes públicos, muitas pessoas circulavam sem máscaras pelas ruas e até em espaços fechados. Não por acaso, eu acabei contraindo Covid-19 e tive vários dos sintomas compatíveis com a doença: febre, coriza, dor de garganta e cabeça, dor nos olhos, perda de olfato e paladar.

Seguindo os protocolos clínicos do MS e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), procurei minha unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) para informar os sintomas presencialmente. A médica pediu para aguardar doze dias após o primeiro sintoma para a realização da testagem, que deu positivo. Por causa disso, precisei ficar mais tempo em quarentena para passar o período de contágio.

Passando esse período, e já com anticorpos, o que me deixou mais seguro para retornar ao ambiente hospitalar, contactei a nova coordenadora do núcleo de pesquisa (a anterior havia se aposentado) para combinar minha volta ao campo. A nova funcionária informou que eu precisava retornar urgente para conversar sobre a logística do meu retorno e, entre risos, me disse: “Venha e deixe de preguiça”. Mesmo ela afirmando que se tratava de uma brincadeira, fiquei refletindo sobre como seria esse meu retorno com essa nova gestão.

Chegando ao hospital, na segunda-feira seguinte da ligação no mês de outubro, foi necessário um novo parecer do diretor geral do hospital para saber como seria meu acesso ao campo e o tempo que teria para continuar com a pesquisa. Entreguei toda a documentação novamente, e no parecer oral, fui informado que meu prazo não seria prorrogado, devendo finalizar minha pesquisa em dezembro. Entretanto, com esse parecer, veio uma palavra solta no discurso da funcionária que me acusou de ‘irresponsável’ por não ter retornado em setembro, a qual respondi que, nesse mês, eu tinha contraído o coronavírus,



logo teria sido impossível retornar. Fui, então, aconselhado a conversar com o diretor e me dirigi imediatamente à sala dele, onde acabei enfrentando um longo *chá de cadeira*.

Ao ser finalmente atendido, percebi novamente que estava sendo taxado de irresponsável por não ter retornado no prazo. Depois de explicar toda a situação e de me comprometer a apresentar o comprovante dos exames, percebi que não era uma questão apenas sobre ser irresponsável, e sim sobre ser um pesquisador de humanas no ambiente de saúde. O discurso era o seguinte: os estudantes e profissionais da saúde sabiam da sua missão, sem problematizações, o que não ocorre com os de humanas. Nesse momento, percebi que o que estava ocorrendo comigo não era outra coisa senão a expressão do poder médico. Turner (1987, p. 157) destaca que “o hospital não é só uma instituição crucial nos sistemas de saúde modernos, mas simboliza também o poder social da profissão médica, representando a institucionalização dos conhecimentos médicos especializados”. A conversa não foi agradável, constantemente percebia o caráter hierárquico em sua fala, porém, depois de muita argumentação da minha parte, consegui prorrogação do prazo no hospital até março de 2021.

Depois de toda essa conversa sobre prazos no campo, recebi orientações sobre como seria minha rotina no hospital: não poderia ir todos os dias, obtive permissão para ir entre três a quatro dias e precisava sempre usar máscara. Além das blusas, que agora tinham uma padronização, recebi orientações sobre as padronizações das máscaras, que deveriam ser brancas, neutras. Quanto ao manejo das máscaras, fui informado de que, antes de tocar na máscara, era necessário limpar as mãos com um higienizador à base de álcool ou água e sabão e, após o uso, para retirar a máscara, deveria remover as presilhas elásticas por trás das orelhas sem tocar na roupa. Além das regras para o uso das máscaras, eu fazia o teste de igG/igM quinzenalmente.

Com isso, no retorno ao campo, percebi que as relações não estavam tão fluídas como no primeiro momento. Por um lado, havia um controle para frear a cadeia de transmissão da doença, e nem a todos os horários do hospital eu tinha mais acesso, isso tudo por uma questão de controle e para evitar possíveis aglomerações. Por outro lado, a interrupção do campo e a mudança de atores-chave também são responsáveis por essa perda de fluidez, mostrando a fragilidade de meu lugar de cientista social frente a *quem tem o poder*, o que me forçou a novas negociações para garantir minha permanência no campo.



Considerações sem finais

Primeiramente, a inserção no campo da pesquisa em saúde, especialmente em um ambiente hospitalar, revelou-se um processo desafiador na elaboração do trabalho. Ao iniciar minhas reflexões sobre as considerações finais, busquei o termo adequado para começar e identificar as principais palavras-chave que definiram o início desta pesquisa de campo. As tensões que permeiam as definições dos limites metodológicos na pesquisa em saúde permanecem presentes e sem uma conclusão definitiva. Isso ilustra o aprendizado de alguém que percebe que encerrar uma atividade é apenas o começo de outra, como um ciclo da vida.

De qualquer forma, sinto-me preso em um ciclo, em uma constante circularidade de movimentos que envolvem motivações, inícios, términos e recomeços. Este artigo teve como objetivo principal a compreensão das abordagens metodológicas empregadas em minha dissertação. Trata-se de uma primeira exploração sistemática dessa abordagem, e devemos reconhecer que o pesquisador em campo está sujeito a várias esferas sociais e dinâmicas ao conduzir a etnografia em serviços de saúde na área das humanidades.

Em segundo lugar, a dimensão ética desta pesquisa foi de extrema relevância ao enfrentamento do pesquisador. Lidar com questões sensíveis relacionadas à saúde e ao sofrimento humano exigiu um compromisso constante com a ética da pesquisa. As preocupações com o consentimento informado, a confidencialidade e o bem-estar dos profissionais da saúde estiveram sempre presentes no andamento da escrita. Cada decisão tomada no campo foi cuidadosamente ponderada sob a ótica dos princípios éticos da ABA — Associação Brasileira de Antropologia. Os desafios éticos enfrentados serviram como bagagem metodológica.

Em resumo, esta pesquisa proporcionou uma visão sobre os desafios e questões éticas inerentes à pesquisa em saúde, particularmente no contexto da etnografia hospitalar em serviços de saúde nas humanidades. Através dessa análise, espero que outros pesquisadores possam beneficiar-se das estratégias metodológicas em pesquisa e enfrentar os desafios semelhantes com sensibilidade, reflexão e respeito pelos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, contribuindo, assim, para a construção de um corpo de conhecimento cada vez mais ético. Essa reflexão final destaca a complexidade e a evolução



constante da pesquisa acadêmica, na qual o encerramento de uma fase marca o início de outra.

Referências

AZEVEDO, Aina. Desenho e antropologia: recuperação histórica e momento atual. **Cadernos de Arte e Antropologia**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 15-32, out. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/1096>. Acesso em: 5 dez. 2023.

BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: GUIMARÃES, Alba Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 123-174.

BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (org.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAZAN, Lilian Krakowski. Vestindo o jaleco: reflexões sobre a subjetividade e a posição do etnógrafo em ambiente médico. **Revista Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50209>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CORDEIRO, Franciele Roberta. Do governo dos vivos ao governo dos mortos: discursos que operam para a governamentalidade da morte. **Aquichán**, Bogotá, v. 13, n. 3, p. 442-453, dez. 2013. Disponível em: <https://aquichan.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/2511/html>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 5 dez. 2023.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Mil e uma noites de experiência etnográfica: uma construção metodológica para pesquisadores-performers da religião. **Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 441-464, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1166>. Acesso em: 5 dez. 2023.

FLEISCHER, Soraya. **Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FLEISCHER, Soraya; FERREIRA, Jaqueline. **Etnografias em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FRANCH, Mónica; LONGHI, Márcia; NEVES, Ednalva; SILVA, Luziana Marques Fonseca da. Redes, saberes e trajetórias de pesquisa. Reflexões sobre antropologia e saúde a partir da sorodiscordância para o HIV/Aids. In: OLIVEIRA, Kelly Emanuely de; OLIVEIRA, Luciana



Maria Ribeiro de; NEVES, Ednalva Maciel. (org.). Pesquisa e ética na antropologia contemporânea: territorialidade, gênero, saúde e patrimônio. João Pessoa: **Editora UFPB**, 2013. p. 81-116.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MALINOVSKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 40-56, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pryzG>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PEIRANO, Mariza G. S. **O poder da etnografia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/sRGpwnFNBpDzF9S53sqtzgc/>. Acesso em: 5 dez. 2023.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p.

SEMINOTTI, Elisa Pinto. **“Qrd à Base Samu!” Etnografia de um serviço de urgência: o Samu – João Pessoa/PB**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Weverson Bezerra. **“Trabalhar com a morte é não parar de pensar nela”**: estudo antropológico sobre as práticas dos profissionais de saúde do hospital Napoleão Laureano com os pacientes com câncer em cuidados paliativos. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Rio Tinto, 2021.

SILVA, L. M. F. **Caminhos e descaminhos do HIV/Aids na atenção básica: investigando os serviços de saúde em Rio Tinto – PB**. Projeto PIBIC/UFPB, Rio Tinto. 2017.

TURNER, Bryan. **Medical power and social knowledge**. London: Sage, 1987.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZqxMGvJtb5f79JCFzBwcNnz/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2023.

WHYTE, William. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Recebido em: 23/07/2023.

Aceito em: 22/10/2023.



NARRATIVAS NA METODOLOGIA DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA***NARRATIVES IN SOCIOLOGY RESEARCH METHODOLOGY***

Elias Festa Paludo *

Resumo

O objetivo do presente trabalho consiste em discutir, teórica e metodologicamente, o emprego de narrativas nas pesquisas em ciências sociais. O artigo está disposto em dois principais tópicos, sendo que o primeiro apresenta a relação entre epistemologia e metodologia, debatendo como a escolha de metodologias e técnicas, bem como objetos aparentemente empíricos são construídos com base em pressupostos teóricos. O argumento principal trata de que situando a narrativa dentro de um espaço social de possibilidades, pode-se conciliar as dimensões diacrônicas e sincrônicas de pesquisa, implicando numa metodologia mais robusta e que rompe com os obstáculos metodológicos das ciências sociais elucidados pela bibliografia. Para justificar o argumento, é feita uma explanação e revisão bibliográfica acerca do emprego de narrativas e histórias de vida como metodologias de pesquisa.

Palavras-chave: metodologia; narrativas; história de vida; pesquisa qualitativa.

Abstract

The objective of this paper is to discuss theoretically and methodologically, the use of narratives in social science research. The article is divided in two main topics, the first one presenting the relationship between epistemology and methodology, discussing how the choice of methodologies and techniques, as well as apparently empirical objects, are constructed based on theoretical assumptions. The main argument deals with the fact that by situating narrative within a social space of possibilities, one can reconcile the diachronic and synchronic dimensions of research, implying a more robust methodology that breaks through the methodological obstacles in the social sciences elucidated by the bibliography. To justify the argument, an explanation and literature review is made about the use of narratives and life stories as research methodologies.

Keywords: methodology; narratives; life history; qualitative research.

Introdução

A metodologia qualitativa é amplamente utilizada na sociologia e nas demais ciências sociais, sobretudo em pesquisas que buscam compreender questões mais subjetivas, como experiências e percepções sobre determinado fenômeno. Logo, essa

* Mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: eliasfpaludo@gmail.com.



metodologia vem, cada vez mais, ganhando destaque e discussão sobre o seu emprego, de forma a garantir um rigor científico em sua aplicação.

Nesse sentido, as discussões sobre as diferentes formas e métodos de investigação na sociologia são tão antigas quanto a própria disciplina. Não por acaso, encontramos tais discussões em nomes clássicos e/ou de grande relevância para a sociologia, pois, em alguma medida, o esforço em explicar e/ou investigar a sociedade moderna passou também pelo esforço em constituir um método de tornar tal empreitada possível.

Evidentemente, vemos na sociologia um incontável número de discussões sobre tal tema e que, muitas vezes, seguem por distintos caminhos. Assim também foi, e é, na filosofia da ciência ou do conhecimento, desde os filósofos pré-socráticos, passando pelo racionalismo de Descartes, o empirismo de Hume, o criticismo de Kant, chegando aos obstáculos epistemológicos observados por Bachelard.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão teórico-metodológica acerca do emprego de narrativas em ciências sociais e, mais especificamente, na sociologia. Tal empenho se justifica pela importância que a metodologia qualitativa tem nas ciências sociais, principalmente, ao empreender análises de questões mais subjetivas, como experiências e percepções sobre determinados fenômenos. Nesse sentido, como alternativa para a metodologia de pesquisa, a narrativa propicia uma série de possibilidades ao pesquisador que vem há muito sendo discutida em âmbito metodológico e epistemológico, de forma a garantir um rigor científico em sua aplicação.

Para construir esse debate, iniciaremos discutindo a relação entre epistemologia e metodologia, apresentando como a concepção de objetos, a escolha de bases teóricas de métodos e técnicas de pesquisa estão, em última instância, intrinsecamente relacionadas. O recorte teórico da discussão se dá principalmente a partir da filosofia de Gaston Bachelard com a noção de ruptura, apropriada por Pierre Bourdieu. A partir desse ponto, a crise do sujeito em face do princípio de não-consciência implica em um desafio ao emprego de narrativas e, a fim de o superar, recorreremos à teoria da ação comunicativa de Habermas. Evidentemente, autores como Popper, Lahire, entre outros, são mobilizados para discutir a relação entre metodologia e epistemologia. Após isso, é trabalhado o



conceito de narrativas, de forma mais ampla, a fim de observar a produção teórica sobre tal concepção. Por último, estão postas as considerações.

Este artigo apresenta o argumento de que o emprego de narrativas, enquanto metodologia, pode contribuir com a investigação, desde que seja pensada a partir de pressupostos epistemológicos. Assim, desenvolvemos o argumento de que, localizando a narrativa dentro de um espaço social de possibilidades, pode-se conciliar as dimensões diacrônicas e sincrônicas de pesquisa, implicando em uma metodologia mais robusta e que rompe com os obstáculos metodológicos das ciências sociais.

A relação entre epistemologia e metodologia

Bachelard (2006), em sua clássica obra *A epistemologia*, a qual versa sobre a filosofia da ciência, propõe uma série de críticas ao pensamento filosófico absoluto, introduzindo uma noção de ciência enquanto saber contingente e inacabado, em oposição ao dogma filosófico absoluto baseado em uma verdade. Isto é, ao contrário da filosofia, a ciência deve, pois, instruir a razão e não ser a própria. O espírito científico deve, a todo momento, constituir-se em reparação aos erros históricos.

A partir dessa crítica histórica do conhecimento, Bachelard introduz a necessidade de construir o espírito científico em oposição ao espírito não científico, fato que influenciou diversos cientistas sociais, como Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, com a necessidade de rupturas com prenoções e com a sociologia espontânea. Essa última preocupação está intimamente vinculada ao cuidado objetado por Bachelard quando diz que “A objetividade científica só é possível depois de termos rompido com o objeto imediato” (BACHELARD, 2006, p. 129).

A tomada da ruptura bachelardiana por Bourdieu, contudo, deve ser também observada pela proximidade com Durkheim. Wacquant (2001) arguiu que Bourdieu compartilha com Durkheim uma filosofia racionalista e um *scientific passion*, expressos tanto em *As regras do método sociológico* quanto na obra *Ofício de sociólogo*. Importante destacar que Durkheim, ao conceber o conceito de fato social e, conseqüentemente, seu método, também visa uma proposta de ruptura com tudo aquilo que não fosse próprio do rigor científico, a fim de ultrapassar a “fase ideológica que atravessa todas as ciências”



(DURKHEIM, 2004, p. 8) e “afastar sistematicamente todas as prenoções (DURKHEIM, 2004, p. 63).

Nesse sentido, a primeira relação entre epistemologia e metodologia, que merece destaque, é a formulação teórica de uma investigação. Se utilizarmos como exemplo uma pesquisa que tenha como foco a escola, teremos que envolver diversas categorias, como professores, alunos, comunidade escolar etc. Dentre essas categorias, podemos abordar, a exemplo, a de classe como um recorte dos estudantes. Entretanto o recorte de classe, apesar de parecer óbvio para o pesquisador, é uma categoria teórica, que não se encontra puramente no mundo da vida. Logo, aquilo que há de mais empírico, na verdade, pode ser encarado como uma fragmentação teórica sobre o empírico.

Assumindo a construção teórica de categorias analíticas do empírico, vamos de encontro à demanda de ruptura com o saber imediato, quase que imanente ao objeto, ou com as prenoções, relativas ao sujeito — ressalta-se que este trabalho não pretende aprofundar a discussão já realizada por Kant com os juízos sintéticos *a priori*. Assim, Durkheim (2004), ao suscitar a importância da dúvida metódica de Descartes para o constructo científico a partir da ruptura das prenoções, indica que apenas os conceitos cientificamente elaborados devem prevalecer no *fazer* científico.

Nesse sentido, desde Durkheim e Bachelard até Bourdieu, em *Ofício de sociólogo*, e Lahire, com *El espíritu sociológico*, há uma preocupação em *romper* com os saberes não científicos e propor uma análise que seja fundamentada num espírito científico.

Entretanto, ao postularmos teoricamente, reconhecendo a abstração do real, podemos recair em outros inconvenientes, por assim dizer. Lahire (2006), evidencia um problema recorrente nas pesquisas sociológicas ao utilizarmos as abstrações para pensar a realidade. O autor discute o emprego da metáfora “construção social da realidade”, a partir de duas óticas: os bônus e os ônus de tal emprego. Em primeiro lugar, a ideia de construção social da realidade, para Lahire, foi fundamental para desnaturalizar e desmistificar inúmeros feitos sociais, tidos como naturais ou eternos. Portanto, conceber que algo é socialmente construído, retira do campo da natureza e sujeita o fenômeno à alteração, metamorfose e implica, necessariamente, em algo construído por algo ou alguém etc. Podemos utilizar o exemplo de *capital cultural* de Bourdieu (1979), o qual apresenta o conceito como uma forma de desnaturalizar as desigualdades culturais na

escolarização. Isto é, admitindo a existência de uma cultura herdada ou assimilada de forma heterogênea pelos estudantes, variável em relação à cultura familiar, foi possível desmistificar a ideia de dom natural aos idiomas (claro, os pais daquela criança podiam ter conversado em diversos idiomas na frente da criança, causando uma familiaridade com tais línguas).

Todavia, Lahire também tece uma crítica muito oportuna à *construção social da realidade*. Tomemos o exemplo do *capital cultural* novamente. Lahire criticou Bourdieu no emprego de tal conceito, pois, segundo Lahire (1997), a exposição da criança a um livro (capital cultural objetivado) por si só não representa uma assimilação, pois, a criança ou os pais dela podem nunca ter aberto ou lido tal livro. Exatamente nesse ponto, Lahire expõe a problemática do emprego de metáforas teleológicas, a construção social da realidade acaba por não explicar mais nada, pois ela encontra um fim em si mesma. Não responde como foi construído, por quais atores, de qual forma e em quais circunstâncias, apenas desnaturaliza o fenômeno, naturalizando e mistificando a construção do social pelo social.

la citada metáfora empieza a volverse embarazosa en la medida en que se convierte en un tic del lenguaje que nadie interroga y que deviene a veces en el refugio obligado de todo tipo de lugar común hiperrelativista, antirrealista, antiobjetivista y acrítico (LAHIRE, 2006, p. 93).

Nesse ponto, as técnicas de rupturas propostas por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), tanto com o senso comum quanto com o senso comum erudito, baseadas no princípio que Popper (1972) apresenta sobre a orientação teórica até nos atos mais práticos da ciência, nos são fundamentais para perceber que a metodologia mobilizada numa pesquisa sociológica, está intrinsecamente relacionada à concepção teórica do problema. Portanto, ao falarmos de escala de investigação/análise, delimitação do objeto e problemática de pesquisa, estamos falando em questões teóricas fundamentais, para adotar corretamente o esquema metodológico.

Se tomarmos como exemplo uma investigação que tem por objeto experiências escolares de estudantes, e que busca identificar o social individualizado, no sentido de Lahire (2008), podemos definir que a investigação deve ter como principal ponto de dados as narrativas dos indivíduos, pois trata-se de uma problemática com tal escala. Após isso, é importante considerar a teoria social mobilizada, em forma de *habitus* ou *disposições*,



que versa sobre atribuição de sentido e de identidade pelo próprio agente em sua vivência e processos de socialização. Isto é, a narrativa enquanto método de pesquisa, possibilita que o próprio agente mobilize e organize as experiências, ainda correspondendo às categorias analíticas que o sociólogo determina como eixos da investigação.

A própria utilização de fontes secundárias de dados não se trata unicamente de uma precaução metodológica, mas possui uma dupla função. Em primeiro lugar, dentro do esquema teórico da pesquisa, para investigar a construção da identidade, das experiências e da própria narrativa, é proposto que a sociologia localize o indivíduo dentro do espaço social, conforme Bourdieu (2009) aponta. Ou, ainda, de escapar aos encerramentos sociológicos do objetivismo determinista ou do subjetivismo da filosofia da ação (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

Em segundo lugar, as fontes secundárias de dados não apenas situam o indivíduo no espaço social, servindo de amparo ou correção às narrativas, mas servem de subsídio analítico ao pesquisador, evitando a atribuição forçada de sentido, fato que Lahire (2006) chama de *sobreinterpretação*, a qual pode se dar por três formas: 1) a falta de dados para sustentar a tese; 2) pelas lacunas não objetivadas ou contempladas nos modelos analíticos e; 3) os exemplos perfeitos, narrativas exemplares que podem não condizer com o contexto da ação ou com a ação em sua totalidade (LAHIRE, 2006, p. 45).

As situações de *sobreinterpretações* também estão presentes no vocabulário bourdieusiano. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) indicam a necessidade de compreender a necessária crítica ao método, inclusive a risco de cair no falso profetismo:

Mais do que todos os outros especialistas, o sociólogo está exposto ao veredito ambíguo e ambivalente dos não especialistas que sentem com a autoridade de dar crédito às análises propostas, com a condição de que estas despertem os pressupostos de sua sociologia espontânea, mas que são levados, por essa mesma razão, a contestar a validade de uma ciência que eles só aprovam na medida em que ela coincide com o bom-senso (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 36).

A necessidade de submeter a metodologia à crítica, reconhecendo a relação epistemológica, é uma segurança ao próprio pesquisador. Seja para não haver um enviesamento de dados, seja para não haver interpretações equivocadas.

Portanto, a técnica, por mais neutra que aparente ser, utiliza-se mesmo que implicitamente uma teoria do social (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON,

2010). Assim, considerando a construção do objeto e das técnicas a partir de pressupostos, é importante compreender a falsa neutralidade das metodologias e analogias, a fim de compreender a construção metodológica como um fazer vigilante, não apenas reconhecendo a intrínseca relação entre epistemologia e metodologia, mas entre metodologia e contexto de investigação.

Embora seja muito importante para as ciências sociais, a assimilação da tradição da ruptura, isto é, a incorporação de Bachelard na metodologia não se fez de maneira unânime na sociologia. Pelo contrário, a herança positivista que faz Bachelard mais próximo de Comte, foi assimilada por Bourdieu como um paradigma que tende ao contraditório, em que o princípio da não-consciência se aplica ao ator, mas não ao sociólogo que é naturalmente neutro, como um observador privilegiado, além de implicar na ideia de “má-fé do ator” criticada por Luc Boltanski (DOSSE, 2020).

Em última instância, ao pensarmos a tradição epistemológica de Bourdieu quando aplicada metodologicamente às narrativas, encontramos o seguinte problema: se o ator é não-consciente e, portanto, pode fazer ilações sobre sua história a fim de promover uma coerência biográfica, como pode a narrativa ser uma fonte de dados confiável a partir de um emprego teórico que submete o agir individual como reflexo das estruturas incorporadas ou do contexto linguístico?

Portanto, a seguir, iremos discutir, a partir do emprego da narrativa enquanto opção metodológica, um caminho que evoque as contribuições tanto das rupturas necessárias à ciência quanto a presença do ator e sua consequente importância como fonte de dados a partir de narrativas.

A narrativa como opção metodológica

As narrativas, evidentemente, não são ferramentas recursivas exclusivas das ciências sociais. Pelo contrário, é talvez uma das mais antigas formas de comunicação e produção de significados:

Narrative inquiry is an old practice that may feel new for a variety of reasons. It is a commonplace to note that human beings both live and tell stories about their living. These lived and told stories and talk about those stories are ways we create meaning in our lives as well as ways we enlist each other's help in



building our lives and communities. What does feel new is the emergence of narrative methodologies in social science research. With this emergence has come intensified talk about our stories, their function in our lives, and their place in composing our collective affairs (CLANDININ, 2006, p. 44).

É bem verdade que o conceito de narrativa também tenha sido explorado por autores vinculados ao paradigma pós-moderno, que entrelaça história e narrativa (FORTES, 2014), como Lyotard (1979), que concebe uma crítica às metanarrativas, ou Foucault. Contudo, o enfoque do presente trabalho não inclui uma abordagem da virada linguística e, portanto, a correlação entre discurso/narrativa e poder, como em *A microfísica do poder* (FOUCAULT, 1978), foge da presente proposta.

O que nos interessa não são apenas as primeiras utilidades atribuídas às narrativas, mas sim como as narrativas têm sido usadas na investigação sociológica e como podem contribuir para a investigação qualitativa. Entretanto, considerando que o próprio Bachelard é conhecido pela sua posição favorável ao positivismo, bem como a influência do determinismo e buscas por leis universais (espelhadas nas ciências da natureza) que explicassem a sociedade, é fundamental destacar a particularidade do cunho qualitativo, considerando que a metodologia qualitativa

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 22).

Portanto a discussão acerca das narrativas tem vinculação direta ao estudo qualitativo. Deste modo, as narrativas estiveram presente nas pesquisas das ciências sociais brasileiras desde muito cedo, porém em diferentes estágios e momentos. A partir do início da segunda metade do século passado, mais precisamente entre 1950 e 1980, se deu o emprego de histórias de vida, porém mais voltado a análises de minorias e interessado em dar voz aos seus representantes, reproduzindo discursos (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014).

Ainda na segunda metade do século passado, também no Brasil, prevaleceu a ruptura bachelardiana que visava uma ruptura com o subjetivo e, ao final do século, culminou na crise do princípio da não-consciência, quando teorias que suprimiam a capacidade do agente ou que defendiam a não-reflexividade do ator social — como é



possível notar em Bourdieu ao longo de *A ilusão biográfica* (1994) ou do princípio reflexivo apenas do sociólogo capaz de captar o *habitus* daqueles que agem de acordo com esquemas de ação externos a si mesmos — propiciando uma virada narrativa ou *virada do sujeito*, conforme apontam Santos, Oliveira e Susin (2014), instigando uma nova significação do emprego das narrativas e valorização do ator individual.

Esse movimento é perceptível, como exemplo, na tradição bourdieusiana, tanto na obra mais madura do ator *A miséria do mundo* (BOURDIEU, 1993), em que a “herança cultural” já não é mais tratada como automaticamente transmissível e depende também do agir do herdeiro, quanto em Lahire e seus *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004).

Portanto esse novo momento da teoria social que implicou em maior alcance e aproveitamento das narrativas está fundado no sujeito e sua capacidade compreensiva sobre sua própria vivência.

A virada narrativa nas ciências humanas nas últimas décadas trouxe uma priorização de visões construtivistas sobre a narrativa como prática social e criadora de sentido. Tais referenciais teóricos sobre a construção social de histórias de vida passam, necessariamente, pela discussão dos mecanismos de construção e reconstrução da memória (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 367).

Nesse sentido, a utilização das narrativas como método implica diretamente no reconhecimento da agência individual. Porém tal esforço não deve ser feito de maneira radical, desconsiderando as condições estruturais ou externas ao indivíduo, uma vez que

os métodos biográficos podem ser considerados o território mais amplo onde se inscrevem os diversos recursos e abordagens para a análise de auto-relatos e de trajetórias de vida. A contribuição de uma abordagem hermenêutica a partir de Gadamer e Paul Ricoeur reitera a fronteira entre sujeito e história como o ambiente epistêmico por excelência da pesquisa biográfica e rompe com uma possível orientação realista. Ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser produções individuais e factuais e evidenciam a interpenetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas. Nessa perspectiva, o universo comum que engloba um campo de práticas e discursos, como o ambiental, por exemplo, também pode ser visto, ele mesmo, como uma grande narrativa que engloba e torna plausíveis as narrativas individuais (CARVALHO, 2003, p. 293).

A narrativa, portanto, não diz somente ao relato vivido individualmente. Trata diretamente da relação entre o sujeito, os acontecimentos e o sentido atribuído. Assim, o



método narrativo não se constitui como um método inteiramente subjetivo. Entretanto, retomando as técnicas de ruptura e os obstáculos metodológicos já observados em Bachelard e Bourdieu, é fundamental observar criticamente como a narrativa ou a história de vida também está ligada ao senso comum:

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entram de contrabando no universo do saber [...] Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que a vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como história e a narrativa dessa história (BOURDIEU, 1996, p. 74).

Bourdieu chama atenção para a concepção imediata de que a narrativa é o conjunto individual e que tende a organizar os acontecimentos em sequências ordenadas a partir de relações inteligíveis (BOURDIEU, 1996), ou seja, cria conexões causais entre os fatos, na preocupação de “atribuir sentido” e “descobrir uma lógica [...] como a do efeito e causa” (BOURDIEU, 1996, p. 75). Assim, a narrativa pressupõe um fim teleológico, não explicando e tampouco observando o encobrimento de aspectos históricos ou individuais a partir da aceitação da causa pelo efeito ou início pelo *telos*.

Nesse mesmo sentido:

A premissa-chave por trás da ideia de narrativas é que pessoas interpretam suas vidas como um conjunto de narrativas, ou histórias, que têm um início, um meio e um fim e que contém sequências de eventos causalmente interligadas (SMALL; HARDING; LAMONT, 2011, p. 103).

Entretanto a organização e o sentido atribuído às histórias são de grande valor ao pesquisador. Mesmo que observemos a *ilusão biográfica* anunciada por Bourdieu ou o *objeto imediato* a ser rompido segundo Bachelard, há um fator que opera enquanto sintetizador das experiências. Se todos atribuímos significados aos acontecimentos mais aleatórios a fim de justificar um fim, há um fator anterior que orienta tal conduta.

Para discutir esse fator, Bourdieu retoma, indiretamente, a noção kantiana de juízo sintético *a priori*, a fim de compreender que há um

princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, de unificação das práticas e das representações (isto é, o equivalente, historicamente constituído, logo, historicamente situado, desse eu cuja existência devemos postular, de acordo com Kant, para dar conta da síntese da diversidade sensível intuída e da coerência de representações em uma consciência) (BOURDIEU, 1996, p. 77).



Evidentemente, esse princípio é o *habitus*. Isto é, uma condição histórica e socialmente localizada que norteia as práticas sob um signo comum. Além disso, o *habitus* desempenha a mediação entre as estruturas objetivas e as práticas dos agentes, conduzindo, assim, às ações possíveis dentro de tal contexto (BOURDIEU, 2009). Bourdieu ainda define o *habitus* como um princípio gerador das práticas, ao assimilar e interiorizar as estruturas e exteriorizar a individualidade, garantidor de orientações que muitas vezes são vistas como escolha e vocação, ou ainda tomada de consciência. Isso tudo “não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que [...] tende a produzir práticas” (BOURDIEU, 2013, p. 202).

Vejamos a noção de *habitus* a partir do esquema analítico de Bourdieu:

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina /*habitus*/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /*habitus*/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /*habitus*/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /*habitus*/ (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31, grifos do autor).

Portanto o juízo sintético *a priori* ganha sentido, pois, mesmo que o juízo seja sobre algo externo a nós (mesmo que consideremos a nossa vida vivida como um objeto apartado do eu presente), tal juízo sintético (exterior) é constituído a partir de condições apriorísticas (o *habitus* e as condições históricas de interpretação dos fatos).

Muito embora a tentativa de evitar uma concepção teleológica da narrativa por Bourdieu demonstre um cuidado interessante e importante metodologicamente, a tomada da narrativa, enquanto expressão de um *habitus* e, ao mesmo tempo, como uma tentativa do ator em atribuir sentido, a partir de ilações de causa e efeito criadas em retrospectiva, remonta ao axioma do sociólogo enquanto observador privilegiado e único dotado de reflexividade. Portanto a tentativa de Bourdieu de localizar as narrativas biográficas como

produto de um contexto socialmente imposto, implica na dominância do externo e consequente perda de validade do discurso individual.

Desse modo, a narrativa enquanto metodologia de pesquisa enfrenta, por um lado, a necessidade de romper com o princípio da não-consciência, como diz Boltanski (2011) e, por outro lado, de sustentar a validade frente ao tempo, como Ricoeur fez ao superar a fenomenologia transcendental de Husserl, a partir de mediação do *tempo histórico* pela narrativa (BARROS, 2012).

Esse duplo movimento metodológico que a narrativa possibilita, isto é, reconhecer as duas dimensões do tempo (em termos da história) ou da ação e seu sentido (na clássica relação entre indivíduo e sociedade, ação e estrutura), demanda um aporte teórico que o sustente. Se vimos que o *habitus* bourdieusiano, ainda que “relativizado” em obras mais maduras ou por herdeiros como Lahire, ainda pressupõe o princípio da não-consciência e um positivismo que dilacera as dimensões subjetivas.

Portanto é necessário se voltar para os agentes envolvidos no processo de narrar e compreender que a organização dos fatos em uma narrativa, a fim de produzir sentido, pode ser compreendida (e deve!) a partir da relação entre quem narra e quem escuta: “narratives exist and have meaning only with in networks of tellers and audiences” (EWICK; SILBEY, 2003, p. 1342-1343). Portanto, se considerarmos a expressão de um *habitus* no interior das narrativas, é necessário compreender que as narrativas também dizem respeito à construção de identidade e de sentido pelo indivíduo frente à sociedade:

as narrativas fornecem explicações de como os indivíduos veem a si mesmos em relação aos outros e, por isso, são centrais para a forma como construímos identidades sociais. Elas afetam nossas ações, porque indivíduos escolhem ações consistentes com suas identidades e narrativas pessoais [...]. As narrativas são importantes porque, como histórias que as pessoas contam sobre si mesmas e sobre outros, as narrativas revelam como as pessoas conferem sentido às suas experiências, restrições e oportunidades (SMALL, HARDING, LAMONT, 2011, p. 103).

Para além disso, e chegando em referências diversas, também Giddens (1991) explica a importância do uso de *narrativas* para encontrar a identidade da pessoa: “person’s identity is not to be found in behaviour, nor — important though this is — in there actions of others, but in the capacity to keep a particular narrative going” (GIDDENS, 1991, p. 54).



Assim, ao analisar narrativas, é fundamental considerar a busca do narrador por uma lógica causal entre os acontecimentos, bem como a afirmação de identidade em relação ao seu grupo de origem. A partir desse pressuposto, deve-se considerar que as instituições também são atores sociais, e que os atores estão sempre inseridos no espaço tempo, respondendo a oportunidades e restrições do contexto (EMIRBAYER, 1997).

Nesse sentido, as contribuições de Bourdieu para o emprego das narrativas é a busca por localizar os acontecimentos biográficos no espaço tempo ou espaço social, evidenciando as ligações entre as dimensões sincrônica e diacrônica (BOURDIEU, 1996).

Emirbayer (1997) reforça a necessidade de analisar as narrativas dentro das situações em que ocorrem, como elucidado por Bourdieu. E ainda indica que, ao fazer isso, elimina-se as reificações existentes em torno da ideia de causa e efeito:

the narratives of their responses (together with the situations within which these occur) help to explain how causes actually produce effects in history. Action language, in other words, clears the ground for casual analysis by eliminating reified structures as “casual factors”, yet it needs to be supplemented by an explicit concern for the “situational mechanisms” that actually channel flows of events (EMIRBAYER, 1997, p. 307).

A utilização de narrativas se justifica pela possibilidade de observar a construção da identidade do agente, bem como compreender as atribuições do agente às relações de causa e efeito, ao analisar a narrativa juntamente com as situações em que ocorreram.

Nesse sentido, não apenas as narrativas devem ser investigadas e pensadas juntas ao seu contexto, mas também a metodologia deve observar a necessidade do aparato teórico que constitui o problema de pesquisa. Em ambos os casos, trata-se de revisar a dimensão diacrônica pela sincrônica e vice-versa.

No que tange às narrativas, compreender a identidade e as representações individuais apenas como reflexos ou condições *a priori* de ação inscritas em um *habitus* pode ser visto como uma retomada à ruptura bachelardiana e ao princípio de não-consciência, criando um hiato entre o constructo teórico e a metodologia, uma vez que na primeira instância a capacidade reflexiva do ator está em suspensão e reduzida aos princípios de ação exteriores a si próprio.

Portanto uma alternativa teórica para a compreensão das narrativas enquanto ferramenta de coleta de dados que foge apenas da experiência subjetiva, mas que também



não recaí no descrédito do ator ou num determinismo estrutural, reside na apropriação da virada linguística por Habermas a partir do paradigma da comunicação.

Habermas (1985), ao postular a teoria do agir comunicativo, encarou a crise do sujeito, discutindo tanto os determinismos estruturais, como em Adorno e Horkheimer, quanto as relações de poder, a ponto de estabelecer que

o “sim” e o “não” dos atores que agem comunicativamente são de tal modo prejudgados pelos contextos linguísticos e rejeitados no plano da retórica, que as anomalias que se apresentam nas fases de esgotamento só se mostram como sintomas de uma vitalidade em desaparecimento, como processos de envelhecimento análogos aos da natureza — e não como a consequência de soluções *errôneas* de problemas e de respostas inválidas (HABERMAS, 2000, p. 289-290, grifos do autor).

Assim, os esquemas objetivos observados por Bourdieu estão em nível dos sistemas apresentados por Habermas, com a diferença de que há um mundo da vida onde a ação dos indivíduos, desde que por uma razão comunicativa, expressa a consciência intersubjetiva deles. Enquanto em Bourdieu, o *habitus* seria a colonização do mundo da vida pelos sistemas, ou, ao menos, por suas estruturas.

Logo, a ação comunicativa de Habermas abrange uma compreensão do indivíduo enquanto ser reflexivo, rompendo com o princípio da não-consciência empregado por Bourdieu, porém sem recair na ação enquanto mero reflexo dos contextos linguísticos.

Ou seja, o reconhecimento do mundo da vida, ainda que atrelado de alguma forma aos sistemas, é propiciar teoricamente a existência de um espaço social onde o narrador viveu sua própria história, experiência fenômenos e, também, esteve exposto às estruturas sociais.

Para obter dados referentes ao contexto e à dimensão diacrônica da problemática e do objeto de pesquisa, é importante adicionar ao desenho da pesquisa a revisão bibliográfica sobre o tema, análises documentais sobre as instituições envolvidas no fenômeno investigado etc.

Portanto, segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), a concepção de método de pesquisa desassociado de sua aplicação, constitui-se como um problema da sociologia. Pois, assim, evoca, de forma canônica, um ser pronto, absoluto e impassível de erros, na forma de método. A exemplo daqueles que proclamam a impureza original

da empiria, acabam por continuamente desassociar o método da teoria. Ou seja, os autores buscam uma forma não acabada de método, abandonando o saber universal e focando na contingência do saber científico, sobretudo em sua relação com a prática de pesquisa:

É necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica razão epistemológica para definir e inculcar uma atitude de vigilância que conheça o erro e engendre mecanismos a superá-lo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 11).

Contudo é importante ressaltar que, ao mobilizar narrativas na pesquisa em ciências sociais, deve-se reconhecer desde a teoria social implícita, a necessidade de localizar os agentes dentro de seus espaços sociais, estar atento às técnicas de ruptura com explicações teleológicas, além de, é claro, estar atento ao desenho de pesquisa e sua operacionalização a partir das técnicas de levantamento de dados. Isto é, reconhecer os limites, recortes e diretrizes gerais que operacionalizam a problemática sociológica, nos permite pensar num modelo metodológico que gere um controle na qualidade dos dados, superando os empecilhos citados por Lahire, apoiando-se em outras fontes de dados, uma vez que

o ponto-chave no controle de qualidade dos dados em todos os casos [entrevista, história de vida e história oral] situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade (HAGUETTE, 1997, p. 89).

Em termos gerais, Haguette situa o controle de qualidade de dados na pluralidade de fontes, observando, assim, o mesmo fenômeno por diferentes perspectivas e entendimentos.

Considerações finais

As narrativas estão presentes de diversas formas nas ciências sociais. Considerando isso, o presente artigo apresentou um esforço em discutir a importância do emprego de narrativas como metodologias de investigação, mas não somente. Também evidenciamos, a partir de uma discussão de cunho epistemológico, a necessidade de



compreender os fundamentos e pressupostos teóricos envolvidos não apenas na construção do objeto de pesquisa, mas também no aparato metodológico.

Portanto, no que tange ao emprego de narrativas nas ciências sociais, reconhecer que questões sobre a objetividade do conhecimento estão postas diretamente, implica num ganho para a investigação. E, também, se faz necessário ressaltar que ao compreender os perigos da ilusão biográfica, da necessidade de atribuir sentido ao conjunto de acontecimentos passados e, até mesmo, compreender a impossibilidade do sujeito de apreender objetivamente a realidade, não é um movimento de desmerecimento ou deslegitimação da fonte de dados. Pelo contrário, as precauções metodológicas, nesse sentido, visam conformar as expectativas dos envolvidos dentro do campo de possibilidades, reforçando os dados.

Portanto, ao considerarmos as contribuições metodológicas de Bourdieu, que atenta para a necessidade de localizar o ator dentro de seu contexto, ou seja, do espaço social, torna-se um ganho para as pesquisas, desde que também considerem aquelas críticas ao princípio da não-consciência. Assim, se projeta um aparato metodológico robusto, de acordo com a importância da variação de fontes expostas por Haguette e sem *sufocar* as experiências individuais em nome de esquemas de ação anteriores ao indivíduo.

Justamente nesse caminho, a discussão sobre os métodos de pesquisa e investigação, anterior à escolha de técnicas, é fundamental para que as ciências sociais não caiam em argumentações teleológicas. Vemos que as diferentes linhas — desde a etnometodologia, que está vinculada à filosofia fenomenológica de Husserl, até a teoria crítica, que revê ciclicamente seus pressupostos, antes marxistas e/ou hegelianos, agora mais próximos de Kant — não se privam de discutir como operacionalizar seus pressupostos teóricos.

Portanto este artigo contribui para, minimamente, discutir os pressupostos epistemológicos, as fundamentações teóricas que estão implícitas em qualquer análise social, uma vez que não há metodologia e/ou percepção neutra, uma vez que investigamos um mundo no qual também estamos, fazemos parte, mudamos e somos mudados por ele.



Referências

- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o Círculo Hermenêutico. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 1-27, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/370/351>. Acesso em: 28 out. 2023.
- BOLTANSKI, Luc. *On critique: a sociology of emancipation*. Cambridge: Polity, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 30, nov. 1979.
- BOURDIEU, Pierre. (org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 283-302, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000100012>. Acesso em: 26 out. 2021.
- CLANDININ, Jean D. Narrative inquiry: a methodology for studying lived experiences. **Research Studies in Music Education**, UK, v. 27, n. 1, p. 44-54, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1321103X060270010301>. Acesso em: 16 out. 2021.
- DOSSE, François. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2020.
- DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 2004.
- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EWICK, Patricia; SILBEY, Susan. Narrating social structures of resistance to legal authority. **Ajs**, Chicago, v. 108, n. 6, p. 1328-1372, 2003.
- FORTES, Carolina Coelho. O pós-modernismo, Lyotard e a história: a condição pós-moderna e uma tentativa de aproximação ao fazer historiográfico. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 1-20, set./dez. 2014. Disponível: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/593>. Acesso em: 28 out. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.



GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age**. Cambridge, England: Polity Press, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action: Reason and the rationalization of society**. Boston: Beacon Press, 1985. v 1.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, Bernard. **El espíritu sociológico**. Buenos Aires: Mannatial, 2006.

LAHIRE, Bernard. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 373-389, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SANTOS, Hermílio, OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17152>. Acesso em: 26 out. 2021

SMALL, Mario Luis; HARDING, David J.; LAMONT, Michèle. Reavaliando cultura e pobreza. **Sociol & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 91-118. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/9bPVvQSW8ktvZgfdNDctRjq/>. Acesso em: 28 out. 2023.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: uma teoria da prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40 n.1, p. 27-56, jan./fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtGrs/>. Acesso em: 28 out. 2023.

WACQUANT, Loïc. Durkheim and Bourdieu: the common plinth and its cracks. **The Sociological Review**, UK, v. 49, n. 1, p. 105–119, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2001.tb03536.x>. Acesso em: 28 out. 2023.

Recebido em: 11/01/2023.

Aceito em: 24/09/2023.



**ENSAIO SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA À LUZ DO PENSAMENTO SOCIAL,
ECONÔMICO E POLÍTICO BRASILEIRO*****ESSAY ON THE BOURGEOIS REVOLUTION IN THE LIGHT OF BRAZILIAN
SOCIAL, ECONOMIC AND POLITICAL THINKING***

Marlon Kauã Silva Cardoso *

Leonardo Figueiredo de Souza **

Fernanda Lemos ***

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a revolução burguesa à luz do pensamento social, econômico e político brasileiro. Para tanto, fizemos um estudo bibliográfico destacando autores do pensamento sociológico clássico e do pensamento social, econômico e político brasileiro. O trabalho é dividido em duas partes; na primeira, discutimos a revolução burguesa na Europa à luz do pensamento sociológico clássico; em seguida, refletimos sobre a revolução burguesa no contexto brasileiro, a partir da discussão teórica das décadas de 1950/60, ressaltando autores do pensamento social, econômico e político brasileiro que se debruçaram sobre esse tema no cenário histórico brasileiro. Os autores divergem quanto à interpretação sociológica da revolução burguesa brasileira, lembrando-a como um fato histórico lento, datado com a abolição do trabalho escravo ou com a expansão da cafeicultura, destacando-a como uma contrarrevolução ou revolução que existiu ou não, mas convergem no sentido de que ela foi determinada por fatores sociais, econômicos e políticos, internos e externos ao Brasil.

Palavras-chave: revolução burguesa; pensamento social; sociologia; capitalismo.

Abstract

The general objective of this article is to analyze the bourgeois revolution in Brazilian social, economic and political thought. To this end, we conducted a bibliographical study highlighting authors of classical sociological thought and Brazilian social, economic and political thought. The work is divided into two parts; in the first we discuss the bourgeois revolution in Europe in the light of classical sociological thought; then, we reflect on the bourgeois revolution in the Brazilian context, from the theoretical discussion of the 1950/60, highlighting authors of Brazilian social, economic and political thought who problematized this theme in the Brazilian historical scenario. The authors differ regarding the sociological interpretation of the Brazilian bourgeois revolution, remembering it as a slow historical fact dated with the abolition of slave labor or with the expansion of coffee growing, highlighting it as a counter-revolution or revolution, which existed or not, but

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. E-mail: marlonka.mk@gmail.com.

** Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: leof.amazonia@gmail.com.

*** Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil. E-mail: Fernandalemos920@gmail.com.



they converge in the sense that it was determined by social, economic, and political factors, internal and external to Brazil.

Keywords: bourgeois revolution; social thought; sociology; capitalism.

Introdução

O presente artigo possui como objetivo geral analisar a revolução burguesa a luz do pensamento social, econômico e político brasileiro. Para tanto, em termos metodológicos, fizemos um estudo bibliográfico da sociologia brasileira clássica e ressaltamos as principais contribuições dos autores para o assunto. Buscamos ressaltar a problemática, que ganha força a partir das décadas de 1950/60 na sociologia brasileira, sobre se houve ou não revolução burguesa no Brasil e de que forma essa mudança histórica ocorreu.

O trabalho é dividido em dois momentos. No primeiro, realizamos uma reflexão sobre a dupla revolução burguesa — francesa e industrial —, que alterou as estruturas sociais, econômicas e políticas. Ressaltamos a interpretação sociológica dada por Marx, Durkheim, Weber e Simmel ao acontecimento e seus desdobramentos. Aqui, a ideia é mostrar a transição histórica promovida pela dupla revolução, em seus aspectos sociológicos fundamentais.

Em um segundo momento, discutimos a revolução brasileira. Para tanto, ressaltamos o caráter da dependência da América Latina ante o capitalismo mundial, de um modo geral, além de fazermos uma breve reflexão histórica. Situamos a polêmica que gira em torno do tema, destacando os mais variados pontos de vistas dentro do pensamento social brasileiro. Alguns que conversam entre si e outros que divergem, causando, dessa forma, uma ambiguidade na interpretação histórica da revolução burguesa. Entretanto, embora dissonantes, todas as perspectivas teóricas entendem que existe uma burguesia e um capitalismo a ela obediente no Brasil — é um fato incontestável.

As revoluções burguesas e as suas interpretações sociológicas

Compreender a revolução burguesa e as suas mais variadas interpretações sociológicas, requer entendê-la como um processo complexo no tempo e no espaço.



Analisar as mudanças históricas implica, com toda modéstia, em não aceitar nenhuma teoria geral da história (GERTH; MILLS, 1973, p. 47). Trata-se de aceitar as ambiguidades e o imenso universo de informações que os processos de mudanças históricos-estruturais colocam.

Nesse sentido, analisar as mudanças históricas exige que se determine o que muda, como muda, em que direção, a que velocidade e por quê. Nesse sentido, entendemos por mudança social: “[...] ao que quer que possa acontecer no curso do tempo aos papéis, às instituições, ou às ordens compreendidas em uma estrutura social: o seu aparecimento, expansão ou declínio” (GERTH; MILLS, 1973, p. 43). Não obstante, para os nossos fins, buscaremos entender a revolução burguesa como acontecimento histórico que viabilizou o surgimento/expansão do capitalismo e o declínio de outras formas de organização social, tomando o ponto de vista do Ocidente.

A transformação do mundo entre 1789 e 1848 foi uma modificação advinda da *dupla revolução*: a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial (inglesa) contemporânea. Essas transformações modificaram e continuam produzindo mudanças no mundo até os dias de hoje. Juntas, essas transformações, representam o triunfo da indústria capitalista, da classe média ou da sociedade *burguesa* liberal; constituem o triunfo das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte) (HOBSBAWM, 1994, p. 15-17).

A Revolução Industrial foi uma *explosão*, isto é, pela primeira vez na história da humanidade foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí tornaram-se capazes de multiplicar rapidamente os homens, mercadorias e serviços. A primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão; até 1830, era a única indústria que predominava, a fábrica ou o *engenho*. Suas consequências sociais foram a transição para uma nova economia, combinada com miséria e revoluções em 1838 no continente europeu, além de amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. (HOBSBAWM, 1994, p. 44-55).

A Revolução Francesa, por sua vez, foi a responsável pela transformação da sociedade no plano político e ideológico. Foi a França que fez suas revoluções, e com elas, suas ideias. Foi esse país o responsável por difundir no mundo o vocabulário da política liberal, radical-democrática e do nacionalismo. A Revolução Francesa forneceu



a todas as sociedades os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas. Em suma: “A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Essa foi a obra da ‘Revolução Francesa’” (HOBSBAWM, 1994, p. 72).

O pensamento sociológico europeu talvez seja um dos principais fios condutores de interpretação dessa dupla revolução burguesa. Lançando mão de distintos métodos e teorias, os pensadores sociais debatiam-se consigo mesmo e entre si para dar ao mundo uma interpretação científica da nascente sociedade moderna ocidental.

Todo modelo de estrutura social implica em um modelo de mudança histórico-social. A história configura-se nas mudanças que as estruturas sociais sofrem (GERTH; MILLS, 1973, p. 21). Por isso, Marx, Weber, Durkheim e Simmel, com suas especificidades, possuem interpretações da mudança social.

Weber (2004) estava preocupado com o *ethos econômico*, isto é, como o modo de agir, pensar e sentir do homem moderno que visava o lucro de forma racional e sistemática — o espírito do capitalismo. Weber (2004) está preocupado, em essência, com os fenômenos culturais que só a cultura ocidental trouxe. Sua tese central está em fazer a *imputação causal* de um único fato histórico que permita a explicação da influência de certas ideias religiosas na formação do espírito do capitalismo, isto é, de uma determinada atividade que busca o lucro de modo racional e sistemático. Vale destacar que Weber parte dos dados estatísticos ocupacionais, em empresas, que demonstram que os cargos de maior qualificação e mais bem remunerados estão preenchidos por pessoas vinculadas ao protestantismo.

Aliado a isso, o autor busca nas correntes do protestantismo ascético, o luteranismo, o pietismo e metodismo, e as seitas anabatista, e, sobretudo, no calvinismo, as bases de uma ética protestante que ajudou a construir esse modo de vida, chamada por ele, com base em Benjamin Franklin, de “espírito do capitalismo”. Para a doutrina calvinista, da predestinação, os homens eleitos por Deus conseguem sua salvação a partir de uma disciplina, do trabalho, do cálculo e da busca pela riqueza. Por fim, convém mencionar os aspectos do “espírito do capitalismo” encontrados por Weber no excerto *Retratos da cultura americana*”, de Benjamin Franklin: 1) a noção de que “tempo é



dinheiro”, uma alusão à noção de poupar e guardar dinheiro; 2) o suposto de que “crédito é dinheiro”, uma referência ao pagamento de uma dívida; 3) a noção viciosa de que “dinheiro gera mais dinheiro”, referência clara à busca pelo lucro; 4) “o bom pagador é o senhor da bolsa de outro homem”, isto é, quem paga em dia suas dívidas possui credibilidade e confiança no mercado. Em essência, todos esses aspectos da vida moderna elencados já se encontravam nas correntes do protestantismo ascético. Portanto, na visão weberiana, a ética protestante é a base do espírito do capitalismo, ou seja, de um modo de agir, pensar e sentir do homem moderno, seja ele capitalista ou proletariado. Tanto assim que, nas sociedades modernas, a busca pelo tempo perdido, pelo acesso ao crédito, por mais dinheiro e credibilidade está na agenda da maioria das pessoas.

Simmel (2005), na mesma linha, estava refletindo sobre a vida dos indivíduos nas grandes cidades com o “blasé”, em outras palavras, com um modo de vida baseado no “espírito contábil”, no cálculo que fixa as partes conforme o ideal da matemática, e, sobretudo, na indiferença do indivíduo para com a sociedade.

Marx e Engels (1998, 2005) estavam estudando a sociedade capitalista — nela, encontrava-se, em antagonismos, a burguesia, que detinha os meios de produção e a propriedade privada, e o proletariado, que possuía apenas sua força de trabalho e era explorado pela primeira.

Durkheim, “[...] o sociólogo da ordem e da integração, o metodólogo positivista da objetividade e da coisificação” (PIZZORRO, 2005, p. 103), também possui, como Marx e Weber, sua própria teoria da modernidade, e, por conseguinte, da revolução burguesa. Com o advento da divisão social do trabalho, as *sociedades simples* foram perdendo espaço para as *sociedades complexas*. Nas primeiras, os atores vinculavam-se pela “consciência comum”¹ produzindo a “solidariedade mecânica”, que é a argamassa da sociedade. Nesta, caso os sujeitos tentassem rebelar-se contra o imperativo coletivo, a sanção recairia sobre eles por meio da pena; por isso, aqui, o “direito penal” é a “moral”²

¹ A definição de consciência comum é dada por Durkheim da seguinte forma: “O conjunto das crenças de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum [...], ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade [...], ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece” (DURKHEIM, 1999, p. 50).

² Para Durkheim, a moral apresenta um caráter religioso, por isso, sugere ele, “comparemo-la à noção do sagrado [...]. O ser sagrado é [...] o ser proibido que não ousamos violar; é também o ser bom, amado, procurado” (DURKHEIM, 2009, p. 51).

vigente. Com o progresso do meio social, isto é, da sua “densidade dinâmica”³ e de sua “densidade material”⁴, sobrevém uma nova época em que o indivíduo se descola da sociedade, ganha autonomia e personalidade. Neste processo, constitui-se a divisão social do trabalho, produzindo a “solidariedade orgânica”. Neste cenário, o indivíduo ao atentar contra a norma vigente, sofrerá uma sanção não da sociedade como um todo, mas de alguma de suas partes restritivas; temos, enfim, o *direito restitutivo*. Com efeito, na teoria da modernidade durkheimiana possuímos, portanto, dois tipos de solidariedade positivas, que as seguintes características distinguem:

1° A primeira liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário. Na segunda, ele depende da sociedade, porque depende das partes que a compõe.

2° A sociedade não é vista sob o mesmo aspecto nos dois casos. No primeiro, o que chamamos por esse nome é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o tipo coletivo. Ao contrário, a sociedade de que somos solidários no segundo caso é um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas. Aliás, essas duas sociedades são uma só coisa. São duas faces de uma única e mesma realidade, mas que, ainda assim, pedem para ser distinguidas.

3° Dessa segunda diferença decorre outra, que vai nos servir para caracterizar e denominar esses dois tipos de solidariedade" (DURKHEIM, 1999, p. 106).

Durkheim e os outros autores estavam, em maior e menor medida, preocupados em caracterizar o processo de mudança social engendrado pela *dupla revolução* burguesa. Weber, com a compreensão *ethos* econômico, Marx, por meio da explicação do modo de produção capitalista, e Durkheim, por meio do estudo das solidariedades mecânica e orgânica.

Os pensamentos desses autores, portanto, são sintomáticos da tentativa de explicação científica de uma nova forma de organização econômica e política. Conforme a bastante conhecida frase de Marx e Engels, tudo o que era sólido se desmanchou no ar, e em seu desenvolvimento, a burguesia revolucionou “incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais (MARX, ENGELS, 1998, p. 42-43). Ou seja, para Marx e Engels, a burguesia era a classe socialmente revolucionária, pois destruiu o feudalismo e criou novas forças

³ Por densidade dinâmica, entende-se “o número das unidades sociais ou, como dissemos também, o volume da sociedade e o grau de concentração da massa” (DURKHEIM, 2004, p. 123).

⁴ Por densidade material, entende-se “não só o número dos habitantes por unidade de superfície, mas também o desenvolvimento das vias de comunicação e de transmissão” (DURKHEIM, 2004, p. 124).

produtivas. Max Weber também revela o caráter particular da sociedade criada pela burguesia. A peculiaridade da gênese do capitalismo moderno, para Weber, é gestada pelo aparecimento de um conjunto de elementos que tornam a contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas (WEBER, 1999, p. 249-250). Dessa forma, Weber destaca quatro fatores que favorecem o empreendimento capitalista: a apropriação de todos os bens materiais de produção, a liberdade mercantil, a técnica racional e a instituição do trabalho livre (WEBER, 1999, p. 249-251).

No mais, a burguesia além de fazer a revolução, isto é, modificar totalmente as estruturas de apropriação — econômica, e as estruturas de dominação — política, criou uma sociedade a sua imagem e semelhança — o capitalismo —, conforme demonstram Marx e Weber. A sociedade capitalista sobrevive apropriando-se de terra e força de trabalho. Entretanto, os processos pelos quais o capitalismo se consolidou no mundo são diversos e atravessados por ambiguidades; a América Latina e o Brasil são exemplos históricos disso como veremos adiante.

A revolução burguesa na América Latina (o caso brasileiro)

Historicamente, pode-se dizer que os países latino-americanos foram colônias por mais de trezentos anos, ficaram independentes no princípio do século XIX, enfrentaram a dominação inglesa no século XIX, e, mais tarde, no século XX, a norte-americana⁵ (PRADO, 1994, p. 4). Isso nos leva a considerar que a América latina sempre esteve sob a dominação externa, ora colonial, ora neocolonial, ora imperialista, ora neoimperialista. Portanto é impossível refletir sobre a revolução burguesa no quadro histórico latino-americano sem levar em consideração essas formas de dominação combinadas como modelos específicos de estratificação social.

A dominação colonial teve, como as outras formas de exploração subsequentes, fundamentos políticos e legais particulares. Nessa fase, existia uma ordem social

⁵ Contudo, uma observação deve ser feita. Apenas alguns países na América Latina presenciaram todas as formas de dominação, como Argentina, Uruguai, Brasil, México, Chile etc.; outros países, como Haiti, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Paraguai, Peru etc. experimentaram apenas as formas coloniais e neocoloniais, tornando-se economias de enclave e versões modernizadas do sistema colonial e neocolonial transitório do século XIX (FERNANDES, 1973, p. 19).

estratificada e combinada com estamentos de senhores de terras e castas de militares e líderes religiosos, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e transmitir posição social por meio da linhagem *européia*. Isso ocorreu graças à transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados do nativo ou à escravidão. Sob tal condição societária, o tipo legal e político de dominação colonial possuía um caráter ilimitado de exploração (FERNANDES, 1973, p. 13).

Da crise do colonialismo⁶ surge o neocolonialismo. Segunda forma de dominação, articulada pela Inglaterra, que foi mais um produto do acaso do que da imposição. Ela se deu porque os ingleses possuíam os recursos necessários para produzir os bens importantes, e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. Seus efeitos históricos/estruturais foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenharam uma função legitimada: “[...] a manutenção do *status quo* ante da economia, com o apoio e cumplicidade das ‘classes exportadoras’ (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos” (FERNANDES, 1973, p. 15).

A terceira forma de dominação surge por intermédio da reorganização da economia mundial, provocada pela Revolução Industrial⁷. Foi por meio do imperialismo que o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. Entretanto, o lado negativo desse tipo de dominação para os povos latinos pode ser expresso em dois níveis. Primeiro, no condicionamento e reforços externos das estruturas econômicas arcaicas, baseado na produção de matérias-primas e de bens primários. Segundo, no malogro do *modelo* de desenvolvimento absorvido pelas burguesias emergentes das nações europeias hegemônicas (FERNANDES, 1973, p. 16-17).

⁶ Os fatores que contribuíram para a dissolução do padrão colonial de dominação foram, dentre outros, os seguintes: 1) a incapacidade da estrutura espanhola e portuguesa de financiar as atividades mercantis, relacionadas às atividades mercantis, a descobertas, com a exploração e o crescimento das colônias; 2) a disputa pelo controle do mercado na virada do século XVIII para o século XIX, impulsionado pelos países capitalistas europeus; 3) a resistência de setores heterogêneos à exploração colonial ilimitada (FERNANDES, 1973, p. 14).

⁷ Vale ressaltar que o neocolonialismo também teve uma função importante na dinamização da revolução da indústria. Ele foi, por muito tempo, fonte de acumulação de capital nos países latino-americanos (FERNANDES, 1975, p. 16).

O quarto tipo de dominação, o imperialismo total, surgiu da conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas na América Latina — várias nas esferas comerciais, de serviços e financeiros, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada. Essas empresas representam o capitalismo corporativo ou monopolista (FERNANDES, 1973, p. 18).

Coincide com essas formas de dominação a *essência* da formação histórica brasileira. Foi com o objetivo exterior, voltado para fora do país, sem atenção ou consideração que não estivesse vinculado ao comércio, é que se organizaram a sociedade e a economia brasileira: “[...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio exterior” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 25-26).

Prado Júnior (2006, p. 23), mesmo acertando em sua leitura sobre a *essência história* da formação brasileira ao situá-la como fornecedora de açúcar, de tabaco, de outro e diamante, de algodão e café, para o comércio exterior — uma economia com objetivo exterior voltada para fora do país —, ainda assim reproduz o dualismo estrutural em sua leitura ao colocar, por exemplo, a Amazônia como espaço feudal.

Para Caio Prado Júnior a “colonização do vale amazônico” ocorreu inicialmente no litoral por meio do açúcar, mas sem grandes progressos nessas atividades produtivas por conta das “condições naturais desfavoráveis”. Em sua interpretação, a principal atividade econômica na Amazônia foi a “colheita florestal” do cravo, da canela, da castanha, da salsaparrilha e do cacau, além de madeiras e produtos abundantes no universo animal, como peixes, caça, tartaruga. Para ele, a única mão de obra utilizada na Amazônia foi a dos indígenas que eram explorados pelos jesuítas e carmelitas e, mais tarde pelos colonos que vieram a substituir as comunidades religiosas sob incentivo de Marquês de Pombal, ministro de D. José, que aboliu as missões religiosas na Amazônia (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 69-75).

Assim, para Caio Prado, as principais atividades econômicas da Amazônia eram os extrativismos das drogas do sertão, com relações de produção rurais e rudimentares, e com uma relação de produção envolvendo apenas portugueses e indígenas — relação de servidão, tipicamente feudal.



Determinado dualismo-estrutural também aparece no pensamento de Sodré (1976) sobre o Brasil. Para esse autor, a produção do açúcar nos séculos XVI e XVII, baseado no escravismo, precisou da pecuária — ou do pastoreiro — de traços feudais para se sustentar enquanto atividade produtiva voltada para a exportação. Novamente a dualidade entre costa e serra reaparece aqui como uma dualidade *transplantada* da Europa para o Brasil. A costa seria o lugar do escravismo, de uma economia colonial ou capitalista, e o sertão, o espaço do feudalismo onde predominava a relação do servo e do senhor.

Contudo esse dualismo estrutural é extremante problemático porque, ao se classificar e separar os espaços dessa forma, acaba por se criar mundos supostamente distintos dentro de uma única totalidade social. A Amazônia passa, com isso, a ser interpretada como o lugar do rural, do arcaico, do feudal, onde o capitalismo não existe, em contrapartida do urbano — como coloca Sodré:

Formas de servidão, ainda, as que utilizam o indígena, e se repetem em áreas dependentes de Portugal, no Brasil: a da economia coletora amazônica, por exemplo, em que as relações feudais apresentam outra de suas faces americanas, quando todo o sistema “produtor” de especiarias assenta na prestação de serviço pelo índio, que conhecia os rios, a floresta, as plantas úteis e que operava livremente a atividade de coleta, em benefício das ordens religiosas instaladas no vale imenso. A vastíssima área amazônica desconhece, desde o seu instante inicial, o escravismo: entra na história pela porta feudal, as relações ali introduzidas e estabelecidas, fundamentais para a produção que oferece, são feudais [...]. Tudo isso acontece no campo, entretanto. E as cidades? Claro que o Brasil não conheceu as atividades urbanas que permitiram aos burgos medievais a sua destacada função. Mas parece que a atividade artesanal, e mesmo os ofícios, tem sido pouca estudada, não que não tenha existido (SODRÉ, 1976, p. 32-34).

Isso nos leva a considerar que a revolução burguesa no Brasil e na América Latina sempre esteve determinada pelas condições econômicas e políticas das burguesias dos países coloniais e imperialistas, mas com uma interpretação enviesada sobre feudalismo oriunda da Europa. Exemplo disso é o Peru de Mariátegui. Na economia colonial peruana, existia uma dualidade econômica: na serra, um regime econômico feudal onde eram presentes reminiscências da economia comunista indígena combinada com a servidão e a posse da terra; na costa, ainda sobre o solo feudal, crescia uma economia burguesa incipiente. Tanto na costa quanto na serra, entretanto, a classe latifundiária não conseguiu



transformar-se em uma burguesia capitalista. A mineração, o comércio, os transportes, encontravam-se nas mãos do capital estrangeiro ⁸ (MARIÁTEGUI, 2010, p. 46-47).

No Peru, o capitalismo com seus valores morais, políticos e psicológicos não encontrou clima. O *criollo*, equivalente ao capitalista, possuía o conceito de renda ao em vez do de produção. O sentimento de aventura, o ímpeto de criação eram desconhecidos nessa sociedade. O capitalismo, na interpretação do autor, seria um fenômeno urbano: tem o espírito industrial, manufatureiro, mercantil; já na sociedade peruana, ao contrário “[...] se encarregou ao espírito do feudo — antítese e negação do espírito do burgo — a criação de uma economia capitalista” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 50).

Visualizava-se melhor o aspecto de revolução burguesa no Peru quando era ressaltada sua relação com a terra. O problema agrário se apresentava como problema de liquidação do feudalismo no Peru. Essa revolução deveria ser feita pela burguesia peruana “[...] mas no país não existia [...] uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal — camuflada ou disfarçada de burguesia republicana — conservou suas posições” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68).

Nesse sentido, ao invés do capitalismo, sobreviviam reminiscências feudais ⁹ que inviabilizavam a expansão do capitalismo no país: “[...] Sobrevive no feudalismo [...], um capitalismo larvar e incipiente [...]. As raízes do feudalismo estão intactas. Sua subsistência é responsável [...] pelo atraso do nosso desenvolvimento capitalistas” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 70). O feudalismo seria, portanto, o responsável pela não realização de uma revolução burguesa no país.

A revolução encontrou um Peru atrasado na formação de sua burguesia. A população camponesa — a indígena — não participou diretamente na revolução. O programa revolucionário não representava suas reivindicações enquanto classe

⁸ Nesse sentido, segundo Mariátegui, a estrutura econômica peruana seria totalmente colonial: “[...] A economia do Peru é uma economia colonial. Seu movimento e seu desenvolvimento estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e Nova York. Esses mercados veem no Peru um depósito de matérias-primas e um mercado para suas manufaturas. A agricultura peruana consegue, por isso, créditos e transportes apenas para os produtos que possam proporcionar uma vantagem nos grandes mercados. A banca estrangeira se interessa um dia pela borracha, outro dia pelo algodão, outro dia pelo açúcar. O dia em que Londres pode receber um produto por melhor preço, e em suficiente quantidade da Índia ou do Egito, abandona instantaneamente à sua própria sorte seus provedores no Peru” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 109).

⁹ Tanto sobreviviam aspectos do feudalismo, que Mariátegui várias vezes retoma o assunto: “As expressões do feudalismo sobreviventes são duas: latifúndio e servidão” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68)

trabalhadora: “Por isso, a política de desvinculação da propriedade agrária [...], não atacou o latifúndio. E [...] atacou ao contrário, e em nome dos postulados liberais, a ‘comunidade’” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 83).

Portanto, para Mariátegui, a revolução burguesa no Peru não conseguiu abalar as estruturas do suposto *feudalismo*. Para ele, o processo de dominação colonial resignou as classes sociais dominantes peruanas ao ponto de deixá-las em uma posição confortável, com o domínio sobre a terra e a concentração de riquezas em relação à economia no mundo.

Não obstante, a interpretação de Sodré (1976), Mariátegui (2010) e Prado Júnior (2006), por carregarem consigo o vício não dial tico do dualismo estrutural, enxergam a sociedade dividida entre rural e urbano, arcaico e moderno, feudal e capitalista. Trata-se de uma positiva o da dialética que amarra a realidade em camisas de forças de conceitos pré-estabelecidos.

Nesse sentido, por causa do pensamento dual, perde-se a dimensão dialética entre a totalidade e as partes. Sobre o Brasil acaba recaindo o fardo de ser um continente dividido entre o rural, o arcaico, o feudal, ao passo que o capitalismo acaba sendo interpretado como um fenômeno apenas urbano. Esse pensamento “[...] envolve, em primeiro lugar, o clássico processo de positiva o da dialética [...]. Ela privilegia a causa o funcional e abandona totalmente o princípio da contradi o” (IANNI, 1976, p. 54).

Com efeito,   necessário pensar para além da *positiva o dialética*. Situar as mudanças sociais levando em considera o as contradi oes dos particulares processos históricos que as engendram. Isso não significa negar as contribui oes dos cânones da sociologia e do próprio marxismo viciado pela passagem histórica europeia feudalismo/capitalismo. Pelo contrário, deve-se apropriar-se desses pressupostos para fazer a crítica   *razão dualista* com maior êxito, como sugere Oliveira (2003).

Contra esse dualismo estrutural, Oliveira (2003) buscou entender a expansão do capitalismo em sua dimensão dialética e histórica — e   ele um dos nossos pontos de partida para entender o processo de mudanças sociais no Brasil.

Para Oliveira (2003), o processo de urbaniza o, com seus vários níveis e formas, constitui a base de acumula o global do capitalismo no Brasil no pós-1930. Essa



expansão, relativamente pobre, faz surgir, em certo sentido, setores *atrasados e modernos* da economia que sustentam o processo de industrialização brasileira. Contudo, o arcaico e o moderno não são excludentes ou partes apenas opostas. Pelo contrário, a originalidade do capitalismo brasileiro ocorre pela relação dialética: o arcaico produz o novo e o novo reproduz o arcaico para compatibilizar a acumulação capitalista:

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo [grifos nossos]. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema *em sua expressão concreta no Brasil* quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. **Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder,** em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Essa particularidade do capitalismo brasileiro reflete-se na expansão do próprio espaço urbano produzido e sustentado pelo espaço rural. Nesse sentido, rural e urbano completam-se em uma relação dialética. Isso coloca um problema central para o entendimento da urbanização do rural pelo capitalismo: a relação dialética entre ambos.

Por isso, em um uma perspectiva de sociedade global, a distinção campo-cidade, dá-se entre estes dois termos uma relação de dominação-subordinação que os coloca em posições recíprocas diferentes, conforme a produção de riqueza esteja concentrada pelo campo ou pela cidade, como lembra Queiroz (1978).

Contudo, no capitalismo brasileiro, o processo de concentração de riquezas encontra-se no urbano, mesmo que este tenha sido produzido pelo rural. Isso não significa dizer que no rural existe o feudalismo e no urbano o capitalismo. Pelo contrário, nos dois espaços, o capitalismo é predominante, a diferença é que o rural, por meio do processo histórico, é dominado e subordinado ao urbano:¹⁰

¹⁰ Sobre o processo dialético de passagem do rural ao urbano, podemos destacar uma série de questões que o viabilizaram no Brasil: aberturas de estradas, incentivos fiscais, industrialização financiada pelo capital nacional e estrangeiro etc. Para se ter uma ideia desse processo dialético que desafia a sociologia rural, Garcia (2003) nos proporciona dados quantitativos interessantes para pensarmos a urbanização do campo:

[...] Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências. Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas a absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. **O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária** (LEFEBVRE, 1999. p. 17, grifo nosso).

Por conseguinte, entender o processo de mudanças sociais no Brasil é entender a passagem de um rural subordinando e dominando o urbano para um urbano subordinando e dominando o rural. Em outras palavras, o *tecido urbano* muda a vida agrária; a vida camponesa transforma-se em unidades vastas absorvidas pela indústria (LEFEBVRE, 1999).

Entender os processos históricos significa dar a eles sentidos próprios e os interpretar dialeticamente negando a divisão positivista. Implica, portanto, mergulhar na complexidade latino-americana como faz Wolf (2003), ao interpretar os processos históricos de mudanças no México.

Para Wolf (2003), no México, os grupos sociais organizaram-se e reorganizaram-se em conflito e em acomodação, ao longo do processo histórico, em torno de eixos econômicos e políticos. Em um primeiro momento histórico, após a conquista espanhola, o poder político, em nível nacional, concentrou-se nas mãos de funcionários reais, e a economia baseou-se na *encomienda*, na qual os colonizadores, que tinham espírito empresarial, lutaram contra as comunidades religiosas e militares pela supressão de mão de obra das comunidades indígenas. Nessa luta, as autoridades reais ajudaram os camponeses indígenas em comunidades *corporadas* que se revelaram resistentes a mudanças externas. No segundo período histórico, os colonos com espírito empresarial (proprietários de *haciendas*, grandes *plantations*) livraram-se da Coroa e estabeleceram enclaves locais com autonomia econômica e política, enfraquecendo, dessa forma, o poder nacional e colocando os camponeses indígenas como satélites do complexo

em 1950, 64% da população brasileira vivia no meio rural, enquanto que, em 1980, só 32% permaneciam residindo no campo; além disso, estatisticamente em 1940, 70% da população brasileira residia no campo, ao passo que em 1980, 70% dos contingentes situavam-se no polo urbano (em 2000, apenas 22% residiam no espaço rural).



empresarial das *haciendas*. Já no terceiro período de transformações sociais, os complexos empresariais situados entre nações e comunidades foram varridos pela revolução mexicana de 1910. Os meios políticos voltaram a ser nacionais e a forma de organização econômica passou a ser o *ejido* ao invés das *haciendas*.

A revolução burguesa no Brasil, como em grande parte da América Latina, é um acontecimento histórico marcado por ambiguidades, por interpretações divergentes e convergentes, tanto historicamente quanto teoricamente ou metodologicamente, mas que não fogem à ideia de que ela foi determinada, tanto internamente quanto externamente, por forças coloniais e imperialistas. Essas interpretações dissonantes, no aspecto interpretativo, podem ser visualizadas com melhor clareza ao se estudar o pensamento social, econômico e político brasileiro.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a revolução burguesa no Brasil é um processo demorado, com o principal marco na abolição do trabalho escravo, mas que conserva, ainda nos dias de hoje, traços de uma sociedade personalista:

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de séculos. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco mais visível entre duas épocas [...]. E efetivamente daí por diante estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos (HOLLANDA, 1995, p. 171-172).

Para Sérgio Buarque de Holanda, de forma gradual, a revolução burguesa mudou aspectos qualitativos da sociedade. Deslocou o centro do poder do meio rural para o urbano, substituiu o senhor do açúcar pelo moderno capitalista do café, *democratizando*, ainda que conservando o *mando*, a terra: “É interessante notar que o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais coincidiu, de modo geral, com a diminuição da importância da lavoura do açúcar [...], e sua substituição pela do café” (HOLLANDA, 1995, p. 173).

Por outro lado, para Nelson Werneck Sodré, a revolução burguesa no Brasil é entendida como processo histórico de transição inacabada — o famoso *etapismo*. É



encarada como uma revolução difícil porque o imperialismo impunha dificuldades à união entre burguesia e proletariado-campesinato. Ao contrário da revolução francesa, que consumou sua roda histórica, “[...] Nossa revolução burguesa não tornou ainda redonda essa roda gigantesca. Estamos dentro dela, fazendo parte dela, somos testemunhas e protagonistas” (SODRÉ, 1997, p. 21).

A revolução burguesa no Brasil constituiria, nesse sentido, um processo de mudança econômica, social e política resultante do antagonismo de classes que, por meio do desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas, permitiu a classe dominante a introdução de relações superestruturais necessárias à manutenção e desenvolvimento de seus interesses (SODRÉ, 1997, p. 69). Historicamente, esse processo no Brasil desenrolou-se em etapas graduais e lentas:

[...] No Brasil, a autonomia, herdado escravismo e feudalismo, não tem traço algum de revolução burguesa. No fim do século XIX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora. O movimento de 1930, condicionado pela crise de 1929, assinala, depois, a ação violenta para acelerar e aprofundar a revolução burguesa, mantendo o latifúndio e conciliando com o imperialismo. Entre 1930 e 1943, passando pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra mundial, e compactuando com a “guerra fria” opera-se uma fase de acentuado reforço e de novo impulso acelerador do capitalismo e da burguesia para, depois de 1954, conciliar a alavanca do núcleo de capitalismo estatal com uma forma de capitalismo estatal monopolista, sob controle das forças conservadoras internas e das forças neocolonialistas externas. O “desenvolvimento”, então adotado como norma de ação, vai desembocar, finalmente, na ditadura esboçada com o golpe militar de 1964 e consolidada em 1968, propiciando o chamado “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com a participação ativa e decisiva das multinacionais, modelo que, vinte anos depois, prova a sua inadequação ao desenvolvimento do país e cujos efeitos constituem fator de retardo desse desenvolvimento (SODRÉ, 1997, p. 88).

Note-se que a revolução burguesa, segundo o autor, no curso do processo histórico é acelerada a partir de 1930, mas com antecedentes históricos que a prepararam.¹¹ No mais, a revolução burguesa brasileira, segundo esse pensamento de etapas, seguiu processo pelo qual surge a burguesia, e cresce, posteriormente surge a luta política pelo

¹¹ O autor ainda assinala que o surgimento da mineração, posteriormente do café, e finalmente da indústria permitiram a acumulação de capitais necessários ao germe do capitalismo e seu desenvolvimento. Aliado a isso, as primeiras reformas do século XIX, como a do regime do trabalho e do regime político, também foram acontecimentos importantes para o avanço da burguesia brasileira. Entretanto, é com Vargas que o capitalismo e, por conseguinte, a revolução burguesa, ganha corpo: “[...] o movimento de 1930, com a derrocada política das velhas oligarquias, que traduziam a dominação feudal e semifeudal, e a guerra mundial de 1939-1945. O Estado Novo, a rigor, foi um episódio da revolução burguesa no Brasil, na seqüência [grafia no original] do movimento de 1930 e das reformas que uma nova ordem política burguesa impunha” (SODRÉ, 1997, p. 20).

poder e, por fim, a revolução: “Essas etapas marcam as formas que, sucessivamente, a revolução burguesa assume aqui” (SODRÉ, 1997, p. 88).

Já Caio Prado Junior argumenta que a República burguesa (1889-1930) deu continuidade à expansão das forças produtivas e ao progresso material dos últimos decênios do Império. O problema da mão de obra foi resolvido: de um lado, pela abolição da escravidão que constituía um obstáculo ao trabalho livre; doutro, pela imigração subvencionada (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 207). Ela trouxe o trabalho livre, a modernização das lavouras do café e açúcar, além do fomento ao investimento em atividades produtivas e infraestruturas por meio do capital estrangeiro.

Aliado a isso, a mudança de regime não passou de um golpe militar sem nenhuma participação popular: “[...] o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurava nela senão muito discretamente: a espada (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 218).

A República, rompendo com os quadros conservadores, estimulou a atividade econômica: “[...] a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 209).

Outro fator irá estimular as atividades econômicas da burguesia brasileira, como já mencionamos, será a finança internacional. Foi ela a responsável pelo fomento e construção de empresas de ferro, empresas de mineração, linhas de navegação etc. Também o café será afetado pelo capital estrangeiro. Boa parte dos fundos necessários ao custeio das plantações e da produção era proveniente dos bancos ingleses e franceses (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 209-210).

As zonas açucareiras também sofreram modificações substantivas com a abolição do trabalho escravo: “[...] Em lugar do engenho aparecerá a grande usina, unidade tipicamente fabril e maquinofatureira” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 215).

Outra interpretação da revolução burguesa nos foi dada por Jacob Gorender. Esse autor argumenta que foi por meio da instituição de um Estado nacional unificado que, eliminando o pacto colonial, estabeleceram-se as repercussões positivas para o estabelecimento da burguesia mercantil, e, mais tarde, sobre os primeiros núcleos da burguesia brasileira (GORENDER, 1981, p. 70).



Contudo, o agente organizador do modo de produção capitalista foi, segundo o autor, as burguesias industriais. Essas burguesias formaram-se durante as décadas de 40 e 80 do século XIX, administrando e produzindo, em vários pontos do país, indústrias têxteis, domésticas, de vestiário, cerveja, chapéu, roupas etc. A força de trabalho, a princípio, era de operários livres ao lado de escravos; a força motriz passou da roda d'água para a máquina a vapor, uma “substituição local” (GORENDER, 1981, p. 11-12).

Não obstante, o principal obstáculo ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, oriundo do escravismo colonial, era a própria instituição escravista. Segundo Jacob Gorender, o trabalho escravo era incompatível com o capitalismo (GORENDER, 1981, p. 19-20).

Por isso o autor considera o abolicionismo como uma “revolução brasileira” que permitiu a expansão do capitalismo por meio do trabalho livre; embora tenha criado outras formas de exploração:¹² “[...] considero a extinção das relações de produção escravistas, no Brasil, um evento **revolucionário** [...]. **A abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso País**” (GORENDER, 1981, p. 21, grifo do autor).

Jacob Gorender evita falar em *burguesia nacional*, porque *nacional*, quando conjugada com o substantivo *burguesia*, torna-se sinônimo de *revolucionário*. Não obstante a isso, enquanto existir capitalismo — lembra o autor — existirá uma burguesia brasileira. Por esse motivo, ele prefere falar em “dominação burguesa” a “revolução burguesa”: “[...] Dadas as características de sua formação econômico-social, **a revolução burguesa** é uma categoria inaplicável à história do Brasil” (GORENDER, 1981, p. 112, grifo do autor).

Para Florestan Fernandes, falar de revolução burguesa no Brasil consiste em buscar explicações sobre os agentes humanos das grandes transformações histórico-estruturais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (FERNANDES, 1973, p. 20).

¹² Nas palavras do autor: “[...] O **principal, o fundamental** era a própria instituição escravista [...]. **O modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o trabalho escravo. Seu desenvolvimento depende da formação de um mercado de mão-de-obra despossuída, abundante e juridicamente livre para ser assalariada, sob contratos de trabalho rescindíveis quando convier ao empregador**” (GORENDER, 1981, p. 19-20, grifo do autor). Essa é uma discussão polêmica, visto que hoje se discute como se tornou a escravidão funcional ao próprio sistema capitalista brasileiro.

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa ocorreu historicamente a partir dos seguintes fatores: 1) o processo político de independência (mesmo com todas suas limitações estruturais); 2) por meio de dois grandes agentes: o fazendeiro de café e o imigrante com mentalidade capitalista; 3) por meio de um processo socioeconômico (a expansão do capitalismo competitivo). Nas palavras do autor: "Sem saber [...] o fazendeiro acabou compartilhando o destino burguês, que acalentava os modestos ambiciosos sonhos do imigrante" (FERNANDES, 1973, p. 104).

Outro aspecto importante sobre a revolução burguesa é, lembra Fernandes, seu caráter autocrático. A revolução combina dominação burguesa e capitalismo. De um lado, "[...] é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia" e, de outro, "[...] uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia" (FERNANDES, 1973, p. 292).

Nesse sentido, por meio de seu caráter autocrático, a burguesia dispõe de poder político, econômico e social, de base e alcance nacionais. Ela controla o Estado e seus aparelhos, e conta com o suporte do capital estrangeiro para socializar seus mecanismos de socialização e cooptação, de opressão ou repressão (FERNANDES, 1973, p. 296). Trata-se de uma forma de dominação que conserva sua posição de burguesia internamente no capitalismo dependente, mas sem nenhuma perspectiva de ruptura com a dominação externa.

De modo similar ao caráter autocrático burguês, para Octavio Ianni, o que se desenrola ao longo da história brasileira é uma contrarrevolução burguesa permanente contra os povos. Em um primeiro momento, entre a Monarquia e a República, com o poder do bloco agrário. E, em um segundo momento, a partir de 1930 com Vargas e, posteriormente, com os militares em 1964, por meio do poder do bloco industrial-agrário:

No princípio, sob o Estado monárquico (1822-89), no qual o poder moderador do rei tem uma conotação arbitrária, predominam os interesses do bloco agrário vinculado principalmente à cana de açúcar e ao café. Em seguida, sob o Estado oligárquico (1889-1930), no qual a política dos governadores tem um papel saliente, reforçando o autoritarismo, predominam os interesses do bloco agrário apoiado principalmente na cafeicultura. Depois, sob o Estado populista (1930-64), que passa por um período de "formação" (1930-37) e pela ditadura do Estado Novo (1937-45), predominam os interesses do bloco industrial-agrário, vinculado principalmente ao café e à indústria de bens de consumo duráveis. A partir de 1964, sob o Estado militar, apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeira e monopolista estrangeira. Em todas



essas épocas, os imperialismos inglês, alemão, norte-americano e outros estão presentes e são decisivos (IANNI, 1984, p. 21).

Não obstante, no desenrolar histórico, essa contrarrevolução burguesa permanente e seus respectivos blocos históricos de poder, por intermédio da violência, repeliram os movimentos populares da cidade e no campo; a burguesia jamais tolerou ou preservou conquistas democráticas. Sob governos eleitos ou golpistas, civis, militares ou mesclado de militares e paisanos, sempre predominou na história do país o caráter autoritário do poder burguês: “[...] a verdade é que o autoritarismo predomina ao longo da história do Brasil [...]. E subsiste a impressão de território ocupado; de povo conquistado. Subsiste a impressão de que os governantes são conquistadores” (IANNI, 1984, p. 21).

Para José de Souza Martins, a história da sociedade brasileira tem sido uma “história inacabada”; uma espera pelos progressos e pelas revoluções que nunca se consumaram (MARTINS, 1990, p. 11). O principal obstáculo para isso é a terra; ao redor do problema político da terra encontra-se a dificuldade para que o país se modernize e democratize:

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associado ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado [...]. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo (MARTINS, 1990, p. 13).

Esse problema, de *uma história ainda por fazer*, debate-se sobre a burguesia brasileira. Na sociedade brasileira, a modernidade se deu nos marcos da tradição: “O novo surge sempre como um desdobramento do velho” (MARTINS, 1990, p. 30). Por esse motivo, a história da burguesia brasileira é uma história de transações com o Estado, de troca de favores. Ela não possui apatia política; não possui responsabilidade política como classe dominante: “Ela atua por delegação, por interpostos pessoais, através dos mecanismos do clientelismo político (MARTINS, 1990, p. 31).

Em suma, existem várias formas de se interpretar a revolução burguesa no Brasil. Para Sérgio Buarque de Holanda, o que existe é uma ruptura, a partir de 1888, com o mundo rural das oligarquias. Para Nelson Weneck Sodré, a revolução burguesa é um processo histórico inacabado que está se consumando em etapas. Em Caio Prado Junior,

a revolução burguesa trouxe para o país o incentivo às atividades produtivas e infraestruturais por meio do capital estrangeiro, do trabalho livre e da grande lavoura do café. Para Jacob Gorender, a única revolução que existiu o Brasil foi a abolição do trabalho escravo, mas ela não foi burguesa — essa categoria seria inaplicável ao país. Em Florestan Fernandes, a revolução burguesa brasileira aconteceu graças ao grande plantador de café e ao imigrante, além de possuir um caráter autocrático que, de forma autoritária, conserva sua posição de classe, internamente, e de classe exportadora e compradora, externamente. Para Octavio Ianni, o que existe é uma contrarrevolução burguesa permanente que reprime as massas populares e que não tolera a democracia — uma forma de exercício autoritário do poder político. Já Para José de Sousa Martins, existe um caráter lento na história da sociedade brasileira que não permite à burguesia uma autonomia política.

A discussão dos autores aqui apresentados alude à polêmica sociológica a partir dos anos 1950/60 sobre se houve ou não a revolução burguesa no Brasil, e de que forma ela ocorreu. No mais, a revolução burguesa no Brasil ainda é uma questão aberta quanto a sua interpretação sociológica. Entretanto ela existiu. Não repetindo os passos da Revolução Francesa ou Industrial — em etapas, mas a partir dos quadros históricos concretos que se apresentaram. A revolução burguesa no Brasil e na América Latina, ao contrário da sua versão europeia, não foi determinada apenas internamente, mas também externamente: primeiro por uma dominação colonial e neocolonial, depois pelo imperialismo e pelo capitalismo monopolista. Em suma, a evolução burguesa à brasileira foi, desde seu início, dependente.

Considerações finais

A revolução burguesa trouxe, na Europa, mudanças sociais, econômicas e políticas importantes. Essas mudanças foram interpretadas pelos cânones da sociologia como passagens de tipos de organização social para outras formas de relações sociais. Durkheim ressaltou a passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica. Marx, a luz do materialismo histórico, identificou a substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista. Weber ressaltou que o capitalismo criou um homem metódico e racional, sintetizado no *espírito do capitalismo*. Simmel, por sua vez,



lembrou como as grandes cidades burguesas tornaram o homem um ser calculista que age a partir da matematização de suas possíveis perdas e ganhos.

Contudo, apesar de seus valores heurísticos, essas interpretações não podem ser transplantadas para a realidade brasileira, haja vista que o Brasil, assim como parte da América Latina, passou por sucessivos processos de dominação externa que condicionaram e acomodaram as burguesias nacionais a serem meros *proletariados externos* fornecedores de produtos não manufaturados para as metrópoles europeias. Como lembra Darcy Ribeiro: “Tais bases se definiram com clareza com a implantação dos primeiros engenhos açucareiros que, vinculando os antigos núcleos extrativistas ao mercado mundial, viabilizavam sua existência na condição socioeconômica de um ‘proletariado externo’” (RIBEIRO, 2015, p. 57).

Não obstante, o que aqui apresentamos não foi senão uma reflexão sociológica sobre um dos principais episódios da história da sociedade brasileira: a revolução burguesa. Com ela, desintegra-se uma sociedade estratificada em estamentos e castas e passa a existir uma sociedade estratificada em classes sociais com base na propriedade privada.

Entretanto, o Brasil, como outros países latino-americanos, por possuir um passado colonial, ainda conserva reminiscências do passado em seu modo de produção capitalista. O latifúndio, o mandonismo, o patrimonialismo, o *feudalismo*, o trabalho não livre, o clientelismo são palavras que expressam muito bem o passado no presente.

Portanto, é imprescindível que, ao se falar em revolução burguesa, fale-se, igualmente, em dominação externa. É a partir da dominação externa, de forças coloniais, e, mais tarde, capitalistas, afinada com os interesses da burguesia brasileira, que o Brasil passa de um regime de economia colonial para um regime de economia capitalista. O que o pensamento social, econômico e político faz não é senão traduzir, cada qual ao seu modo, esse conturbado processo de transição histórica.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2004.



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n31.66825.p248-271>

- DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Martin Fontes, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passados e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 154-181, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18718.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- GERTH, Hans; MILLS, C. Wright. A mudança histórico-social. *In*: IANNI, Octavio. **Teorias de estratificação social: leituras de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 19-66.
- GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IANNI, Octávio. **Sociologia da sociologia latino-americana**. ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Clacso, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PIZZORRO, Alessandro. Uma leitura atual de Durkheim. 1930. *In*: GOHN, Gabriel (org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. 11. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros: 1978. *In*: BLAY, Eva Alterman (org.). **A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. p. 23-71.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação do sentido doo Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 109.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/#>. Acesso em: 14 de nov. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. **História geral da economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1999.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. *In*: RIBEIRO, G. L; FELDMAN-BIANCO, B (org.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. p. 73-91.

Recebido em: 29/05/2023.

Aceito em: 13/09/2023.



**O COTIDIANO NA “FRONTEIRA ENTRE A VIDA E A MORTE”: narrativas dos
coveiros do Cemitério do Gavião em São Luís/MA*****EVERYDAY LIFE AT THE “BOUNDARY BETWEEN LIFE AND DEATH”:
gravediggers narratives in Gavião Cemetery São Luís/MA***

Anderson Boás Viana *

Ariele DuCarmo Santos **

Resumo

O presente artigo apresenta o universo do Cemitério do Gavião, como um local de despedida que se caracteriza pela fronteira entre a vida e a morte. No entanto, escolhemos como sujeitos da pesquisa, os coveiros; e, a partir das suas narrativas é que este universo será apresentado. Desta forma, o objetivo deste estudo consiste em analisar as questões do dia a dia e os significados construídos pelos próprios coveiros que vivenciam o cotidiano do Cemitério. Para melhor compreensão da proposta deste artigo, a metodologia se deu em duas vertentes, sendo a primeira numa abordagem bibliográfica com referências de artigos, livros e dissertações; porém, o estudo se aprofunda na vertente empírica, pois ao longo do artigo, repleto de fotografias como ferramenta metodológica de análise(s) e, principalmente, lançamos mão da metodologia da história oral, a partir das narrativas desses profissionais, nos possibilitando conhecer histórias até então silenciadas. Com base nas narrativas, foi possível perceber a ideia de pertencimento que os profissionais têm com o Cemitério do Gavião, as emoções intrínsecas ao trabalho de serem testemunhas da despedida. Por fim, foi possível entender, como esses profissionais, que não possuem acompanhamento psicológico profissional, lidam diariamente com essa carga de emoções e as relações de afeto estabelecidas naquele ambiente.

Palavras-chave: Cemitério do Gavião; coveiros; narrativas; estigmas.

Abstract

This article presents the universe of Gavião Cemetery, as a farewell place characterized by the border between life and death. However, we chose gravediggers as research subjects; and it is from their narratives that this universe will be presented. In this way, the objective of this study is to analyze the day-to-day issues and the meanings constructed by the gravediggers themselves who experience the daily life of the Cemetery. For a better understanding of the purpose of this article, the methodology was carried out in two ways. The first being a bibliographical approach with references to articles, books and dissertations; however, the study deepens in the empirical aspect, because throughout the article, full of photographs as a methodological tool of analysis(s) and, mainly, we make use of the methodology of oral history, from the narratives of these professionals, allowing us to know stories hitherto silenced. Based on the narratives, it was possible to perceive the idea of belonging that professionals have with Gavião Cemetery, the emotions intrinsic to the

* Mestre em cartografia social e política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. E-mail: anderson.boas@mail.uft.edu.br.

** Mestra em cartografia social e política da Amazônia pela Universidade Estadual do Maranhão, Brasil. E-mail: arieled.santosgeo@gmail.com.



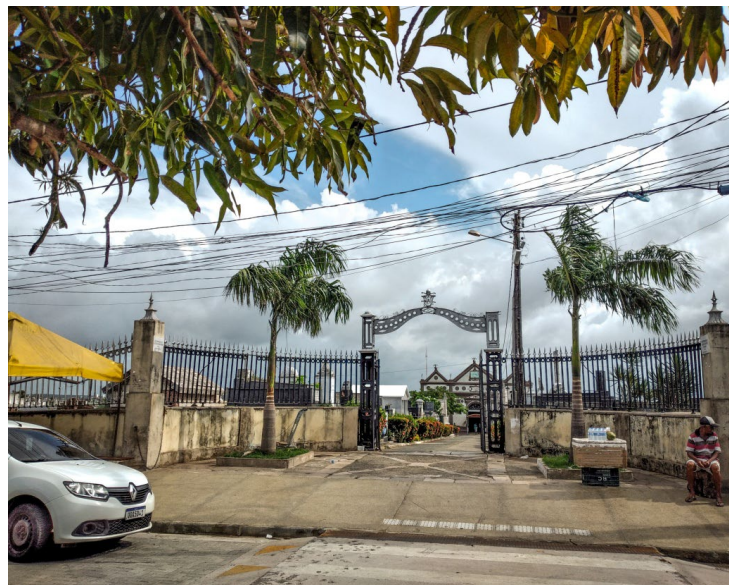
work of being witnesses of the farewell. Finally, it was possible to understand how these professionals, who do not have professional psychological follow-up, deal daily with this load of emotions and the relationships of affection established in that environment.

Keywords: Gavião Cemetery; gravediggers; narratives; stigmas.

Considerações iniciais

Compondo o mosaico da historicidade da cidade de São Luís, sendo um lugar de memória e contribuindo de forma relevante para o enriquecimento artístico e cultural da cidade, encontra-se o Cemitério de São Pantaleão, mais conhecido como Cemitério do Gavião, em homenagem ao bairro em que está localizado: Quinta do Gavião, divisa dos bairros Madre Deus e Belira, no município São Luís, estado do Maranhão. O cemitério está localizado no final da Rua Rodrigues Fernandes, mais conhecida como Rua do Passeio, em frente à Praça da Saudade, no Largo do Gavião.

Imagem 1 — Entrada do Cemitério de São Pantaleão



Fonte: Acervo do primeiro autor, 2021.

Destaca-se que o campo de estudo deste artigo é o cemitério, e o objeto de pesquisa é o cotidiano da atividade dos coveiros no Cemitério de São Pantaleão, analisando suas experiências vividas a partir de suas próprias narrativas e concebendo-os como guardiões da memória. Diante disso, é necessário destacar que este trabalho se baseia na dissertação de mestrado do primeiro autor, cujo objetivo geral foi analisar as relações no/do trabalho dos coveiros que atuam no cemitério, de modo a problematizar o estigma dessa profissão, e, ao mesmo tempo, refletir sobre a relação desses profissionais com o seu local de trabalho.

O Cemitério de São Pantaleão possui três coveiros em atividade. Eles tiveram participação efetiva na construção deste artigo, pois, como já evidenciado, o escopo desta pesquisa foi analisar as relações no/do cotidiano do trabalho dos coveiros que atuam no Cemitério de São Pantaleão, de modo a problematizar o estigma dessa profissão e as relações construídas no local de trabalho, a partir das narrativas dos próprios profissionais.

Como forma de resguardar a identidade pessoal — e manter o compromisso ético da pesquisa —, identificamos os sujeitos da pesquisa como Antônio, Benedito e Carlos, nomes fictícios.

Suas narrativas se estruturam em um tempo e espaço vivenciado por eles, não linear, inscritas em suas subjetividades a partir das experiências vividas, das representações e das interpretações que construíram e continuam a construir de si próprios e de todo seu cotidiano laboral. A narrativa é considerada por Walter Benjamin (1985) Por meio de histórias narradas, há troca de experiências entre o contador e o ouvinte. Portanto, a narrativa faz com que o acontecimento se integre na vida do contador de histórias para passá-lo aos ouvintes como experiência. Por isso, o contador de história deixa na experiência as suas marcas. A narrativa se constrói minuciosamente e “não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 1985, p. 205).



Imagem 2 — Arte cemiterial e atividade laboral dos coveiros ao fundo

Fonte: Acervo do primeiro autor, 2020.

Essa construção do objeto de estudo é interessante na medida em que é elaborado e reelaborado durante a pesquisa, sempre tendo um foco de abordagem, estabelecendo as fontes de pesquisa, mas que se amplia a cada leitura, a partir de novas possibilidades interpretativas e de narrativas.

A construção do objeto — pelo menos na minha experiência de investigador — não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por, o que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 1989, p. 26-27).

Nesse sentido, a autora Natalia Scartezini (2011, p. 33) diz que o “objeto merece uma análise mais profunda e complexa que foge da autossuficiência e vai além da sua relação com os acontecimentos sociais”. A autora destaca a importância do campo, que ela define como “universo intermediário” (SCARTEZINI, 2011, p. 33). Dessa maneira, é possível deprender que neste universo intermediário é que as relações são construídas no tempo e espaço, ao mesmo tempo que é no próprio campo que surgem os produtos destas relações.

Caminhos metodológicos

É importante deixar claro que a metodologia deste artigo passou por diversos momentos de observação *in loco* e história oral. A observação não consistiu tão somente em ver ou ouvir, mas também em analisar de forma crítica e reflexiva. A partir dessa prática, foi possível identificar objetivos de que até então não tínhamos dado conta, exercendo importante papel no aspecto da descoberta, ponto inicial para esta investigação. Outras práticas incluíram conversas, fotografias, notas de campo, gravações e transcrições.

Conversas sobre a concepção da morte, sobre a preservação da memória por aquele espaço, sobre a relação da vida deles fora e dentro do ambiente de trabalho, sobre o próprio cemitério, sobre a própria percepção do seu trabalho e da importância dessa atividade para sociedade eram temas comuns em nossas sentadas, muitas vezes iniciadas pelos próprios sujeitos.

Imagem 3 — Sepultamento no Cemitério do Gavião



Fonte: Acervo do primeiro autor, 12 de fevereiro de 2021, sexta-feira.

Não queremos aqui denominar a metodologia desta pesquisa como observação flutuante de Colette Pétonnet (2008), pois seria ousadia, mas admitimos que esse tipo de metodologia serviu como inspiração para as últimas visitas ao campo.

[...] “Observação flutuante” [...] consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes. (PETONNET, 2008, p. 102).

Estar naquele ambiente nos fazia experimentar o silêncio, perceber os detalhes, analisar o cuidado e o descaso em algumas situações. Durante os sepultamentos, sempre observávamos distantes, respeitando o momento dos familiares e dos amigos presentes.

Desse modo, compartilhamos como metodologia a observação e análise do cotidiano. Em essência, o cotidiano ocorre em um espaço e envolve os acontecimentos diários, assim como as realizações, ações e omissões. Seguindo os ensinamentos de Certeau (1995), que afirma que "o espaço é um lugar praticado, um lugar vivido" (1995, p. 202), estudar o cotidiano parte de uma análise espaço/tempo; não era algo entregue à observação simples. Estudar o cotidiano nos fez perceber pontos interessantes de reflexão, uma metodologia que nos desafiou a observar as experiências dos coveiros, desde a sua chegada, seu intervalo de almoço, seu descanso, seu laboro etc. Portanto, trata-se de uma metodologia que envolve o ordinário e o extraordinário; o complexo e o simplório das atividades comuns do dia a dia.

A opção por essa perspectiva metodológica justifica-se por configurar uma postura de abertura ao novo e ao inusitado, além de se valer de um conjunto de instrumentos que permitem “escavar o cotidiano”, numa espécie de arqueologia que tenta desencobrir o que está oculto. Dessa atitude decorrem tentativas de apreender e de compreender algo que está ali presente, em estado bruto, para ser talhado, detalhado, “escovado” (como os ossos que o arqueólogo descobre), mas que os condicionamentos arraigados às lentes interpretativas convencionais acabam por embaçar a visão e a percepção (STECANELA, 2009, p. 66).

Analisar o cotidiano dos coveiros nos fez perceber situações imprevisíveis no ambiente de trabalho, revelando que o imprevisível é uma característica inerente ao cotidiano laboral.



Imagem 4 — Coveiro do Cemitério do Gavião se deslocando para atividades diárias

Fonte: Acervo do primeiro autor, 2021.

Sobre o imprevisível, apresentamos a seguinte ponderação de Juremir Machado da Silva, na sua obra *As tecnologias do imaginário*:

Mais do que demonstrar isso ou aquilo, deve mostrar, dar a ver, fazer vir, desentranhar, fazer emergir, revelar, descobrir, desvendar, expor à luz. Não lhe basta conhecer o poder (institucional explícito), deve perceber o fluxo da potência (subterrânea). Se não pode provar o que aconteceu no passado nem prever o futuro, cabe-lhe narrar bem o presente. Mescla de antropólogo, de fotógrafo, de repórter, de cronista e de romancista, necessita captar e narrar a fluência, o extraordinário e a complexidade do vivido. (SILVA, 2003, p. 73)

Analisar o dia a dia desses profissionais, relacionando-os como guardiões da memória, a partir de suas narrativas (experiências do vivido), apresentou-se como um universo desconhecido para nós, pois percebemos um mundo de possibilidades que aquele campo poderia oferecer aos pesquisadores.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17)



Logo, a história oral evoca a memória, revelada nas narrativas do vivido pelos sujeitos enredados com tantas histórias, nunca ou poucas vezes narradas. São sujeitos que são narradores, porém, poucas vezes ouvidos.

A riqueza inesgotável do depoimento oral em si mesmo, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana; de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contra poder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto — sempre mal decifrado — que é a História Humana. (ALBERTI, 1990, p. 8)

Nesse diapasão, a história oral se relaciona diretamente com a memória, com as lembranças do vivido e com o passado que permanece vivo.

Imagem 5 — Primeiro autor do artigo em conversa com o sujeito da pesquisa (história oral)



Fonte: Acervo do primeiro autor, 2021.

O ato de observação permitiu-nos identificar as singularidades desse trabalho específico, enquanto a história oral proporcionou o conhecimento de diversas narrativas e percepções do lugar. Sendo assim, pretendemos apresentar essas percepções, investigando como os coveiros lidam com a experiência de trabalhar com a morte nesse lugar repleto de simbologias e singularidades. Buscaremos compreender os significados

e sentidos das vivências daqueles que são testemunhas da última despedida e guardiões da memória.

Nesse aspecto de análise do cotidiano e do espaço, a fotografia surge como um recurso metodológico interessante. Além de ser produto da experiência humana dos autores, ela serve simultaneamente como objeto de reflexão e interpretação.

Imagem 6 - Uma tarde de sábado no Cemitério do Gavião



Fonte: Acervo do primeiro autor, 17 de outubro de 2020.

A fotografia nos permitiu ampliar o panorama de possibilidades das análises do campo de estudo.

A Antropologia não dispensa os recursos visuais — e não são recursos apenas como um suporte de pesquisa, mas imagens que agem como um meio de comunicação e expressão do comportamento cultural. A Antropologia Visual não almeja, dentro dos novos padrões de pesquisa, apenas esclarecer o saber científico, mas humanisticamente compreender melhor o que o outro tem a dizer para outros que querem ver, ouvir e sentir (ANDRADE, 2002, p. 110-111).

Imagem 7 — Uma tarde de quarta-feira no Cemitério do Gavião

Fonte: Acervo do primeiro autor, 23 de dezembro de 2020.

Para Barthes (1977, p. 44), “a fotografia é percebida como uma gravação tangível da realidade, a mensagem visual torna-se uma prova material de se ter estado lá”. Permitimo-nos ampliar esta compreensão, pois a fotografia está para além da prova de autenticidade, mas como forma visual de apresentar imagens que permite múltiplas análises e reflexões; por possuir essa característica polissêmica, permite ao pesquisador, no universo de pesquisa, diferentes percepções a partir das narrativas visuais.

Fotografias [...] são restituídas a um contexto vivo; não ao contexto temporal original em que elas foram criadas, mas ao contexto da experiência. E, lá, suas ambiguidades enfim tornam-se verdadeiras, permitindo que elas sejam apropriadas pela reflexão. O mundo que elas revelam, congelado, se torna tratável. A informação que elas contêm se torna permeada por sentimentos. Aparências se tornam a linguagem de vidas vividas (BERGER; MOHR, 1982, p. 289, tradução nossa).

Dessa forma, as fotografias representam o próprio campo no qual o cotidiano é vivido, no qual as atividades diárias são vivenciadas; local onde as relações nascem e se constroem, pois elas capturam momentos de vivências e momentos do lugar.

Fotografias retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações importantes, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e aprofundam a

compreensão de estilos artísticos. A interpretação de fotografias contribui para a compreensão da cultura material que foi transformada ou mantida com o passar do tempo (BITTENCOURT, 1993, p. 232).

Devemos ressaltar que não tomamos a fotografia como um complemento do diário de campo, nem como mera ilustração, mas como recurso metodológico que permite a reflexão e análises da dinâmica sobre o objeto de estudo e sobre o campo em si, pois ao mesmo tempo em que são discursos visuais, também podem ser possibilidades de representação. Nas fotografias, buscamos perceber aquilo que não foi possível recolher ou abstrair através de entrevistas e questionários.

A mensagem simbólica é impressa sobre a mensagem literal, onde ambas constroem um todo de sentidos que só pode ser desvendado com base em um conhecimento prévio. A mensagem simbólica depende de um conhecimento cultural e histórico que é fornecido pela mensagem linguística expressa pelo ensaio antropológico. Com a informação fornecida pelo texto escrito, outras dimensões de significação contidas na imagem são desvendadas. Quando o espectador percebe a imagem simbólica representada na imagem, ele é capaz de transcender o caráter informativo e perceber a imagem como um pronunciamento visual criado por um sujeito. E, através disto, o espectador se torna capaz de acrescentar novos laços de significação à imagem (BITTENCOURT, 1993, p. 234).

A fotografia apresentada neste estudo denota um percebido, porém pode despertar outras percepções, uma vez que seu caráter polissêmico oferece múltiplas dimensões de significado, possibilitando diversas interpretações da imagem.

Desdobramento do objeto: entre estigmas e relações de afeto

Nesse sentido, a construção deste artigo toma como base as narrativas desses sujeitos, demonstrando também como estes se percebem. Inicialmente, nosso diálogo parte de uma perspectiva ligada às funções desempenhadas no dia a dia da profissão, para assim conduzir a pesquisa e entrelaçar com o cotidiano de ações e de convívio no campo. Além desses entrelaces, os diálogos buscavam uma rede de conexões temáticas com o objeto de estudo.

As narrativas são compreendidas como discursos dos sujeitos pesquisados. Discursos construídos pelas percepções e subjetividades dos autores que os proferem. Acerca dos discursos, Lopes (2014) nos traz a seguinte contribuição:



Numa linha foucaultiana de reflexão, o sujeito do discurso, seja ele qual for, fala e se posiciona a partir de um jogo de enunciados que marcam certa contingência discursiva. Assim, pensar em discurso é, antes de tudo, pensar na construção dos sujeitos que o produzem e proporcionalmente se produzem. Cada sujeito existe dentro de seu próprio discurso e a partir dele. Nessa direção, os construtos discursivos constituem meios pelos quais os sujeitos se posicionam dentro de situações específicas, caracterizando-se com certo substrato subjetivo, em que é possível a cada um, dentro de suas condições objetivas e contingenciais, colocar-se como sujeito das relações sociais estabelecidas (LOPES, 2014, p. 16).

Portanto, o intuito foi dar visibilidade às experiências vividas, destacando relações sociais e espaciais construídas nesse universo laboral e simbólico. Convém, ainda, destacar que as narrativas eram acompanhadas muitas vezes por momentos de silêncio, o que nos permitiu experiências multivariadas de percepção. As conversas se davam em todos os lugares do cemitério. Muitas vezes aconteciam em meio aos afazeres diários; às vezes, entre os túmulos; outras vezes, nos bancos da capela e, principalmente, embaixo da árvore defronte à capela.

Atenção especial foi dada à percepção sobre as relações de afeto percebidas no cemitério e relacionadas à profissão do coveiro. Nessa análise de carga afetiva, destacamos o desgaste, o estresse e as emoções oportunizadas pelo trabalho diário no cemitério.

Antônio, certa vez, disse-nos: “Aqui é minha segunda casa, às vezes passo mais tempo aqui do que em casa. Não gosto de falar ou pensar na minha morte ou morte dos meus familiares, sei que vai chegar, mas não gosto de pensar nisso hoje” (informação verbal)¹. Em seguida, Benedito, diz: “O nosso serviço é tão intenso, envolve tanto sentimento alheio que quando chego em casa, procuro não lembrar, procuro me distrair, não falar de morte, gosto de falar de vida, curtir minha família” (informação verbal).²

¹ Trecho da fala de Antônio. 50 anos. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2020.

² Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2020.



Imagem 8 — Uma tarde de quarta-feira no Cemitério do Gavião



Fonte: Acervo do primeiro autor, 2020.

Imagem 9 — Sepultura deteriorada



Fonte: Acervo do primeiro autor, 2020.

A fala de Benedito nos fez rememorar um texto da autora Clarissa de Franco, quando, em 2008, fez uma pesquisa intitulada *A cara da morte*. No estudo, ela apontou

que coveiros evitam pensar na morte ou sentir as emoções despertadas por esse fenômeno. Eles apresentam grande dificuldade em abordar o tema da morte.

Nesse mesmo estudo, a autora diz que:

O sepultador, que fica com o chamado “serviço sujo”: carregar o peso (literal e metafórico) do morto, usar a pá e a enxada – instrumentos associados ao trabalho braçal –, e finalmente, ser invisível à família, não demonstrando nenhum sentimento que possa vir a interferir na dor dos parentes e amigos do morto. Em suma, uma máquina preparada para “limpar” a impressão que a morte causa, enterrando seus resquícios. (FRANCO, 2008, p. 139)

Durante a pesquisa de campo, nas falas dos sujeitos desta pesquisa, recebemos respostas que vão de encontro à colocação de Franco. Em uma das conversas, Benedito falou:

Estar presente nesse momento de despedida, em que a família e os amigos estão chorando, é um momento de muita dor. Tem momentos que sinto a dor deles. Eu acho que é um fardo, uma carga emocional. Não lembro se já chorei em algum sepultamento, mas muitas vezes me vi emocionado e com um nó na garganta. Mesmo algumas pessoas achando que somos frios para trabalhar nessa profissão, não existe isso! Pois, somos humanos, não seria possível não me emocionar num momento como esse. Temos família! (informação verbal)³

Percebemos nessa fala de Benedito, que essa carga emocional caracteriza um elo, ainda que momentâneo, entre seres humanos, mesmo que aquele seja o primeiro e, talvez, o único encontro deles. Os sepultadores sentem a dor dos familiares e amigos que estão ali presentes na despedida. O que nos remete a Rousseau (1999), em sua obra *Discurso sobre as origens da desigualdade entre os homens*, quando sustenta o discurso da empatia, dizendo que o nosso primeiro sentimento do coração é a piedade/compaixão — o que nos faz sentir a dor do outro com o outro.

O coveiro, além de estar diante do morto, também está diante dos vivos. Isso o torna testemunha e partícipe da última despedida entre o morto e seus familiares e amigos. Estar presente nesse momento de despedida coloca os coveiros diante das emoções dos familiares despertadas pela morte, que podem variar desde a apatia até a agressividade (ZELENOVIC, 2008).

³ Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 14 de fevereiro de 2021.

A hora do enterro é um momento de reflexão: ao fechar o caixão na sala de velórios, conduzi-lo até a sepultura e enterrá-lo, os coveiros acompanham a despedida entre os familiares e seu ente. [...] é o momento mais difícil, de mais dor. A dor da família diante da separação física emociona e comove os coveiros, pela pessoa que está sofrendo, pela pessoa que morreu e pelas lembranças que aquela situação provoca neles, porque a morte é também um momento de reflexão. Esse é um momento em que os coveiros olham também para si mesmos, para sua história e lembram-se das pessoas que perderam (RABELO, 2014, p. 86).

Acerca do momento do sepultamento e das relações estabelecidas, chamou-nos atenção quando Antônio falou: “não se trata de mais um morto, enterramos pessoas! São famílias e amigos que estão sofrendo uma perda” (informação verbal)⁴. Essa argumentação de Antônio nos fez perceber uma dimensão que aproxima o familiar do estranho. Uma relação de empatia se constrói em cada sepultamento.

Nesse sentido, a estrutura da vivência empática consiste em captar o que o outro experiencia. Sentir com a família a dor da morte de seu ente é expressão de humanidade para os coveiros. Nesse momento de dor, com sensibilidade e suavidade, por meio de suas presenças silenciosas e respeitadas. (RABELO, 2014, p. 120)

A contribuição acima se assemelha à narrativa de Antônio quando nos coloca:

[...] precisamos estar atentos ao momento e aos sinais, às vezes nós (coveiros) conversamos somente no olhar, ou num gesto discreto. Até pra saber a hora de fechar o caixão ou empurrar o caixão na gaveta precisamos de sensibilidade, pois até nesse momento buscamos o tempo adequado. Várias vezes a família impede ou tenta impedir o enterro (informação verbal).⁵

Benedito relatou que, normalmente, fica calado durante todo o sepultamento, respeita a relação do tempo e as emoções dos amigos e familiares do morto, mas relatou que já passou por muitas situações constrangedoras, já sofreu agressões verbais e físicas. “Às vezes, uma palavra ou olhar estraga o dia da gente. Às vezes, eles nem olham na nossa cara” (informação verbal)⁶, conclui ele.

Nas interações com os familiares e amigos do morto, os sepultadores se colocam em uma posição de invisibilidade, na tentativa de ignorar as demonstrações de desprezo. Essa ideia nos remete aos ensinamentos de Batista e Codo (2018, p. 78), quando dizem

⁴ Trecho da fala de Antônio. 50 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.

⁵ Idem.

⁶ Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.



que os sepultadores priorizam a dimensão afetiva do trabalho, pois lidam diariamente com o fenômeno da morte e com a subjetividade das emoções; a habilidade para lidar com o luto das pessoas é considerada o aspecto mais importante da profissão. Os trabalhadores precisam ser cuidadosos com o manuseio do caixão. A movimentação durante sua colocação na terra, os solavancos e ruídos despertam sempre a ira dos familiares, que desejam proteger a pessoa morta. Os trabalhadores percebem que precisam lidar com essas manifestações de forma adequada às diferentes circunstâncias no dia a dia.

Há sepultamentos em que o número de presentes é grande, enquanto outros acontecem com a presença de poucas pessoas. Há sepultamentos que são mais discretos; outros são mais pomposos. Quando indagamos Antônio sobre a percepção dele sobre alguns enterros terem muita gente e em outros tão poucas pessoas, ele ressaltou que desde o início da pandemia⁷ tem sido comum haver sepultamentos com poucas pessoas, devido às imposições do estado. Conforme as portarias estaduais da Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão, os velórios devem ocorrer em 10 minutos, sempre em ambiente aberto à circulação de ar, e ficaram limitados a participação de, no máximo, 10 pessoas. Sendo que para o sepultamento, a recomendação é o limite máximo de participação de 5 pessoas (MARANHÃO, 2020).

Desde o início da pandemia, houve um aumento significativo do número de sepultamentos, com quantidade pequena de familiares acompanhando o ritual devido às medidas sanitárias, porém o profissional coveiro sempre esteve lá presente, com a urgência de um trabalho célere que limitasse a expansão da contaminação, ao mesmo tempo em que ficava exposto.

Sobre esse período de pandemia, Antônio relata que

[...] muitos familiares alegam que não podem viver o luto como queriam. Pois, segundo a portaria, logo após a confirmação da morte por corona, o corpo deve ser colocado no caixão e lacrado imediatamente, além de ser desinfetado e enterrado rapidamente (informação verbal).⁸

⁷ Esta pesquisa se desenvolveu durante o período de pandemia do coronavírus, fato que gerou outro elemento dificultador para esta investigação. Porém, ao mesmo tempo, encontramos nessa dificuldade uma ampliação do escopo do estudo, quando passamos a observar e perceber que, desde então, se intensificou a rotina de trabalho desses profissionais, o que desafiou ainda mais o lado físico e emocional desses sujeitos. Também foram perceptíveis as mudanças nos rituais praticados, inclusive nos sepultamentos.

⁸ Trecho da fala de Antônio. 50 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.

Ainda sobre o período de pandemia, Carlos fez os seguintes apontamentos:

Neste período de pandemia me sinto cansado como nunca havia me sentido antes; além do cansaço físico vem a preocupação de levar algo pra casa; trabalho diariamente com sepultamento, mas o que vem acontecendo nesse período não é algo normal, nunca imaginei viver um momento como este! [...] Tenho descansado pouco. Estressado mentalmente. Ficar doente de corona vírus é uma preocupação constante. Quando chego em casa, tiro a roupa no terraço e já vou tomar banho no quintal mesmo. O pior é que nossas fardas somos nós que lavamos. (informação verbal).⁹

Segundo a diretoria do Cemitério do Gavião, antes da pandemia, o cemitério tinha uma média de cinco sepultamentos por dia, porém, desde março 2020, esse número vem crescendo. Antônio disse que no meio do ano de 2021 teve dia em que realizou catorze sepultamentos num único dia. “Com certeza, o dia mais difícil já trabalhado aqui, acabava um enterro, começava outro, uma tristeza sem fim. Cheguei em casa muito cansado e abalado!”, relatou ele.¹⁰ A esse respeito, Benedito conclui: “Tenho muito medo de contaminação e o receio de levar o vírus “maldito” para minha família” (informação verbal).¹¹

Sobre esse tema, muitas reflexões são possíveis, principalmente quando pensamos na invisibilidade social mencionada na seção anterior. Em tempos de pandemia, os coveiros continuavam sendo ignorados pela sociedade, mesmo que esta demandasse ainda mais frequentemente pelos seus serviços. Os próprios aparelhos midiáticos, em seus boletins diários, apresentavam os números crescentes da pandemia e os decorrentes sepultamentos, porém os coveiros responsáveis pelos sepultamentos continuavam invisíveis.

Antes de finalizarmos o assunto da pandemia, Antônio ressaltou que mesmo antes da pandemia já aconteciam alguns enterros com poucas pessoas, mas ele acredita que seja porque os familiares e amigos pudessem morar distantes, ou porque o morto tivesse poucos amigos mesmo. Sobre esse assunto, Carlos disse que as pessoas vão ao enterro para que o morto não se sinta abandonado.

⁹ Trecho da fala de Carlos. 43 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.

¹⁰ Trecho da fala de Antônio. 50 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.

¹¹ Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 1 de outubro de 2021.

As colocações acima nos fizeram refletir sobre questões de abandono e esquecimento. Com isso, é interessante lembrarmos uma ponderação de Renata Nogueira, em seu artigo *Elos da memória: passado e presente, cemitério e sociedade*:

Neste contexto, esses espaços cemiteriais podem ser compreendidos como o espaço onde se recusa esquecer, sendo este um desejo do homem vivo: o homem não quer ser esquecido depois de morto, e por isso, “constrói” espaços determinados à sua perpetuação. Esta construção exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas na busca de traduzir uma experiência e as relações com a cultura na qual se insere a vida post-mortem, onde vivos e mortos dialogam a partir da carência de uns e da herança de outros. (NOGUEIRA, 2012, p. 82)

Portanto, o universo vivido pelos sujeitos pesquisados desperta vários questionamentos. Carlos, certa vez, nos fez a seguinte reflexão: “às vezes me pergunto: o que meus filhos e amigos vão pensar quando eu morrer?” (informação verbal).¹² Sua resposta nos remeteu a um texto de Paul Landsberg, que aborda o caráter reflexivo da experiência da morte (LANDSBERG, 2009). O que nos leva a refletir que a morte de alguém que seja próximo desperta muitos questionamentos e reflexões, desperta variadas formas de se lidar com a morte.

Ainda sobre os laços afetivos, Rabelo corrobora:

A morte de um próximo com quem se criou um laço afetivo provoca desestruturas e crises que abalam a estabilidade de um mundo que encontrava sustentação na existência dessa vida que morrerá. Esse rompimento desencadeia ambiguidades, o “querer e não querer sofrer”, perda de sentido e fragmentação de um mundo que até então se mostrava estável. A dor vivida pelo desaparecimento do outro pode chegar a ser “demasiadamente desumana”, mas é ao mesmo tempo a confirmação do laço com o outro, agora ausente (RABELO, 2014, p. 31).

Logo, sobre relações de afeto perceptíveis no ofício do coveiro, vimos muitas relações possíveis: relações subjetivas, relações com os enlutados, relação com os colegas de trabalho, relações com o lugar e com a própria profissão. Benedito reconhece que seu trabalho envolve um “misto de reflexão e emoção” (informação verbal).¹³

Portanto, falar de afeto atrelado ao trabalho do coveiro nos fez refletir sobre várias questões. Percebemos que essa profissão possibilita momentos de dor (viver a dor do

¹² Trecho da fala de Carlos. 43 anos. Entrevista realizada em 27 de maio de 2021.

¹³ Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 27 de maio de 2021.

outro), sofrimento, angústias e preocupações. Ao mesmo tempo, os profissionais sustentam a satisfação pessoal do trabalho e enfatizam o controle emocional sobre o momento de sepultamento, mesmo sentindo diferentes emoções. O respeito ao outro é fundamental para o exercício da profissão. E mesmo tendo consciência dos preconceitos e invisibilidade da sua profissão, o coveiro se percebe como profissional necessário e como partícipe de um momento de despedida, no qual o ausente se faz presente, como disse Antônio: “Somos companheiros da morte e trabalhamos na fronteira entre a vida e a morte” (informação verbal).¹⁴

Considerações finais

Esta pesquisa teve como ponto de partida apresentar as narrativas dos coveiros, analisando as relações no/do cotidiano desses trabalhadores que atuam no Cemitério do Gavião, de modo a problematizar o estigma dessa profissão e as relações de afeto, a partir das narrativas dos próprios profissionais.

Reforçamos aqui a essencialidade dos coveiros (Antônio, Benedito e Carlos) para construção deste trabalho, o convívio, as trocas, as narrativas, cada detalhe possibilitou a construção deste artigo, a partir de uma metodologia que passou por diversos momentos de observação *in loco* e, principalmente, a história oral. As fotografias se constituíram importante aporte metodológico para esta pesquisa, pois se tornaram elementos de análises, representando ao mesmo tempo o cenário no qual as atividades diárias são vivenciadas e o local onde as relações nasciam e eram construídas, pois *capturavam* momentos singulares de vivências e detalhes do lugar.

Porém, como dito, após a definição do objeto de estudo, passamos a vivenciar o cotidiano do cemitério com um novo olhar: atento ao passo a passo dos coveiros em sua labuta diária, às práticas costumeiras e aos detalhes daquele lugar que a cada dia nos possibilitava uma reflexão diferente. As falas, a observação dos gestos, dos símbolos e das triviais subjetividades no dia a dia laboral nos faziam perceber o cotidiano em sua relação lugar/tempo. Proceder a essas reflexões, imersos na dinâmica do cotidiano

¹⁴ Trecho da fala de Antônio. 50 anos. Entrevista realizada em 27 de maio de 2021.



daqueles profissionais, fortaleceu as percepções e observações, porém não nos livrou de enfrentar dificuldades na pesquisa

Ressaltamos também o caráter social de pesquisas com essa temática e com essa metodologia de cunho antropológico, quando abordamos a ideia da invisibilidade social de um grupo de trabalhadores que é demandado diariamente, que fazem parte de um momento singular de carga emocional, mas que ao mesmo tempo são ignorados e silenciados por essa mesma sociedade que demanda os seus serviços.

Aqui pudemos apresentar um pouco da característica do trabalho diário, o lidar com o trabalho estigmatizado, estar em meio a dor do outro e o lidar com esse momento de despedida.

Em meios às discussões iniciais da pesquisa, surgiram outros desdobramentos sobre o objeto; atenção especial foi dada às relações de afeto estabelecidas nesse lugar. Nas falas dos sujeitos da pesquisa, foi possível identificar a ideia de pertencimento, as emoções intrínsecas ao trabalho, de viver o momento da dor do outro, de serem testemunhas dessa última despedida, ou como dito por Antônio, quando ressaltou que os coveiros são companheiros da morte e de trabalharem na fronteira entre a vida e a morte. Foi possível entender, ainda, como esses profissionais, que não possuem acompanhamento psicológico profissional, lidam diariamente com essa carga de emoções e como se percebem em meio a essas situações diárias. “Estar presente nesse momento de despedida, em que a família e os amigos estão chorando, é um momento de muita dor. Tem momentos que sinto a dor deles” (informação verbal).¹⁵

Portanto, o intuito foi dar voz e visibilidade às experiências vividas, destacando relações sociais, afetivas e espaciais construídas nesse universo de trabalho e simbólico.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia**: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: Nota sobre a fotografia. Lisboa: Edições 70, 1977.

¹⁵ Trecho da fala de Benedito. 42 anos. Entrevista realizada em 27 de maio de 2021.



BATISTA, A. S.; CODO, W. Trabalho sujo e estigma: cuidadores da morte nos cemitérios. **Revista de Estudos Sociais**. Bogotá, n. 63, p. 72-83, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/1270>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, I; MOHR, J. **Another way of telling**. New York: Pantheon Books, 1982.

BITTENCOURT, Luciana. A fotografia como instrumento etnográfico. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 17, n. 1, 1993. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6536/7576>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. p. 693–732.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

FRANCO, Clarissa. **A cara da morte: imaginário fúnebre no relato de sepultadores de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LANDSBERG, Paul Ludwig. **Ensaio sobre a experiência da morte e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LOPES, Claudia Simone Carneiro. **A identidade profissional pela tessitura do discurso de funcionários/as da escola pública estadual no Programa Profuncionário**. 2014. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MARANHÃO. **Portaria/SES/MA N° 202, de 30 de março de 2020**. Disciplina o procedimento preventivo no manuseio de cadáveres cujo óbito foi decorrente de suspeita ou confirmação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Maranhão. Disponível em: <https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/portaria-prevencao-covid19-svo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

NOGUEIRA, Renata. Elos de memória: passado e presente, cemitério e sociedade. **Vivência: Revista de Antropologia**. Natal, v. 1 n. 39, p. 81-89. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/vivencia/article/view/1936>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PETONNET, Colette. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**. Niterói, n. 25, p. 99-111, 2008. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5d38e623b83acd0001723688/t/61133461b9a8e778cd581370/1628648546048/Observa%C3%A7%C3%A3o+flutuante.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

RABELO, Elizabeth Avelino. **Morte e mundo-da-vida: análise fenomenológica de experiências de coveiros no Cemitério do Bonfim**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção *Os pensadores*). Publicação original: 1754.



SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, n. 14 e 15, p. 25-37, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

STECANELA, Nilda. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, jan./maio 2009. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/4/4>. Acesso em: 12 nov. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZELENOVIC, Cláudia Cristina Modesto. **Representações e emoções de coveiros portugueses face à morte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008.

Recebido em: 01/05/2023.

Aceito em: 01/11/2023.



MULHERES NA TATUAGEM: uma revisão integrativa sobre a representação e experiências***WOMEN IN TATTOOING: an integrative review on representation and experiences***

Fernanda Cavaleiro Ruffino Rauber *

Fernanda de Aguiar Zanola **

Mônica Carvalho Alves Cappelle ***

Resumo

Este artigo explora a presença e o papel das mulheres no campo da tatuagem, uma prática que tem evoluído ao longo da história com diversos significados e contextos sociais. Apesar do aumento atual do número de mulheres tatuadoras, a desigualdade de gênero ainda persiste nessa profissão. A tatuagem e a ocupação de tatuador têm sido objeto de debates e estigmas, mas também estão passando por um processo de transformação cultural. Neste artigo, propomos uma investigação sobre a representação e a experiência das mulheres tatuadoras em estudos acadêmicos, por meio de uma revisão integrativa de literatura. Além disso, discutimos as barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho de forma mais ampla, incluindo os estereótipos de gênero e a desigualdade de oportunidades. Os procedimentos metodológicos adotados abrangem a busca sistemática de teses, dissertações e artigos científicos relacionados ao tema, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais aprofundada das questões de gênero no campo da tatuagem. Por meio da análise proposta, percebemos que as mulheres ainda são minoria nesse ambiente de trabalho, enfrentando barreiras como, o preconceito, falta de reconhecimento, desigualdade e outros problemas relacionados a gênero.

Palavras-chave: mulheres na tatuagem; trabalho; barreiras; revisão integrativa.

Abstract

This article explores the presence and role of women in the field of tattooing, a practice that has evolved throughout history with diverse meanings and social contexts. Despite the current increase in the number of female tattoo artists, gender inequality still persists in this profession. Tattooing and the occupation of a tattoo artist have been subject to debates and stigmas but are also undergoing a process of cultural transformation. In this article, we propose an investigation into the representation and experience of female tattoo artists in academic studies through an integrative literature review. Additionally, we discuss the barriers faced by women in the workforce more broadly, including gender stereotypes and inequality of opportunities. The methodological procedures adopted encompass a systematic search for theses, dissertations, and scientific articles

* Mestra em Gestão, Organizações e Sociedade pela Universidade Federal de Lavras, Brasil. E-mail: fernanda.rauber2@estudante.ufla.br.

** Mestra em Marketing, Estratégia e Inovação pela Universidade Federal de Lavras, Brasil. E-mail: fernada18az@gmail.com.

*** Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Professora da Universidade Federal de Lavras, Brasil. E-mail edmo@ufla.br.



related to the topic, with the aim of contributing to a deeper understanding of gender issues in the field of tattooing. Through the proposed analysis, we realized that women are still a minority in this work environment, facing barriers such as prejudice, lack of recognition, inequality and other gender-related problems.

Keywords: women in tattooing; work; barriers; integrative review.

Introdução

A prática de marcar o corpo é apontada em diferentes contextos ao longo da história, variando os motivos de sua realização, a forma de ser realizada, além dos indivíduos que são alvo e quem realiza esta atividade (JEHA, 2019), fazendo com que o contexto social em que o indivíduo realizou a tatuagem se torne tão importante quanto a tatuagem em si (DEMELLO, 2000). A pele é a tela na qual se pode projetar tanto as maiores fantasias quanto os medos mais profundos; perfurar ou marcar o corpo pode significar assumir uma posição de contracultura (MIFFLIN, 2001). Dependendo de quem é o tatuado, o que a tatuagem representa, onde é colocada e a natureza do relacionamento entre o tatuado e sua avaliação por outras pessoas nas sociedades (CURRA, 2011), a tatuagem pode ser vista como símbolo de prestígio ou um símbolo de estigma (BARRON, 2017).

Um exemplo disso é a situação das mulheres no Brasil. Os registros encontrados, apesar de poucos, na literatura mostram uma avaliação negativa. No contexto brasileiro, entre a segunda metade do século XVIII e metade do século XX, mulheres com tatuagem eram desprezadas, pois a tatuagem exacerbava uma sexualidade que não deveria ser exteriorizada. Os registros associam a tatuagem, principalmente, às prostitutas, fazendo parte do seu universo e da própria história da tatuagem na mulher até a década de 1970. Essa associação está ligada ao fato de que era o corpo da mulher prostituta — ou classificada como prostituta — que estava ao dispor para ser “fotografado, descrito e abusado” (JEHA, 2019, p. 208). Embora a prostituição em si não fosse considerada crime, nesse período, as mulheres também poderiam ser presas por vadiagem. Por lei, sujeitos que não tivessem uma ocupação considerada honesta para a sociedade da época poderiam ser presos. Seja nas ruas, prostíbulos ou prisões “seus corpos, já estigmatizados, não teriam nada a perder com a tatuagem” (JEHA, 2019, p. 16).



Mesmo diante desse cenário, o pioneirismo na implantação de loja de tatuagem no padrão europeu e americano no Brasil é atribuído a Ana Velho, historicamente registrada como a primeira tatuadora profissional do país. Com o registro como tatuadora obtido na Secretaria Municipal de Fazenda e a declaração do Conselho Regional de Medicina atestando que ela “trabalhava em condições perfeitas de assepsia” (MARQUES, 1997, p. 200), a Tropical Tattoo foi criada em março de 1980 em Ipanema, Rio de Janeiro. Apesar do pioneirismo feminino, no final da década de 1990, Marques (1997) registra a diferença existente entre homens e mulheres exercendo o ofício. De acordo com o autor, o número de tatuadores homens em território nacional era incontável, contrastando com o registro de apenas sete mulheres realizando a mesma atividade.

A tatuagem e o próprio trabalho do tatuador permanecem envoltos em questões que oscilam entre a aceitação e a censura, a celebração e a rejeição ao longo do tempo nas sociedades (BARRON, 2017). Embora a tatuagem esteja passando por um processo caracterizado por Kosut (2006) de “reinscrição cultural”, diferentes significados estão sendo formulados em função da exposição midiática, evolução tecnológica, além das razões que levam diversos públicos a tatuarem seus corpos (BARRON, 2020; FERREIRA, 2013; KOSUT, 2006).

Mesmo que o cenário atual pareça ter mudado, e que a participação das mulheres no campo da tatuagem tenha aumentado, pesquisas mostram um descompasso entre a inserção e a aceitação. De acordo com o levantamento realizado por Oliveira e Moura (2019, p. 63), “o mercado da tatuagem atualmente é construído por muitas mulheres tatuadoras que são reconhecidas por seus pares e possuem clientela grande e fiel”, entretanto não é possível afirmar que é um espaço igualitário. Diante desse contexto, questionamo-nos **como o trabalho de mulheres tatuadoras pesquisadas em publicações de estudos indexados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico é abordado?**

Uma vez que o trabalho com a tatuagem é alvo de debates a respeito de suas finalidades, alcances, limitações e legitimidade no mercado de trabalho ao longo do tempo em contextos sociais distintos (BARRON, 2017; HALL, 2014; STECKDAUB-MULLER, 2019), este artigo tem por objetivo realizar uma revisão integrativa da



literatura para identificar como o trabalho de mulheres tatuadoras é abordado em estudos indexados em duas bases de pesquisas acadêmicas.

Academicamente, a pesquisa é pertinente por explorar um objeto de estudo com sujeitos investigados de maneira incipiente em pesquisas na área da administração. Buscas realizadas por pesquisas acadêmicas tendo as mulheres tatuadoras como sujeitas não retornaram resultados significativos, apesar de diversas matérias em revistas, sites e redes sociais *on-line* discutirem sobre como elas estão modificando a estética dos estúdios e o próprio mercado da tatuagem (OLIVEIRA; MOURA, 2019). Nesse sentido, Oliveira e Moura (2019, p. 61) acreditam que a falta de trabalhos acadêmicos tendo as tatuadoras como sujeitas pode sinalizar que este ambiente “ainda é predominantemente encarado como um trabalho masculino”.

A pesquisa justifica-se socialmente pois poderá contribuir para melhor compreensão sobre os contextos e experiências vividas por aquelas que atuam na ocupação de tatuadora no Brasil, auxiliando em reflexões coletivas e individuais sobre a carreira que vivenciam e (re)interpretam. Trata-se de um grupo com atividades laborais que são alvos de debates sobre suas distintas finalidades, alcances, limitações e legitimidade no mercado de trabalho em diversos contextos sociais ao longo do tempo (BARRON, 2017; HALL, 2014; JEHA, 2019; STECKDAUB-MULLER, 2019). Diante disso, é um tema que se mantém atual e que reforça a pertinência de estudos continuados sobre as trajetórias das tatuadoras.

Como justificativa pessoal, em pesquisa anterior, deparamo-nos com dificuldades em localizar mulheres tatuadoras para um estudo exploratório. Embora muitos estúdios parecessem ser operados por mulheres, a realidade era frequentemente diferente, com elas desempenhando funções administrativas. Essas experiências nos levaram a questionar a presença efetiva das mulheres nesse campo, o que nos motivou a explorar o tema.

O tema proposto abrange questões relevantes tanto para os estudos organizacionais quanto para pesquisas em administração. Investigar então o trabalho de mulheres na ocupação de tatuador é pertinente por não ser uma profissão convencional, envolvendo aspectos marcantes no que se refere à sua aceitação e reconhecimento por parte da sociedade em geral. Além de estar presente na agenda de estudos de diferentes autores (DELUCA, 2015; MENDES, 2017; OLIVEIRA; MOURA, 2019).



Este trabalho, além da presente seção introdutória, ainda possui uma seção de fundamentação teórica sobre trabalho, além dos procedimentos metodológicos em que os processos realizados para a consecução do estudo são apresentados. Ainda, possui uma seção de resultados, em que são apresentados o conjunto de textos e análises do estudo. E, finalmente, uma seção de considerações finais, em que algumas limitações e sugestões de estudos futuros são apresentados.

Mulheres no mercado de trabalho: as barreiras construídas

Em decorrência da busca pelo protagonismo da mulher na sociedade, diversas questões emergem para estudos, e apesar da falácia de igualdade de oportunidades e condições para todos, desigualdades ainda são registradas. As diferenças variam entre remuneração recebida à impossibilidade de ocupar determinadas posições no ambiente organizacional. Os estereótipos de gênero existentes no âmbito empresarial podem gerar desconforto para mulheres, de quem a sociedade espera um comportamento de mãe, não de empresária (CRAMER *et al.*, 2012; GOMES; LIMA; CAPPELLE, 2013; VALE; SERAFIM; TEODÓSIO, 2011). Vale destacar que em muitos casos elas desenvolvem um sentimento de culpa, estimulado por elas e pela família, que exigem dedicação às tarefas domésticas. Consideradas adereços e objetos de satisfação, são cobradas de forma negativa pela família quando se dedicam aos negócios, pois estariam deixando de desempenhar o papel de mãe e/ou esposa. Entretanto, existe a luta constante por parte destas para romper com os rótulos sociais e culturais construídos ao longo da história (CAPPELLE; MELO; SOUZA, 2013; CRAMER *et al.*, 2012; SILVA; LASSO; MAINARDES, 2016).

Para Acker (2006), em todas as organizações há processos de desigualdade, desenrolando-se mesmo nas que possuem objetivos igualitários explícitos onde a visibilidade da desigualdade parece estar aumentando e sua legitimidade diminuindo. As mulheres precisam trabalhar e se reinventar mais do que os homens, especialmente remodelando sua interioridade e subjetividade, como se tornar mais assertivas ou resilientes no local de trabalho (GILL; KELAN; SCHARFF, 2017). Mesmo sendo o trabalho desenvolvido em ambientes de estúdio, ainda necessitam lidar e contornar com a estigmatização da atividade, como revela a pesquisa conduzida por Silva e Saraiva



(2014).

Um ponto interessante discutido no trabalho de Aker (2006) é a relação de poder existente dentro das organizações. De acordo com a autora, o poder está localizado nas mãos dos homens, que se encontram no topo de grandes organizações econômicas e estatais. Esses fatos não são novidade, e as vertentes feministas surgiram nos estudos organizacionais para apontar a natureza problemática do óbvio. Portanto, esse posicionamento ontológico, epistemológico e paradigmático é profícuo, pois esclarece a segregação do trabalho por gênero, que são parcialmente criados por meio de práticas organizacionais. Desta forma, as organizações se apresentam como uma arena na qual as imagens de gênero são inventadas e reproduzidas.

Por essa ótica, a “teoria e a pesquisa sobre desigualdade, dominação e opressão deve prestar atenção às interseções de, pelo menos, raça/etnia, gênero e classe” (ACKER, 2006, p. 442). Nesse contexto, a interseccionalidade revela diversos espaços discursivos, buscando examinar uma variedade de categorias sociais e culturais. Seu propósito é compreender de forma interconectada as raízes da opressão, discriminação, injustiça e desigualdade social. Sob essa perspectiva, emerge uma abordagem teórico-metodológica que visa capturar as intrincadas consequências provenientes da interação entre duas ou mais formas de subordinação. Além disso, é um paradigma feminista que oferece uma contribuição teórica significativa para os estudos sobre relações de gênero nas organizações (ILMONEN, 2019; SAMUELS; ROSS-SHERIFF, 2008; PISCITELLI, 2008).

Do ponto de vista epistemológico, o pensamento acadêmico requer que os estudiosos considerem uma variedade mais ampla de indivíduos para enriquecer suas análises e, assim, evitem cair na armadilha do essencialismo ou universalismo, que tenta generalizar a compreensão das experiências de grupos diversos na sociedade contemporânea (SAMUELS; ROSS-SHERIFF, 2008). Essa abordagem ajuda a evitar a fragmentação, o reducionismo e a falta de clareza nos conceitos inter-relacionados (PALUDI; HELMS MILLS; MILLS, 2019; SAMUELS; ROSS-SHERIFF, 2008).

Com essa perspectiva, torna-se possível examinar as diversas experiências de indivíduos não privilegiados em contextos mais amplos. Compreender múltiplas práticas requer uma apreciação mais profunda que destaque principalmente momentos e cenários



específicos no espaço e no tempo (KANG; CHAI; MCLEAN, 2015; VALENTINE, 2007). Em outras palavras, a realidade com a qual os indivíduos interagem diariamente, como nas dinâmicas cotidianas de (re)formulação de suas trajetórias profissionais (KANG; CHAI; MCLEAN, 2015).

Conforme Holvino (2010) destacou, a imperatividade de adotar essa abordagem nos estudos organizacionais deriva da negligência em relação às vivências daqueles que não se encaixam no cenário predominantemente branco, heterossexual e elitista. Em outras palavras, indivíduos que desafiam essas normas, como mulheres nativas americanas, latinas, asiáticas e negras, foram sumariamente desconsideradas no campo. Segundo a autora, a teoria interseccional visa reintegrar as interconexões entre identidades, práticas institucionais e sociais, abrangendo uma variedade de pessoas nas agendas de pesquisa contemporâneas. Além disso, auxilia as organizações a promoverem aplicações práticas e facilitar mudanças políticas (HOLVINO, 2010).

Nesse contexto, a abordagem proposta não apenas desafia e supera as representações simplificadas e uniformes das organizações, mas também se concentra na criação de uma imagem de grupos de indivíduos que estão fora do espectro convencional (HOLVINO, 2010). Essa perspectiva prepara o terreno para análises mais abrangentes, que buscam explorar a complexidade dessas experiências diversificadas dentro das estruturas organizacionais. Além disso, fornece uma lente para interpretar o contexto (ACKER, 2006; PALUDI; HELMS MILLS; MILLS, 2019). Para interpretar e compreender o objetivo proposto neste estudo, a seção seguinte refletirá sobre os procedimentos metodológicos fundamentais necessários para o debate.

Procedimentos metodológicos

O presente artigo teve por suporte metodológico a revisão integrativa de literatura. Trata-se de um método de pesquisa que permite a criação de novos conhecimentos a partir da análise, crítica e síntese da literatura sobre determinado tema (TORRACO, 2016; WHITTEMORE; KNAFL, 2005). Para Botelho et al (2011, p. 133), a utilização desta metodologia em estudos organizacionais justifica-se por sua capacidade de sistematização do conhecimento científico podendo “ser considerada, portanto, um método para o desenvolvimento da revisão da literatura no campo organizacional”.



Construir uma revisão integrativa fornece, a partir de protocolos, um caminho apropriado para identificar a bibliografia relevante, indicar como ocorreu a evolução, e quais são as perspectivas futuras para o campo (TORRACO, 2005, 2016). Ainda, a utilização desta metodologia fornece subsídios para o pesquisador revisar, criticar e sintetizar o conhecimento sobre o tópico, o que fornece subsídios para a construção de novos conhecimentos, estruturas e apontar perspectivas futuras sobre o tópico abordado (SCULLY-RUSS; TORRACO, 2020; TORRACO, 2016), possibilitando como contribuição, a identificação de aspectos comuns que são abordados nos estudos e apontar possíveis lacunas para pesquisas futuras.

Mediante o exposto por Torraco (2005), para o presente trabalho, optou-se pela revisão crítica e síntese dos dados encontrados, visto que por meio desses processos é possível atingir o objetivo deste estudo. Quanto à organização e estrutura dos resultados, optou-se pela estrutura conceitual, isto é, os resultados do estudo decorrem de conceitos apresentados na literatura que são organizados em torno do objetivo deste trabalho, não sendo utilizado recorte temporal.

Tendo como objetivo este artigo propõe uma investigação para identificar como o trabalho de mulheres tatuadoras é abordado em estudos no contexto brasileiro, sendo examinados teses, dissertações e artigos científicos que tratam desta temática. As buscas foram realizadas no mês de novembro de 2022 no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e no buscador Google Acadêmico. Foram utilizados os termos “tatuagem” ou “tatuador” como itens principais a serem localizados nos títulos dos documentos. Para delimitar o resultado a textos concernentes à pesquisa, os termos “trabalho”, “feminismo”, “gênero” e “mulher” foram combinadas de diferentes formas em cada plataforma a fim de potencializar o resultado da busca. Os filtros aplicados estão descritos na Figura 1, que sintetiza as etapas para a realização da pesquisa.

Figura 1 – Síntese do processo de pesquisa

Fonte: Elaborada pelas autoras

A busca agrupada no Catálogo de Teses e Dissertações resultou em 77 estudos em diferentes áreas do conhecimento. Para refinamento dos dados para teses e dissertações, foram excluídos: i) documentos repetidos; ii) estudos sem, ao menos, um dos termos de busca no título. Como segunda etapa de refinamento, foi realizada leitura dos resumos para identificar a relação do estudo com o objetivo da pesquisa, totalizando 6 dissertações e uma tese publicadas entre os anos de 2004 e 2021. Já a busca realizada por meio do Google Acadêmico retornou um resultado de 512 documentos. Para refinamento dos dados, além dos dois critérios descritos na primeira etapa, foram excluídos: iii) artigos de congresso; iv) trabalhos de conclusão de curso e; v) capítulo de livros. A busca foi limitada para páginas em português, teses e dissertações foram desconsideradas por estarem incluídas na etapa anterior. A última etapa consistiu na leitura dos resumos dos artigos, na qual foi avaliada a relação com o objetivo da pesquisa. Artigos, teses e dissertações que não tinham o tatuador como sujeito principal de sua análise foram excluídos da amostra. Para fins desta pesquisa, considerou-se como sujeito aquele que tanto constrói significados como aquele que é autor dos acontecimentos (CHIZZOTTI, 2005).

Os filtros estabelecidos possibilitaram a redução do grande número de documentos retornados na pesquisa inicial, além de evidenciar aqueles que auxiliariam a

atender o objetivo proposto para a revisão integrativa pretendida. Por fim, o conjunto de textos aceito para a leitura integral foi submetido à revisão de referências. Torracco (2016) explica que textos potencialmente importantes para o estudo podem ser encontrados nas referências dos documentos aceitos para revisão, permitindo que a amplitude da busca seja suficiente para cobrir boa parte da literatura relevante sobre o tema. Nessa última etapa, nenhum novo documento foi incorporado ao conjunto final, sendo, portanto, estabelecido em 7 textos oriundos de estudos empíricos, publicados entre 2004 e 2022.

As pesquisas foram agrupadas com base na similaridade dos conceitos ou teorias de interesse dos textos selecionados (TORRACO, 2016). Dessa forma, os resultados foram organizados com a intenção de capturar a dinâmica dos estudos, visando identificar a base teórica utilizada e agenda de estudos proposta. Essa identificação lança luz sob os conceitos sobre o tema, assim, demais pesquisadores poderão utilizar esta pesquisa como base para estudos futuros.

Resultados

Esta seção é dedicada à apresentação dos resultados deste estudo. No quadro 1, pode-se consultar o conjunto de textos aceitos para análise final. Os dados oriundos do conjunto de textos compuseram as categorias que formam as subseções desta seção. Essas seções correspondem a duas categorias: presença das mulheres nos estudos e agenda futura proposta envolvendo mulheres e/ou gênero.

Com relação à **presença de mulheres nos estudos**, buscou-se identificar de que forma elas são inseridas como sujeitas. O objetivo é identificar pontos marcantes em relação à divisão do trabalho, papéis desempenhados, além de outras informações relevantes para traçar o perfil destas sujeitas. Já em relação à **agenda futura**, foram observadas as sugestões de estudos propostos pelos autores do conjunto de textos analisado. Vale lembrar que esta não é prática habitual entre os autores. Torracco (2005, 2016) destaca a importância de a revisão integrativa investigar as possibilidades de futuro para o tópico ou campo, além de identificar possibilidades de pesquisas adicionais.

Em relação à análise do banco de dados, Torracco (2005) recomenda a desconstrução dos temas centrais em subtópicos que podem incluir interações, aplicações e métodos de



pesquisa, dentre outros. Assim, este estudo realizou uma revisão com o objetivo de identificar as abordagens existentes. Espera-se, portanto, que tal organização e análise ajudem a verificar as interações (ou falta disso) entre abordagens presentes nos estudos que compuseram o *corpus* de análise (RASTOGI *et al.*, 2018).

Quadro 1 – Conjunto de textos estudados

Tipo do documento	Título	Autor	Ano de publicação
Dissertação	Do porão ao estúdio: trajetórias e práticas de tatuadores e transformações no universo da tatuagem	Zeila Costa	2004
Dissertação	Artesão da pele: aprendendo a ser tatuador	Diego de Jesus Vieira Ferreira	2012
Dissertação	“Você só tatua?” A trajetória profissional no campo da tatuagem	Gabriela DeLuca	2015
Dissertação	Trabalho artístico? A ocupação tatuador (a)	Jeane Pereira Gomes da Silva Mendes	2017
Tese	Ser tatuador/a, ser artista: uma análise sociológica sobre os processos de ratificação da tatuagem na capital paulista	Beatriz Patriota Pereira	2021
Artigo	Profissão: Tatuadora – Mulheres Trabalhadoras em um Mundo (e Mercado) Eminentemente Masculino	Renata Couto de Azevedo Oliveira <i>et al.</i>	2021
Artigo	“Cadê o tatuador?” Construção da identidade profissional e estigma de mulheres na profissão tatuadora	Rafaela de Almeida Araújo <i>et al.</i>	2022

Fonte: Elaborado pelas autoras

Mulheres como sujeitas

No estudo etnográfico de Costa (2004), a autora observou que dos cinco estúdios em que esteve, apenas em um deles a função de atendimento era realizada por um homem. A autora se deparou também com mulheres atuando juntamente com seus cônjuges exercendo atividades administrativas, com exceção de um estúdio em que o casal atuava como tatuadores. A única tatuadora entrevistada pela autora é identificada como Natália, que atuava com o seu marido em um estúdio de tatuagem. Natália iniciou como secretária no estúdio do casal, ela afirma que a vontade de aprender surgiu dessa atuação, passando posteriormente para etapa de aprendiz, sendo ela mesma sua primeira cobaia.



A pesquisa de Ferreira (2012) mostra as preferências de homens e mulheres para a escolha do local da tatuagem, e a liberdade de marcar os corpos permeia as discussões da pesquisa. Embora não tenha conhecido nenhuma tatuadora durante a sua pesquisa, e nem mesmo os profissionais que entrevistou tenham citado mulheres atuantes na região de Fortaleza, Ceará, o autor afirma que a inserção das mulheres no circuito da tatuagem tem aumentado, sendo possibilitada, em parte, pela profissionalização do ofício e sua saída de locais improvisados, denotando em “status de ofício doméstico, artesanal, praticado por amadores” (PÉREZ, 2006, p. 181).

DeLuca (2015) faz a discussão da construção da carreira dos tatuadores, procurando equilíbrio entre a quantidade de entrevistados do sexo feminino e masculino. A pesquisa foi realizada em um estúdio em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e contou com a participação de seis tatuadores (sendo um aprendiz), duas tatuadoras e uma gerente administrativa. As tatuadoras Stefani e Keka, como foram identificadas na pesquisa, têm sua trajetória analisada em conjunto com os demais tatuadores. Uma das falas que chamou atenção foi da administradora Maria, utilizando a metáfora da família, demonstra que desempenha o papel de mãe nesse contexto. Embora tenha apontado que existam relações de dominação no ambiente da tatuagem, não foram encontradas na dissertação indícios claramente descritos dessa situação.

Na pesquisa conduzida por Mendes (2017), a autora adota a abordagem sociológica do trabalho para investigar a carreira do tatuador. Entre os vinte e dois entrevistados, apenas dez são mulheres. A autora continua a pesquisa realizando uma análise sobre a participação das mulheres na tatuagem e realiza uma significativa reflexão sobre a integração das mulheres no mercado de trabalho em geral e no contexto da tatuagem em particular. Em relação aos resultados, a autora aborda a contradição entre a expansão do espaço ocupado por mulheres e a persistência da desigualdade de gênero, observando que muitas mulheres acabam abandonando a profissão devido às dificuldades enfrentadas ao longo de suas trajetórias. Segundo a autora, é comum que as mulheres, por vezes, não percebam as relações de desigualdade e dominação a que estão submetidas, naturalizando essas condições.

Pereira (2021, p. 406) corrobora com o apresentado nos trabalhos anteriores. A autora afirma que “o campo da tatuagem é marcado pelo machismo e as tatuadoras

encontram obstáculos e dificuldades para se estabelecer”. Como consequência, mulheres acabam tendo mais clientes mulheres, pois não detêm a confiança dos homens, o que leva a uma contundente constatação: “Com participação reduzida, não há representatividade” (PEREIRA, 2021, p. 406).

Para Oliveira e Moura (2021), a presença da mulher na tatuagem sempre foi atravessada por questões de gênero, estereótipos sociais e autodeterminação. Como tatuadoras e mulheres tatuadas são alvo de avaliações sociais a partir da quantidade de tatuagens que possuem, do desenho e do tamanho da tatuagem que ocupam sua pele, “o que sugere que o corpo feminino ainda é produzido discursivamente dentro de parâmetros socialmente estabelecidos” (OLIVEIRA; MOURA, 2021, p. 32). O exposto confirma os apontamentos de Curra (2011) e Barron (2017) de que a tatuagem pode ser vista como símbolo de prestígio ou estigma dependendo de quem é o tatuado, onde é realizada ou o que representa, além da natureza do relacionamento entre o tatuado e sua avaliação por outras pessoas nas sociedades.

A pesquisa de Araújo, Catrib, Paiva e Lima (2022) teve como sujeitas apenas mulheres, atuando profissionalmente a mais de 5 meses. Muitas delas com formação acadêmica e contato anterior com ilustração e/ou desenho técnico, relatam incentivo de familiares e amigos para se inserirem na tatuagem. Mesmo com esse incentivo, a falta de reconhecimento profissional é identificada. A profissão é vista como algo provisório, um trampolim para outras atividades ligadas à estética e com melhor avaliação para uma mulher, como a micropigmentação. Diferentes marcadores de desigualdade são identificados, dentre eles a preferência dos clientes por tatuadores homens por acreditarem que somente eles desenvolvem um trabalho “bem-feito” na tatuagem. Um capítulo à parte são os relatos de assédio que as tatuadoras vivenciam.

Ferreira (2012) mencionou a maior participação das mulheres nesse espaço, situação também percebida por Araújo, Catrib, Paiva e Lima (2022). DeLuca (2015) apontou relações de dominação no ambiente da tatuagem, embora não tenha aprofundado a investigação na temática. De acordo com Pereira (2021), a tatuagem ainda se apresenta como um campo majoritariamente masculino, no qual as mulheres encontram dificuldade tanto para se estabelecer como profissionais quanto para dar visibilidade aos seus trabalhos. Por vezes, relatam sentirem-se como intrusas na profissão, o meio alimenta a



imagem de que apenas o trabalho realizado por homens seria desempenhado com qualidade (ARAÚJO; CATRIB; PAIVA; LIMA, 2022).

A forma como mulheres estão descritas nas pesquisas exemplifica o exposto por Acker (2006), de que em todos os espaços organizacionais há o processo de desigualdade, havendo maior esforço por parte das mulheres para trabalhar e/ou se reinventar no mesmo ambiente em que os homens estão inseridos (GILL; KELAN; SCHARFF, 2017), e o poder ainda se mostra centrado nas mãos dos homens (AKER, 2006). Mesmo com percepção de maior participação das mulheres no cenário da tatuagem, os dados das pesquisas analisadas mantêm a diferença existente entre homens e mulheres, tal como apresentada por Marques (1997), ainda na década de 1990, em que homens estavam numericamente à frente em relação às mulheres.

Adicionalmente, ao adotar uma perspectiva interseccional, torna-se evidente como o gênero e as trajetórias de carreira se entrelaçam, estabelecendo conexões entre categorias que influenciam a diferenciação social de maneira interconectada e mutuamente constituída. Essa abordagem sublinha como as dinâmicas de poder, privilégio e desvantagem são incessantemente moldadas e reproduzidas (CASTRO; HOLVINO, 2016). Paralelamente, sob enfoque interseccional, argumenta-se que muitos estudos, incluindo aqueles com fundamentos feministas, negligenciam o fato de que a categoria gênero está intrinsecamente interligada com fatores como classe, raça, sexualidade, entre outros (ACKER, 2006; LUGONES, 2010)

Segundo Patrícia Hill Collins (2000), os paradigmas interseccionais não podem ser simplificados em uma única abordagem fundamental. Adotar uma visão excessivamente reducionista tornaria desafiador identificar os mecanismos subjacentes na criação de injustiças (OIKELOME; HEALY, 2013a). Dada a sua importância, a demanda para a aplicação dessas abordagens nos estudos organizacionais tem crescido (CASTRO; HOLVINO, 2016). O uso dessas perspectivas, portanto, amplia a compreensão das várias manifestações de desigualdade que se entrelaçam nas interações mediadas pela cultura em contextos específicos. Isso, por sua vez, ajuda a remediar lacunas, possibilitando estratégias mais robustas para a inclusão e promoção de grupos marginalizados no cenário organizacional (CASTRO; HOLVINO, 2016; KANG; CHAI; MCLEAN, 2015).



Com essa orientação, amplia-se a capacidade de abordar questões como: Existe uma percepção diferenciada das barreiras de carreira entre grupos? Como a raça, gênero, sexualidade, nacionalidade e outros fatores impactam as decisões de carreira? As demandas das origens culturais são relevantes? Outras formas de identificação social limitam a participação em trajetórias profissionais? Quais obstáculos enfrentam grupos socialmente marginalizados ao buscar carreiras em áreas “tradicionalis”? (OIKELOME; HEALY, 2013b)

Além disso, para Marshall (1989), nos estudos de carreira, a perspectiva feminista ilustra a amplitude de abarcar diversas perspectivas. Assim, o feminismo para as carreiras destaca que tanto o ser quanto o agir são processos em constante evolução e mudança. Dentro desse contexto, as transformações sociais, econômicas, identitárias e organizacionais que emergiram do movimento feminista desde a década de 1960 abriram espaço para uma multiplicidade de abordagens teóricas. Essa diversidade vai desde o âmbito psicológico até o estrutural, do biológico ao social, e ainda mais além. Portanto, no estudo das carreiras, o feminismo desempenha um papel crucial ao compreender a complexa interação entre indivíduos e os contextos nos quais operam.

Em resumo, as teorias feministas aplicadas aos estudos de carreira adotam uma perspectiva dinâmica e vivencial. Isso implica que as trajetórias profissionais, juntamente com suas interações nas diferentes esferas contextuais, desenvolvem-se no cotidiano dos indivíduos, produzindo impactos amplos e significativos tanto na teoria quanto na prática, no cenário contemporâneo, bem como no âmbito acadêmico e profissional (MARSHALL, 1989; HOLVINO, 2010; ACKER, 1990, 2006).

Agenda futura

Embora nem todos os trabalhos sugiram uma agenda de estudos, foi possível identificar claramente alguns caminhos pelos quais outros pesquisadores podem seguir, tendo mulheres como sujeitas no ofício da tatuagem.

O incentivo para análise de gênero, tornando mulheres tatuadoras como sujeitas centrais, é encontrado de forma recorrente em pesquisas em que homens e mulheres foram abordados. Dentre as possibilidades de ampliação de estudos, Costa (2004) sugere a



discussão de gênero tendo tatuadoras como sujeitas e as implicações de sua atuação no universo da tatuagem. Assim como DeLuca (2015) salientou a importância da abordagem de gênero, dentre outros aspectos, no campo ocupacional da tatuagem, além de perceber sinais de dominação masculina, identificados posteriormente por Mendes (2017). A autora afirma haver desigualdades entre homens e mulheres na profissão, muito embora seja propagado que a tatuagem é um meio que se desvincula dos valores morais tradicionais.

Oliveira e Moura (2021) acrescentam a opção metodológica da análise do discurso foucaultiana para analisar de forma qualitativa os relatos das mulheres inseridas na profissão, além de buscar compreender o sentido e o significado do trabalho para essas sujeitas.

Araújo, Catrib, Paiva e Lima (2022) sugerem a ampliação do estudo por meio da perspectiva masculina, comparando a construção da identidade profissional entre homens e mulheres na tatuagem, assim ampliando a compreensão no campo da tatuagem.

Marshall (1989) ilustra em seu capítulo que as teorias feministas atuam como um guarda-chuva de perspectivas. Logo, a partir dessa visão, informa-se que o ser e o fazer são contínuos e estão em constante evolução e mudança. Assim, as transformações sociais, econômicas, identitárias e organizacionais, que ocorreram nas perspectivas feministas a partir de 1960, ascenderam a várias posições teóricas que variam do psicológico ao estrutural, do biológico para o social, e assim por diante. Desse modo, para o estudo de carreiras, o feminismo se faz fundamental por compreender a complexa interação entre indivíduos e estruturas contextuais nos quais operam.

Considerações finais

Este artigo objetivou identificar como o trabalho de mulheres tatuadoras é abordado em estudos indexados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa de parte da literatura nacional. Foram identificados estudos que, de alguma forma, abordam o trabalho do tatuador, buscando identificar a forma como mulheres eram abordadas nas pesquisas. Dentre as limitações, destaca-se a utilização de apenas duas bases de dados nacionais e a dificuldade



para transposição dos dados para outros programas, a fim de verificar arquivos duplicados e aplicação dos demais filtros de pesquisa.

Para além das limitações encontradas, este trabalho traz contribuições teóricas por mapear pesquisas e identificar a forma como as mulheres são retratadas. Observa-se que a agenda de estudos se mostra profícua para pesquisas que queiram se aprofundar no tema a partir das relações de poder e dominação ou, ainda, sobre as desigualdades de gênero. Como destacado por Marshall (1989), ao utilizar a teoria de carreira como lente de análise, é possível dar enfoque às questões de gênero, especialmente no que diz respeito aos impactos negativos gerados por estereótipos, em certos aspectos, mesmo que ela não aborde de forma central a desvalorização enfrentada por grupos socialmente marginalizados. Sob esse olhar, emerge a necessidade de reexaminar teorias.

Vale lembrar que é preciso entender o movimento de mudança em curso no cenário da tatuagem. Como apontado nos trabalhos de Costa (2004) e Ferreira (2012), a tatuagem tem passado por um processo de transformação. Nas palavras de Costa (2004, p. 103) “da clandestinidade — e seus significados metafóricos associados à marginalidade — para a visibilidade, seja dos estúdios — um espaço de sociabilidade — ou dos corpos tatuados que circulam pelas ruas”, rompendo, por exemplo, barreiras de geração, classe e gênero.

Para Kosut (2006), a tatuagem tem passado por um processo definido por ele de reinscrição cultural, por meio da qual outros significados estão sendo criados, em parte, devido à exposição midiática, à evolução tecnológica, além das razões que levam as pessoas a tatuarem seus corpos (BARRON, 2020; FERREIRA, 2013; KOSUT, 2006). O tatuador também acompanha essa transformação, saindo de seu status clandestino, passando pela profissionalização e caminhando para a artificação. O movimento percebido nos trabalhos analisados visa a valorização social da tatuagem e do próprio trabalho do tatuador.

Esse movimento de mudança ainda parece incipiente em se tratando da inserção das mulheres. Pelo levantamento realizado, embora haja um número cada vez maior de mulheres no circuito da tatuagem, elas ainda não possuem representatividade. Relações de poder e dominação ainda estão presentes, mesmo que o contexto da tatuagem projete uma imagem de espaço igualitário e sem opressões de gênero ou sexo. O pioneirismo



feminino no Brasil quase não é citado, a atenção permanece voltada para o homem estrangeiro que ganhou o porto de Santos, em São Paulo. O trabalho com a tatuagem pode não ser visto como um trabalho predominantemente masculino (OLIVEIRA; MOURA, 2019), mas mostra-se como um espaço desigual, em que mulheres sofrem um duplo preconceito; tanto clientes quanto outros tatuadores as colocam em lugar subalterno.

Para conduzir novas revisões, é fundamental analisar as trajetórias profissionais ao longo da vida do indivíduo, o que requer uma análise crítica das abordagens utilizadas para compreendê-las. Assim, uma agenda que adote essa perspectiva terá o potencial de revelar os processos nos quais os participantes cocriam significados durante a pesquisa, demonstrando sensibilidade conceitual e linguística ao mapear e valorizar as múltiplas considerações que influenciam as escolhas individuais e, por conseguinte, as trajetórias de carreira. Além disso, em combinação com as teorias de carreira, as teorias feministas adotam uma abordagem dinâmica e vivencial, implicando que as carreiras, interagindo com diversas esferas contextuais, desenvolvem-se no cotidiano dos indivíduos, gerando impactos tanto na teoria quanto na prática, no cenário contemporâneo e no âmbito acadêmico (MARSHALL, 1989; HOLVINO, 2010; ACKER, 1990, 2006).

Referências

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bobbies: a theory of gendered organizations. **Gender & Society**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/089124390004002002>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ACKER, Joan. Inequality regimes: gender, class, and race in organizations. **Gender & Society**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 441-464, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891243206289499>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ARAÚJO, Rafaela de Almeida; CATRIB, Isabella Carneiro; PAIVA, Luis Eduardo Brandão; LIMA, Tereza Cristina Batista de. “Cadê o tatuador?” Construção da identidade profissional e estigma de mulheres na profissão tatuadora. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 38, n. 114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/gr.vol38n114.7497>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BARRON, Lee. **Tatto and popular culture: cultural representations in Ink**. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2020. *E-book*.

BARRON, Lee. **Tattoo culture: theory and contemporary contexts**. London; New York: Rowman & Littlefield International, 2017. *E-book*.



BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; SOUZA, Natácia Lamoglia de. Mulheres, trabalho e administração. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v2i2.9875>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CASTRO, Mayra Ruiz; HOLVINO, Evangelina. Applying intersectionality in organizations: inequality markers, cultural scripts and advancement practices in a professional service firm. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 328-347, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gwao.12129>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. *E-book*.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. London: Routledge, 2000. *E-book*.

COSTA, Zeila. **Do porão ao estúdio: trajetórias e práticas de tatuadores e transformações no universo da tatuagem**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87935>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CRAMER, Luciane; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; ANDRADE, Áurea Lucia Silvia; BRITO, Mozar José de. Representações femininas da ação empreendedora: uma análise da trajetória das mulheres no mundo dos negócios. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 53, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.14211/regepe.v1i1.14>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CURRA, Jonh. Being deviant. In: CURRA, Jonh. **The relativity of deviance**. California: SAGE Publications, Inc., 2011. p. 33-60. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781452224893>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DELUCA, Gabriela. **“Você só tatua?” A trajetória profissional no campo da tatuagem**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/115737>. Acesso em: 19 nov. 2023.

DEMELLO, Margo. **Bodies of inscription: a cultural history of the modern tattoo community**. Durham, NC: Duke University Press Books, 2000. *E-book*.

FERREIRA, Diego de Jesus Vieira. **Artesãos da pele: aprendendo a ser tatuador**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) — Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7344>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FERREIRA, V. De ofício de periferia a arte periférica: a criatividade da prática de tatuar. In: RABELO, José; SODRÉ, Muniz (org.). **Trajectos**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2013. p. 159-170. v. 2. *E-book*.



GILL, Rosalind; KELAN, Elisabeth K.; SCHARFF, Christina M. A postfeminist sensibility at work. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 226-244, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gwao.12132>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GOMES, Almira Ferraz; LIMA, Juvêncio Braga; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Do empreendedorismo à noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 20, n. 2, p. 203, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/alcance.v20n2.p203-220>. Acesso em: 19 nov. 2023.

HALL, Gregory M. Tension in the field of art: the practical tattoo artist and perceptions of the fine art community. **Qualitative Sociology Review**, Lodz, Poland, v. x, n. 2, p. 102-114, 2014. Disponível em: <https://czasopisma.uni.lodz.pl/qualit/article/view/11856>. Acesso em: 19 nov. 2023.

HOLVINO, Evangelina. Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organization Studies. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 248-277, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2008.00400.x>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ILMONEN, Kaisa. Identity politics revisited: on Audre Lorde, intersectionality, and mobilizing writing styles. **European Journal of Women's Studies**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 7-22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350506817702410>. Acesso em 19 nov. 2023.

JEHA, Silvana. **Uma história da tatuagem no Brasil: do século XIX à década de 1970**. São Paulo: Veneta, 2019. *E-book*.

KANG, Hyoun Ju; CHAI, Dae Seok; MCLEAN, Gary N. An intersectionality and hope-based career development model for female international marriage immigrants in Korea. **Human Resource Development International**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 538-555, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13678868.2015.1076563>. Acesso em: 19 nov. 2023.

KOSUT, Mary. Mad artists and tattooed perverts: deviant discourse and the social construction of cultural categories. **Deviant Behavior**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 73-95, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/016396290950677>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LUGONES, Maria. Toward a decolonial feminism. **Hypatia**, Eugene, OR, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MARQUES, Toni. **O Brasil tatuado e outros mundos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. *E-book*.

MARSHALL, Judi. Re-visioning career concepts: a feminist invitation. In: ARTHUR, Michael B.; HALL, Douglas T.; LAWRENCE, Barbara S. (ed.). **Handbook of Career Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 275-291. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511625459.016>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MENDES, Jeane Pereira Gomes da Silva. **Trabalho artístico? A ocupação tatuador(a)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9254>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MIFFLIN, Margot. **Bodies of subversion: a secret history of women and tattoo**. New York: Juno Books, 2001. *E-book*.

OIKELOME, Franklin; HEALY, Geraldine. Gender, migration and place of qualification of



doctors in the UK: perceptions of inequality, morale and career aspiration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 557-577, 2013a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.745233>. Acesso em: 19 nov. 2023.

OIKELOME, Franklin; HEALY, Geraldine. Gender, migration and place of qualification of doctors in the UK: perceptions of inequality, morale and career aspiration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 557-577, 2013b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.745233>. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, Renata Couto de Azevedo; MOURA, Renan Gomes. Profissão: Tatuadora-mulheres trabalhadoras em um mundo (e mercado) eminentemente masculino. **Revista FSA**, Teresina, v. 18, n. 6, p. 29-43, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12819/2021.18.6.2>. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, Renata Couto de Azevedo; MOURA, Renan Gomes. Profissão: tatuadora-mulheres trabalhadoras em um mundo (e mercado) eminentemente masculino. **Revista Parajás**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 56-70, 2019.

PALUDI, Mariana I.; HELMS MILLS, Jean; MILLS, Albert. Cruzando fronteras : the contribution of a decolonial feminism in organization studies. **Management & Organizational History**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 55-78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17449359.2019.1578668>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PEREIRA, Beatriz Patriota. **Ser tatuador/a, ser artista**: uma análise sociológica sobre os processos de artificação da tatuagem na capital paulista. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14728>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PÉREZ, Andrea Lissett. A identidade à flor da pele: etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 179-206, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100007>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Acesso em: 22 nov. 2023.

RASTOGI, Ashish *et al.* Causes, contingencies, and consequences of disengagement at work: an integrative literature review. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 62-94, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484317754160>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SAMUELS, Gina Miranda; ROSS-SHERIFF, Fariyal. Identity, oppression, and power. **Afilia**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 5-9, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886109907310475>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SCULLY-RUSS, Ellen; TORRACO, Richard. The changing nature and organization of work: an integrative review of the literature. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 66-93, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484319886394>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVA, Aleksandra Nascimento da; SARAIVA, Luiz Silva. Contornando o estigma: uma análise dos estúdios de tatuagens em Belo Horizonte. **TPA - Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 123-155, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/tpa.v4i1.16375>.



Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVA, Mariana Santos da; LASSO, Sarah Venturim; MAINARDES, Emerson Wagner. Características do empreendedorismo feminino no Brasil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 13, n. 2, p. 1507-167, 2016. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/370/1523>. Acesso em: 19 nov. 2023.

STECKDAUB-MULLER, Irmgard. You've got to do this like a professional: not like one of these scratchers!. Reconstructing the professional self-understanding of tattoo artists. **Cambio**, Firenze, v. 8, n. 16, p. 43-54, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.13128/cambio-23483>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 404-428, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484316671606>. Acesso em: 19 nov. 2023.

TORRACO, Richard J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>. Acesso em: 19 nov. 2023.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; SERAFIM, Ana Carolina Ferreira; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Gênero, imersão e empreendedorismo: sexo frágil, laços fortes? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 631-649, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1415-65552011000400005>. Disponível em: 19 nov. 2023.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, [s. l.], v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>. Acesso em: 19 nov. 2023.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, [s. l.], v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Recebido em: 20/06/2023.

Aceito em: 14/09/2023.



A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DO MODELO RSU URSULA: uma abordagem centrada na avaliação participativa

SOCIAL RESPONSIBILITY IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF THE URSULA RSU MODEL: an approach centered on participatory evaluation

Analouise Santos de Melo *

Rosineide Pereira Mubarack Garcia **

Resumo

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) é uma temática que tem ganhado espaço e se tornado relevante nos debates sobre o papel das instituições de ensino superior na promoção de ações que contribuam para o desenvolvimento da sociedade em múltiplos aspectos. Existem na literatura modelos que buscam orientar as instituições na tarefa de colocar a responsabilidade social em ação. Este artigo objetiva discutir a responsabilidade social universitária a partir do modelo publicado pela União de Responsabilidade Social Universitária Latino Americana (URSULA), que possui uma metodologia de autodiagnóstico institucional alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas (ODS), entendendo-o como um método que tem enfoque na avaliação participativa. Perpassando pelo entendimento da responsabilidade social universitária não como um compromisso social, mas sim como uma obrigação, na qual se exige a imputabilidade do sujeito responsável que deve ser questionado e cobrado por suas atitudes, abordando o conceito e a importância da responsabilidade social universitária, apresentando o modelo e discorrendo sobre a avaliação centrada nos participantes. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática nas bases de publicações científicas acessíveis e fontes documentais, como relatórios e manual. Concluiu-se que, apesar de novo, o modelo enfatiza a sustentabilidade e as relações internas e externas das instituições, e seu enfoque na avaliação participativa possibilita que a instituição se desenvolva ao longo da avaliação, e as instituições quando se propõem a adotá-lo desvelam o seu compromisso em aprimorar as suas dinâmicas, analisando pontos a serem melhorados e potencializando transformações nas estratégias e políticas institucionais.

Palavras-chave: compromisso social; objetivos de desenvolvimento sustentável; avaliação centrada nos participantes; universidade.

* Graduada em ciências contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil. E-mail: analouisesm@live.com.

** Doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Professora do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas, do Mestrado Profissional em Educação do Campo e do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil. E-mail: rose.mubarack@ufrb.edu.br.



Abstract

University Social Responsibility (USR) is a theme that has gained space and become relevant in debates about the role of higher education institutions in promoting actions that contribute to the development of society in multiple aspects. There are models in the literature that seek to guide institutions in the task of putting social responsibility into action. This article aims to discuss university social responsibility based on the model published by the Latin American University Social Responsibility Union (URSULA), which has an institutional self-diagnosis methodology aligned with the 17 Sustainable Development Goals of the United Nations Organizations (SDGs), understanding it as a method that focuses on participatory evaluation. Pervading the understanding of university social responsibility not as a social commitment, but rather as an obligation, where the accountability of the responsible subject is required, who must be questioned and held accountable for their attitudes, addressing the concept and importance of university social responsibility, presenting the model and discussing participant-centered assessment. To this end, bibliographical research on the topic was carried out on the basis of accessible scientific publications and documentary sources such as reports and manuals. It was concluded that, despite being new, the model emphasizes sustainability and the internal and external relations of institutions and its focus on participatory evaluation allows the institution to develop throughout the evaluation and when institutions propose to adopt it, they reveal their commitment to improving its dynamics, analyzing points to be improved and enhancing transformations in institutional strategies and policies.

Keywords: social commitment; sustainable development goals; participant centered evaluation; university.

Introdução

Há algum tempo, no cenário educacional, as instituições de ensino superior (IES) deixaram de ser vistas apenas como formadoras de profissionais e passaram a ser inseridas como organizações em um cenário global, reconhecendo-se o seu potencial em engendrar iniciativas que contribuam para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade. Sendo entendidas dessa forma, como agentes de transformação social, surge a necessidade de que se mantenham “em processo constante de investigação, gerando novas transformações e sendo por estas pressionadas a, continuamente, desvendar, a interpretar e criar frente à contínua recursividade” (GOMES, 2014, p. 5-6).

Nesse contexto, a Responsabilidade Social (RS) é um tema que tem ganhado espaço e se tornado relevante nos debates sobre o papel das IES, dentro do escopo de seus processos formativos, da geração de conhecimento, das suas ações e do seu gerenciamento, que devem ser fomentadores da consciência crítica e dialógica e não podem ser desconexos das questões ambientais, econômicas e sociais que afetam a humanidade. É preciso “dar respostas possíveis às demandas do entorno e da nação”



(DIAS SOBRINHO, 2019, p. 4), afinal, a responsabilidade é vinculada tanto aos atos quanto à repercussão e as consequências da maneira de agir.

Toda essa demanda em torno da RS voltada para o setor acadêmico suscitou o estabelecimento da Responsabilidade Social Universitária (RSU), que apesar do termo *universitária*, não atribui barreiras ao englobar todas as classificações de IES existentes, sejam elas centros, faculdades, institutos ou universidades, de regimes público ou privado. Assim, mesmo a RSU sendo considerado “um tema em construção” (WAGENBERG, 2006) e existirem vários entendimentos sobre a temática, inclusive igualando-a ao compromisso social, é essencial que a IES estabeleça maneiras de verificar a RS em seus processos.

Existem na literatura alguns modelos de RSU que buscam orientar as IES na tarefa de colocar a responsabilidade social em ação. Aqui destacamos o Guia ISO 26000, que fornece diretrizes e recomendações sobre boas práticas de responsabilidade social para empresas e organizações; o Manual de Primeiros Passos em Responsabilidade Social Universitária, que apresenta um conjunto de instrumentos destinados a ajudar as IES a diagnosticar como elas respondem à sociedade e como podem incorporar medidas para melhorar e tornar seu contributo significativo (VALLAYES; DE LA CRUZ; SASIA, 2009); e o Modelo publicado pela União de Responsabilidade Social Universitária Latino Americana (URSULA), manual de RSU inspirado no Manual de Primeiros Passos em Responsabilidade Social Universitária, com 12 metas alinhadas aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), além de contemplar mais 1: "empatia ativa pela vida".

Para Eidt, Trindade e Calgaro (2021), apesar do Guia ISO 26000 poder guiar e inspirar a definição de RSU, ele fornece uma definição generalizada e ligada à referência comercial, não servindo para ser aplicado nas IES. Corroborando, Nascimento (2014) cita, que pelo fato de a norma ser abrangente, o seu aproveitamento nas IES será parcial.

Portanto, em decorrência do aumento da importância da RSU, como resultado dos desafios globais de sustentabilidade, justiça, paz e equidade encarados pelos governos e demais segmentos da sociedade mundialmente, este trabalho objetiva discutir a RSU a partir do modelo URSULA, devido à sua concepção de enxergar a RSU não como um compromisso social, mas sim como uma obrigação das IES; ser o único que leva em



consideração os ODS e por entender que sua proposta possui enfoque no método da avaliação centrada nos participantes, pois, propõe um processo avaliativo que leva em consideração as diferenças individuais dos atores envolvidos e que se apoia na ideia de que os avaliadores e participantes devem descrever “os antecedentes supostos e reais, as operações didáticas e os resultados, e que examinem suas congruências e contingências” (STUFFLEBEAM; SHINKFIELD, 1993, p. 242).

Para isso, em um primeiro momento, busca-se conceituar compromisso social e responsabilidade social, apresentando as diferenças de cada uma das expressões, compreendendo ainda que os termos se complementam, mas que a responsabilidade engloba um cenário mais amplo que o compromisso.

Aborda-se conceitualmente a RSU, sua importância e a necessidade de conscientização da instituição como sendo parte da sociedade, o olhar para o seu interior, “através das ações de todos os seus atores organizados, cada um cuidando dos impactos que causa no meio ambiente e promovendo juntas as metas universalmente desejáveis, como são ODS” (VALLAEYS, 2020, p. 24).

Discorre-se sobre a URSULA, sua formação, seus membros, apresenta-se o seu modelo de RSU, com suas metas e procedimentos para a IES realizar o seu autodiagnóstico, além de resultados da autoavaliação de algumas instituições realizadas em 2018 e 2019. Em seguida, evidencia-se a avaliação participativa como abordagem do modelo.

As fontes de informações são secundárias, e originam-se de pesquisa bibliográfica sobre a temática nas bases de publicações científicas acessíveis e livros e fontes documentais como informações eletrônicas de organizações internacionais, o Manual RSU URSULA e Relatórios de Investigação Continental RSU URSULA 2018 e 2019.

1 Compromisso social universitário *versus* responsabilidade social universitária

A expressão compromisso social pode ser entendida como o ato de apoiar e desenvolver projetos em prol da comunidade e do meio ambiente. Já a responsabilidade é uma “possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigi-lo com base em tal previsão” (ABBAGNANO, 2007, p. 855). Unindo esse conceito ao termo



social, a responsabilidade social pode ser entendida como um agir ético nas relações em busca da promoção do bem-estar social.

Para Calderón (2005), quando se debate sobre o papel social ou a função social da educação superior brasileira, o termo historicamente utilizado é compromisso social. Wanderley (2005) aponta que existe uma larga bibliografia que, de forma explícita, trata a responsabilidade social da IES como compromisso social, e atribui a dimensão da extensão como figura central dessa finalidade, dimensão que se tornou componente constitutivo das universidades, e compõe o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Devido à incompreensão referente aos significados de compromisso social e responsabilidade social, algumas IES podem cometer equívocos ao externalizar as suas ações pressupondo um único sentido, instituições para a sociedade, e esquecendo de perceber-se como parte da sociedade, focando assim no compromisso e não na responsabilidade. As instituições acabam por transformar a extensão em ação de voluntariado, enquanto não avaliam as disciplinas oferecidas em seus cursos, suas linhas de pesquisa e o seu jeito de gerir. “Universidade: não me diga o que você faz lá fora com os estudantes voluntários, me diga como você os forma por dentro, com que conhecimentos e como você se administra!” (VALLAEYS, 2020, p. 24).

Quadro 1 — Diferença entre compromisso social e responsabilidade social

COMPROMISSO SOCIAL	RESPONSABILIDADE SOCIAL
Um compromisso é uma decisão discricionária voluntária de fazer algo pelo outro.	Uma responsabilidade é uma obrigação de assumir uma resposta à pergunta de outra pessoa.
Quem se compromete decide sobre o que faz de forma autônoma.	Quem é responsável deve responder por suas ações a outras pessoas que o consideram responsável.
O compromisso social começa consigo mesmo, ao perceber situações de injustiça.	A responsabilidade social parte do outro, o que obriga a responder pelo que faz diante dele.
O outro, em compromisso social, é beneficiário da minha promessa de ajuda.	O outro, em responsabilidade social, é juiz do meu comportamento diante dele.

O compromisso, sendo discricionário, não diz antecipadamente no que ajudar ou como fazê-lo. É gratuito e depende inteiramente do assunto comprometido.	A responsabilidade, quando parte da interpelação de outras pessoas e exige uma resposta, implica culpa e tem o conteúdo que a interpelação lhe dá.
De uma filosofia de "compromisso social", a liberdade da IES é total e qualquer mudança de comando alterará a orientação do compromisso de acordo com a opinião da nova autoridade.	A partir de uma filosofia de "responsabilidade social", a IES é obrigada a responder a certos problemas de maneira a satisfazer sua solução, independentemente da opinião do poder de serviço. A autoridade não define discricionariamente sua responsabilidade. É a situação que o impõe (Titanic Planetário, ODS).
O "compromisso social" não pode ser universalizado. Cada IES define de acordo com sua orientação ideológica. Não existe um modelo válido de compromisso social para todas as instituições de ensino superior. Os indicadores de desempenho são formulados em uma base ad hoc.	Sim, é possível universalizar os grandes princípios da RSU, produzir um modelo e obrigar as instituições de ensino superior a responder pelo que fazem ou não fazem. Os indicadores de desempenho podem ser formulados e orientar as diretrizes de planejamento estratégico entre as instituições de ensino superior, bem como a comparabilidade das realizações.
A gestão do "compromisso social" é <i>sui generis</i> .	A gestão da RSU é universalizável em suas linhas amplas (o detalhe depende do contexto institucional e territorial).

Fonte: Vallaeyts (2020, p. 26)

Analisando o quadro 1, é notório que a responsabilidade social ultrapassa o conceito de compromisso social e de caridade, é uma obrigação da organização “que exige a imputabilidade do sujeito ‘responsável’, pelo qual se deve poder questionar e cobrar pelas suas atitudes” (VALLAEYS, 2020, p. 29).

2 Responsabilidade Social Universitária (RSU)

Segundo Calderón (2006), a RSU ganhou evidência no cenário universitário brasileiro a partir das estratégias de marketing incorporadas pelas IES do setor privado, resultantes da expansão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e do Terceiro Setor. A partir de 2004, foi incluída na agenda pública educacional como uma dimensão de avaliação das IES, fazendo parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A responsabilidade social avaliada pelo Sinaes tem o foco na defesa do meio ambiente, na inclusão social, memória cultural, desenvolvimento socioeconômico, patrimônio cultural e produção artística. Rosetto (2013) apontou, em sua pesquisa, que o entendimento sobre o conceito da dimensão responsabilidade social definido pelo Sinaes



é abrangente, porém, passados vários anos de sua criação, pode trazer um entendimento limitado e até mesmo enraizado ao contexto empresarial.

A responsabilidade social de uma IES diz respeito, segundo Dias Sobrinho (2008), fundamentalmente, ao cumprimento de suas finalidades e de seus objetivos essenciais (formação, o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, o aprofundamento dos valores primordiais da vida em sociedade), com qualidade e existência de sentido social e público. Assim, a IES deve refletir e entender o seu relacionamento com a sociedade e não ser indiferente ao que ocorre em sua adjacência. Conforme Vallaey (2006), a instituição deve refletir sobre si mesma, no contexto do seu entorno social, por meio da análise de sua responsabilidade e sua fração de culpabilidade nos problemas enraizados da sociedade. Darcy Ribeiro já enfatizava em sua obra *A universidade necessária*, que a universidade “é chamada a representar um papel social que lhe exige um grau máximo de dedicação aos problemas da sociedade que a mantém” (RIBEIRO, 1969, p. 140).

É de extrema importância envolver todos os atores, que fazem parte do corpo universitário, na busca da conscientização do papel relevante da instituição em relação à sociedade e como parte desta, devendo a organização se responsabilizar em mudar o cenário interno antes de se comprometer em mudar o cenário externo. Para Chauí (2003), no interior das instituições se fazem presentes atitudes, opiniões e projetos conflitantes que expõem divisões e contradições, de forma que exprimem de maneira determinada e completa a estrutura e modo de funcionamento da sociedade.

Bacigalupo (2008) destaca que a responsabilidade social de uma universidade tem por objetivo alinhar a pesquisa, gestão e extensão com as demandas educacionais, profissionais e científicas que requerem um desenvolvimento sustentável local e global. Para Jiménez de La Jara, Fontecilla e Troncoso (2006), a RSU é a capacidade de unir e praticar conjunto de princípios e valores por meio das dimensões da gestão, docência, pesquisa e extensão universitária.

A universidade é um espaço onde se deve discutir e buscar cenários ideais de bem-estar-social de acordo com o que ocorre em seu entorno, trazendo sempre para o seu interior debates sobre qual a sua responsabilidade social, esta que “deve ser visualizada como o sistema imunológico de toda a IES, ou seja, um processo abrangente e transversal



que garante que tudo o que é feito na instituição seja socialmente responsável, evite impactos negativos e promova impactos positivos” (VALLAEYS, 2020, p. 32).

3 O modelo RSU URSULA

A URSULA é uma associação sem fins lucrativos, criada graças ao impulso da Diretoria de Inovação Social da Corporação Andina de Fomento (CAF), atualmente Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe. É um projeto resultante de um diálogo crítico entre Ana Mercedes Botero (Diretora de Inovação Social do CAF) e o professor François Vallaeys, sobre o papel social das IES na construção de um desenvolvimento sustentável e equitativo, tendo como base de referência os ODS da ONU, e se tornou um espaço de integração regional e inovação, com a participação de múltiplos atores, iniciando oficialmente suas atividades em 2016.

A associação se autodefine como uma comunidade que promove o aprendizado coletivo para alavancar o desenvolvimento sustentável nas IES da América Latina, por meio da troca de experiências e modelos sustentáveis de gestão integral RSU, por meio de assistência técnica, cursos, divulgação de boas práticas, eventos acadêmicos, pesquisas e publicações. Atualmente conta com a participação de membros de 15 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com mais de 170 IES, 16 organizações, além de mais de 1.200 membros individuais (UNIÓN DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA, 2023).

É muito importante citar um pouco sobre a história do CAF, para se compreender o lugar de agente fomentador e parceiro da URSULA. O Banco foi fundado em 1970 com a proposta de financiar a integração da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, com empréstimos que deveriam ser utilizados para projetos na agricultura, indústria, transporte, cooperação técnica e promoção do comércio interno (BRANDO, 2020). Devido às diversas mudanças nos cenários mundiais, o órgão foi passando por inúmeras transformações ao longo dos anos e se abrindo para novos horizontes, desde priorizar projetos de infraestrutura eficientes, de destinar recursos para proteção do meio ambiente até a aprovação da adesão de outros países e de bancos privados com direito ao voto no conselho de administração.



Hoje, a sua missão é estimular o desenvolvimento sustentável e a integração regional, por meio de financiamento e cooperação técnica de projetos públicos e privados para beneficiar os países acionistas. É composto por 20 países e por mais 13 bancos privados da região, conforme quadro baixo.

Quadro 2 — Acionistas do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe

PAÍSES	ACIONISTAS
ARGENTINA	Ministério da Economia
	Banco de Inversión y Comercio Exterior, S. A.
BARBADOS	Ministério das Finanças, Assuntos Económicos e Investimento
BOLÍVIA	Ministério da Economia e Finanças Públicas
	Banco Central da Bolívia
	Banco BISA, S.A.
	Banco Mercantil- Santa Cruz S.A.
BRASIL	Ministério de Planejamento do Desenvolvimento
CHILE	Ministério da Fazenda
	Corporação de Fomento da Produção (CORFO)
COLÔMBIA	Ministério da Fazenda e Crédito Público
	Banco DAVIVIENDA S.A.
	Corporación Financiera Colombiana S.A.
COSTA RICA	Banco Central da Costa Rica
EQUADOR	Corporação Financeira Nacional
	Ministério da Economia e Finanças
	Banco Central do Equador
	Banco Guayaquil
	Banco del Pacífico S.A.
EL SALVADOR	Ministério da Fazenda
ESPAÑA	Ministério de Assuntos Económicos e Transformação Digital
JAMAICA	Ministério das Finanças e Serviço Público
MÉXICO	Nacional Financiera, S.N.C
	Secretaria da Fazenda e Crédito Público
PANAMA	Ministério da Economia e Finanças
PARAGUAI	Ministério da Economia e Finanças
PERU	Ministério da Economia e Finanças
	Corporación Financiera de Desarrollo
	Banco de Crédito del Perú
	BBVA Banco Continental
	Scotiabank Perú S.A. A.
	Banco Internacional del Perú S.A.A.
REPÚBLICA DOMINICANA	Ministério da Fazenda
REPÚBLICA PORTUGUESA	Ministério das Finanças
TRINIDAD E TOBAGO	Ministério das Finanças
	Banco Central da Trinidad e Tobago
URUGUAI	Banco Central do Uruguai
VENEZUELA	Min. do Poder Popular da Economia, Finanças e Comércio Exterior
	Banco de Desenvolvimento Económico e Social (BANDES)
	Banco de Maracaibo
	Banco del Caribe C.A. Banco Universal (BANCARIBE)
	Mercantil C.A. Banco Universal

Fonte: CAF (2023).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

O CAF possui operações prioritárias de financiamento que podem ser diretamente relacionadas com as aspirações da URSULA, algumas das quais são a promoção do desenvolvimento das economias verdes, que sejam resilientes às alterações climáticas; do desenvolvimento humano e social equitativo e solidário; e do fortalecimento das instituições para contribuir para a modernização e transparência do Estado.

Assim, com a proposta de uma mudança universitária, no que tange à maximização dos impactos positivos e minimização dos impactos negativos das instituições de ensino superior, surgiu o Modelo RSU URSULA, conceituado como a gestão integral e transversal de todos os impactos socioambientais gerados pelas instituições, em todos os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, objetivando alcançar os ODS em sua dimensão social (VALLAEYS, 2020).

Figura 1 — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Adaptado de Roma (2019).

O SDSN (2017) também aponta que as IES e suas funções próprias, experiência e preparação, são pontos chave para vencer o número amplo de desafios sociais, econômicos e ambientais cobertos pela Agenda 2030. Gazzoni, Scherer, Hahn, Carpes e Santos (2018) acrescentam que, frente aos ODS, as IES podem potencializar a criação e a difusão do pensamento sustentável, mas, para isso, é primordial que as instituições empreguem os conceitos ligados ao desenvolvimento sustentável. Assim, o Modelo RSU

URSULA entende que as IES são socialmente responsáveis, quando concebidas sob três pontos de vista: saudável, solidária e sustentável.

[...] se a IES é concebida sob esses 3S, ela se torna um laboratório para novas práticas econômicas, gerenciais, pedagógicas e científicas, visando o cumprimento dos ODS dentro e fora das portas do campus. A natureza participativa das dinâmicas empreendidas deve garantir o entusiasmo das pessoas para melhorar permanentemente os processos. Por sua vez, a natureza formativa do U3S vem de sua capacidade de promover um ambiente de vida profissional exemplar para a ética e os ODS (VALLEYS, 2020, p. 57).

Quadro 3 — U3S Perspectivas de IES Socialmente Responsáveis

SAUDÁVEL	SOLIDÁRIA	SUSTENTÁVEL
<ul style="list-style-type: none"> • Alimentos orgânicos no campus. • Eco concepção do campus. • Edifícios de energia positiva. • Educação cidadã para consumo responsável. • Inclusão, retenção, graduação. • Jardins da universidade. • Encontro de conhecimentos e culturas. • Comércio justo e próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento prático em economia circular. • Incubadoras para fornecedores responsáveis. • Participação estudantil na política universitária. • Seleção responsável de trabalhadores e fornecedores. • Compras responsáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Transição de energia no campus. • Transporte ecológico. • Sistema de gestão e educação ambiental. • Promoção da diversidade.

Fonte: Adaptado de Vallaeys (2020, p. 57).

Entende-se que nas perspectivas concebidas (Quadro 3), os atores são convocados a reorientar suas práticas diárias para que ocorra o progresso em cada processo, o que claramente destaca o caráter interdependente dos “3S” (saudável, solidária e sustentável) e promove um ambiente contínuo de aprendizagem mútua, no qual cada indivíduo pode se relacionar, entender e aprender com as experiências dos outros.

O modelo é baseado em 12 metas (quadro 4), compostas por 66 indicadores de desempenho, distribuídos nos eixos de composição organizacional de uma IES: gestão organizacional, formação, cognição e participação social. E cinco níveis de realização da

gestão integral e transversal de RSU (quadro 5). Para cada um desses eixos, foram desenvolvidas 3 metas de desempenho socialmente responsáveis.

Quadro 4 — As 12 metas de desempenho socialmente responsável (MODELO RSU URSULA)

ÂMBITO DE AÇÃO	METAS
Gestão organizacional	1. Bom clima laboral e equidade. 2. Campus Sustentável. 3. Ética, transparência e inclusão.
Formação	4. Aprendizagem baseada em desafios sociais. 5. Inclusão curricular dos 17 ODS. 6. Matrizes elaboradas com atores externos.
Cognição	7. Inter e transdisciplinaridade. 8. Pesquisa “na” e “com” a comunidade. 9. Produção e difusão de conhecimentos úteis.
Participação social	10. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa. 11. Projetos cocriados, duradouros e de impacto. 12. Participação na agenda local, nacional e internacional.

Fonte: Vallacys (2020).

As metas permitem que as IES visualizem o seu contexto institucional com o foco na sua RSU e que, dentro de suas particularidades, transformem os seus cenários de forma heurística, ligada intimamente à solução de problemas sociais e ambientais. O trabalho conjunto entre atores internos e externos gerará um aprendizado evolutivo e uma inteligência coletiva que permitirá contribuir com o alcance dos ODS.

Quadro 5 — Os cinco níveis de realização do gerenciamento abrangente e transversal da RSU

Nº DO NÍVEL	NÍVEL	SIGNIFICADO
1	Não contemplamos	Não há registro de nenhum trabalho da IES no assunto.
2	Foram desenvolvidas iniciativas isoladas	Temos conhecimento de iniciativas isoladas não institucionalizadas de membros da comunidade da IES.
3	Há esforços contínuos para alcançar esse objetivo	A IES dá importância à questão e a promove caso a caso. Existem iniciativas visíveis a esse respeito, tanto no nível central, quanto no nível das Faculdades-Setores-Níveis.



4	A IES institucionalizou a questão como política e tem alguns resultados	A IES promove oficialmente o assunto com base em políticas escritas, planos estratégicos e recursos regulares (demonstráveis como evidência institucional), mas ainda não há resultados sustentáveis nem sistematizados.
5	Nossa política transversal tem impactos e resultados sistematizados	As políticas da IES já produziram resultados sustentáveis e sistematizados, que podem ser mostrados como exemplos para outras IES (evidências).

Fonte: Vallaey (2020).

Usando as ferramentas propostas pelo modelo, a instituição deve realizar seu autodiagnóstico através de um exame triplo: a) Examinar o que a IES faz em termos das 12 Metas de desempenho socialmente responsável; b) Investigar o que a IES sente ou percebe sobre si mesma através de pesquisas de percepção; c) Investigar o que a sociedade exige através de entrevistas, inquéritos e diálogos com vários atores com os quais a IES quer estar associada; a partir dos resultados, pode-se decidir sobre as estratégias e orientações, com base nas deficiências, oportunidades e pontos fortes observados e discutidos (VALLAEYS, 2020).

Figura 2 — Elementos para o diagnóstico de RSU



Fonte: Vallaey (2020, p. 109).

O modelo não propõe detalhes de como deve ser realizado o diagnóstico sobre o que a sociedade demanda (parte c), pois aponta que isso depende do contexto institucional e social de cada IES, mas orienta que, a partir de seu contexto, cada instituição deve definir as partes interessadas externas que deseja servir como prioritárias, e que para isso terá de cumprir três tarefas: 1) identificação das partes interessadas da instituição; 2) implementação de um canal de relacionamento e participação periódica que permita recolher as suas opiniões, exigências e expectativas; 3) realização de entrevistas com os representantes dos grupos de interesse identificados, sendo que cada IES deve construir um questionário de entrevista para cada um dos intervenientes externos selecionados, promovendo o diálogo através de perguntas abertas (VALLAEYS, 2020).

Instituições públicas e privadas de nove países da América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Uruguai) realizaram, em 2018 (60) e 2019 (40), o autodiagnóstico com base no modelo, gerando resultados comparáveis. Duas IES brasileiras participaram em 2018, a Universidade Caxias do Sul se destacou no âmbito da Gestão Organizacional e a FACCAT se destacou no âmbito da Cognição; em 2019 foram quatro IES brasileiras: no âmbito da Gestão Organizacional, a Universidade de Passo Fundo teve destaque; a Universidade Caxias do Sul se destacou no âmbito Formação, e o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento se destacou no âmbito da Participação Social.

Tabela 1 — Pontuação média para cada meta RSU na América Latina

Âmbito de Ação	Metas	2018	2019
Gestão Organizacional	1. Bom clima laboral e equidade	3,35	3,50
	2. Campus sustentável	2,60	2,84
	3. Ética, transparência e inclusão	3,32	3,54
Formação	4. Aprendizagem baseada em desafios sociais	2,66	3,25
	5. Inclusão curricular dos 17 ODS	2,18	2,58
	6. Matrizes elaboradas com atores externos	2,88	3,14
Cognição	7. Inter e transdisciplinaridade	3,06	3,39
	8. Pesquisa “na” e “com” a comunidade	2,88	3,17
	9. Produção e difusão de conhecimentos úteis	2,82	3,12
Participação Social	10. Integração da extensão com o ensino e a pesquisa	3,00	3,44
	11. Projetos cocriados, duradouros e de impacto	2,75	3,07
	12. Participação na agenda local, nacional e internacional	2,79	3,01

Fonte: UNIÓN DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA (2019).



É permitido compartilhar (copiar e redistribuir em qualquer suporte ou formato) e adaptar (remixar, transformar e “criar a partir de”) este material, desde que observados os termos da licença CC-BY-NC 4.0.

DOI: <https://doi.org/10.46906/caos.n31.67362.p316-336>

Percebe-se na Tabela 1 que em 8 das 12 metas, as IES atingiram pontuações baixas, que figura ente 1,00 e 2,99, e em outras quatro metas pontuaram na chamada média baixa, que figura entre 3,00 e 3,49. O resultado indica que as instituições ainda não atingiram a coerência institucional proposta pelo modelo, e que suas ações em prol da RSU ainda são realizações isoladas, por isso são necessárias transformações e um aprendizado organizacional em vários aspectos para o estabelecimento de processos consolidados. Vale ainda destacar que o baixo desempenho em metas, como Campus Sustentável e Inclusão Curricular dos 17 ODS, pode ser associado aos desafios enfrentados para a sua concretização, que além de serem pautas recentes na agenda da educação superior, demandam a articulação de vários aspectos e diversos atores, como estudantes, funcionários, professores e a comunidade externa ligada à instituição.

Apesar de nenhuma das IES ter conseguido uma pontuação alta, que varia entre 4,00 e 5,00 em nenhuma das metas, percebe-se que a pontuação aumentou em todas as metas no ano de 2019 em relação ao ano de 2018, mostrando que o autodiagnóstico pode ter influenciado positivamente as instituições participantes, levando-as a entenderem melhor o que deve ser aprimorado em seus processos e as mudanças a serem realizadas nas suas políticas e estratégias.

Percebe-se também que além da pontuação baixa, o número de instituições que se propõem a participar ainda é baixo. Isso se dá por motivos que podem ir desde o desconhecimento do modelo até a não consolidação das práticas de RSU. Certamente um assunto em ascensão no campo teórico, mas uma questão nova no campo prático.

4 A avaliação participativa como abordagem do modelo

A finalidade última de um programa, projeto ou política pública consiste em criar valor público, ou seja, gerar mudanças para a coletividade, resolver um problema da população, atender aos interesses da sociedade (MOORE, 2002). As atividades ou as ações desenvolvidas em um programa, projeto ou política pública não podem ser um fim em si mesmas, elas precisam estar articuladas com os objetivos ou resultados que se pretende alcançar, portanto o seu monitoramento e a avaliação consistem na atribuição de valor a diferentes aspectos das intervenções públicas, tais como: o problema que as



motivam, o seu desenho, a sua implementação, ou ainda, a sua eficiência, eficácia e efetividade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Entre tantos conceitos conhecidos de avaliação, a maioria prefere a proposta apresentada por Scriven (1967), que definiu avaliação como julgar o mérito ou o valor de alguma coisa. Para Jannuzzi (2014, p. 26), “a avaliação tem o objetivo de produzir evidências, compilar dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento de programas e projetos sociais, além da consecução de seus objetivos”. Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) apontam que

A avaliação usa métodos de pesquisa e julgamento, entre os quais: 1) determinação de padrões para julgar a qualidade e concluir se esses padrões devem ser relativos ou absolutos; 2) coleta de informações relevantes; e 3) aplicações dos padrões para determinar valor, qualidade, utilidade, eficácia ou importância. Leva a recomendações cuja meta é otimizar o objeto de avaliação em relação a seu(s) propósito(s) futuro(s) (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35-36).

Existem duas distinções básicas na área da avaliação e a forma como se aplicam aos estudos de avaliação. Scriven (1967) distinguiu primeiro o papel formativo e o papel somativo da avaliação. A formativa é realizada para “dar informações avaliatórias à equipe de programa, informações úteis para a melhoria do programa”, e a somativa “para dar aos responsáveis pela tomada de decisões do programa e aos consumidores potenciais julgamentos do valor ou mérito do programa em relação a critérios importantes” (WORTHEN, SANDERS e FITZPATRICK, 2004, p. 46-47).

Quando às abordagens, existem na literatura especializada da área diferentes ideias quanto aos pressupostos metodológicos formulados e as concepções teóricas. Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) classificam as muitas abordagens de avaliação em seis categorias: abordagem centrada em objetivos; abordagem centrada na administração; abordagem centrada no consumidor; abordagem centrada em especialistas; abordagem centrada no adversário; abordagem centrada nos participantes. Os autores também apontam que a abordagem centrada nos participantes se desenvolveu rapidamente depois do início da década de 1970, e tem por finalidade observar e identificar todas ou quase todas as preocupações, consequências e problemas que são peças integrantes das ações na área social.



Além disso, os defensores dessa abordagem, em sua maioria, consideram indispensável que os participantes dos processos que estão sendo analisados se envolvam significativamente na avaliação. Devido a esse fato, o termo centrado nos participantes foi escolhido para identificá-la.

Diversas são as variantes dessa abordagem da avaliação, mas dois fios parecem passar por todas elas: o primeiro é o reconhecimento, a acomodação e a proteção ao pluralismo dos valores, ainda que o esforço de compilar os julgamentos e as preferências muitas vezes divergentes desses grupos recaia sobre a perspicácia intuitiva e a capacidade de comunicação do avaliador (WORTHEN, SANDERS e FITZPATRICK, 2004), e o segundo, como observa Wachtman, é

[...] o desencanto com as técnicas de avaliação que enfatizam um ponto de vista centrado no produto-resultado, principalmente em detrimento de uma abordagem mais completa, mais holística, que vê a educação como uma atividade humana e admite a complexidade da condição humana. Todo autor afirma que, em vez de simplificar as questões de nossa condição humana, devemos, na verdade, tentar nos compreender e compreender as ações sociais no contexto de sua complexidade (WACHTMAN, 1978, p. 2).

A avaliação participativa apresenta quatro características: dependem do raciocínio indutivo; usam multiplicidade de dados; não seguem um plano padronizado e representam realidades múltiplas, não realidades simples. O enfoque dessa abordagem está na comunicação constante entre avaliador e atores para descobrir, investigar e tratar dos problemas do programa.

Considerações finais

O artigo responde ao objetivo de discutir a RSU a partir do modelo proposto pela URSULA, que é alinhado aos 17 ODS, na medida que aponta a RSU como uma obrigação, diferenciando-a do compromisso social, distanciando-a da extensão solidária e demonstrando que, por meio dos resultados do autodiagnóstico, as IES podem fortalecer a formação e a propagação do pensamento sustentável, desde que empreguem concepções ligadas ao desenvolvimento sustentável e empreendam dinâmicas participativas e formativas ligadas não só aos ODS, mas também à ética.



O modelo RSU URSULA enfatiza a sustentabilidade e as relações internas e externas da instituição, e, apesar de novo e ainda não consolidado, possui ferramentas que viabilizam os processos de coleta de informações, permitindo uma visualização dos pontos a serem observados e a potencialização de mudanças significativas nas estratégicas e políticas institucionais. Seu enfoque na avaliação participativa possibilita a comunicação entre avaliadores e os participantes internos e externos durante todo o processo, e sua metodologia apresenta a sua finalidade e os seus procedimentos desde o início, permitindo à instituição desenvolver-se ao longo da avaliação.

Assim, quando a IES se propõe a adotar o autodiagnóstico disposto pelo modelo, ela desvela o seu compromisso em aprimorar as suas dinâmicas por meio da obtenção de retornos importantes e relevantes que venham a contribuir com uma transformação social almejada e necessária, consolidando, desta forma, a sua missão e a sua responsabilidade social.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BACIGALUPO, Luís. La Responsabilidad social universitaria: impactos institucionales e impactos Sociales. **Revista educación superior y sociedad: nueva época**. Caracas, n. 2, p. 53-62, set. 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000182067>. Acesso em: 15 maio 2022.
- BRANDO, Carlos Andrés. A Corporação Andina de Fomento: um gigante gentil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 de out. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/a-corporacao-andina-de-fomento-umgigante-gentil.shtml> . Acesso em: 02 out. 2023.
- CAF. Acionistas do CAF. **Site do CAF**. 2023. Disponível em: <https://www.caf.com/media/4664779/accionistas-caf-portugues.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, DF, n. 34, p. 13-27, abr. 2005. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos34.pdf>. Acesso em: 16/08/2022.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, DF, n. 36, p. 07-22, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2022.



CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, pertinência, relevância, responsabilidade social, bem público. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 1-7, mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/HxHgTGD9TDSqgG9y66HC4fR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RbsQFJt9w7Xyqc9gpjrXYFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

EIDT, Elise Cristina; TRINDADE, Larissa de lima; CALGARO, Rosane. Responsabilidade social universitária e sua aplicabilidade no ensino superior. **Diálogo**. Canoas, n. 48, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8833232>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação de políticas públicas: por onde começar?** um guia prático da metodologia do marco lógico. Belo horizonte: FJP, 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticPublicas_GuiaMarcoLogico_FJP.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

GAZZONI, Fernando; SCHERER, Flavia Luciane; HAHN, Ivanete Schneider; CARPES Aletéia de Moura; SANTOS, Maríndia Brachak dos. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária da América Latina**. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 48-70, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n1p48/35434>. Acesso em: 10 maio 2022.

GOMES, Caio Cesar Piffero. O papel social da universidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 14., 2014, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis/SC, 2014, p. 01-11. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131807/2014-175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 ago. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ea/arquivos/1925/1925.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

JIMÉNEZ DE LA JARA, Mónica; FONTECILLA, José Manuel de F.; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, DF, n. 36, p. 57-73, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MOORE, Mark. **Criando valor público**. Brasília, DF: ENAP, 2002.



NASCIMENTO, J. M. L. do. Índice de responsabilidade social da universidade: uma metodologia de avaliação institucional. 2014. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-36, jan./mar. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-6725201900100011. Acesso em: 16 maio 2022.

ROSETTO, Márcia Regina Crispim Alvares. **Instituições e responsabilidade social**: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira. 2013. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/9561/1/Marcia%20Regina%20Chrispim%20Alvares%20Rosetto.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

SCRIVEN, Michael. The Methodology of evaluation. In: TYLER, Ralph Winfred; GAGNE, Robert Mills; SCRIVEN, Michael. **Perspectives of curriculum evaluation**. Washington, D.C: American Educational Research Association, 1967.

SDSN. Australia/Pacific. **Getting started with the SDGs in universities**: a guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Melbourne: Sustainable Development Solutions Network. 2017. Disponível em: https://irp.cdn-website.com/be6d1d56/files/uploaded/Como%20comecar%20com%20os%20ODS%20nas%20Universidades_18-11-18.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

STUFFLEBEAM, Daniel; SHINKFIELD, Anthony J. **Evaluación sistemática**: guía teórica y práctica. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

UNIÓN DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA (URSULA). **Investigación Continental URSULA**: estado del arte de la Responsabilidad Social Universitaria (RSU) en América Latina. 2019. Disponível em: <https://www.unionursula.org/wp-content/uploads/2020/09/informe-final-investigacion-continental-rsu-ursula-2019.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UNIÓN DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA [URSULA]. **Investigación Continental URSULA**: estado del arte de la Responsabilidad Social Universitaria (RSU) en América Latina – 2018. Disponível em: https://www.unionursula.org/wp-content/uploads/2020/09/Informe-Final_Investigacion-Continental-RSU_URSULA-2018.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

UNIÓN DE RESPONSABILIDAD SOCIAL UNIVERSITARIA LATINOAMERICANA (URSULA). **Quem Somos**. 2023. Disponível em: <https://www.unionursula.org/nosotros/quienes-somos/>. Acesso em: 01 out. 2023.

VALLAEYS, François. Que significa responsabilidade social universitária? **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, DF, n. 36, p. 35-55, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>. Acesso em: 20 ago 2022.



VALLAEYS, François; DE LA CRUZ, Cristina; SASIA, Pedro M. **Responsabilidad social universitaria**: manual de primeros pasos. México, DF: McGraw-Hill Interamericana Editores, 2009.

VALLAEYS, François. **Manual de responsabilidade social universitária o modelo URSULA**: estratégias, ferramentas e indicadores. Taquara, RS: FACCAT, 2020. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Manual%20O%20Modelo%20URSULA-RSU%20pt-br.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

WACHTMAN, Edward. L. **Evaluation as a story**: the narrative quality of education evaluation. Paper presented at the annual meeting of the American Educational Research Association, Toronto, 1978.

WAGENBERG, Alan. A urgência da responsabilidade social universitária. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, DF, n. 36, p. 27-34, jun. 2006. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2022.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.

WORTHEN, Blaine. R; SANDERS James. R; FITZPATRICK Jody. L. **Avaliação de Programas**: concepções e práticas. São Paulo: Gente, 2004.

Recebido em: 17/07/2023.

Aceito em: 31/10/2023.





| ENTREVISTA |



**MUDANDO DE ROTA NO TRAJETO E SEGUINDO CAMINHOS NAS
FRONTEIRAS DA ANTROPOLOGIA: entrevista com Maristela Andrade*****CHANGING COURSE ON THE JOURNEY AND FOLLOWING PATHWAYS ON THE
FRONTIERS OF ANTHROPOLOGY: interview with Maristela Andrade***

Maristela Oliveira de Andrade *

Geziane do Nascimento Oliveira **

Maristela Oliveira de Andrade é professora titular universitária aposentada, graduada em psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1978). Tem pós-graduação em antropologia cultural (UFPE) (1984). Doutora em Études Latino-américaines/Anthropossociologie des Religions pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) (1983). Seus estudos apresentam interfaces com as temáticas de território, populações tradicionais, desenvolvimento e meio ambiente, bem como no campo da religião e religiosidades, movimentos religiosos contemporâneos. Autora dos livros: *500 Anos de catolicismos & sincretismos no Brasil* (2002); *Cultura e tradição nordestina: ensaios de história cultural e intelectual* (2000); *Anotações sobre a obra etnográfica de Câmara Cascudo* (1999), entre outros. Dentre os livros organizados destaque para *Roger Bastide e o Brasil* (2004) e o mais recente *Relações entre universidades e comunidades: o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios* (2021). Recebeu dois prêmios: em 1998, o Prêmio Manoel Ferreira Nobre pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; e em 1997, recebeu a Menção Honrosa na área de ciências humanas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, na Universidade Federal da Paraíba. Aposentou-se do magistério em 2016. Criou o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente (2012), do qual é coordenadora adjunta. A entrevista foi realizada a partir de um roteiro semiestruturado, e aconteceu de forma remota, via plataforma de vídeo conferência *Zoom.us*, no dia 29 de setembro de 2023.

Geziane — Primeiramente, gostaria de agradecer por sua disponibilidade, por ter aceitado a entrevista. Para a Caos é uma honra poder entrevistá-la e poder mostrar um pouco do seu trabalho, do que foi feito na universidade. Trabalhos que acho muito ricos,

* Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Études Latino-américaines/Anthropossociologie des Religions – *Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine* (IHEAL), pela Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle). E-mail: maristela.odeandrade@gmail.com.

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Editora da Caos. E-mail: gezianeoliveira91@outlook.com.



que vão contribuir tanto para quem tiver acesso a esta entrevista quanto para quem tiver curiosidade e for atrás dos seus trabalhos. Muito obrigada!

Maristela — Boa tarde, Geziane. Eu também agradeço muito ao colega Giovanni que me contatou para fazer a entrevista. De fato, eu lhe disse que não tinha muita coisa para dizer, mas ele insistiu que sim, que eu tinha muito o que dizer. Então eu fui tentando construir um *roteirinho*, porque eu sou muito de ir fazendo coisas e pronto, não fico me revendo. Eu sei que no meu memorial eu tive que fazer um pouco disso, mas o roteiro de perguntas que você me passou com antecedência, fez-me colocar algumas coisas a mais na minha trajetória na UFPB. É uma trajetória que não terminou porque ainda estou dando meus últimos passinhos, já que eu ainda estou com um vínculo bem informal. Com muito gosto mantenho ainda algumas atividades na UFPB.

Geziane — Ah, está certo. Então, assim, a gente vai começando, mas a senhora sinta-se livre. O roteiro é algo básico para gente se guiar, mas não precisamos ficar presas a ele. Para iniciar, poderia falar um pouco sobre a aluna Maristela, começando tudo do início.

Maristela — Geziane, eu vou falar, mas não vou falar muita coisa da aluna de graduação, porque eu fiz minha graduação no curso de psicologia, e ao longo do curso, eu fui descobrindo que não era — vamos dizer, aqueles assuntos que o curso me apresentava — bem o que eu tinha em mente para minha vida. Era um curso voltado para a psicologia clínica, para uma atuação bem no campo da saúde. E eu olhava a psicologia para outro lado, talvez, mais social. Porque eu fiz minha segunda opção para sociologia, quando fiz o vestibular na Universidade Católica de Pernambuco. Mas eu achava que a psicologia ia me dar uma bagagem e tal. É isso, eu acabei me desmotivando com o curso, mas, ao mesmo tempo, não queria começar outro curso, deixando as coisas pelo meio. Disse para mim mesma, eu vou buscar outro caminho na minha pós-graduação. Alguma coisa que tenha afinidade com esse campo. Então foi isso que eu fiz. Completei meu curso de psicologia e fui buscar uma pós-graduação numa área que me desse mais, que me instigasse mais a estudar, com mais vontade, com mais inspiração.

Geziane — A sua pós-graduação foi em antropologia?



Maristela — Eu fiz uma pós-graduação meio híbrida. Eu fui para a França. Foi uma oportunidade que eu tive, porque o meu marido — meu namorado na época — ganhou uma bolsa do Conselho Britânico para estudar num mestrado na Universidade de Edimburgo na Escócia. Então eu fui com ele e tentei fazer o mestrado de antropologia na mesma universidade. Mas eu não tive muito sucesso. Não me preparei tanto para conhecer e saber onde eu estava pisando. Então eu pensei em ir para a França, porque eu tinha uma colega da psicologia que estava lá, e ela me deu uma indicação para eu procurar o Instituto de Altos Estudos da América Latina, que fica em Paris. Assim eu poderia me conectar um pouco com o companheiro que estava lá na Escócia, porque Paris é uma cidade mais fácil para se conectar, de viagem e tudo mais. Então eu comecei meu curso nesse Instituto. A formação de lá fazia uma junção entre antropologia e sociologia. O professor que me aceitou também tinha essa coisa meio lá, meio cá. Ele me estimulava muito para ler Weber, para fundamentar meu estudo em Weber, que é uma referência forte da sociologia. O meu orientador, Auber Rabenoro, era de Madagascar, e embora viesse ali de pertinho da África, ele não estudava as religiões africanas, que foi o caminho que eu me interessei. Eu estava querendo ver, por meio das religiões afro, o Brasil por trás disso tudo, como uma espécie de uma raiz da nossa cultura, da nossa sociedade. Rabenoro estudava, na época, o pentecostalismo na América Latina, e me incentivou a fazer um campo aqui no Brasil dentro dessa vertente. Mas eu insisti com o meu tema, e ele acabou por me aceitar. Rabenoro foi o sucessor de Roger Bastide no Instituto, e herdou vários de seus alunos, um deles foi Renato Ortiz, que se tornou muito reconhecido no Brasil. E ele tinha muita admiração pela tese de Renato Ortiz, então ele disse, “olha, vai ler a tese de Ortiz”. Foi uma das minhas primeiras leituras, eu lia e lia. E o engraçado é que, com a leitura de Ortiz, eu comecei a ver naquele caminho que ele fez para mostrar o processo de branqueamento da umbanda em São Paulo, uma possibilidade de olhar para o xangô — a religião afro do Recife, onde eu vivia — em um caminho inverso, já que elas estavam se reafrikanizando, ou melhor reafirmando sua africanidade.

Então, na mesma época do branqueamento da umbanda em São Paulo, em Recife, as religiões afro estavam vivendo um processo de valorização dessa raiz, dessa memória de África. O livro de Ortiz (1999) foi que me inspirou a enxergar esse campo dessa forma e me fez construir as perguntas da minha tese. Como as religiões afro estavam buscando



sua institucionalização frente ao campo religioso no Brasil? Como elas estavam conseguindo se legitimar? Isso era o início dos anos 1980, quando eu comecei minha pesquisa de campo. E aí, eu usei Turner (1974) para entender esses processos de institucionalização, ao lado de Weber, que foi importante para mim, para entender a busca de legitimação. Mas Turner me fez compreender melhor esse processo a partir da ideia de liminaridade. Eu achava que as religiões afro estavam saindo da liminaridade e ganhando visibilidade na sociedade. Eu tinha uma visão muito, vamos dizer, favorável a esse processo. Talvez não fosse tão dessa forma, mas como as religiões no Nordeste, na Bahia, Pernambuco, tiveram muitos pesquisadores das universidades que deram essa visibilidade para elas, principalmente ao levarem pais de santo para espaços acadêmicos para discutir com pesquisadores, então, havia uma espécie de uma troca, de um diálogo. Eu enxergava isso como uma possibilidade de legitimar aquela religião perante a sociedade. Embora, anos antes, elas tivessem sofrido grande perseguição, em que o país se empenhava no esforço de eliminação daquelas práticas consideradas incivilizadas, não civilizadas para um país que queria se modernizar. Então esse foi o mote, que estava me instigando para estudar as religiões afro do Recife: como era possível conciliar as duas forças de modernização e de valorização de raízes, no caso do Nordeste?

Foi esse o caminho que tomei na minha formação no doutorado. Eu voltei para o Brasil para fazer o campo, e no Brasil — a gente está sempre buscando com quem dialogar para desenvolver a pesquisa, e logo me indicaram o nome de Roberto Motta, que é também uma grande referência nos estudos afro em Recife, conhecido internacionalmente. Ele, na época, era coordenador do mestrado em antropologia cultural da UFPE. E ele se interessou pela minha proposta de pesquisa, mas disse que para me ajudar — eu estava propondo para ele ser uma espécie de um coorientador — que eu deveria fazer a seleção do mestrado da UFPE para cursar o mestrado com a orientação dele. Fui a campo, visitei as casas de mais renome do Recife, por onde Roberto Motta pesquisava. Ele teve um papel muito importante na minha tese, e sempre que eu precisava, ele estava disponível para conversar sobre o campo. Foi assim que eu fui construindo minha pesquisa de doutorado e, ao mesmo tempo, cursando o mestrado, que me levou a fortalecer a formação em antropologia, porque eu sentia algumas deficiências nessa área, devido à limitação por ter feito um curso de psicologia. Então eu encontrei na UFPE um programa que, até pelo nome, antropologia cultural, tinha uma, vamos dizer assim, uma



tradição norte-americana da antropologia. Lá, eu conheci dois professores americanos. Um foi meu professor, Parry Scott, eu até fiz trabalhos para ele, estaguei numa pesquisa dele, foi um interlocutor muito rico para mim, embora ele não trabalhasse com religião, mas aprendi bastante com ele. Tinha a professora Judith Hoffnagel que, se eu fosse fazer o trabalho sobre pentecostalismo, era com quem iria buscar ajuda, porque era o campo dela na época. E o próprio Roberto Motta, cuja formação de doutorado foi na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Então, eu tinha ali uma tradição antropológica bem norte-americana. Mas como meu foco era a tese, eu não concluí o mestrado, mas ele terminou sendo uma espécie de uma ponte para mim; eu gostaria de ter feito uma dissertação de mestrado, mas não tinha fôlego para isso. Quando eu terminei meu doutorado, eu estava grávida, então eu não tinha mesmo condição de retomar o mestrado para fazer a dissertação. Por outro lado, no Instituto eu estava diante de um campo de conhecimento que me apresentava as questões da América Latina: questões ligadas aos problemas socioeconômicos, às questões da colonialidade; tinha, vamos dizer assim, professores fortes na área dos estudos sobre o campo, as sociedades rurais, os latifúndios, eles trabalhavam nessa linha. Quanto às aulas ou seminários da formação, predominavam as temáticas ligadas ao desenvolvimento, à dependência da América Latina, que eram seminários com ênfase nos estudos da área sociológica e econômica.

Paralelamente, havia os seminários com o diretor de tese voltados para os autores clássicos da sociologia e da antropologia dentro daquela formação que a gente iria escolher no final. Como eu tinha muita bibliografia para ler, eu não frequentei as inúmeras conferências que eram divulgadas para os estudantes em Paris, eu perdi muita coisa, como as de Celso Furtado, que vivia em Paris, transitava ali pelas universidades, dava muitas conferências. Fernando Henrique Cardoso também vivia dando conferência por lá. Havia outro espaço também maravilhoso para se assistir às conferências, aberto ao público, no *Collège de France*, onde lecionava Lévi-Strauss. Eu estava descobrindo o campo das ciências sociais, e meu orientador me indicou um monte de bibliotecas, cada uma melhor do que a outra. Eu vivia nessas bibliotecas, especialmente na do Instituto, que era uma referência para pesquisa sobre América Latina.

Geziane — Ainda mais que a sua base de graduação não era dentro das ciências sociais.



Maristela — Exatamente. É por isso que eu sentia que eu tinha que correr mais do que os meus colegas do Instituto, que tinham uma formação mais ligada àquelas áreas que estávamos fazendo. Então me ocorreu pensar agora: como seria a minha trajetória se eu tivesse entrado na antropologia social britânica lá na Universidade de Edimburgo? Eram outras leituras, eu ia estudar sobre as sociedades africanas, polinésias, e ia ser aquela antropologia bem clássica. Eu fui para um Instituto com colegas que falavam muito espanhol, *portunhol*, e eu me senti muito bem recebida, bem acolhida por esses colegas latino-americanos. Foi um tempo de muita construção de aprendizado.

Geziane — A senhora entrou nas ciências sociais na França e deu continuidade no Brasil. Fazer ciências sociais na França e aqui no Brasil tem alguma diferença?

Maristela — Olha, como eu comecei lendo Durkheim, Weber de *A ética protestante, de Economia e sociedade* na França, aqui no Brasil também se lia. No mestrado de antropologia, a gente se deparava com leituras antropológicas clássicas, que comecei a fazer na UFPE. Eu acho que foi quase como uma continuidade, pois o Instituto de Altos Estudos não era um instituto de formação, vamos dizer, clássica da antropologia. Era um Instituto em que a gente estudava o mundo latino-americano em suas dimensões antropológica, sociológica e histórica. Havia muitos geógrafos e economistas no Instituto. Então, eu acho que essa minha vivência na França não me tirou tanto desse universo que a gente leva do Brasil. Só que a América Latina é uma região muito mais abrangente, de uma riqueza enorme, para dialogar e estudar autores latino-americanos. E eu, de alguma maneira, estou recuperando isso agora no final da minha carreira, já que eu fiquei distante dela por um bom tempo, mas agora no PPGA temos um convênio com o Ciesas [*Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social*], do México. Estou trabalhando muito com a professora visitante que veio de lá, Maria Elena Martinez, e aí a gente vê como as nossas formações em estudos latino-americanos nos aproximam.

Geziane — E como iniciou a trajetória da Maristela, professora?

Maristela — Quando terminei meu doutorado, tive minha filha, então eu fui atrás de trabalho. Tive a sorte de estarem acontecendo alguns concursos aqui na Paraíba, porque eu morava em Recife. Eu sou pernambucana-paraibana, porque meu pai é paraibano e minha mãe é pernambucana. Então, eu vivi na Paraíba na minha infância. Quando eu fiz



meu concurso foi para ir para Campina Grande, uma cidade onde eu morei na minha infância. Foi um retorno. Por outro lado, foi uma cidade onde eu tive uma vida feliz, mas também me marcou tragicamente com a morte precoce do meu pai por causa de um infarto fulminante. Ele morreu muito jovem, então, a cidade trazia também uma lembrança não boa. Eu passei uns anos trabalhando lá, e foi, assim, uma experiência muito rica. Eu encontrei um corpo docente muito preparado: uma antropologia bem forte. Tinha colegas que pesquisavam campesinato, ou religião, como Regina Novaes. Tinha uns colegas de Minas, Antônio Greco e Gilda Greco que trabalhavam com antropologia médica. Mas o forte de Campina Grande era a sociologia rural, com as professoras Salete, Guy, Norma, Margot e Deolinda. E embora eu já tenha chegado com doutorado, e os colegas tentaram me aproximar do mestrado, eu estava muito empolgada com a graduação, com a área de antropologia, com muitas disciplinas de conteúdos variados que me exigiam muita leitura. A disciplina de antropologia do Brasil me estimulou de modo especial, comecei a levar autores intérpretes da cultura brasileira para os alunos lerem, entre eles Gilberto Freyre, e como ofereci vários semestres, eu pude começar a escrever alguns ensaios sobre essa temática. Então, foi um tempo que eu tive muita interação com os alunos da graduação. Os outros professores estavam muito empenhados no mestrado. Eles fizeram uma associação com o Departamento de Economia, por isso o curso transitava nos dois campos: sociologia e economia. Vinham alunos de todos os lugares do Brasil, era muito rico, professores visitantes vinham da Inglaterra, da Alemanha e do Brasil mesmo. A colega Salete Cavalcante tinha uma presença fortíssima, como uma pesquisadora da área do campesinato, das sociedades rurais. Ela estudou no Museu Nacional e em Manchester. Aliás, a formação dos professores que estavam lá era muito forte, vários fizeram no Museu Nacional, então eu aprendi muito com eles. Pedia-lhes os programas, as bibliografias. Uma quantidade de referências bibliográficas, eu fui tomar conhecimento lá, trocando aí com esses colegas. Eu era iniciante, mais jovem do que eles. Então, foi assim meu começo. Depois, a família me cobrando mais presença em João Pessoa, onde meu marido estava trabalhando. Também eu queria ter outro filho, ser mãe de novo, dar uma irmã ou irmão para a minha primeira filha. Por isso eu tive a garra de lutar para vir para cá, mas o coração acadêmico estava lá em Campina Grande. Eu gostava muito de trabalhar lá. Mas consegui vir para cá quando a minha segunda filha estava bebezinha. Novamente me ocorreu a pergunta: como seria se eu tivesse continuado fazendo carreira



lá em Campina Grande? Eu teria ficado mais na antropologia, porque lá era forte, aqui em João Pessoa, quando eu cheguei, já não era, não tinha sequer uma graduação em ciências sociais. Foi uma construção que veio uns anos depois.

Aqui, eu acabei sendo chamada para o mestrado em ciências sociais, que não era tão fechado para uma sociologia rural como era o de lá, com as temáticas bem delimitadas, uma identidade bem própria e bem forte. O daqui era mais abrangente, então eu me senti mais à vontade de ir trabalhar no mestrado daqui. Comecei a fazer as primeiras orientações de mestrado. Fui mudando aos poucos, fui abrindo para outros campos. Recebi alunos com várias formações. Foi assim que eu passei uma temporada na pós-graduação de ciências sociais. Mas já pela metade dos anos de 1990, foi sendo construído um programa com o qual eu tenho um laço muito forte, que é o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, o PRODEMA. Quando ele começou, eu fui chamada, até porque não havia tantos doutores na universidade na época. Assim, quando se criava uma pós-graduação, a gente era chamada para colaborar. Esse mestrado passou anos para ser construído, porque ele era uma rede, e uma rede de pós-graduação era totalmente nova, era pioneira, não existia no Brasil nada parecido. Quando a Capes o aprovou finalmente em 1996, após vários anos de rejeição da proposta da rede, eu comecei com a primeira turma.

Minhas últimas orientações do PRODEMA foram um doutorado em cotutela com o *Institut des Hautes Études de L'Amérique Latine*, em 2021, e uma orientação de tese em parceria com uma colega, concluída em 2022. Foi muito rico porque eram equipes multidisciplinares. Professores iam e vinham, e circulavam na rede que atuava em quase todos os estados do Nordeste. A gente dava aula em outras universidades. Eu conheci a Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, e fiz parceria com um professor sociólogo de lá, Salvador Trevisan, para oferecermos juntos a disciplina Comunidade e Ambiente, e organizamos um livro da rede. Íamos para bancas lá. Passei vários anos compartilhando uma disciplina com um professor da UFRN, dando aula em Natal. Era uma disciplina que os colegas não gostavam muito de dar, porque tinha muito a ver com epistemologia. Eu fui aos poucos mudando o formato dela. Ela foi proposta por um colega que era físico da UFAL. Era uma disciplina muito focada na epistemologia científica a partir de Popper, bem popperiana. Eu fui mexendo, trazendo-a para minha área,



começando a questionar a existência de uma epistemologia ambiental. Propunha pensar nessa questão. Se tem ou se não tem. Fazer ciência no campo ambiental é fazer uma ciência interdisciplinar, que dialogue, que não tem as suas *caixinhas* fechadas. Ali era difícil porque muitos professores não tinham abertura para o diálogo. Uns diziam: “olha, eu faço minha engenharia ambiental”, “olha, eu faço o meu estudo de conservação da biodiversidade”, e ali se fechava. Eu dizia: “mas a gente tem que trabalhar com a legislação ambiental, a política ambiental, porque se tratava de um curso de desenvolvimento”.

O professor que iniciou a proposta do PRODEMA vinha de uma formação na França sob a orientação do professor Ignacy Sachs, um pesquisador economista que produziu estudos sobre ecodesenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade.

Um colega da UFAL contou uma vez a história sobre a ideia original de como começou. Ele foi resultado de um grupo de estudantes brasileiros que voltaram para o Brasil imbuídos de construir esta formação em diferentes universidades brasileiras. Assim nasceu no Nordeste, o PRODEMA pela iniciativa de Rodrigo Ramalho, da UFAL.

Isso significou que eu estava deixando um pouco de lado os estudos de religião afro. Eu achei, inicialmente, que lá em Campina Grande não tivesse muita coisa na área.

Como eu morei lá até minha adolescência, a feira de Campina Grande me pareceu um bom campo para se fazer uma grande etnografia da feira. Comecei com leituras de autores nordestinos, como Câmara Cascudo. Essa história do prêmio, foi porque com essas leituras, eu escrevi uma monografia, um texto com o qual participei de um concurso. Também comecei a ler muito Gilberto Freyre. Levava suas obras para os alunos lerem na disciplina de antropologia do Brasil. Ao longo de 10 anos, quer dizer, cinco em Campina Grande e continuando um pouco aqui em João Pessoa, eu desenvolvi vários trabalhos nessa temática da cultura nordestina, e organizei um livro que foi publicado em 1998. Eu estava tentando me firmar no campo da cultura nordestina. Mas, como você viu, eu entrei naquela história do PRODEMA, e se abriu uma outra janela de conhecimento, de saberes, para agregar à minha pasta, vamos dizer, de trabalho.

Geziane — A sua temática, que antes era dentro da religião de matriz africana, em Campina Grande, ela tomou forma para a cultura nordestina.



Maristela — Isso. Culturas populares.

Geziane — E quando chegou a João Pessoa, qual foi o direcionamento?

Maristela — Continuei. Mas, então, surgiu o PRODEMA, no qual eu fui aos poucos entrando, familiarizando-me aos poucos.

Nesse mesmo período em João Pessoa, eu comecei a integrar um grupo criado por iniciativa de Neide Miele, colega do Departamento de Ciências Sociais, para discutir religião, religiosidades. Na época, estávamos vivenciando muitas narrativas do fim do mundo, com o fim do milênio. E ela achava que isso poderia gerar uma boa discussão, gerar pesquisas interessantes. Por causa disso, formamos um grupo de pesquisa, o Religare. Neide me pediu para coordená-lo, porque eu vinha de uma formação de pesquisa em religião. A gente trabalhou muito, com muitas frentes. Fazíamos debates, grupos de estudo, juntamente com colegas de outros departamentos, da psicologia, de letras. Organizamos os encontros de fim de milênio em 1998, 1999 e 2000. Em 2007, nasceu o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB.

Em seguida, eu fui fazer um pós-doutorado com um projeto sobre as religiões no Brasil ao longo dos séculos, cujo intuito era construir um grande painel da cultura religiosa. Do pós-doutorado resultou o livro: *500 anos do catolicismo e sincretismo no Brasil* (2001). O sincretismo acabou se tornando o eixo dessa pesquisa, mas ele não foi associado às religiões afro, como habitualmente ocorre, mas associado às estratégias da Igreja Católica de se abrir, para que os fiéis que não eram muito obedientes na sua fé, pudessem fazer suas combinações de práticas, de fé, e viessem para dentro da igreja. Queria pensar em uma espécie de cultura religiosa, na qual a Igreja Católica, que é a instituição de poder, permitia-se fazer concessões em alguns momentos da história desses 500 anos. Se era permissível por algum tempo, em outros momentos, ela perseguia. Então, era bem ambígua a postura da igreja nesse sentido. Isso tudo permitiu que, na religião, os fiéis se comportassem de uma maneira mais livre, vamos dizer assim, indo e voltando de um templo, de um terreiro, fazendo rituais de um lado e do outro, e, às vezes, até combinando. Uma madrinha de santo que levava um filho para batizar com um padre, e os padres, alguns deles, sabiam quem estavam batizando. Era uma forma de acolhimento, uma forma de aceitar essa fé menos ortodoxa.



Geziane — Esse trabalho virou livro.

Maristela — Virou um livro. Por causa dele, fui convidada para participar de dois eventos da Faculdade de Teologia Umbandista (FTU), localizada em São Paulo. Foi uma surpresa para mim, eu ter sido convidada. A FTU era um espaço muito rico, muito valioso. Eles estavam muito interessados em discutir sincretismo, porque eles praticavam uma umbanda esotérica, ou seja, ela não estava tão vinculada às tradições das matrizes africanas, mas também não as deixavam de lado. Eles traziam vários conhecimentos para a formação para lideranças religiosas, e é por isso que eles acharam interessante fazer uma faculdade para discutir a teologia da umbanda, como uma religião que busca construir sua escrita, diferentemente das religiões afro mais tradicionais, que não se baseiam na escrita, mas principalmente em tradições orais. Na faculdade, os organizadores tinham muito interesse pela escrita, deram-me livros enormes, em que buscavam a codificação da umbanda — usa-se muito esse termo *codificação* no espiritismo, na umbanda — com os seus ensinamentos. Todos esses conhecimentos estavam sendo escritos.

Mais adiante, eu saí do foco do sincretismo. Pensar em religião hoje, eu acho que é pensar em outras dinâmicas. Em vez de me fixar em estudos das tradições, parti para o estudo do movimento, estudo de processo, movimentos religiosos. Aí temos um campo mais rico. Eu comecei a questionar e fui questionada também, porque esse sincretismo estava fora de época, vamos dizer assim. Então, foi algo que também abandonei. Em meu livro, eu fiz uma reflexão abrangente e propus que o sincretismo não é uma tendência que seja exclusiva das religiões afro. Ela, por ser uma religião subalterna, para ser aceita, tinha que confundir para não ser perseguida. Disfarçava o culto, a religião com as festas e as brincadeiras. Apresentavam-se como católicos, fazendo aquelas junções dos orixás com os santos. Esse sincretismo passou a ser muito combatido pelas lideranças religiosas, como algumas ialorixás baianas que encabeçaram a luta contra ele.

Dez anos após a defesa de minha tese, ainda apresentei um trabalho sobre as religiões afro-brasileiras na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada em Salvador, em 1996. Mas daí em diante, passei a buscar outras experiências do campo religioso. Com o Religare, eu conseguia esta abertura, porque o que estava muito em voga nesse momento da virada do milênio eram as religiões da chamada Nova Era. Um



movimento que estava juntando Oriente com tradição indígena. Juntando tudo, tradições indígenas do Canadá, e não sei de onde, da Sibéria. Mesmo assim, o uso do termo sincrético já não era forte.

Geziane — A ideia já era outra, o sincretismo já não era mais tão presente.

Maristela — Não tinha força, porque os conceitos têm, vamos dizer, sua vigência. Como foi um conceito que foi muito questionado, hostilizado mesmo, então eu também comecei a enxergar as coisas por outros ângulos.

Geziane — Há pouco, a senhora estava falando sobre a trajetória no PRODEMA. Como se deu seu envolvimento com a temática do meio ambiente?

Maristela — Eu fui aprendendo aos poucos. E comecei, então, a ser procurada para orientar. Comecei a ver um caminho interessante para a antropologia lá dentro, que era trazer os estudos das populações tradicionais. Tem alguns autores, até da antropologia, que questionam a ideia de se considerar os indígenas como ecológicos. Tem alguma literatura sobre isso. Mas, ao mesmo tempo, tem outros que acreditam que todo ser humano perturba a natureza, causa impacto, não dá para pensar em uma natureza intocada. Qualquer coisa que o ser humano faça impacta a natureza. Então, a gente não pode ver só um lado.

Outra coisa interessante é pensar as questões ambientais na cidade, nos grandes aglomerados populacionais. Ao fazê-lo, você se depara com uma situação bem complexa. É muito mais difícil trabalhar essas urgências nas cidades do que nas áreas protegidas com legislações rigorosas. Quando eu comecei no PRODEMA, tinha muito a questão das multas que as pessoas da área rural recebiam, pois, às vezes, praticavam coisas consideradas criminosas, como a caça e as queimadas para começar uma nova plantação. Essas práticas, como parte da cultura dessas populações, passaram a ser criminalizadas e alvo de multas. Era preciso olhar para a população tradicional; ela tem uma cultura, um saber, e para eles, as práticas condenadas pela legislação ambiental não são destrutivas da natureza. Eu tive um aluno que contava bravatas: “Peguei os pescadores de lagosta e botei tudo na cadeia”. Eu lhe dizia: “É, mas você não foi lá pra ponta, atrás de quem compra a lagosta”.



Isso nos faz refletir sobre quem é que degrada mais. Certamente são os grandes barcos lagosteiros ou quem se aproveita desse grupo de pescadores. São eles que se arriscam cada vez mais fazendo uma pesca predatória, sendo sujeitos a serem presos, colocando suas vidas em risco, porque eles usam umas técnicas que podem causar a morte. A pesca de mergulho em que usam botijão de gás é muito arriscada. A condição de vida desses pescadores continua precária, porque quem ganha dinheiro em cima deles são os grandes empresários. Isto para dizer que observando essas atividades surge a dimensão dos conflitos. Conflitos socioambientais que revelam a visão divergente quanto ao que é o impacto, o que é a degradação para uns e outros. Quem provoca mais degradação? São os pobres, as populações tradicionais? É sempre um acusando o outro: “Quem degrada não somos nós, é o pessoal da cana-de-açúcar que está botando agrotóxico e a água está contaminada.”

É um campo que a gente tem que olhar a complexidade, da qual se fala muito no campo ambiental. Senão se simplifica muito e não se pode mais afirmar que “a” com “b” causa isso. A população tradicional, naquele ambiente, está causando impacto, mas por trás de tudo está o mundo capitalista de hoje. O pescador não está tirando a lagosta para comer; está tirando para ter um modo de ganhar a vida. Ele pode fazer até alguma festinha para comer a lagosta, mas pesca para vender. Eu não orientei nenhum trabalho sobre a lagosta, mas eu participei de bancas, por isso que eu falo um pouquinho sobre isso.

Trabalhar no PRODEMA me deu a oportunidade de conhecer muitos trabalhos diferentes. Ir para as bancas de áreas que eu não conhecia. Mesmo não conhecendo, mas aceitava porque eu poderia falar sobre a parte social, das pessoas que estavam envolvidas no trabalho.

Eles começaram a ter mais, vamos dizer, uma abertura para esse diálogo mais cultural e social, mas no fim eu lamentei, porque eles começaram a desligar os professores da área social. A justificativa era que a nossa produção científica não era em periódicos das ciências ambientais, nem era considerada numericamente suficiente. Vários colegas não ficaram lá, e o PRODEMA da UFPB ficou praticamente sem professores da área social.



Geziane — Perderam bastante, porque a discussão das dinâmicas sociais é quase que a base de todas essas relações.

Maristela — Recentemente, há dois anos, um professor visitante do PRODEMA/UFPB, Allan Iwama, procurou o nosso grupo de pesquisa, que eu criei somente em 2012, para se inserir em nossa pesquisa e trazer a sua expertise. O Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente, com vários professores e várias frentes de pesquisa, passou a ser coordenado por Alícia Gonçalves depois que eu me aposentei. Ela estava atuando de forma muito dinâmica, conseguiu firmar o convênio com o Ciesas do México. Então, Allan Iwama ficou com a gente no grupo de pesquisa, pois ele sentiu que ali a discussão trazia mais contribuições para o trabalho dele e dos seus alunos. Ele trabalhava com mudanças climáticas, com mapeamento, georreferenciamento, coisas técnicas, tecnologias de mapeamento. Com a gente, ele foi participar da pesquisa com os Potiguara, junto ao projeto dos mapas sociais na terra indígena potiguara coordenado por Alícia. Esse projeto foi iniciado a partir da tese de Ivys Medeiros Costa (2019) do PRODEMA, cuja orientação eu dividi com Alícia. A partir daí, nasceu um projeto de extensão na terra indígena potiguara, que já vem sendo replicado há uns quatro ou cinco anos, e não parou mais. Este ano, foi submetido ao edital universal do CNPq e foi aprovado. É um projeto muito rico que tem fôlego para mais uns anos.

Allan trouxe um professor do Chile que pertence a outra rede, e com isso a gente vai entrando em novas redes. Tem uma colega da UFRN — Francisca Miller, da antropologia, participa do PRODEMA de lá — que coordena um grupo de pesquisa sobre população pesqueira da zona costeira, e coordena com frequência GT's nos eventos de antropologia. Ela investiga tudo o que acontece nas regiões litorâneas, fazendo interlocução com pescador, turista, atingidos por empreendimentos de energia eólica e tudo mais. Temos tido parcerias importantes em bancas e publicações, e em participações nesses eventos com nossos alunos.

Geziane — No caso, pode-se dizer que a senhora trabalhou com três grandes temáticas: a religião, religião de matriz africana e o sincretismo religioso; a questão da cultura, especialmente a cultura nordestina; e o meio ambiente, que foi também um vasto trabalho. Qual o papel das ciências sociais diante dessas temáticas? Como a senhora vê a contribuição das ciências sociais para dinamizar essas discussões e gerar transformações?



Maristela — Vou falar sobre a discussão do meio ambiente dentro das ciências sociais, já que ela é marginal ainda. Ela acontece pelas bordas. Eu até fiz umas anotações aqui de autores que eu procurei usar nas minhas disciplinas, levar para os debates no grupo de pesquisa e para as bibliografias das dissertações e das teses. Quando você fala, acredito que seja sobre a disciplina de cultura e ambiente, que foi um marco, digamos, da entrada do PPGA em articulação com o PRODEMA, porque eu assumi a disciplina, juntei as turmas de um programa e do outro. Inclusive, ministrei na graduação, pois não podia juntar porque eram dois graus diferentes, e contei com a colaboração de uma aluna do PRODEMA que fazia estágio docência. Ali, eu levava a discussão das questões sociais em confronto com as do ambiente. Nas disciplinas, eu começava com a discussão sobre cultura e natureza de Lévi-Strauss (2012), e de Philippe Descola (2005), que também teoriza nesse campo. É uma discussão clássica. O tema da cultura e natureza traz os problemas das áreas protegidas, das populações tradicionais, dos povos indígenas, e vai puxar, inclusive, a questão dos conhecimentos tradicionais, conhecimentos locais. Eu tenho uns textos de Manuela Carneiro da Cunha (2017), que é sobre esse conhecimento tradicional associado ao conhecimento genético, o que interessa muito aos pesquisadores, às indústrias farmacêuticas. Nele, ela discute com uma abertura muito interessante para a questão da propriedade intelectual desse saber. Se é um saber coletivo, como proteger uma propriedade intelectual que é pensada como algo que pertence individualmente ou pertence a uma empresa? Eles se apropriam desse saber e o transformam em mercadoria, que entra no mercado com valores muito altos. E aquelas populações não podem consumir, não podem ter acesso.

Busco também uma interlocução com a ecologia política (MARTINEZ-ALLIER, 2002), para debater as questões da poluição, ou seja, outra problemática. A ecologia política investiga os conflitos distributivos em relação à poluição, porque quem mais sofre com a poluição são os mais pobres, pois vivem nas áreas próximas dos focos de poluição, onde estão localizadas as grandes indústrias poluidoras.

Há ainda as infraestruturas dos governos, como as usinas nucleares — a gente não tem muito aqui no Brasil. Quem vive perto delas, está sujeito a uma contaminação, caso haja um vazamento. Tem um livro interessante do antropólogo José Sérgio Leite Lopes



(2004), que pesquisou os movimentos contra a poluição no Brasil. Esse livro é uma referência interessante para quem estuda a questão.

Então, eu vejo que há autores e há lugar para se pensar a relação cultura e natureza. Bruno Latour (2004), em seu livro *Políticas da natureza*, propõe pensar sobre a simetria entre cultura e natureza, "quem pode mais?" É a cultura ou a natureza? Quais são os portavozes de um lado e do outro? Tem discussões interessantes, importantes, que a gente vai pegando um pouco daqui, um pouco dali.

O que é mais estimulante é o campo. O que ele está mostrando para gente? Ele mostra essa complexidade das relações, seres humanos, natureza, populações tradicionais, empreendimentos capitalistas, Estado e legislações ambientais etc. A disputa pelos recursos em uma mesma área, como uma bacia hidrográfica, permite uma visão de todas essas perspectivas. No Rio São Francisco tem barragens para produção de energia e tem as grandes empresas produtoras de fruticultura, por exemplo, que consomem muita água para irrigação. Em contrapartida, há os pequenos produtores rurais sem acesso à água. Há também a grande obra de transposição — uma colega, engenheira do PRODEMA da UFPE, ensinou-me que não é para se usar o termo *transposição*, mas *integração de bacias*. É um termo técnico. Eles, engenheiros, têm uma visão técnica e a gente tem a visão de conflito. Pode chamar como quiser, mas o conflito existe.

Geziane — Existe e não dá para ignorar.

Maristela — É por isso que eu acho muito rico esse diálogo. É interessante ouvir desses professores da área técnica o reconhecimento de que, na remoção de populações para se fazer os lagos para as hidrelétricas, elas nem sequer têm direito à energia. É um absurdo!

As obras são feitas para fornecer energia para as populações do Nordeste, mas não é para àqueles que viviam ali na beira do rio. O próprio acesso à água não é para eles, é para os grandes produtores. É preciso entender o drama das populações locais, tradicionais, elas são as mais atingidas por todos esses empreendimentos. Então, na antropologia, tem alguns autores, como Parry Scott na UFPE, que pesquisou os impactos das hidrelétricas do São Francisco sobre as populações ribeirinhas atingidas. Há também os pesquisadores da UnB.



Uma vez eu participei, com o Parry Scott, de uma mesa da Reunião Equatorial de Antropologia (REA) em Fortaleza, substituindo uma professora que não pode ir. Eu levei resultados de algumas pesquisas que orientei no PRODEMA sobre os impactos de obras públicas e privadas sofridos por populações tradicionais. Nesse grupo de trabalho, havia pesquisadores, como a Andréa Zhouri, agora presidente da ABA, que pesquisa os atingidos por barragem, por hidrelétrica, em Minas Gerais. As grandes barragens para a produção de energia na Amazônia, como a Balbina e Belo Monte, também são alvo de pesquisa por antropólogos, as quais geraram graves impactos aos rios, o que prejudicou demais as populações. Então, há sim autores trabalhando com o tema, mas estão nas suas *caixinhas*, não conseguem a mesma visibilidade na antropologia quanto outras temáticas.

Geziane — Professora, ao longo desses anos como professora universitária, a senhora acha que a questão do *status* e do *modus operandi* de como funcionam as universidades federais mudou? E como a senhora avalia a ciência brasileira hoje?

Maristela — Eu vivo muito a instituição. Eu sou muito da universidade. É uma coisa que pode ser um defeito. Foram 31 anos trabalhando na ativa como professora. Quando me aposentei, entrei com processo para me tornar professora voluntária por mais cinco ou seis anos. Foi, então, que o atual reitorado criou uma resolução limitando o tempo de permanência do professor voluntário para apenas três anos. Acho que é uma medida que representa um retrocesso para a UFPB.

Mas eu queria falar de algumas mudanças que eu acompanhei. A primeira mudança foi essa coisa de você trabalhar em grupo. Os grupos de pesquisas foram se fortalecendo. Você não pode falar de uma pós-graduação sem falar em grupo de pesquisa. Um grupo de professores nucleia os estudantes para dentro das linhas de pesquisa por meio do grupo de pesquisa. E ali se encontram estudantes de vários graus. Tem laboratórios, principalmente na área tecnológica, que recebem estudantes do ensino médio no grupo de pesquisa. Isso é muito rico. O nosso grupo ainda não faz isso, mas acho que a gente precisa. Allan, o professor visitante ao qual já me referi, tinha experiência com essa integração, e, por isso, trouxe-nos a questão. Ele trabalha com a ciência cidadã, que agrupa os estudantes do ensino médio e traz para dentro da universidade. Isso é um jeito também de a universidade se abrir para fora dos muros. O grupo de pesquisa enriquece porque a gente trabalha com estudantes da graduação ao pós-



doutorado, todo mundo junto, aprendendo a pesquisar, aprendendo a se debruçar sobre os dados, a construir os instrumentos da pesquisa, os questionários, tudo é feito ali dentro do grupo de pesquisa. Depois, os resultados são discutidos ali também.

É uma abordagem muito rica. Acredito que estamos realizando um tipo diferente de ciência, pois quando cheguei, tudo era bastante solitário. Você tinha seu próprio grupo, seus estudantes, sua pesquisa, e vai agregando ali, mas cada um na sua *caixinha*. Hoje, o grupo de pesquisa não é assim. Você traz pesquisadores de fora, tem vários professores, quatro, cinco, que participam do mesmo grupo de pesquisa com os seus estudantes.

Outra coisa que eu acho que mudou também na ciência, no fazer ciência, foram as redes, tanto a rede de pós-graduação como a rede de conhecimento. Pega-se um campo de conhecimento e se cria uma rede. O PRODEMA foi a primeira rede que a Capes reconheceu, e posteriormente, a própria Capes quis fomentar redes de pós-graduação. Chegaram até a dizer que foi a Capes que impulsionou o PRODEMA, mas não é verdade. Foram professores que se uniram a partir de Rodrigo Ramalho, um professor da UFAL, que procurou diversas universidades para criar um programa que fortalecesse as instituições de ensino superior do Nordeste. No início dos anos 1990, a região não estava muito consolidada na área de pós-graduação, ao contrário do Sul, que era mais forte nesse aspecto. Eu aprendi muito com o trabalho em rede.

Outra coisa que aconteceu quando eu estava quase me aposentando foi começar a atuar na extensão universitária e perceber a importância dela. O investimento que a universidade está fazendo em extensão é uma coisa maravilhosa. A universidade está indo para as comunidades, levando os estudantes para lá, e a comunidade também é convidada a vir para a universidade, em alguns eventos. Essa interação está crescendo cada vez mais. As atividades de extensão estão sendo premiadas, e estão recebendo muita visibilidade. Os alunos aprendem muito na extensão, muito, muito mesmo.

Eu acho que hoje os PROBEX estão, talvez, ganhando mais visibilidade do que o PIBIC, porque quando eu entrei na universidade, o forte era o PIBIC. E tinha aqueles eventos em que vinha o pessoal da Capes para avaliar os trabalhos. Eu participei de PIBIC, mas hoje não sei mais como está, porém os PROBEX, dos quais participei, eu achei uma experiência mais valiosa, muito bom. Os trabalhos do PROBEX são outra forma de se fazer ciência, de agir, de transformar, no campo (GONÇALVES *et al*, 2021).



Outra coisa que eu queria destacar nessa novidade são as cotas: a política afirmativa que abriu a universidade para os grupos discriminados. As problemáticas envolvendo as relações raciais, a discriminação, o racismo, o colonialismo, os processos de decolonialidade, tudo vem nesse roteiro da presença de estudantes cotistas na universidade. Eu digo que foi uma coisa tardia, porque só foi implantada em 2012, enquanto nos Estados Unidos começou na década de 1960. Quanto ao Brasil, implantada na UFPB, resistiu-se por décadas para começar.

Como resultado dessa política, uma coisa bem recente está acontecendo na ciência: já está começando a ter indígenas, quilombolas fazendo ciência. Eu tive uma oportunidade muito boa de conhecer esta realidade quando fui convidada, no ano passado, para participar da comissão do Prêmio Capes de teses, em que a premiação de primeiro lugar foi para um indígena, com uma tese sobre o tema da saúde indígena, sobre os saberes médicos de uma tradição do conhecimento da floresta. Então, ele está fazendo ciência. Eles estão produzindo sua ciência a partir desse diálogo, entre um saber científico formal com um saber que é ancestral, que é experimentado lá por muito tempo. E como se acertam essas duas sabedorias? Eu sempre procuro ver o lado positivo das coisas, e são essas coisas que eu acho que enriquece a ciência brasileira.

Dentro dessa discussão, eu queria dizer que eu estou refletindo mais sobre isso, porque tenho uma doutoranda do PPGA que está trabalhando com o tema da presença de estudantes indígenas na UFPB. Ela vem reunindo relatos de experiências que eles têm tido nessa relação com a academia, com as discriminações que eles vêm sofrendo, ou com o possível apagamento desse saber ancestral com a assimilação de um novo saber. Como eles tratam isso? Como eles se colocam diante disso?

Geziane — Bom, a senhora já respondeu um pouco à próxima questão que eu iria fazer: se ainda há espaço nas universidades para novas antropologias. Eu creio que esse é um espaço de uma nova discussão, por assim dizer, antropológica que pode aparecer. Mas o que a senhora poderia dizer a quem está chegando à universidade agora?

Maristela — Olha, de fato, a antropologia é uma ciência que se pensa o tempo todo. Ela se reformula o tempo todo. Faz uma autocrítica, revisão de si própria, e nisso ela começa a rever algumas coisas e expandir para todos os lados, porque o mundo não para, e os



antropólogos têm mil facetas da realidade para investir, pesquisar, investigar. Eu acho que, de minha parte, eu continuo um pouco presa a esses campinhos que eu abri, não que eu os tenha aberto, eu entrei, pois já estavam postos. Eu apenas estou tentando me situar dentro deles, e colaborar com quem está se formando agora, quem está construindo os seus próprios caminhos dentro desses saberes contidos na antropologia.

Geziane — E o que a senhoraalaria para as pessoas que estão fazendo ciência agora?

Maristela — Seguir essas oportunidades que a universidade oferece, investindo nas redes, nesses programas institucionais, como a extensão, porque eu acho que a extensão é uma formação que coloca a academia em contato com o mundo, deixando de ser uma universidade que vai produzindo e se fechando nas reflexões teóricas. Mas para quem é a ciência? A ciência é posta para o mundo, então tem que ter essa interlocução com quem age. É por isso que no PPGA tive a oportunidade, quando estava na coordenação, junto com os colegas, de criar uma linha de pesquisa nova, que é a linha de políticas sociais e desenvolvimento. A antropologia está trabalhando nesse campo, nos estudos das instituições, como elas estão construindo essas políticas e como os movimentos sociais alimentam essa transformação dentro e fora da instituição. A ideia de governança começa a ser alvo de reflexão na antropologia. Aliás, saiu um volume da revista da ABA, a *Vibrant* (2023), sobre essa temática. Nós temos um aluno que terminou um doutorado em regime de cotutela, e o trabalho dele foi publicado nesse volume da revista. Ele trabalhou com uma política pública e com a governança, a partir do caso da gestão de uma instituição de saúde. É um trabalho bem interessante com esta nova perspectiva da antropologia.

As políticas estão aí e a antropologia também está lá dentro. Tem muitos antropólogos que são chamados a construir a política; na política nacional das populações tradicionais, tinha antropólogos trabalhando nela. Ela tem uma conceituação do que são povos tradicionais. Eles estão refletindo, pensando sobre o que a política vai levar para esses grupos. Estamos todos nesse trabalho, para tentar construir um mundo melhor.

Geziane — Com certeza! No caso, a senhora já se aposentou há quanto tempo?

Maristela — Eu me aposentei em 2016. Estamos em 2023, já tem mais de 6 anos.



Geziane — Eu imagino que a senhora já tenha realizado alguns planos nesse período. O que a senhora já realizou após a aposentadoria?

Maristela — Olha, eu acho que eu não tinha planos. Eu me aposentei para dar assistência para a minha mãe que estava com uma doença degenerativa. Eu queria ter mais tempo para cuidar dela. Foi isso que me motivou (ela faleceu no ano passado). Por isso que eu continuo de alguma maneira apegada. Eu não desapeguei ainda desse trabalho acadêmico. E olha que a minha família cresceu, tenho três netinhos. Agora, eu estou querendo me dedicar o máximo que eu posso a eles, mas ainda não desconectei totalmente; não tirei meu plugue. A universidade está dentro de mim ainda.

Geziane — No caso, a senhora está como professora voluntária?

Maristela — Na verdade, continuo no PPGA; ainda estou como colaboradora. Este ano, eles me convidaram para um trabalho muito estimulante, similar ao que Giovanni faz como editor da Revista Caos. Convidaram-me para ser editora da revista do PPGA, a *Áltera*. Uma colega me chamou para substituí-la, e eu terminei aceitando. É uma responsabilidade grande, um trabalho bem intenso, mas temos uma equipe de estudantes do PPGA que nos assessora com muita competência. Como a gente vive sempre nos contatos por via remota, nós temos reuniões remotas o tempo todo, fica mais fácil.

Geziane — Mais flexível.

Maristela — Sim, mais flexível. Tem outra coisa em que eu também entrei que é interessante. Como eu perdi o vínculo com a rede PRODEMA, eu entrei numa rede coordenada por Maria Lucia Alves (UFRN), que participou do Religare no seu início, quando ela ainda estava na UFPB. Ela criou em 2019 uma rede que se chama Rede de Pesquisa em Turismo Religioso, REPETUR. Quando ela me falou da rede, eu disse: — Eu posso entrar na sua rede? Eu me ofereci, e agora estou lá.

Geziane — Então a gente ainda vai ver a professora Maristela atuando bastante.

Maristela — Menina, eu estou querendo ficar um pouco nas margens. Fazendo um pouquinho menos. Fazendo menos, mas mantendo um laço, porque eu estava refletindo aqui, essa rede de turismo religioso é muito ampla em termos do que eles fazem. Não é



só turismo, não é só peregrinação, romarias, eles querem agregar vários tipos de práticas religiosas, não só católicas. Eles estão abrindo bastante. E eu sinto que vou me conectando de novo com a religião, com a questão ambiental, porque tem gente lá que também mexe com toda essa atividade de festas e romarias, que têm impactos ambientais, e aí já tem ações governamentais que atuam junto com as festas, com essas aglomerações grandes de pessoas. Eu me sinto mais ativa com essas coisas, mas já querendo agregar colegas, porque eu entrei, mas não tinha outras pessoas da Paraíba. Tinha uma colega da UFPB, do curso de turismo, que pediu para sair, e agora eu estou segurando por todos os meios com uma orientanda do PPGA, mas querendo chamar outras colegas para não ficar sozinha, porque eu não posso ficar só com as demandas da rede nas costas, pois eu não estou mais com fôlego para isso.

Estou vivendo dessa forma. Não sei quando vou parar, mas estou parando aos poucos. Essa revista está me dando um ânimo novo de trabalhar, porque é muita atividade, vários dossiês a colocar no ar.

Geziane — A senhora é editora da revista?

Maristela — Eu estou dividindo a coordenação com Maria Elena, a professora mexicana. Formamos uma ótima equipe de editores e estudantes do PPGA. A *Áltera* tem dois editores, dois professores. Há um terceiro que vai caminhando para substituir algum desses. A gente está trabalhando nesse formato para não haver descontinuidade. O que eu achei bem interessante.

Geziane — Entendi. O trabalho da revista é bem interessante mesmo. Eu estou também como editora, assistente editorial da *Caos*, desde o início deste ano. Então, é bem assim. As submissões vão chegando, uma atrás da outra, e a gente vai dando seguimento.

Maristela — Olha, os editores assistentes são tudo. A gente só faz direcionar o que deve ser feito. O trabalho pesado cai nas costas de vocês. Mas é muito rico. Realmente, a gente não aguenta por muito tempo; são dois anos, e passa para frente, porque é muito fôlego.

Geziane — Mas é uma experiência rica, é uma experiência muito boa.



Maristela — Pois é, a gente não para de aprender. Eu já estou com o pé fora e sou chamada para uma coisa dessa.

Geziane — No caso, então, a gente ainda vai ver a professora Maristela por um tempinho.

Maristela — É. Mais no remoto, muitas vezes no remoto.

Geziane — Está certo, professora. A senhora quer falar mais alguma coisa?

Maristela — Não, Geziane. Eu fiz umas anotações, mas eu acho que eu dei conta. Para não perder muito do que eu queria falar. Eu acho que vai dar trabalho para você organizar, porque eu saí para um lado, saí para outro.

Geziane — Muito obrigada, professora, por seu tempo, pela entrevista. A Revista Caos agradece muito sua colaboração e sua disponibilidade em aceitar a nossa conversa.

Maristela — Gostei muito dessa nossa conversa. Esta tarde foi muito rica, realmente. Você é uma ótima entrevistadora. As perguntas que você me mandou, estimularam-me, embora a entrevista tenha sido conduzida de forma mais espontânea, sem seguir de fato o roteiro. Parabéns.

Geziane — Posso dizer que eu aprendi muito com a senhora. Muito obrigada! Tchau, professora! Muito obrigada pela companhia desta tarde.

Maristela — Foi uma ótima companhia. Tchau!

Referências

ANDRADE, Maristela O; MACHADO, Adjane A; COSTA, Ivys M; ESPÍNOLA, Rafaella S. Território e comunidades étnicas/locais: entre pressões de grandes empreendimentos e o acesso a políticas públicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, p. 149-162, n. 33, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/37071/25141>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Roger Bastide e o Brasil**. João Pessoa: Ed. Manufatura. 2004.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **500 anos de catolicismos & sincretismos no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB. 2001.



ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Anotações sobre a obra etnográfica de Câmara Cascudo**. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2000.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Cultura e tradição nordestina**: ensaios de história cultural e intelectual. João Pessoa: Ed. Manufatura, 1998.

COSTA, Ivys Medeiros da. **A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidades de conservação e terra indígena**: a situação dos Potiguara na Paraíba. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. São Paulo: UBU 2017.

DESCOLA, Phillipe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

GONÇALVES, Alicia Ferreira; ANDRADE, Maristela Oliveira de; MARTINEZ-TORRES, Maria Elena; VILLAR FILHO, Orlando Cavalcante (org.). **Relações entre universidades e comunidades**: o circuito da dádiva e a sustentabilidade dos territórios. João Pessoa: Editora da UFPB, 2021.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza como fazer ciência na democracia**. São Paulo; Bauru: Edusc, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **Ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MARTINEZ-ALLIER, Joan (org.). **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TURNER, Victor. **O processo ritual, ritual e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIBRANT: Virtual Brazilian Anthropology. Brasília: ABA, v. 20, 2023. ISSN: 1809-4341 versão *online*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/i/2023.v20/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Recebido em: 28/10/23.

Aceito em: 13/11/23.

